

UMA ALTERNATIVA PARA A SOCIEDADE

Caminhos e perspectivas da
permacultura no Brasil

Djalma Nery



UMA ALTERNATIVA PARA A SOCIEDADE

Caminhos e perspectivas da
permacultura no Brasil

Prefixo Editorial: 924388
Número ISBN: 978-85-924388-0-7
Título: Uma alternativa para a sociedade:
caminhos e perspectivas da permacultura no Brasil
Tipo de Suporte: Papel

Revisão e preparação: Daniela Martins Fernandes
Projeto gráfico e diagramação: Vanessa Nicolav
Capa: Samuel Dias

1ª edição, fevereiro de 2018

CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
Bibliotecário responsável: José Carlos Bastos Junior CRB-8/9399

F383a Ferreira Neto, Djalma Nery.

Uma alternativa para a sociedade: caminhos e perspectivas
da permacultura no Brasil / Djalma Nery Ferreira Neto. --
São Carlos: [s.n.], 2018.

317 p.

ISBN 978-85-924388-0-7

Inclui bibliografia

1. Ecologia. 2. Meio-Ambiente. 3. Permacultura.
4. Sustentabilidade. 5. Ambientalismo. I. Título.

CDD 304.2



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.

Para ver uma cópia da licença, visite <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

UMA ALTERNATIVA PARA A SOCIEDADE

Caminhos e perspectivas da
permacultura no Brasil

Djalma Nery

SUMÁRIO

Prefácio 19

Introdução 23

PARTE I: CAMINHOS 38

Cap. 1: Ecologias, ecologismos
e a ascensão do pensamento verde 41

Cap. 2: O que é permacultura? 71

Cap. 3: Permaculturas: aprofundamentos 105

Cap. 4: Uma breve historiografia
da permacultura no Brasil 119

PARTE II: PERSPECTIVAS 148

Cap. 5: Uma pesquisa-participante:
caminhos e perspectivas para a popularização
da permacultura no Brasil 151

Cap. 6: Um mapa em construção 165

Cap. 7: Permacultura, movimentos sociais
e terceiro setor 185

Cap. 8: Permacultura e políticas públicas 201

Cap. 9: Algumas experiências concretas para a popularização da permacultura no Brasil e seus contextos regionais 209

Cap. 10: Permacultura popular: redundância, incongruência ou disputa? 245

PARTE III: DEBATES 252

Cap. 11: Sociedade alternativa ou alternativa para a sociedade? 257

Cap. 12: Permacultura, política e mal-estar 267

Cap. 13: Ética, estética, técnica e política 275

Cap. 14: O declínio do saber-fazer: a permacultura contra a terceirização da vida 283

Cap. 15: Do ego ao eco: um manifesto agro-eco-lógico 295

Cap. 16: Permacultura e gênero: a questão das mulheres (entrevista com Nádia Recio) 301

Considerações finais 307

Referências 312

*Dedico este livro ao povo brasileiro, convicto de que podemos superar este tenebroso e longo Estado de Exceção que atravessamos.
Nenhuma injustiça é permanente.*

E à memória de Bill Mollison (1928-2016).

AGRADECIMENTOS

Primeiro a você, que lerá estes longos agradecimentos até o fim, e me perdoará por isso, pois perceberá que não poderia ser diferente. Um trabalho como este jamais aconteceria sem a colaboração ativa e insubstituível de muita gente, e aqui tentarei cumprimentar e agradecer parte fundamental dessas pessoas.

A existência deste livro foi possibilitada pela contribuição de centenas de pessoas entusiastas dessa obra – fato que muito me orgulha pelo caráter coletivo conferido ao trabalho desde seu nascimento. Faço questão de citá-las nominalmente para que fique registrado nessas páginas os nomes de quem ajudou a tornar sua publicação possível por meio de contribuições a um financiamento coletivo, realizado pela plataforma virtual Benfeitoria, que arrecadou cerca de 37 mil reais entre os dias 10 de agosto e 10 de outubro de 2017. São elas:

Aaron Felipe Grassmann; Adriana Farina Galbiati; Adriana Quiquinato; Adriano de Torres Valentim; Adriele Cassia da Costa Diniz; Alana Pinto Coelho Gambarini; Alejandro Filippi; Alessandra Schneider; Alex Seibel; Alexandre Gerard; Alexandre Rizzolli; Alexandre Silva; Alinny Russini; Alvaro Luis Campos; Amadeu José Montagnini Logarezzi; Amanda Carrara; Amanda Cavalcante Queiroz; Amanda de Albuquerque; Amanda Dos Santos Sousa; Amanda Selivon; Ana Correia; Ana Fisch; Ana

AGRADECIMENTOS

Guerra; Ana Lú Vasconcelos; Ana Luiza Araujo Siqueira; Ana Paula Rocha; Ana Paula Sacco; Ana Paula Viegas; Anna Pucci; Anabella Correa; André Aukar Britschgy de Camargo; André Kastein; André Palma; André Ruoppolo Biazoti; Andre Santachiara Fossaluzza; André Takahashi; Andréia Nasser Figueiredo; Angelo Kanaan; Ariadine Fernandes; Augusto Paschoalino; Ayrton Augusto Castro de Oliveira; Bárbara Matos; Barbara Ranielle; Beatriz Gutierrez Castanheira; Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira; Bernardo Marquez; Bianca Oliveira; Bruna De Oliveira; Bruna Freire; Bruna Maria Biagioni; Bruno Abramovic; Bruno Alberto Severian; Bruno Ferreira de Mattos; Bruno Garbuio; Bruno Potiens; Carlo Cesare DeMeo Scotoni; Carlos Alberto Corrêa Moro; Carlos Eduardo Magalhães Vieira de Aguiar; Carolina Neves da Rocha; Carolina Santos; Cássio Batista Marcon; Catalina Munera; Catarine Abayomi; Célie ThiBou; Cesar Anitablian; Cíntia Furtado; Clara Machado; Clauco Oliveira; Claudia Cerqueira Cesar Ottoni; Claudia Visoni; Cláudio Cot; Cláudio Jacintho; Coletivo Etinerâncias; Conrado da Silva; Cynthia Zanotto Salvador; Daniel Barbosa da Silva; Daniel José Burato; Daniel Tonelli Caiche; Danilo Locilento; Danilo Malta Ferreira; Dante Cieto de Ferreira; Dario Centurione L. Barbosa; Davi Guerra de Farias; Débora de Souza Simões; Delmo Jorge Braga de Souza; Diego M. Blum da Silva; Douglas M. Sartore; Drica Paiva; Dú Biagioni; Edneide Morais Brasil; Eduardo Araujo Silva; Eduardo Costa Pereira; Eduardo Michalichen Garcia; Eduardo Rodrigues de Souza; Eduardo Weaver; Enio Hayasaka; Eno Lippi Rachkorsky; Enzo Fumagalli; Escola de Permacultura; Euzébio Luiz Pinto; Evandro Saroka; Fabiano Cardoso Pereira; Fabiel Henrique Nascimento; Fabrício C. J. Penha; Fabricio Moreira; Fabrício Ricardo; Felipe de Sá Pereira; Felipe Guedes Pucci; Felipe Munhoz Martins Fernandes; Felipe Ventre; Felype Maduro; Fernanda Fonseca Paes; Fernanda Helena Palermo; Fernanda Siebert; Fernando Iglesias; Fernando Marcel T. Martins; Fernando Romano; Filipe Franz Teske; Filipe Junqueira; Filipe Vinicius Carvalhais; Flavia Torunsky; Francesco Di Tillo; Françoise Evelyne Aron; Futura Gráfica e Editora de São Carlos; Gabriel Benassi Yamashita; Gabriel Garcia; Gabriel Sampaio; Gabriela Tibúrcio; Gabriela Yamaoka; Gabriella Ometto; George Dantas; Geria Maria Montanar Franco; Gilmar Antônio Pereira; Giselle Roque; Gleise S. O. Teixeira; Grasielle Moreira Silva; Guilherme Augusto Fernandes; Guilherme Magalhães Lopes; Guilherme Plessmann Tiezzi; Gustavo D'Almeida Scarpinella; Gustavo Grasso; Gustavo Lassala Silva; Gustavo Linzmayer; Gustavo Sigal Macedo; Hélio Monteiro Castro; Herson Cougo; Hugo Vale; Ian Robinson; Ifigenia Sandoval Ana Paes de Andrade; Ilana Majerowicz; Ilane Frank; Instituto Nhandecy; Isabel de Meiroz Dias;

Isabella Denzin; Isadora Frias; Isaque Gomes Pedro; Ísis Santana; Ivani Pauli; Ivy Frizo de Melo; Janaina Riccioppo; Jeferson Bernardo Sauer Engelmann; Jeff Trum; João Fontes Lopes Neto; João Henrique Meireles Lima; João Marcello Macedo Leme; Jonas Schambeck; José Ruidival Soares dos Santos Filho; Ju Klestoff; Júlia Savietto; Juliana Fiebig; Juliana Rodrigues da Silva; Juliana Troll Trujillo; Juliane Maria da Silva Ferreira; Júlio B. Nave; Julio Bomeny Barretto; Junior Henrique; Kaíque Porto; Karina Manfré Froner; Karol Luan Oliveira; Katia Ewerton Galliac; Keila Aiko Fukuoka; Kelly Lissandra Bruch; Lais Pereira de Assunção; Lara Ramos; Lara Sfair; Lara Stadler Pezzini; Larissa Ferreira; Laura Alves Martirani; Laura Cavalieri; Laura Vd; Lawrence Righi Boechat; Leandro Bortolon; Leandro Durazzo; Leandro Módolo; Leila Paschoalloto; Léo Kaufman; Leonardo Adler; Leonardo Dantas Teixeira; Leonardo Namastê; Leonardo Schultz da Silva; Liane Printes; Lídia Cristina Zambon Rodrigues; Livia Dotto Martucci; Lorena Àvila; Lucas Beco; Lucas Morales; Lucas Ota; Lucas Rodrigues Barco; Luciana Molinari Murakami; Luciano Padilha Becker; Lúcio Proença; Luiz Claudio Franco; Luiz Ricardo Cid Brito Filho; Maira Martins da Silva; Maíra Miller Ferrari; Marcela Baena; Marcello Jean Dorigo; Marcelo J de Sousa; Marcelo Zaiat; Márcio Benchimol Barros; Marcio Lins; Marcio Rogério Tomazzi Estevo; Marco Aurelio Franceschini; Marcos Novaes; Marcos Sorrentino; Marcus Bernardes; Maria de Fátima de Andrade; Maria Évila de Lima Souza; Maria Inês Möllmann; Maria José Veloso; Mariana Bastos; Mariana Fonseca Paes; Mariana Guidetti Rosa; Mariana Mattos; Mariana P. S. Chacur; Marina Britto; Marina Oliveira Alves Pereira; Marina Utsch; Marina Villarinho; Mariza Helena de Souza Simoes; Mateus Costa Barros; Mayara Menezes do Moinho; Mexiana Zabott Adriano; Michele Elisabeth Moro Lisa; Mikiya Muramatsu; Miky Sugiyama; Milena D. de Carli; Mônica Passarinho Mesquita; Mônica Pilz Borba; Monique Almeida; Nádia Recioli de Souza; Naíla Silveira de Andrade; Naná Prado; Natalia Carcione; Natalia de Miranda Grilli; Natália Gregorini; Natalia Ribeiro; Neli Sugimoto; NEPerma UFSC; Niege Pavani; Núcleo de Permacultura, Agroecologia e Alfabetização Ecológica; Oliver Zancul Prado; Olivier Asselin; Otavio Tellini; Pâmela Mara de Oliveira; Patricia Souza Ceschi; Paula Cordero; Paulo Arias; Paulo Azevedo Campos; Paulo Cesar Dos Santos Braga; Paulo Crispim; Paulo Klingelhoef de Sa; Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues; Pedro Aquino Burgos; Pedro Hadba; Pedro Nogueira da Gama Paturle; Pedro Parrachia; Peter Cordenonsi; Plinio da Silva Telles; Potira Farias; Priscila Marcelo; Rafael Augusto Agena; Rafael Guerreiro; Rafael Perussi; Rafaella Mendes; Rafita Soldan; Raoni Rossi; Ras João; Regina Coutinho; Regina Gandolfi;

AGRADECIMENTOS

Reinaldo Gomes Nogueira Ramos; Renata Del Vecchio Gessullo; Renata Porto Sampaio; Renato Bittencourt; Renato Luvizoto Rodrigues de Souza; Reuben Lago; Rica Saito; Ricardo Amboni; Ricardo Gomes Ribeiro; Ricardo Lopes; Roberta Alquimim de Souza Pessoa Tunu; Roberta Bárbara Jardim Póvoa; Roberta Bolzan Simões; Roberta Mourão; Rodrigo Borges; Rodrigo Corrêa dos Santos; Rodrigo Costa; Rodrigo Junqueira; Rodrigo Semeria Ruschel; Rogerio Almeida; Rosane Silva dos Santos; Sabine Rosa de Campos; Samira Ramos; Sara Lúcia de Freitas Osório Bononi; Sarah Valle; Selma Vital; Sérgio Borges Paim Pamplona; Sérgio Urbaneja de Brito; Surian dos Santos; Tames Santos; Tatiana Guelfo do Nascimento; Tatiane Leão; Telma Luzia Pegorelli Olivieri; Thiago Lopes Ferreira; Tiago Lemos Guedes; Tito Aurélio Jr.; Tomaz Amaral Lotufo; Toni Mattos; Vanessa A. de Azevedo Santos; Vanessa Bachmann; Vicente Carlos de Sousa; Vicente Gomes; Victor Sábado Rocha; Viglio Schneider; Vinicius Nogueira; Vinicius Pereira; Vitor Damasceno Duarte Teixeira; Vítor Lucena; Vitor Motomura; VivaVeg; Viviane Noda; Viviane Serra; Wagner Gil; Wilson Lopes; Wolfgang Klausgraber; Yara Alencar; Yasmin Göpfert Padilha; Yuri Almeida; Yuri Russo Pinto; Zé Guerreiro; Zelia Tosta Pereira; Zumberto Bhz.

À Laura Alves Martirani, que com seu carinho, paciência e competência soube balizar tão bem esse estudo, tornando-o um fato, e não só uma ideia.

À Valéria Vasconcelos, portadora de eterna luz e juventude, pela inspiração e acolhida sempre fraternas. E por meio dela, a todo pessoal do Sítio Manacá que me acolheu durante retiros para estudo e escrita desse trabalho: Joana, Osmar, Suri, Pâmela e Pipoca.

Ao professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques, por suas valiosas contribuições durante meu exame de qualificação no mestrado.

À minha mãe, Adriana, que me transmitiu o fogo da luta e da vida. Ser que me ensinou a querer e a perseguir com afimco meus sonhos; sempre me lembrando de ser feliz.

A meu pai, Djalma, que se foi cedo demais, mas que certamente contribuiu para esse trabalho, e com quem sempre converso em sonhos. Logo nos reuniremos, e vou querer ouvir pessoalmente suas avaliações, assertivamente críticas.

À minha irmã, Estela, por desbravar tantos caminhos e ser esse horizonte tão presente, e de quem até hoje sigo os passos; e a meu cunhado e amigo, Thiago Claro “Jack” Daniel.

Às minhas sobrinhas, Júlia e Isadora, luzes no caminho, com quem tanto aprendo.

A todo povo da Veracidade – casa, trabalho e escritório. Onde cresci e continuo crescendo. Tadeu, Joana, Amanda, Aline, Júlia, Mauro, João, Guto, Habib, Guilherme, Costela e Ricota; ao povo do ‘Malditas Ovelhas!’ – Bruno, Eduardo, Yraê e Zé Guilherme – e a todo pessoal que por lá passou, alegrando e bagunçando o espaço. A motivação principal disso tudo são vocês.

À Flavia Torunsky, paciente amiga com quem comemorei conquistas e compartilhei apuros. Coautora implícita dessa obra, que começou muito antes das palavras no papel e que para muito além delas irá.

À Luana Castelli, mulher guerreira a quem devo grande parte da minha militância na educação popular e seu marido Gabriel Rampone, em nome de quem agradeço a todos e todas da Ecovila Tibá São Carlos, primeira e eterna parceira de projetos e horizontes da Veracidade. Somos todos um.

À Marina Villarinho, que plantou esse projeto comigo e que o alimenta ainda que distante. Parceira de estrada, vida e muito mais.

A Yuri Almeida e Desiree Moura, em nome de quem agradeço a todo o pessoal do PUPA, em São José dos Campos, pela gênese compartilhada, pelos caminhos unificados, pelo acompanhamento e apoio mútuo que desde o princípio construímos.

Aos companheiros e companheiras do grupo CURARE, uma das melhores surpresas que o destino me apresentou logo no início desta caminhada. Tão afinados estávamos sem nos conhecer... Em especial aos mestres Tomaz Lotufo, Thiago Silva e André Fossaluzza, que hoje tenho a honra de chamar ‘amigos’.

Aos membros e fundadores da APASC, em especial às figuras de Paulo Mancini, Marcos Sorrentino, Bernardo Teixeira, e Haydeé Torres – nossa gratidão ao trabalho que realizaram e que realizam se dará na continuidade da luta. Esperamos um dia fazer jus ao legado transmitido. Sabemos que nada começa e certamente não acaba aqui.

A todo pessoal do GECOM: Isa, Vanessa, Rafa, Cláudia, Estela, Laura etc. – que me proporcionaram um recorrente espaço de diálogo e crescimento, e com quem, lado a lado, fraternalmente, pude dar passos decididos dentro da academia.

A todo pessoal da OCA, que me acolheu com braços, abraços, cafés e presentes nas poucas vezes em que me fiz presente.

AGRADECIMENTOS

Ao João, pela fundamental acolhida no Sítio Kaa Puã, em São Roque, onde pude me concentrar para ler, escrever e pensar, a não ser pelos momentos em que não resisti a passar longos períodos absorvendo um pouco de seu amplo conhecimento da vida e das coisas.

Aos meus amigos de infância e longa data da “Banca”, com os quais tenho até hoje – e sempre! – o privilégio de conviver (com alguns mais, e outros menos): Kazuma, Matheus, Dhiego, Marcos, André, Spawn, Fabel e Nakano. Vocês provavelmente nem lerão este livro, mas são responsáveis por grande parte na manutenção da minha felicidade enquanto estive escrevendo e muito antes disso.

Ao companheiro César Borges, por suas seguidas indicações de leitura, amizade e toda colaboração intelectual indispensável.

Às tantas pessoas que me acolheram em viagens e estadias durante os trabalhos de campo para essa pesquisa: Marquito, do CEPAGRO; Camilla Argenta; Ney e Andrea do Sítio Çarakura; Maria Alejandra, companheira de caronas, sonhos e viagens; Jeferson, do Instituto Ambiental Daterra; pessoal do Utopia e Luta; Maria Karam, Rodrigo e Camilo; Carol Veloso; ao Leonardo, em Ratonés; pessoal da Arca Verde; Pedro Vieira Bastos, do Sítio Amoreza; ao Martin, à Rafa e ao pequeno Noah, em nome de quem ofereço esse trabalho a toda nova geração que vem com tudo por aí!

Aos colegas e amigos Marcos Ninguém, Sérgio Pamplona, Cláudio Jacintho CJ; Adriana Galbiati, Paulo Eduardo Rolim, Daniel Calfa, Marsha Hanzi e Thomas Enlazador, alguns dos quais sequer conheço pessoalmente, mas que se empenharam em me ajudar quando precisei e cederam longas e dedicadas entrevistas, compartilhando seu conhecimento.

Aos amigos André Takahashi, Antônio Martins (e toda equipe do Outras Palavras), Bianca Oliveira e Cauê Seignemartin por todo apoio de divulgação durante a campanha de financiamento e, a esse último, por ter salvado meu computador com quase 2 anos de trabalho sem backup de forma cinematográfica e espetacular durante uma passagem minha pela cidade de São Paulo. Tenho uma dívida com ele para sempre.

À amiga Fernanda Picciarelli, poetisa taurina alada que me ajudou a planar e ver as coisas de outro ângulo: pelos ensinamentos, companhias, conversas, livros, desencontros (por que não?) e por toda “puratura”.

Agradeço a CAPES, por seu fundamental financiamento durante a pesquisa, sem o qual esse trabalho certamente não seria possível.

Agradeço à atenciosa e dedicada Mara Casarin, secretária do PPGI-EA que tanto me auxiliou nos processos burocráticos durante a realização de meu mestrado.

Agradeço imensamente pelos esforços de Isabel Valle, Daniela Mafer, Vanessa Nicolav, Paulo Martins, Samuell Dias e José Carlos Bastos Junior, fundamentais para a materialização desta publicação.

Por fim, agradeço à minha companheira Niede Pavani, que não só esteve integralmente ao meu lado durante o intenso processo de pesquisa e escrita da minha dissertação e, depois, de meu livro, mas criou as condições para que esse trabalho fosse de fato possível, em meio a tantos vendavais. Meu agradecimento não cabe nestas linhas, mas que ao menos fique registrado nessas páginas. Amar e mudar as coisas nos interessa mais.

Não poderia deixar de agradecer aos felinos e felinas que tornaram tudo mais agradável e ronronante: Patas, Make, Graniza, Gimba e Gorda!

PREFÁCIO

Escrevo na imediata sequência da leitura dos originais do livro de Djalma Nery, um grande livro! Ao apresentar conceitos Djalma caminha pela história da Permacultura, e faz isso com profundidade e simplicidade em uma escrita elegante e de fácil entendimento. Ele escreve com o coração, e também com a razão. O coração de quem nasceu em meio a hortas e pomares, em casa pequena e simples, mas com grande quintal; e grande coração dos pais. Filho de ambientalistas, aprendeu logo cedo que *'Poluição não!'*. A razão de quem, em meio ao afeto, descobre que o mundo, para ser bom, tem que ser bom para todo mundo. Ou será assim, ou não será. Por isso, quando ele diz que o capitalismo é incompatível com a ideia de sustentabilidade, ele o diz amparado em experiência, e também em uma reflexão profunda sobre a ontologia do capitalismo, cuja razão de ser está calcada na acumulação infinita de bens, transformando tudo, e todos, em coisa. O capital gira desta maneira, transformando valores de uso em valores de troca. Daí mercado da água, mercado de carbono, e da própria biosfera. Como falar em sustentabilidade quando a própria vida é transformada em coisa? Ou como considerar racional um sistema baseado na acumulação infinita, quando o próprio Planeta é finito? É quando, de forma humilde e respeitosa, Djalma apresenta a Permacultura como uma alternativa para a sociedade.

Este livro faz uma minuciosa arqueologia dos caminhos permaculturais no Brasil. Não se trata apenas da apresentação da teoria e conceitos, em um trabalho acadêmico. Sim, este livro é resultado de um trabalho acadêmico, de uma dissertação de mestrado, que por si, valeria um doutorado, mas é também um livro de afetos e histórias pessoais. É um livro dos cuidados. Do cuidado com a terra, do cuidado com os outros, da partilha justa, com a divisão dos excedentes; no caso de Djalma, da partilha do conhecimento. Logo de cara, ele nos brinda com uma feliz revelação etimológica. Ao mesmo tempo em que, para o grego antigo, *Oikos* é casa, para o Tupy, *Oka* é casa, em aproximação filológica que atravessa oceanos e se perde no fundo do baú de memórias da humanidade. Mas a coincidência e a proximidade estão lá, a nos indicar que todos vivemos em uma mesma Casa Comum.

Inspirada na cultura da permanência das comunidades aborígenes tradicionais na Austrália, a Permacultura é um conceito em construção, que nasce na Austrália e se espalha pelo mundo, ao apontar a necessidade de uma corresponsabilidade pela produção e reprodução das necessidades básicas. No Brasil, ela se encontra com a agricultura sustentável, a agroecologia e a agrofloresta, presentes, da mesma forma, no modo de viver das comunidades tradicionais, em especial os povos indígenas. O *'modo bom de viver'* dos Guarani, ou o Teko Porã, é irmão da cultura da permanência, assim como o *'Sumak Kawsai'* dos Quéchua, nos Andes, agora sob a construção contemporânea do conceito do Bem Viver. O que o livro de Djalma faz é promover um passeio entre esses conceitos, bem como vai apresentando histórias, fotografias, infográficos..., de histórias que ele estudou, viu e viveu. E quiçá, viveremos, por isso, uma alternativa à sociedade. Viveremos porque, ou escolhemos viver em ciclos sustentáveis, com menos consumismo e mais relações profundas, de troca e permanência entre as pessoas, ou não viveremos, e seremos coisa.

Boa leitura a todas e todos que querem legar um melhor Planeta para as futuras gerações!



Célio Turino, historiador, escritor e consultor em políticas públicas. Foi idealizador do programa Cultura Viva e dos Pontos de Cultura, conceito de política pública que hoje se espalha por diversos países. É autor de vários livros, entre os quais, "Pontos de Cultura – o Brasil de baixo para cima" e "Cultura a Unir os Povos – a arte do encontro".

“torna-se impossível pensar em sustentabilidade dentro dos marcos que conformam a lógica do sistema dominante, a não ser enquanto uma retórica vazia e fetichista, elaborada sob medida para manipular a questão ambiental de modo a garantir uma sobrevivência para o capital (...) Mas reconhecer a manipulação da questão ambiental em benefício da reprodução do atual estado de coisas não significa que possamos ignorá-la. “O problema é suficientemente concreto, independente do uso que dele se faça nos dias atuais” (MÉSZÁROS, 2009, p. 52). Contudo, as contradições produzidas pelo desenvolvimento capitalista são tantas que já não basta mais apenas disfarçá-las ou “reciclá-las”, afinal de contas, a lógica expansionista da acumulação, como bem se sabe, não é, em hipótese alguma, compatível com (a verdadeira) sustentabilidade, apesar de a ideologia dominante insistir no contrário. Por consequência, a configuração de uma nova práxis ambiental deve estar necessariamente vinculada a um projeto (utópico) mais amplo, de cunho universalista, que almeje a superação do movimento de reprodução do capital e a construção de uma nova sociedade mais igualitária, integrando, assim, a causa ecológica às demandas e exigências das muitas lutas travadas pelas classes oprimidas. Afinal, humanidade e natureza não podem ser compreendidas separadamente, mas como mutuamente imbricadas em uma unidade simbiótica e dialética – uma operação realizada tanto no pensamento como na prática e que se diferencia radicalmente da práxis que tem sido levada a cabo com base no ideário burguês.” (SILVA, 2013, p. 40-43)

INTRODUÇÃO

Não é fácil escrever um livro. Ainda mais um que aborde assunto tão complexo e atual, imbricado em tantas particularidades. Digo mais: não é fácil pensar. Principalmente em um contexto que faz de tudo para impedir isso. Citando a brilhante filósofa francesa Simone Weil, “não há nada mais cômodo do que não pensar”.

A ecologia no Brasil e no mundo, em termos históricos, é pauta recente. São aproximadamente 50 anos de debates mais robustos e intensos. 50 anos de aprofundamentos em que inúmeras abordagens, propostas e reflexões foram surgindo, integrando-se e diferenciando-se; unindo-se e afastando-se. Neste livro, faço uma rápida retrospectiva desse movimento, concentrando-me em uma de suas ramificações – a permacultura – a partir do recorte territorial brasileiro.

Em parte existe aí muita conveniência pessoal: sou praticante e entusiasta da permacultura há 10 anos, trata-se de minha militância social e também atividade profissional; sou brasileiro; tenho apreço pela escrita e por me aprofundar naquilo que faço. Nesse sentido, escrever este livro veio de encontro a várias dessas circunstâncias: decidi então transformar tudo isso em uma pesquisa, o que resultou na dissertação de meu mestrado (intitulada “Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil”, com orientação da professora Dra. Laura Alves Martirani, do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada da ESALQ/USP/CENA), viabilizando o trabalho final, além de ocupar espaços dentro (e fora) da academia.

Por outro lado, além de uma atividade que me apareceu como um ponto pessoal de convergência, a escrita do livro busca contribuir para sanar uma lacuna dentro do movimento, trazendo aos interessados uma obra que apresente a permacultura de maneira mais profunda, política, social, histórica e conceitualmente, a partir de um recorte nacional. Isso não quer dizer que não existam obras, brasileiras, de praticantes de permacultura, que falem sobre ela com profundidade. Porém, o ineditismo está no enfoque – e na abordagem. Não pretendi aqui, tampouco, me debruçar sobre as técnicas, já tão contempladas na maior parte da bibliografia sobre o assunto (dado se tratar de uma filosofia tão voltada à prática).

Dessa forma, minha contribuição se dá em três principais matices: o primeiro é promover um resgate histórico da chegada da permacultura no Brasil e em algumas regiões do país, a partir de depoimentos recolhidos junto a alguns de seus protagonistas; o segundo é apresentar um panorama da rede que se constitui hoje entre os grupos, iniciativas e praticantes, para que possamos ter uma ideia da dimensão que hoje já se alcança; por último, contribuir trazendo alguns elementos de reflexão da teoria crítica e do materialismo histórico dialético, analisando a práxis permacultural e apresentando uma concepção particular de como acredito que essa ferramenta possa colaborar para alcançarmos transformações sociais estruturais mais profundas neste momento e na conjuntura em que vivemos.

Um exemplo dessa aproximação se dá na citação acima, ao início desta introdução, trecho da excelente dissertação de mestrado do geógrafo Luis Fernando de Matheus e Silva, chamada “Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul)” em que o autor retrocede às experiências dos socialistas utópicos do século XIX para encontrar parte da origem e inspiração dos movimentos de contracultura dos anos 1960 e do atual movimento mundial de ecovilas, apontando reflexões críticas e limitações demonstradas pela prática. No trecho, o autor (que se referencia também no filósofo húngaro István Mészáros) aponta para a importância de se tratar a questão ambiental integrada à crítica sistêmica. Em outras palavras, essa tentativa de separar ‘social e ambiental’, ‘humano e natureza’ precisa ser combatida mostrando que a verdadeira preservação ecológica só será possível com a superação do sistema estabelecido e de suas estruturas – não existe capitalismo verde, mas apenas capitalismo *pintado de verde*. Um sistema que vive da exploração dos seres humanos e da natureza é incompatível com o sonho de uma sociedade sustentável; e uma das mais perigosas estratégias desse mesmo sistema é apostar na fragmentação das lutas e das pautas, tentando convencer

INTRODUÇÃO

a população, por exemplo, de que um modo de vida mais ecológico pode ser comprado e construído dentro dos marcos da ordem capitalista.

Uma das manifestações desse perigo está na consolidação de movimentos despolitizados, que optam pelo enfoque exclusivamente ambiental, muitas vezes ignorando a sociedade que os cerca para pensar suas ações verdes. E há ainda a contrapartida disso, que são as ações que ignoram a questão ambiental, por julgá-la uma pauta menor no contexto da ‘luta de classes’. O grande salto qualitativo explicitado no excerto acima é o reconhecimento de que esse avanço deve ser simultâneo; de que não existe crítica social completa que não considere a questão ambiental; e que tampouco há sustentabilidade real sem transformação social – estamos então perante uma bela síntese. Em outras palavras: se não é justo, não é sustentável.

Nesse sentido, ao pensar no título deste livro, “Uma alternativa para a sociedade”, de que exatamente estamos falando? De que alternativa? Alternativa a quê? Para quê?

Podemos inferir daí, inicialmente, que a forma como vivemos e nos organizamos em sociedade não é a única possível, existindo portanto alternativas a ela – não é preciso compulsoriamente seguir o roteiro. Além disso, há uma percepção generalizada de que as coisas precisam mudar; existe uma clara insatisfação da maioria com relação à maneira como a sociedade se organiza. E ainda um último ponto importante: o numeral “uma” ao invés do artigo “a” não estabelece hierarquia ou priorização da alternativa debatida neste livro perante tantas outras alternativas que vem sendo pensadas e vividas por muita gente por aí. Em outras palavras: essa é uma obra sobre possibilidades concretas de mudança; ela é um horizonte que a gente consegue enxergar lá longe e, se quiser, caminhar para ele.

Mas que sociedade é essa que queremos mudar? Seria trabalhoso caracterizá-la em suas minúcias, pelo alto número de crises que se apresentam. Empresto aqui as palavras do economista e professor Ladislaw Dowbor em seu mais recente livro, “A era do capital improdutivo”, onde ele diz que

“a questão não é mais escolher a crise que nos pareça mais ameaçadora. A verdadeira ameaça vem de uma convergência impressionante de tendências críticas, da sinergia de um conjunto de comportamentos até compreensíveis, mas profundamente irresponsáveis e frequentemente criminosos, que assolam nossa pequena espaçonave.” (DOWBOR, 2017, p. 9)

Vivemos uma era que ameaça o planeta e todas as suas formas de vida por meio da exploração desmedida da natureza; uma sociedade que banaliza a violência e a miséria, explora os seres humanos e propaga aos

quatro cantos a desigualdade e a injustiça. Tal cenário apresenta-se completamente insustentável, impermanente dada a sua injustiça. Somos o mundo do um por um milhão, onde as 500 pessoas mais ricas têm renda equivalente às 500 milhões mais pobres. Ele está fadado a nos lançar ao caos e ao extermínio ainda que seja na busca de uma sobrevida para esse sistema que não dá valor a vida, mas sim vida ao valor.

O que a permacultura propõe, na prática, é uma revolução. É a busca de uma cultura da permanência em um contexto regido pelo imediatismo, individualismo e sem preocupação com nada nem ninguém que nos suceda; permacultura é a busca por um modo de vida e de organização humana que possa ser mais duradouro e sustentável de fato, e não apenas na retórica.

Com relação ao livro, posso dizer que a parte da escrita em si – papel e caneta, dedo e teclado – foi pequena. Somando-se os dias, um mês seria o suficiente para completar a obra. No entanto, o maior trabalho não está aí. Estas páginas resultam de uma vivência de 10 anos: com milhares de quilômetros rodados (muitas vezes de carona, sem dinheiro, contando com a generosidade de tanta gente que me acolheu e alimentou); centenas de conversas, entrevistas e diálogos; 4 anos de pesquisa acadêmica; 6 anos de Associação Veracidade – em São Carlos/SP; quase 500 colaboradores; e gente de todo o país e de fora dele que torceu, apoiou e participou do projeto. Estas páginas são, portanto, fruto de um esforço coletivo, e para contribuir com o bem comum e retornar à coletividade é que elas existem.

Quem vos fala?

Aproveito o ensejo para me apresentar, assim de passagem, já que, como dito acima, este livro é fruto de convergências pessoais e de minha trajetória de vida até aqui – misturo-me, pois, à obra.

Nasci na segunda metade dos anos 1980, em 1987, na cidade de São Paulo, e tive a sorte e o prazer de que meus pais tenham vindo morar em São Carlos – terra natal de minha mãe –, no interior de São Paulo, antes que eu completasse um ano, tornando-me assim um autêntico são-carlense. Cidade de porte ideal; nem muito grande nem muito pequena; duas grandes universidades; bom clima.

No ano de 1988, meus pais compraram uma casa bastante simples em São Carlos, mas com um grande quintal de quase mil metros quadrados, no padrão que à época eram comercializados os terrenos da Vila Prado, bairro operário dos trabalhadores e trabalhadoras da ferrovia e das

INTRODUÇÃO

indústrias locais. Nessa casa de dois quartos moramos por mais de uma década meus pais, minha irmã, eu e, eventualmente, minha avó. Em geral dormíamos os 4 no mesmo quarto, amontoados e felizes.

Cresci cercado por árvores, mato e gatos, animais sempre queridos por nós. Foi uma infância deliciosa, tenho que afirmar. Sem luxo, mas sem ausência. Tínhamos comida, espaço e amor. Frequentei sempre escolas públicas, duas na minha vida, ambas no mesmo bairro, para as quais sempre ia andando, desde muito cedo.

Além do privilégio de haver crescido praticamente em um sítio urbano, outro ainda maior precisa ser dito: meus pais foram sujeitos bastante inspiradores e muito à frente de seu tempo. Desde sempre fizemos compostagem e muito novo me lembro de meu pai iniciar sua horta. Além disso – vim a saber mais tarde –, meu pai foi militante ambientalista ‘de primeira hora’, tendo sido fundador de uma ONG chamada “Inimigos da Poluição” quando mal se falava disso, em meados dos anos 1970, na cidade de São Paulo, ao lado de quase outros 40 ativistas locais, dentre eles, os hoje famosos Eduardo Suplicy e Boris Casoy.

Minha mãe, Adriana, é outra joia rara. Militante social desde sua juventude, em meados dos anos 1960, ativíssima na luta contra a ditadura militar e participante de grupos de resistência. Iniciou o curso de Ciências Sociais na USP, em Araraquara/SP (atual UNESP, onde estudei), o qual abandonou para sair de casa e fazer sua vida na capital. Apenas para que se tenha uma pequena dimensão de seu engajamento, até treinamento de guerrilha com o lendário Che, na Bolívia, ela fez! Além disso, sua mentalidade aberta e avançada permitiu com que seu espaço, hoje a Veracidade e também sua casa, fosse e seja palco de experimentos sociais, ambientais e comunitários, hospedando e abrigando gente de todos os cantos do mundo que passam por estadias ou moradias em nossa Associação.

Realmente, acredito ter saído como uma verdadeira síntese de meus pais: mistura entre a vermelha e o verde; o hippie e a guerrilheira; a lutadora e o pacifista; leão e sagitário.

Por todas essas características, minha casa sempre foi um ponto de encontro e de organização. Espaço aberto e socializado. Festas, atividades, jogos e todo tipo de coisas sempre aconteceram ali graças a combinação destes fatores: um espaço amplo; pais progressistas; pessoas boas ao nosso redor etc.

Apesar disso, saí de casa relativamente cedo, no dia imediatamente seguinte após completar 18 anos. Era 7 de agosto de 2005, um domingo, e com ajuda de minha companheira à época fiz minha mudança para Ara-

raquara, onde já cursava Ciências Sociais, na UNESP, havia um semestre. Minhas coisas mal enchiam um carro. Lá morei por quase 5 anos, com um intervalo de viagem ao exterior no qual passei 6 meses amargando o frio e a condição marginal de estrangeiro no Reino Unido, em 2007. Em Araquara aconteceu de tudo, mas resumiria dizendo que: me formei sociólogo; tornei-me músico; vegetariano; aprendi a andar de carona; comecei uma horta e ouvi falar de permacultura.

Viajando de carona pelo Brasil



Entre 2009 e 2011, com um grupo variado de amigos que se formava e se recompunha de maneira fluída, em uma série de “viagens de formação”, percorri mais de 25 mil quilômetros, majoritariamente de carona ao lado de minha companheira Marina Villarinho, trocando trabalho por comida e estadia, sem dinheiro, dormindo em postos de gasolina, na rua e à margem de estradas, quando necessário. Sempre acompanhados de gentes, livros e propósitos. Fomos à Argentina, ao Peru e percorremos boa parte do Norte e do Centro-Oeste brasileiros, visitando fazendas orgânicas, ecovilas, sítios agroflorestais, casas de amigos, periferias, “quebradas” e todo local que aceitasse nos receber, hospedar e onde pudéssemos contribuir com algo. As estadias variavam de dois dias a dois meses; os trabalhos iam de cuidar de crianças a construir templos de meditação, passando por implementação de hortas, limpeza e colheita de café. Aprendi espanhol na marra, assim como aprendi muitas outras coisas. E me maravilhei com o número de pessoas que não apenas queriam mudanças, mas a realizavam em seus locais de trabalho e moradia. Nesse trajeto escrevi muitos diários e

INTRODUÇÃO

poesias, alguns dos quais formam aquele que julgo ser meu primeiro livro, apesar de jamais publicado, chamado “Pequena Etnografia do Acaso”, onde narro de maneira lúdica os descaminhos pelos quais as caronas e os encontros iam nos levando.

Depois dessas experiências formativas, retornando à cidade natal, decidi terminar minha graduação e me tornar professor da rede pública estadual de ensino, o que fiz por apenas um ano, em 2012, lecionando sociologia para alunos do ensino médio em quatro escolas da região. Foi meu primeiro trabalho formal com o ensino e me encantei por aquilo, a despeito das agruras proporcionadas pela crise da educação que é, em verdade, projeto, como nos conta Darcy Ribeiro.

Ainda em 2012, me reconectando com São Carlos e querendo trazer para a cidade um pouco daquilo que eu tinha visto e vivido, junto com um grupo de quase 40 pessoas, fundamos a Associação Veracidade, estação de permacultura urbana em São Carlos, para difundir um pouco desse conhecimento pela região. A entidade cresceu, deu frutos e aproximou mais gente. Realizamos projetos em dezenas de cidades e, inclusive, em outros países; sempre com foco na partilha do conhecimento e na difusão da permacultura e da agroecologia especialmente no espaço urbano.

Pela mesma época vinculei-me à educação popular, passando a integrar os quadros da RECID (Rede de Educação Cidadã) a convite da amiga Luana Castelli, da Ecovila Tibá. A RECID foi uma rede fomentada pelo governo federal, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência e ao programa Fome Zero. Ela vinha como um braço de formação política voltada prioritariamente às populações vulneráveis do Brasil, em geral atendidas por programas sociais como Bolsa Família e afins. Foram quase 4 anos de atuação, de muitos aprendizados, encontros, oficinas, atividades pedagógicas, místicas, viagens e gentes.

Em paralelo, em 2014, prestei mestrado a convite da então orientadora de minha irmã, professora Laura, da ESALQ, com um projeto para estudar o panorama da permacultura no Brasil, para o qual fui aprovado, tendo-o concluído três anos depois, em 2017. Um dos produtos desse processo foi minha dissertação, intitulada “Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil”, que por sua vez serviu de base para este livro. Como mencionado acima, este livro significa a culminância de muitos processos e a interconexão de várias ações: a vontade de viajar, conhecer e me aprofundar na permacultura, pesquisando os seus conceitos e origens, e de alcançar uma titulação com o objetivo de trabalhar com ensino no nível superior.

Por último e também desde 2012 (que ano, hein?), percebi mais concretamente as limitações que nos são impostas pelo Estado e por seus representantes e entendi que qualquer estratégia de transformação mais profunda passaria, também, por questionar a ordem e disputar simultaneamente a institucionalidade vigente. Nesse sentido percebi que era preciso fazer algumas escolhas, e decidi me filiar e militar junto ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), uma das poucas organizações políticas brasileiras existentes hoje que, em minha concepção, apesar de ainda pequena, tem condições concretas de alterar a correlação de forças e contribuir para o avanço social no Brasil. Então veio 2013, as Jornadas de Junho, 2014, a ameaça tucana, o terceiro turno, os secundaristas em luta, golpe, retrocessos... e depois dessas experiências intensas de participação e mobilização, nunca mais voltei para casa e não parei de militar. Pelo contrário, busquei integrar as lutas como, por exemplo, buscando compor e participar do Setorial Ecosocialista do PSOL, fazendo o debate socioambiental para dentro de nossas instâncias e para fora delas.

Foi nesse contexto que a permacultura novamente me surgiu como um ponto de convergência entre tudo: contemplava meu anseio por prática, por ser parte da mudança; propunha um projeto de sociedade; questionava as estruturas; e me permitia trabalhar como educador. Eu não tive dúvida do que fazer.

A obra

Enfim, chegamos aqui: um sociólogo, permacultor, educador, que viajou o Brasil e decidiu escrever um livro para contar um pouco da história da permacultura. Este livro foi se tornando uma realidade quase espontânea ao reunir relatos, entrevistas, imagens e vivências com gente de todo o Brasil (e de parte da América Latina) que tinha sido e era parte da história da difusão da permacultura em nosso território. Espero honestamente que ele contribua tanto como registro como no sentido de visualizarmos juntos possibilidades e caminhos.

É por isso, aliás, que o livro se divide em três partes (Caminhos, Perspectivas e Debates).

A primeira parte, “Caminhos”, traz elementos históricos do surgimento da permacultura no mundo a partir dos inúmeros livros, informações e relatos dos primeiros passos da permacultura no Brasil.

A segunda parte apresenta um panorama atual dos grupos e iniciativas em atividade no país, com números, mapas e informações concretas

INTRODUÇÃO

de quem somos, onde estamos e o que fazemos. Claro que, aqui, muita coisa ficou de fora, até porque muita coisa está surgindo agora, enquanto escrevo, mas acredito que esse panorama, ainda que incompleto, pode contribuir para termos uma boa dimensão das possibilidades e perspectivas em jogo.

Fundação da Veracidade



Por último, a seção “Debates” se aprofunda em alguns temas pontuais, propondo reflexões e questionamentos críticos acerca de pontos relevantes, como a intersecção entre permacultura, política, ética, técnica e estética; além de trazer um manifesto e textos mais densos, livres e literários, de caráter independente.

Importante frisar que a permacultura é assunto assaz recente e, como tal, apresenta uma série de dificuldades a quem se propõe a pesquisá-la e conhecê-la, caso que se agrava em trabalhos de profundidade, tendo em vista a escassez de fontes e leituras. No meio acadêmico, se por um lado temos a satisfação do pioneirismo – visto que poderíamos enumerar nos dedos das mãos os trabalhos que abordam explícita e privilegiadamente o tema aqui discutido –, por outro enfrentamos o ônus desse desbravamento, com seus percalços, inseguranças e incertezas. A sorte nos trouxe por

caminhos benfazejos, colocando-nos ao alcance pessoas e experiências que tornaram possível suportar e superar os desafios postos.

Por se tratar de um campo prático e concreto, a retroalimentação entre prática e teoria foi capaz de proporcionar um amplo aprendizado, apontando para caminhos e possibilidades reais de ‘um outro mundo possível’: objetivo último daqueles e daquelas que praticam e vivem a permacultura em suas vidas.

Dada a limitação temporal e espacial intrínseca à pesquisa que originou este livro, buscamos ordenar da maneira mais clara possível as informações e fatos relevantes para atingir a consecução do objetivo aqui proposto: apresentar um mapeamento atualizado – e representativo – dos grupos de permacultura em atividade no Brasil. Com isso espero poder traçar um panorama concreto de quem são e o que fazem os inúmeros centros, estações, institutos e coletivos espalhados pelo país. Somado ao objetivo central, também atribuo a esta publicação as tarefas de, por um lado, esboçar uma pequena historiografia acerca da chegada e desenvolvimento da permacultura no Brasil; por outro, de oferecer algumas reflexões críticas e análises qualitativas baseadas no citado mapeamento. Para cumprir tais tarefas foi necessário, também, dedicar-me a uma espécie de aprofundamento teórico que, em parte, está exposto e sistematizado na terceira parte do livro, com exposição de alguns pontos-chave para o melhor entendimento dos debates postos.

Recomendo para quem estiver em busca de mais aprofundamentos a leitura completa de minha dissertação “Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil” que está disponível publicamente para download gratuito no portal de teses e dissertações da USP. Além de conteúdo distinto, ela traz na íntegra, em seus anexos, a transcrição de todas as entrevistas realizadas durante a pesquisa. Trata-se, portanto, de um material de pesquisa riquíssimo, exclusivo e inédito para os interessados no tema. Os anexos do trabalho contam, inclusive, com uma mídia digital vinculada à sua versão impressa (disponível na biblioteca da ESALQ) e em formato de *link* que deixarei disponível também ao final deste livro. Nela constam materiais de apoio gerados durante o trabalho, tais como as entrevistas transcritas na íntegra e seus respectivos arquivos de áudio; bibliografia básica em arquivos de texto; versão digital do trabalho; imagens, fotografias e vídeos autorais; entre outros. Ao disponibilizar esse material, visamos dar mais concretude à pesquisa realizada, e contribuir para o aprofundamento daqueles e daquelas que se interessarem pelo tema, em um formato transmídia e complementar. Os trechos selecionados das entrevistas realizadas inseridos no texto encontram-se sob formatação específica

para melhor diferenciação, em formato análogo ao de citação acadêmica, porém, com recuo distinto.

A permacultura, é uma noção bastante recente, com bibliografia e material profundamente escasso. Vamos para os 40 anos de permacultura, e não passam de algumas dezenas as referências sólidas (em termos de literatura) que possuímos para conhecê-la e sobre ela refletir. Logo, um de nossos objetivos é colaborar, no que estiver ao nosso alcance, no sentido de preencher um pouco desta lacuna, com enfoque na realidade brasileira. Esperamos contribuir com a mudança deste cenário, fazendo com que cada vez mais pessoas tomem contato com possibilidades de mudança em diversos níveis: do pessoal ao coletivo.

Permacultura, ou ‘cultura da permanência’, em essência, é a prática de ‘um outro mundo possível’, balizada por valores fraternos, harmônicos, éticos e solidários. Assim, espero ser possível, durante a leitura deste livro, vislumbrar e contagiar-se com novas possibilidades, exatamente como aconteceu comigo durante a sua escrita: ao longo do processo, reforcei minha convicção de que é preciso experimentar outra maneira de existir e de estar no mundo, diferente desta que nos é oferecida *a priori*. Esperança e felicidade é o que sinto ao saber que não são poucas as pessoas dedicadas à construção destas e de outras tantas possibilidades.

Um rápido (e talvez necessário) aviso: não somos neutros

A vida em sociedade seria mais simples e serena se adotássemos a prática de, sempre que possível, iniciarmos por expor abertamente nossas posições, intenções e convicções¹. Não importa o fato de que nem sempre elas se concretizem ou que, frequentemente, resultem em efeitos imprevistos ou indesejados – tais casos tratam-se de contingências e circunstâncias. O silêncio nesse campo, geralmente, é motivado por duas grandes razões: ou denota sincera ausência de reflexão acerca da importância em tornar claras as perspectivas e motivações do autor; ou, em outros casos, tal silêncio é diretamente proporcional à impossibilidade (no sentido ético) de assumir determinadas intenções. Os maiores ideólogos são aqueles que tentam omitir a posição de seus discursos, advogando em nome de uma

1. Me inspiro aqui, entre outros, no brilhante livro “A objetividade na pesquisa social”, do economista sueco Gunnar Myrdal, infelizmente sem tradução para o português, onde o autor expressa justamente a importância de abolirmos o mito da neutralidade em nossa prática científica e, sempre que possível, começar por expor o ponto de vista de onde, enquanto autores e pesquisadores, falamos. Dica valiosa para nossas vidas e práticas.

pretensa neutralidade – não raro, quanto maior o entusiasmo por atestar neutralidade, mais ‘inconfessáveis’ são os interesses em questão. Preferimos, então, iniciar por correr o risco do desagrado, sepultando qualquer incômodo silêncio.

Tendo em vista a multiplicidade de perspectivas, apresentar a nossa claramente constitui-se como um sinal de respeito para com nossos interlocutores. Apresentando o ponto do qual partimos, lhes damos a oportunidade de situarem-se mais precisamente no universo em questão, e assumirem sem receio as próprias – e inevitáveis – parcialidades. Em termos mais categóricos: a neutralidade é um mito e esse livro, portanto, tem lado.

Parece-me de bom tom partir pela tentativa de desmanchar os nós desse complexo novelo, emaranhado pela infundada pretensão da neutralidade que se aplica, em especial, no fazer científico. Pois, em verdade, o que se espera da ciência é transparência, não opacidade. Paira no discurso científico uma névoa chamada neutralidade. Quanto mais intensa se encontra, tanto mais nos turva a vista. Por isso, se a ciência é uma arte humana, e o ser humano é ser parcial, nos parece um contrassenso pretender neutralidade onde existe intenção. Começemos pela responsabilidade de assumir as nossas.

Dessa maneira, escolhi trazer nesta introdução, além das considerações iniciais usuais, essa breve reflexão sobre a impossibilidade da reivindicação de qualquer neutralidade que pudesse passar a impressão de que o trabalho aqui tenha sido apenas o de ouvir, sistematizar, registrar e divulgar. Não, este trabalho tem por trás de si uma convicção: a de que a permacultura tem potencial de transformar profundamente a vida das pessoas, em grande escala, desde que sua prática seja associada à reflexão crítica e à práxis política e coletiva. Desde que ela seja democratizada e popularizada.

Por outro lado, ter posição e intenção não nos priva de objetividade e racionalidade. O rigor científico e ético no qual me baseei ao longo de todas as etapas da pesquisa que subsidiou este livro, busca incorporar, ao máximo, conceitos e práticas que nos auxiliam a equilibrar a vivência com a ciência acadêmica em seus métodos e premissas. Esforcei-me no sentido de ouvir atentamente e da maneira mais imparcial possível todos os interlocutores nas dezenas de entrevistas realizadas e transcritas, a despeito de suas posições favoráveis ou contrárias à nossa hipótese e percepção adotadas nas questões abordadas. Além disso, apresento os dados obtidos através de um formulário *on-line* de pesquisa da maneira mais objetiva e transparente possível por meio de gráficos e dados concretos e quantitativos. A adoção de métodos científicos bus-

cou conferir solidez ao trabalho, resultando em um híbrido entre engajamento militante e rigor científico.

Uma vez que minha trajetória se encontra profundamente atrelada à trajetória do ‘objeto’ estudado, conforme mencionado, optei por um tipo de pesquisa que comportasse tal engajamento, fazendo dele recurso para maiores aprofundamentos e obtenção de dados. Trata-se, portanto, de uma pesquisa qualitativa (GODOY, 1995a; 1995b); participante (BRANDÃO, 1984; 1985); com elementos de pesquisa-ação (TRIPP, 2005) e inspiração etnográfica (NEVES, 2006), utilizada principalmente para as dinâmicas e atuações em campo. Com relação aos pormenores das citadas metodologias, discorreremos mais adiante no trabalho.

Por fim

Dada minha trajetória, foi rápida a percepção de que a permacultura se encontrava restrita a espaços e públicos específicos, e que algumas contribuições poderiam ser feitas para colocá-la em condições de ser melhor disseminada, levando consigo sua prática e discurso de autonomia, e melhorando, objetivamente, a condição de vida das pessoas. Foi essa uma das principais motivações para fundação da estação de permacultura urbana Veracidade, em 2012, que nasce como a concretização da leitura crítica acerca do panorama contemporâneo da permacultura. Centenas de formações, oficinas, cursos e palestras foram realizados desde esse momento, percorrendo diversos territórios e cidades, tecendo redes em inúmeras parcerias.

Junto a esse engajamento, foi possível observar que em muita gente, de diferentes lugares, reverberavam percepções semelhantes sobre a necessidade de difundir e ampliar os efeitos e alcances dessa ‘Revolução Silenciosa’ chamada permacultura. Então percebemos a necessidade e importância de se trabalhar em rede; fazer desse processo algo coletivo. E, novamente, entendemos que o primeiro passo seria saber quem já se encontrava engajado neste processo. Logo, surgiu a ideia de trabalhar num mapeamento quantitativo, qualitativo e atualizado dos atores da permacultura no Brasil, para entender suas respectivas posições e, a partir disso, vislumbrar caminhos e perspectivas.

Por fim, cabe ressaltar o desejo e intenção particular em contribuir para a popularização da permacultura no Brasil. Para isso, é preciso superar dilemas e obstáculos que se desenrolam dentro e fora do movimento, buscando construir um horizonte utópico comum para onde os permacultores

e as permacultoras do Brasil possam mirar e caminhar. Como consta na epígrafe desta introdução “torna-se impossível pensar em sustentabilidade dentro dos marcos que conformam a lógica do sistema dominante”, e ao longo do trabalho espero demonstrar porque tal afirmação é importante para pensarmos o papel e a articulação da permacultura no Brasil e no mundo.

Que este livro possa contribuir para a reflexão crítica e coletiva, auxiliando na promoção de autonomia e na democratização do acesso aos úteis e inspiradores conhecimentos aglutinados dentro do universo chamado permacultura!





CAMINHOS

CAPÍTULO 1



ECOLOGIAS, ECOLOGISMOS E A ASCENSÃO DO PENSAMENTO VERDE

Se o objetivo é retrazar alguns dos caminhos que deram origem à permacultura, é preciso remontar a situação e o contexto que deram razão a seu surgimento. Se entendemos que a necessidade é um dos principais motores da História, quais foram as circunstâncias que tornaram a permacultura ‘necessária’? Para responder a este questionamento, uma de nossas primeiras tarefas é a de retroceder no tempo e entender o que acontecia no mundo – e o que conduziu a tais acontecimentos – quando, em meados dos anos 1970, na Austrália, falou-se pela primeira vez em “cultura da permanência”.

Para isso, nos parece pertinente começar por entender o cenário maior no qual a permacultura se insere, remontando algumas das origens e caminhos do ambientalismo e do ecologismo no mundo, debates atuais que têm crescido exponencialmente nas últimas décadas, em especial a partir dos anos 1960, ganhando destaque, público e alcance. Mas que fique claro não tenho a intenção de apresentar aqui um resgate minucioso e detalhado desse cenário (até porque muitas obras e autores tais como Viola, José Eli da Veiga, Andrew Dobson, Sachs, Martinez-Alier, Enzensberger, Dupuy, Pascal Acot, entre outros, fazem isso a contento), mas apenas frisar alguns dos principais elementos que parecem ser relevantes para o melhor

entendimento de nossa temática central e sua origem. Fazemos algumas breves considerações.

Os últimos 50 anos – marcados por um intenso desenvolvimento tecnológico, industrial e produtivo – propiciaram o ensejo para que o debate ecológico viesse a emergir com força, alçando-o à centralidade que hoje possui. Já não é mais possível oferecer uma análise social completa ou ao menos entender a contento as dinâmicas e arranjos produtivos contemporâneos sem falar da relação do ser humano com o seu entorno, com a natureza e com as outras formas de vida.

Isso se dá, por um lado, devido à percepção da finitude material do planeta, que se faz cada vez mais óbvia já que a exploração daquilo que muitos chamam “recursos naturais” tem um limite – o limite de sua própria existência. Logo, o pensamento ‘econômico’ de crescimento linear infinito (crescimento intrinsecamente ligado à exploração da natureza e de seus bens) não pode se ajustar em um mundo finito, e precisa ser revisto, principalmente, no que diz respeito à sua relação com o mundo natural. De outro lado, a ascensão do pensamento sistêmico² – que percebe a Terra como um organismo vivo onde somos partes conectadas de um mesmo todo, junto a outras formas de vida – modifica cada vez mais nossa percepção de mundo. Além disso, a ideia de ciclo torna-se inegável, já que no planeta Terra tudo vem de algum lugar, e tudo vai para algum lugar; não existe “jogar fora” em um ambiente integrado. Essa visão vem reorientando nossa maneira de estar no mundo, e alimentando muitas experiências, reflexões e possibilidades.

Nesse contexto, ambientalismo e ecologismo são movimentos que derivam das discussões sobre a percepção do planeta, seus ciclos e sua finitude. Tais movimentos são bastante mais recentes do que a temática que os originou, e hoje fazem com que a ecologia, por exemplo, se apresente, para além de uma disciplina, em múltiplas dimensões. Para fins de sistema-

2. A visão sistêmica é parte de um novo paradigma emergente das ciências que surge no século XX e faz oposição ao pensamento mecanicista do século XVII representado principalmente pelas figuras de Descartes, Newton e Bacon. Ele aponta, em suma, para a não fragmentação das esferas da vida e da ação humana, a partir da perspectiva de integração entre ser humano e natureza, afirmando a interconexão latente que nos une como em uma “Teia da Vida” (obra de um dos principais expoentes dessa corrente de pensamento, Fritjof Kapra). Também confere valor científico a subjetividade (através das artes e da espiritualidade), colocando-a como componente fundamental, ao lado da racionalidade, para promover um real desenvolvimento humano. Dessa maneira, estimula a dinâmica de transversalidade e interdisciplinaridade na pesquisa, no ensino e na ciência de um modo geral.

tização, debatemos aqui a ecologia através de três aspectos complementares e distintos: ecologia como ciência, no estudo das relações entre os seres e seus nichos; ecologia como prática pessoal, a partir da sensibilização ambiental e adoção de hábitos saudáveis em busca de qualidade de vida e harmonia; e ecologia enquanto movimento social, que unifica inúmeros atores em nome da manutenção das diversas formas de vida, de um entorno adequado para todos os seres, e da justiça socioambiental.

A ciência ecológica

Para buscar a origem da ecologia em sua dimensão científica (uma das mais complexas) temos que retornar a antigos filósofos gregos tais como Heródoto, Hipócrates e Aristóteles, retrocedendo no tempo cerca de 2.500 anos. Todos eles, cada um à sua maneira, já naquela época, deixaram-nos reflexões e registros hoje categorizados em uma área do conhecimento transdisciplinar conhecida por “história natural”, que reúne estudos e trabalhos de diversas disciplinas tais como biologia, ecologia, geografia, paleontologia etc. Esses antigos filósofos observaram interações e comportamentos relacionais entre seres vivos (animais ou vegetais) sugerindo de forma rudimentar o que, mais tarde, consolidar-se-ia na forma de conceitos como cadeia alimentar, nichos e ecossistemas. Um emblemático exemplo oriundo dos antigos está nas ricas descrições de Heródoto acerca de mutualismo presente no Rio Nilo, onde ele observou momentos em que crocodilos do rio abriam a boca à espera de aves de bico longo (escolopácídeos) que se alimentavam de detritos e parasitas como sanguessugas presas entre os dentes e cavidades de sua boca, limpando-a ao se alimentar. Esse caso de relação simbiótica interespecífica entre aves e crocodilos também ilustra brilhantemente o conceito que o geógrafo Piotr Kropotkin viria a desenvolver em seu livro “Ajuda mútua: um fator de evolução” (publicado em 1902) a partir de suas observações na Sibéria, em que apresenta a cooperação e não a competição (como Charles Darwin sugere em “A origem das espécies”, seu célebre trabalho sobre a teoria da evolução e a seleção natural), como principal fator de interação e evolução da vida no planeta.

A palavra ecologia deriva da junção dos termos gregos “*oikos*” (casa) e “*lógos*” (razão ou estudo), podendo ser sintetizada como uma forma de ‘estudo da casa’ ou, em outras palavras, o estudo da interação entre os seres e o ambiente que os cerca.

Cabe aqui um rápido parêntese a ser aprofundado adiante, com relação à ‘coincidência’ entre as palavras gregas e tupi-guarani para designar casa: “*oikos*” e “*oka*”. Tendo em vista tratar-se de povos tão distantes é razoavelmente curiosa essa semelhança fonética e gráfica para representação de um mesmo substantivo. Além disso, os tupis-guaranis têm no verbo “*ikó*” sua representação para estar e habitar. Logo, é possível encontrar proximidade entre a ‘casa’ e o ‘local onde estou’, ‘local onde habito’ incorporado na semântica dos povos tupis. Em contraposição a isso, a racionalidade grega (*logos*) nos impele a enxergar na casa (*oikos*) algo alheio à nossa existência, uma externalidade, de fato um ‘meio-ambiente’, objetificado; um meio onde nós, humanos, podemos existir. Tais concepções linguísticas denotam e influenciam a percepção dos povos a respeito daquilo que os cerca e serve de ponto de partida para profundas discussões acerca do significado de natureza, ecologia e ambiente para distintos povos.

Retomando as origens da ecologia enquanto ciência, no que diz respeito à sua aceção moderna, não foram poucos os pesquisadores, cientistas e diletantes, que, assim como os gregos antigos, contribuíram determinantemente em seus diversos trabalhos nas áreas da botânica, biologia, geografia, medicina, zoologia, entre tantas outras, para dar à luz o conceito de ecologia como hoje o conhecemos.

Pessoas como o botânico Richard Bradley; o naturalista e geógrafo Alexander von Humboldt; James Hutton; Jean-Baptiste de Lamarck; Amalie Dietrich; Maria Sibylla Merian; Eugenius Warming; Carl Linnaeus; Ernst Haeckel; dentre tantos outros homens e mulheres (mais homens do que mulheres, devido ao patriarcado e ao machismo ainda mais intensos do passado que dificultavam às mulheres dedicarem-se às ciências e à pesquisa acadêmica), empenharam suas vidas a aprimorar os estudos que nos permitiram, hoje, materializar a ecologia como uma sólida área do conhecimento humano.

É difícil dizer quem foi o fundador da teoria ecológica moderna, pois não houve um único grande marco categórico nesse sentido, mas sim uma somatória de obras e pensamentos que culminaram na mesma. De qualquer forma, atribui-se frequentemente a Ernst Haeckel (1834-1919) o esforço de realmente cunhar o termo como hoje o conhecemos, apresentado pela primeira vez como “*oecologie*” em uma nota de rodapé de seu livro “*Generelle Morphologia der Organismen*”, de 1866. O trecho em que o apresenta é uma nota onde se lê que:

“Ao ampliar o conceito de Biologia neste amplo e compreensível escopo, nós encerramos o estreito e limitado senso em que frequentemente (especialmente na entomologia) se confunde a Biologia com a Ecologia, [...] com o modo que os organismos se relacionam entre si e com o meio externo etc.³”

Gosto de pensar na ideia de uma nota de rodapé, singela, portadora de um neologismo quase banal que, despretensiosamente, revolucionou o mundo. Se Haeckel soubesse o impacto que essa nota teria, quem sabe houvesse escrito todo um tratado acerca da mesma.

Importante frisar que Haeckel também foi o responsável por cunhar o termo ‘darwinismo’ e foi, em verdade, um dos maiores defensores das teorias evolucionistas de Charles Darwin. Isso explica muito do cientificismo ainda bastante presente em uma das dimensões da ecologia enquanto disciplina acadêmica.

Quase 30 anos depois, em 1895, a obra “*Oecology of plants: an introduction to the study of plant communities*”, do botânico dinamarquês Eugenius Warming, representa também um marco na consolidação da ecologia como campo do conhecimento, em especial da chamada ecologia vegetal. Vale citar que Warming morou durante três anos no Brasil, de 1863 a 1866, trabalhando como secretário particular de seu conterrâneo, o naturalista e pai da paleontologia e arqueologia no Brasil, Peter Wilhelm Lund, que viveu a maior parte de sua vida em Lagoa Santa, na região metropolitana de Belo Horizonte, sendo um grande estudioso do cerrado e da fauna e flora brasileira em geral.

Por último, considero importante citar também os trabalhos do sueco Carl Linnaeus, pai da taxonomia moderna e fundador de um ramo da biologia chamado de “economia da natureza” que é tido, por alguns, como o sinônimo da compreensão ecológica de Haeckel, tendo escrito suas principais obras, ao menos 100 anos antes dos trabalhos de Haeckel. Seus escritos também influenciaram profundamente o pensamento de Charles Darwin.

Temos então um conjunto de autores, pensadores, ecologistas, botânicos e biólogos como Linnaeus, Darwin, Haeckel, Warming, entre outros, cujos trabalhos e produções culminaram na consolidação do entendimento moderno acerca da ecologia em sua dimensão científica. Cada qual contribuindo a seu modo e em seu tempo para formar essa complexa teia de relações e resultados dos quais desfrutamos hoje com o privilégio

3. Tradução retirada de artigo de Gilge (2013)

do tempo presente. Todos eles podem ser considerados expoentes do positivismo cientificista da época, tendo se proposto ao estudo das “relações entre seres vivos”, sobretudo da interconexão entre indivíduos de uma comunidade e o ambiente por eles ocupado. Tais obras abriram passagem para uma série de estudos e reflexões análogas, fazendo com que a ecologia desse seus primeiros passos de emancipação para além de se tornar apenas um ramo da biologia.

Tais reflexões trazem o ineditismo de não voltar as atenções e esforços científicos exclusivamente para a observação de objetos isolados – prática comum ao fazer científico da época, influenciado pelo racionalismo cartesiano –, mas justamente centrar-se na observação daquilo que está para além dos objetos em si – as inter-relações e interações geradas por diferentes seres. Está aqui um dos princípios incorporados pela permacultura enquanto ferramenta de *design*: o de priorizar o estudo das relações entre diferentes elementos e entender suas sinergias e oportunidades para, com isso, otimizar o planejamento de espaços. É o “trabalhar *com* a natureza” de que nos falava Mollison. Para tanto, é preciso conhecê-la em seus ciclos e interações.

A partir desta concepção histórica e inaugural em torno da ecologia, originaram-se diversos outros aprofundamentos, multiplicando os objetos de análise das disciplinas e suas abordagens. Dentre eles, citamos como exemplo a “biologia da conservação” (formulada em 1978, em publicação de Wilcox e Soulé, que postula práticas científicas para a conservação de biomas), a “ecologia da restauração” (que combina diversas disciplinas ecológicas, como a ecofisiologia animal e vegetal, a fim de restaurar ecossistemas degradados ou extintos, orientados pelo princípio da autossustentação) e, mais recentemente, a “agroecologia” (que combina técnicas agrícolas com sistemas ecológicos sustentáveis, saberes tradicionais, princípios socioculturais e justiça socioambiental) e se consolida em um tripé que contempla as dimensões científicas, culturais e sociais da ecologia (WEZEL et al., 2011).

Trimembrações da ecologia, suas práticas e os anos 1960

Nesse sentido a ecologia também se apresenta, principalmente a partir dos anos 1960, em sua dimensão cultural de prática pessoal, onde os indivíduos, entendendo a relação consigo mesmos e com o entorno, adotam hábitos pessoais tais como uma alimentação equilibrada, meditação, contato com a natureza, yoga etc., no sentido de harmonizarem sua existência com o meio que habitam e melhorarem suas condições de vida;

e como movimento social – origem do ambientalismo e do ecologismo – que nasce da percepção de que a preservação e o direito a um meio saudável é um direito que precisa ser conquistado coletivamente, através de articulações e diálogos organizados entre todos os segmentos da sociedade.

Nos quase 150 anos da ecologia como ciência formal, muitas concepções metodológicas e críticas se formaram. Trazemos aqui algumas referências que podem ser pertinentes a esta introdução.

Uma das mais interessantes concepções contemporâneas de ecologia está na tripartição proposta por Guattari (1990), que apresenta a ecologia sobre o conceito da ecosofia, ou seja, uma ecologia expandida até os limites da ética e da política, em contraposição ao ‘logos’ da racionalidade hegemônica. A ecosofia reflete a ecologia em três aspectos gerais: como compreensão e pesquisa do meio ambiente; como ressignificação das relações sociais; e como crítica e reflexão da subjetividade humana.

Outra tripartição que vale a pena ser mencionada é a de Martínez Alier (2007), vinculada aos posteriores movimentos ecologistas em sua obra “O ecologismo dos pobres”. Ele compreende o ecologismo como: biologia da conservação, ou culto ao silvestre; evangelho ou credo da ecoeficiência; e ecologismo dos pobres, ou ecologismo popular / movimento de justiça ambiental. Ele demonstra assim diferentes práticas possíveis a partir da matriz ecológica apropriada por distintos grupos. Em síntese, o autor enxerga três principais grupos organizados ao redor do tema: um voltado para o conservacionismo, que se preocupa sobretudo com o valor intrínseco de todas as formas de vida; outro voltado ao ambiente tecnológico que tem no mote do “desenvolvimento sustentável” sua máxima expressão; e outro formado por movimentos sociais e populares que se mobilizam em torno da questão ecológica nas suas lutas e demandas por um ambiente saudável e equilibrado.

É importante frisar que ainda que o debate ambiental e ecológico tenha estado presente nos últimos 150 anos, a partir de inúmeras concepções e autores (que vão desde Thoreau com “Walden” à cooperação entre as espécies de Kropotkin), é apenas a partir dos anos 1960 que o tema ganha real notoriedade e projeção internacional, consolidando-se como assunto amplamente debatido e divulgado. São muitos os elementos que podem nos ajudar a entender o porquê disso. É preciso levar em consideração, antes de mais nada, como dito acima, o amplo avanço tecnológico e industrial pelo qual passava o mundo nesse instante, com o surgimento e popularização de meios de transporte e comunicação até então nunca vistos, como o transporte aéreo e a telefonia, e posteriormente a informática e toda telemática a ela associada. Os anos 1960 foram, portanto, anos de

profundas transformações na vida das pessoas e nas possibilidades concretas de existência e organização.

Some-se a isso o contexto cultural e social da época, atravessada por profundas convulsões políticas manifestas nos movimentos de contracultura; em maio de 1968; nos governos progressistas da América Latina (e as cruéis ditaduras, suas antípodas); na farta literatura e música produzida no período; no movimento hippie; na chegada ao Ocidente das práticas e culturas orientais etc. Como sugere o geógrafo Luis Fernando de Matheus e Silva, os movimentos de contracultura dos anos 1960 estão intimamente associados a uma das etapas intermediárias de uma movimentação maior que viria a desembocar, entre outras coisas, no que hoje se conhece por permacultura e por ecovilas. Tais experiências foram herdeiras diretas dos socialistas utópicos do século XIX (como Owen e Fourier), que buscavam propor e experimentar outras formas de sociabilidade e organização humanas, mais livres e igualitárias.

A relação com a natureza e as reflexões da ecologia (que já se apontava enquanto movimento) foram pautas amplamente incorporadas pela atmosfera dos anos 1960, que tinham como uma de suas premissas a reconexão do ser humano com suas origens e raízes, em contraposição ao humano moderno, urbano, unidimensional (para citar Marcuse) produzido pelas atuais condições de produção predominantes, descolado dos ritmos naturais e da sabedoria impregnada na natureza.

A Revolução Verde e uma primavera ruidosa

Nessas circunstâncias, um dos grandes marcos de popularização da pauta se deu na publicação do livro “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson, em 1962, “uma das reportagens investigativas mais importantes do século XX”, como a Escola de Jornalismo de Nova York o classificou, trabalho no qual a autora denunciava os efeitos deletérios do DDT (sigla para dicloro-difenil-tricloroetano), primeiro pesticida moderno largamente utilizado durante e após a Segunda Guerra Mundial⁴. O livro todo é uma

4. Sobre esse importante tema de como as indústrias químicas e bélicas se reorganizaram em torno do agronegócio no pós-guerra, recomendo a leitura da dissertação de mestrado de Lucineia Miranda de Freitas, “Pulverização aérea com agrotóxicos: acidente ou crime?”, apresentada em 2016 ao Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Em especial o capítulo 2.2 “Agrotóxico: da indústria bélica à agricultura, o lucro acima da vida. Esse excelente trabalho explicita irreversivelmente a relação entre esses setores e denuncia

imensa denúncia ao modo insustentável e abusivo com o qual o ser humano vinha conduzindo sua relação com o entorno, buscando dominá-lo por meio da força das invenções tecnológicas e da ciência. Carson apresenta uma projeção distópica porém bastante concreta de futuro, apontando o ser humano como principal vetor da destruição ecológica, tornando-se refém de suas próprias invenções e conduzindo o planeta e a civilização ao caos e ao colapso devido à sua total falta de percepção sistêmica.



“A ‘Primavera Silenciosa’ se transformou em um verão ruidoso”, afirmou à época o jornal *The New York Times*. A obra de fato disparou um processo latente de debates e produções acerca do tema. Logo após sua publicação, textos, documentários e eventos multiplicaram-se em todo o mundo, tendo criado um movimento responsável por profundos debates institucionais e populares e a consequente proibição da produção do DDT em grande parte do planeta (em 1972 nos EUA e apenas em 2009 no Brasil, por exemplo).

Os anos 1970 foram vigorosos para o surgimento do ecologismo e do ambientalismo, que surgiam enquanto movimentos de contestação organizados a partir de uma pauta que ganhava cada vez mais corpo e apresentava profundo eco perante a população mundial que, de norte a sul e de leste a oeste, unificava-se pela busca do direito a um ambiente saudável, ameaçado principalmente pela indústria em suas diversas formas e segmentos.

de maneira categórica os objetivos e as origens das grandes indústrias químicas do agronegócio contemporâneas.

Importante situar historicamente, a título de pano de fundo, o que foi a chamada “Revolução Verde”, fundamental para entendermos o espírito da época e dos tópicos em voga. Em poucas palavras, apesar do nome bonito, a Revolução Verde pode ser considerada um dos momentos mais críticos da história da humanidade no que diz respeito à sua relação com o entorno. A partir dos anos 1950 e em especial dos anos 1970 em diante, o modelo de produção agrícola internacionalizou-se por meio do chamado ‘pacote tecnológico’, que consiste em um conjunto de procedimentos e processos rigidamente controlados visando uma suposta otimização da produção agrícola. Esse pacote, em termos concretos, significou a adoção do modelo monocultural como hegemônico; a substituição de trabalho humano por máquinas; a quimicização dos nutrientes artificializados inseridos para adubação do solo; e o uso massivo de agrotóxicos, defensivos e, mais tarde, da transgenia.

Um dos marcos iniciais da Revolução Verde se dá com uma parceria estabelecida entre o governo mexicano e a Fundação Rockefeller que, juntos, no início dos anos 1960, investiram em pesquisas e experiências com o objetivo de consolidar o chamado ‘pacote tecnológico’, aproveitando-se do atraso da agricultura naquele país e do enorme número de pessoas em situação de vulnerabilidade, miséria e insegurança alimentar. Iniciou-se o desenvolvimento de novas variedades de sementes de alta produtividade. Norman Ernest Borlaug, agrônomo estadunidense formado na Universidade de Minnesota em 1942 é frequentemente apontado como mentor e protagonista desse ‘movimento’, tendo, inclusive, recebido o prêmio Nobel da Paz em 1970 em reconhecimento às suas contribuições para a humanidade e a erradicação da fome.

Nem precisamos dizer as falácias contidas em grande parte dos discursos pró-Revolução Verde. Em especial àqueles que insistem em afirmar ter sido esse o único caminho possível para alimentar a população mundial crescente. Trabalhos como os de Rachel Carson, mencionado acima, e milhares de outros, demonstram irrefutavelmente, por meio de pesquisas e números, os dados catastróficos resultantes da adoção desse modelo agrícola em escala global. Impactos na saúde humana dos produtores e consumidores de alimentos; a concentração fundiária e seus conflitos; assassinatos de lideranças indígenas, quilombolas, sociais e de comunidades tradicionais; o esgotamento do solo; grilagem; desemprego; contaminação das águas e tantos outros desdobramentos diretos da Revolução Verde e do agronegócio, seu herdeiro direto.

Leve-se em conta que desde os anos 1980, até hoje, tem-se um número cada vez maior de estudos que demonstram a viabilidade técnica, econômica e

produtiva de sistemas orgânicos, agroecológicos, agroflorestais e familiares na produção de alimentos que, a médio prazo, são mais eficazes e perenes que os métodos da agricultura convencional. Leve-se em conta, ainda, que segundo dados da FAO, nós produzimos comida atualmente para alimentar 12 bilhões de pessoas e, no entanto, das quase 8 bilhões no planeta, um bilhão atualmente passa fome. Já existe comida para todos, não precisamos nos focar em métodos ainda mais produtivos em termos agrícolas, nos resta agora aprimorar a distribuição daquilo que se produz.

O agronegócio e as resistências

Costumo definir o agronegócio, de forma simples, como a manifestação do capitalismo no campo. No bojo da crescente industrialização, a produção agrícola adequou-se à nova dinâmica fabril e mercantil presente nos centros urbanos. A lógica é a mesma: produzir mais, gastando menos, custe o que custar – inclusive a vida de trabalhadores e trabalhadoras e a saúde da natureza. O agronegócio apropriou-se então do pacote tecnológico e da narrativa desenvolvidos durante a Revolução Verde e vem aprimorando-os para seu benefício.

Cabe citar que o Brasil, país de raízes e economia profundamente calcadas na produção agrícola, é um dos locais do mundo onde o agronegócio (leia-se seus representantes, fazendeiros e latifundiários) consolidou-se de maneira mais violenta e estrutural através de três principais pilares: o poder econômico, expresso no domínio de mercados, fluxos financeiros e de renda; o poder fundiário, patente na gritante desigualdade no acesso e posse de terras em um país onde, segundo nos mostra o último censo agropecuário do IBGE de 2006, 1% dos proprietários possui 50% das terras; e o poder político, cuja expressão máxima é a chamada ‘Bancada Ruralista’ ou ‘Frente Parlamentar da Agropecuária’, um dos maiores lobbies político-institucionais do mundo, composta por pelo menos 200 parlamentares, entre deputados federais e senadores, que instrumentalizam seus cargos eletivos para garantia de benefícios pessoais e de seu segmento⁵.

Claramente, com a Revolução Verde, o agronegócio tornou-se uma força internacional, presente em cada rincão do planeta, afetando a vida das

5. Acerca da intersecção entre posse de terras e poder político no Brasil, recomendo fortemente a leitura do livro “Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro”, do jornalista Alceu Castilho, publicado em 2012, que apresenta um raio-X desta complexa relação de dominação fundiária e aprofundamento das desigualdades protagonizada por parlamentares brasileiros.

pessoas e dos locais onde se estabeleciam seus protocolos e procedimentos. Paisagens inteiras destruídas; bens naturais esgotados; água contaminada; aumento dos índices de poluição atmosférica; precarização do trabalho somada ao desemprego crescente; entre outros, são alguns dos rastros deixados pela indústria que se arroga o título daquela capaz de erradicar a fome.

É aqui que nos deparamos com o contexto e as circunstâncias centrais que motivaram a eclosão da permacultura e de muitas outras formas de resistência ao que se estava estabelecendo. Justamente como forma de contraposição a esse cenário distópico que se delineava é que ganharam força, a partir dos anos 1960 e 1970, movimentos organizados das mais distintas formas, majoritariamente internacionais, setoriais e temáticos, de resistência ao modelo agrícola e civilizatório imposto pela indústria e pela dinâmica social vigente.

O movimento antinuclear; o ecologismo e o ambientalismo; a contracultura; o movimento hippie e o surgimento dos “partidos verdes” são alguns sintomas de resistência à crise civilizatória que se anunciava. Mais especificamente no campo da agricultura, surgiram ou ganharam força, a partir dos anos 1960/70, temas como a agroecologia; agricultura natural; biodinâmica e a própria permacultura, que se apresenta inicialmente como uma alternativa à agricultura insustentável e impermanente da Revolução Verde, buscando e propondo uma forma de agricultura permanente que dialoga com os ciclos e os ritmos do planeta e da natureza. Destaco também o surgimento da Via Campesina, no início dos anos 1990, portadora de imensa força e representatividade, e articulação mundial de luta pela terra e pela soberania alimentar dos povos, nascida do pressuposto de que a resistência deveria se internacionalizar assim como as práticas do agronegócio, que não reconhecem fronteiras e, com isso, fortalecer-se em cada território. O MST (Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem-Terra), maior movimento social do mundo, por exemplo, é uma das organizações que compõe a Via Campesina no Brasil, e a partir de seus acúmulos e experiências socializados nos espaços e atividades da rede, auxilia no fortalecimento de movimentos em outros países e absorve também ensinamentos e perspectivas de outras localidades.

Em síntese, mesmo sendo avesso a rasas dicotomias, poderíamos dizer tratar-se de um jogo de luz e sombra. Onde cada sujeito enxerga a luz e/ou a sombra é uma questão relativa, mas sempre é preciso fazer escolhas; e escolhas têm consequências. Em uma batalha desigual, a omissão significa conivência e apoio ao lado mais forte. A história da permacultura, da agroecologia, da agricultura natural e de muitas

formas de (re)existir (muitas das quais sequer citei aqui), sempre foi a história de pessoas que decidiram não se conformar, não aceitar o receituário que se aplicava ao mundo. A história de pessoas que não apenas acreditavam, mas que estavam construindo com suas próprias mãos algumas das alternativas que queriam ver no mundo. Essa história segue viva, transmitindo-se como uma herança, geração após geração, sem uma conclusão visível, mas com uma longa jornada de vitórias e fracassos projetada para trás e para frente.

Cooptação e disputa por dentro do movimento

Mas nem toda história é composta de antagonismos irreconciliáveis e abertos, com dois lados em disputa franca e linear – um simples cabo de guerra –, como é o caso da primeira grande divergência exposta acima, com os movimentos ambientalistas opondo-se frontalmente a um modelo de agricultura e de sociedade que se consolidava. Mas, para darmos sequência à nossa breve síntese, é preciso apontar mais um marco nessa história, que nos dá base para o entendimento de uma segunda contradição, mais complexa, que é interna ao movimento ambientalista e suas muitas narrativas.

Com o avançar e o crescimento da força dos movimentos de contestação da ordem e dos modelos vigentes, setores da elite econômica e industrial, atentos à permeabilidade e vigor dos discursos que se apresentavam, passaram a aderir parcialmente a eles, seja devido a uma autêntica identidade com parte daquilo que anunciavam, ou mesmo no intuito deliberado de cooptá-los por dentro. Seja como for, o fato é que, a partir do final dos anos 1960, assistimos a um intenso período de assimilação e institucionalização do discurso e da prática ecológica.

Em 1965, o industrial italiano Aurelio Peccei (um dos indivíduos responsáveis pelo impulsionamento da FIAT, indústria automobilística, na América Latina, em especial na Argentina onde residiu quase por uma década) é convidado a proferir um discurso de abertura em uma das primeiras reuniões de um consórcio internacional de banqueiros e empresas internacionais que visavam promover a economia e o desenvolvimento da América Latina e do Caribe chamado ADELA (sigla para *Atlantic Development of Latin America*), hegemônico por investidores europeus e estado-unidenses, incluindo David Rockefeller. Para se ter ideia das dimensões deste consórcio, 264 bancos privados faziam parte dele, além de centenas de outras empresas. Os cinco objetivos estabelecidos pelos fundadores da iniciativa eram: encorajar o investimento local e estrangeiro na região; ob-

ter lucros consistentes; encorajar países latino-americanos a manter uma atmosfera favorável para o investimento estrangeiro; e trabalhar de maneira próxima aos acionistas.

O discurso proferido por Peccei no encontro de setembro de 1965 no Colégio Nacional Militar de Buenos Aires, intitulado “O desafio dos anos 1970 para o mundo atual”, chamou a atenção dos presentes, tendo sido traduzido para o inglês e divulgado informalmente sem sua autorização dois anos depois, em 1967, e comentado em reuniões da alta cúpula dos governos americano, soviético e das Nações Unidas. O discurso trazia elementos de uma crise global iminente causada em grande parte pelas tecnologias modernas e pelo progresso técnico-científico iniciado com a Revolução Industrial, que nos teria trazido, entre outras coisas, a possibilidade real de uma destruição nuclear global. Em seu discurso ele chama a atenção para a necessidade de uma “nova revolução industrial”, necessária para enfrentar os reais problemas mundiais, como a fome e a superpopulação, bem como para que se possa construir uma perspectiva global e de longo prazo para toda a humanidade.

Pode-se dizer que esse discurso, após uma complexa teia de encontros, relações e acontecimentos, desembocou na parceria entre Peccei e Alexander King, ilustre cientista escocês com o qual, em 1968, Peccei idealizou e fundou o famigerado Clube de Roma, ao lado de uma dezena de eminentes pesquisadores, intelectuais, industriais e acadêmicos da elite europeia e americana⁶.

O Clube, que existe até hoje, iniciou-se como um grupo de formação entre seus ilustres membros, cujos encontros visavam o debate de assuntos relacionados à economia, à política, ao meio ambiente, entre outros, tendo em vista os desafios postos à humanidade e a formulação de alternativas concretas que proporcionassem crescimento econômico estável e sustentável às nações.

Uma das primeiras ações do grupo foi encomendar a uma equipe de pesquisadores do MIT (Massachusetts Institute of Technology), chefiada pela química Dana Meadows, um relatório que demonstrava

6. Para detalhes aprofundados sobre essa rica e interessante história, recomendo fortemente a leitura do artigo de Christian Albrecht intitulado “*The atlantic community in a global context: global crisis and atlanticism within the context of the club of rome, 1960s to 1970s*”, de 2014. Disponível em: <https://www.ghi-dc.org/fileadmin/user_upload/GHI_Washington/Publications/Supplements/Supplement_10/bu-supp10_163.pdf>. Acesso em: dezembro de 2017.

por meio de simulação os impactos que o aumento populacional geraria sobre os recursos naturais caso não houvessem alterações substanciais nas dinâmicas de produção e crescimento de bens e serviços, trazendo projeções que avançavam até o ano de 2100, sugerindo cenários preocupantes de escassez e poluição global. O relatório foi publicado em 1972 (ano de realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo realizada em junho na capital sueca, outro marco relevante para nossa contextualização) sob o título “Os limites do crescimento” – considerado a obra de maior impacto e alcance até hoje no universo ambientalista, tendo sido traduzido para 30 idiomas e vendido mais de 30 milhões de cópias. Cabe citar que, com o passar dos anos, vários brasileiros como Heitor Gurgulino de Souza, Fernando Henrique Cardoso, Hélio Jaguaribe, Israel Klabin, entre outros, passaram a fazer parte do Clube.

O relatório tornou-se conhecido como “Relatório Meadows”, ou “Relatório do Clube de Roma” e causou enorme furor na comunidade científica e na população em geral, trazendo uma concepção neomalthusiana acerca das limitações físicas do planeta em face do crescimento populacional vigente⁷. O documento constituía uma espécie de chamado ou manifesto por uma outra forma de desenvolvimento, que levasse em consideração questões mais sensíveis do que números e a acumulação pura e simples, conectado, inclusive, aos movimentos de contestação apresentados acima. Tratava-se de uma tentativa de direcionar os rumos da insatisfação crescente no sentido de apresentar propostas de mediação e transição menos radicais, mais palatáveis; estava dada a chance de atender a demanda por mudança sem ocasionar profunda transformação estrutural.

7. Importante frisar a existência, no mesmo período, de relatórios e manifestações semelhantes porém divergentes com relação às causas e possibilidades de superação da crise que se apontava. Entre elas, destaca-se o trabalho da Fundação Bariloche, organizado pelo pesquisador argentino Amílcar Herrera que se expressa na publicação do livro “Catástrofe ou Nova Sociedade?”, de 1976, tido como uma contestação latino-americana ao relatório Meadows (ainda que isso não seja explicitado de maneira direta na obra que, ao contrário, agradece ao Clube de Roma pelo apoio prestado). O trabalho de Herrera aponta as chamadas limitações ao crescimento não como restrições de ordem exclusivamente física e material, mas sim como relacionadas às circunstâncias sociais, econômicas e políticas vigentes, inseridas em uma estrutura e uma dinâmica de poder e dominação específicas, tanto no que diz respeito às classes sociais como nas relações entre as nações. Em outras palavras, ao invés da abordagem neomalthusiana, Herrera apresenta um discurso e uma proposta de transformação política e social mais vigorosa para enfrentar os desafios postos. Talvez por isso, esse trabalho – o qual recomendo fortemente – seja muito pouco conhecido e não tenha ganhado tanta projeção quanto outros semelhantes.

As palavras do escritor italiano Giuseppe Tomasi di Lampedusa são as que melhor traduzem a circunstância do que estava por vir e as possíveis intenções por trás dessas movimentações. O escritor diz que, às vezes, “algo deve mudar para tudo permanecer como está”.

A conferência de Estocolmo de 1972



A gênese do desenvolvimento sustentável e a institucionalização da luta

Foi apenas 8 anos mais tarde, em 1980, com a publicação de um outro relatório (embebido pela atmosfera do relatório do Clube de Roma), desta vez da União Internacional para a Conservação da Natureza intitulado “A estratégia global para a conservação”, que o termo definidor de caminhos surgiria pela primeira vez: o famigerado ‘desenvolvimento sustentável’. É apenas nesta ocasião que o ilustre oximoro é concretamente formulado, e daí em diante torna-se termo central dos embates em curso tornando-se, em 1987, formalizado e institucionalizado por meio de outro documento chamado “Nosso futuro comum”, também conhecido como “Relatório Brundtland”, devido à coordenação da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento responsável pela elaboração

do estudo. É ele quem propõe concretamente e traz a definição clássica de desenvolvimento sustentável como a conhecemos: “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

De 1968 para cá, poderíamos montar então uma linha do tempo que registre tais marcos e outros que não chegamos a citar: fundação do Clube de Roma; publicação do relatório “Os limites do crescimento”; Conferência de Estocolmo; relatório “A estratégia global para conservação”; documento “Nosso futuro comum”; Protocolo de Kyoto; Eco 92; Rio +20 entre tantas outras questões e fatos que contribuíram para postular um novo campo dentro do ambientalismo, institucionalizado, vinculado ao surgimento da proposta de um tipo de desenvolvimento capaz de combinar avanços técnicos, econômicos e sociais de maneira sustentável.

Nasce assim uma das fissuras desse tão plural movimento. Fissura essa que faz como que grupos empresariais que não nutrem a menor preocupação com a questão ambiental, possam hasteá-la como bandeira para promover suas ações e melhorar seus rendimentos. Fissura que proporcionou a emergência do chamado “capitalismo verde”, que tenta misturar sustentabilidade e continuísmo.

Com relação a essa grande contradição chamada ‘desenvolvimento sustentável’, muito já se falou no sentido de desmascará-la, de apontar sua qualidade de oximoro. Para falar sobre isso, empresto aqui as cristalinas palavras do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro publicadas no panfleto Sopro, número 51, de maio de 2011. Ele diz que:

“A noção tão louvada de “desenvolvimento sustentável” – não se pode negar as boas intenções de quase todos que a formularam e defendem – é, no fundo, apenas um modo de tornar sustentável a noção de desenvolvimento, a qual já deveria ter ido para a usina de reciclagem das idéias. Ela é uma contradição em termos. Não existe desenvolvimento *capitalista* sustentável; e, salvo engano, a imensa maioria dos defensores do desenvolvimento sustentável não imagina uma alternativa ao capitalismo. Porque não o fazem, esta é uma outra e muito mais vasta questão⁸.”

Em suma, uma das interpretações possíveis é a de que, em determinado momento da história, percebendo-se o irreversível afã por mudanças que se estabelecia e espalhava pela sociedade, tornou-se necessário

8. Disponível em: <<http://culturaebarbarie.org/sopro/outros/suficiencia.html>>. Acesso em: dezembro de 2017.

o surgimento de uma proposta de mediação que, ao menos em termos discursivos e brandos, entregasse alguma mudança ao sistema produtivo e organizacional humano e contemplasse aqueles e aquelas demandantes de tais transformações. Os mais críticos gostam de dizer que foi necessário um verniz verde para retocar as paredes depredadas do sistema, tencionando oferecer-lhe uma espécie de sobrevida.

Não à toa esse movimento encontrou importantes apoiadores e financiadores. Rapidamente o desenvolvimento sustentável foi absorvido por empresas, universidades, governos, conglomerados e multinacionais, e podemos dizer que, nos últimos 30 anos (de 1987 para cá), cresceu vertiginosamente, cristalizando-se como uma grande tendência a ser seguida.

Apesar de presente desde o início, a crítica ecológica ao modelo do desenvolvimento sustentável tem surgido mais vigorosamente apenas na última década, com inúmeras pesquisas, livros e reflexões a respeito. Conceitos como sustentabilidade, resiliência, suficiência e decrescimento têm sido mobilizados para se contrapor a ele, trazendo críticas sistêmicas e holísticas, que incorporam elementos econômicos e sociais desprezados pelos ideólogos e partidários do desenvolvimento sustentável. Cito trecho de artigo de Leonardo Boff publicado em seu blog em 2012 acerca do tema:

“O modelo padrão de desenvolvimento que se quer sustentável, é retórico. Aqui e acolá se verificam avanços na produção de baixo carbono, na utilização de energias alternativas, no reflorestamento de regiões degradadas e na criação de melhores sumidouros de dejetos. Mas repararemos bem: tudo é realizado desde que não se afetem os lucros, nem se enfraqueça a competição. Aqui, a utilização da expressão “desenvolvimento sustentável” possui uma significação política importante: representa uma maneira hábil de desviar a atenção para a mudança necessária de paradigma econômico se quisermos uma real sustentabilidade. Dentro do atual, a sustentabilidade é ou retórica ou localizada ou inexistente⁹. ”

Ecologismo e ambientalismo

9. Disponível em: <<https://leonardoboff.wordpress.com/2012/01/29/critica-ao-modelo-padro-de-sustentabilidade/>>. Acesso em: dezembro de 2017. Para se aprofundar mais no assunto, sugiro a leitura do excelente livro “*Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sostenible*”, de 2001, em especial do capítulo 2, “O processo histórico e teórico que conduz à proposta de desenvolvimento sustentável”, de autoria de Naína Pierri.

É preciso apresentar uma rápida e necessária distinção entre dois termos que comumente utilizamos como sinônimos: ambientalismo e ecologismo. Ao longo desse trabalho (e em outros escritos de minha autoria) é possível observar que faço uso distintivo de ambos¹⁰.

Em termos sintéticos, ambientalismo e ecologismo constituem-se enquanto diferentes escolas e abordagens em face das questões socioambientais que, por sua vez, inspiram distintas ações, grupos, movimentos e diretrizes. Os dois partem da mesma problemática, mas se distinguem na análise primordial de sua origem e, também, na maneira de solucioná-la, apresentando basicamente duas vias possíveis. A primeira, tida por reformista, representada pelo ambientalismo; uma segunda, mais radical, de crítica estrutural e tendência revolucionária, identificada com o ecologismo.

O ambientalismo, muitas vezes, tende a fazer pontes com o citado desenvolvimento sustentável, buscando o avanço econômico vinculado à sustentabilidade. Nesse sentido, em geral não apresenta críticas sistêmicas e carrega uma concepção antropocêntrica da natureza, pensando como a mesma pode atuar em favor dos seres humanos, entendendo-a como recurso. A palavra por si só denota uma relação objetiva: quando se pensa em “meio ambiente”, refere-se a um espaço externo que serve de hábitat e morada, onde se incluem diversas formas de vida autônomas, animais e vegetais, que não raro se confundem à paisagem, ao ‘ambiente’. Dessa forma fica patente a concepção objetificada, externa e antropocêntrica inerente ao conceito de meio ambiente, fazendo, inclusive, com que os seres humanos, por vezes, sintam-se apartados, distintos e alheios à natureza que habitam.

O ecologismo, por sua vez, carrega consigo duas ideias básicas e encadeadas: a primeira relativa à finitude do mundo, o que leva a constatação óbvia que, nesta circunstância, pensar em desenvolvimento linear infinito é incabível. Logo, assimila conceitos econômicos radicais, como, por exemplo, o ‘decrecimento’, formulado por André Gorz nos anos 1970, que se opõe ao paradigma econômico e político hegemônico do crescimento e do consumo como diretrizes para a melhoria de vida da população. Segundo o decrecimento, não há problema de produção no mundo, mas sim problemas culturais (no sentido do estímulo ao consumismo) e de distribuição. Não é preciso crescer, mas distribuir. E, inclusive, consumir menos para viver bem.

10. Para um debate mais aprofundado, sugiro a leitura do livro *Green Political Thought*, de Andrew Dobson, um dos primeiros a apontar tais distinções e influenciar muitos depois dele.

A segunda ideia está relacionada à atitude de buscar não instrumentalizar a natureza, tratando-a como externalidade ou recurso, mas sim reconhecer seu verdadeiro e insubstituível valor intrínseco. Assim, a instalação de uma hidrelétrica, por exemplo, tida como uma forma de energia limpa por muitos, não deve ser questionada apenas no âmbito dos números positivos que gerará, mas no impacto sócio-político, cultural e histórico que trará a todas as comunidades de seu entorno. Como mensurar o valor de um local onde povos originários residiram e residem por séculos a fio? Qual é a régua para avaliar tais situações que carregam tantas singularidades?

O ecologismo, por último, apresenta, em geral, uma crítica integral e holística ao sistema capitalista, denunciando as incongruências do poder vigente, cuja exploração da natureza e de outros seres humanos é um pilar fundamental para sua manutenção. Logo, é incompatível com certos horizontes e propõe transformações estruturais que escapam ‘apenas’ ao âmbito da questão ambiental, mas passam também por questões políticas e econômicas tais como democracia direta, distribuição de renda, dívida socioambiental com o hemisfério Sul, dentre outras.

É claro que dentro desses dois universos existem muitos matices, dos mais variados. Mas para efeitos de compreensão, é importante deixar claro de onde partimos para escolher usar um ou outro termo em nosso texto e, inclusive, para aprofundar nosso entendimento da complexa rede de relações e posições inerente aos movimentos ecologistas e ambientalistas.

Uma síntese em três abordagens que coexistem: biocêntrica, antropocêntrica e sociocêntrica

Tendo em vista todo o breve contexto que apresentamos e levando em conta a bibliografia e conceitos mobilizados, propomos uma sistematização das ‘linhas’ ambientalistas e ecologistas em três principais campos, ordenadas por aquilo que parece ser o centro de suas concepções ou disputa: de um lado, temos uma perspectiva biocêntrica, cujo centro gira em torno da manutenção de todas as formas de vida no planeta, que possuem valor intrínseco e devem buscar ser preservadas a qualquer custo; de outro uma antropocêntrica, com o ser humano como elemento principal a ser mantido e cuja mudança de hábitos pode alterar toda a dinâmica global; e, por último, a perspectiva sociocêntrica, que entende que o âmago da questão se encontra nos modelos sociais, políticos e econômicos estabelecidos,

que precisam ser profunda e estruturalmente alterados para que tenhamos mudanças substanciais e verdadeiras.

É claro que não se trata de compartimentar de forma estanque um movimento tão vivo e plural, sendo que seus representantes poderiam melhor se encaixar em áreas intermediárias entre as categorias propostas ou mesmo para além de todas elas. Como toda sistematização, trata-se de uma simplificação, mas que se pretende didática e relevante para o entendimento do contexto que nos cerca. Assim, utilizamos as tripartições de Alier e Guattari como instrumentos de análise e conexão entre todos os campos, assim como elementos complementares de referência.

Importante dizer que todo esse debate permeia de maneira vívida todo o universo da permacultura, no qual coexistem essas e ainda outras abordagens, de acordo com contextos específicos e regionais, e as particularidades e prioridades de cada grupo. Talvez seja possível arriscar, a partir de reflexões, estudos e pesquisas, que em termos genéricos e majoritários, haja uma maior aproximação das iniciativas de permacultura com as abordagens biocêntricas e antropocêntricas, dado o enfoque na funcionalidade das técnicas para o planejamento de assentamentos humanos. Mas isso não descarta também a multiplicação e ascensão de diversos grupos e movimentos (como os da permacultura popular ou permacultura social, dos quais falaremos adiante), que apresentam uma vinculação mais forte à abordagem sociocêntrica do ecologismo.

A primeira parte da tripartição de Guattari citada acima apresenta um ecologismo centrado no meio ambiente, que reivindica a defesa e proteção das reservas naturais como finalidade máxima. Em Alier, isso se conecta com o elemento de culto à natureza silvestre e ‘original’, conferindo ares primitivistas à representação discursiva, entendendo-a como reduto de valores incomensuráveis, intrínsecos e insubstituíveis.

Entendemos tais leituras como protagonizadas por uma tendência biocêntrica, por reunirem demandas que apontam para a valorização de todas as formas de vida em si e por si, sobrepondo, deste modo, a valoração dos componentes sociais e econômicos sob este eixo – o biológico.

Dessa forma, elementos sociais e culturais são muitas vezes secundarizados. É patente que o *ethos* clássico da preservação do meio ambiente, assim como a adoção individual de práticas ecológicas estão majoritariamente inseridos entre as populações de classe média e alta. Isso porque a estrutura política e econômica na qual se funda a civilização faz com que outras demandas aparentemente muito mais imediatas como moradia, saneamento básico e alimenta-

ção, por exemplo, sejam as primeiras preocupações de setores vulneráveis da sociedade, muito anteriores à preocupação ecológica.

A segunda linha referencia-se na subjetividade humana e suas demandas, associada à máxima do ‘desenvolvimento sustentável’, que encontra residência na crença de que é possível empreender e associar avanços técnicos, propulsores do desenvolvimento econômico, com uma política de mínimo uso dos recursos naturais. Em Alier, por sua vez, os interesses humanos como centro do ambientalismo se manifestam através daquilo que chamou “evangelho da ecoeficiência”. Constitui essa linha, a perspectiva de uma economia industrial que, somada a uma ecologia ambiental pretende levar a bandeira de que é possível o uso prudente dos recursos naturais através da modernização das técnicas ecológicas e do extrativismo em favor do desenvolvimento.

Disso compreendemos a presença de elementos que nos permitem categorizar essa abordagem como de tipo antropocêntrica, pois detém-se nas prioridades do desenvolvimento das estruturas já estabelecidas e referenciadas nas necessidades civilizacionais, com ênfase na industrialização e crescimento.

As práticas de permacultura (em sua acepção científica e técnica) apontam muito para isso: uma ferramenta que pode aumentar o conforto e a praticidade da vida humana ao passo em que não afeta (ou afeta menos) o entorno e as outras formas de vida. A imagem do ‘permacultor preguiçoso’ é muito comum entre as aulas e escritos de Bill Mollison, que descreve os permacultores como sujeitos que preferem passar seu tempo na rede, descansando e, para isso, precisam ser capazes de desenvolver um tal planejamento em suas propriedades de forma que o trabalho praticamente se faça sozinho, a partir dos ritmos e consequências da natureza, valorizando a “lei do mínimo esforço”.

Por último, na interface com o desenvolvimento sustentável e na manutenção das estruturas econômicas, há uma avaliação semelhante à do conservacionismo: deposita sobre essa economia e esse sistema a possibilidade de acolher modelos sustentáveis de sociedade e produção. Traz com isso, também, o ímpeto nas soluções tecnológicas, só que, neste caso, protegidas por uma capa verde. Entram aí os painéis solares fotovoltaicos; as turbinas eólicas; o ozonizador de água e tantas tecnologias tidas como ecológicas, mas que, por si só, não questionam (e pelo contrário tendem a manter) um sistema centralizado em termos produtivos e econômicos.

Por fim, na última tripartição, manifesta na ecologia das relações sociais em Guattari, ou no ecologismo dos pobres em Alier, encontramos terreno fértil para ampliar a noção de ecologia que nos interessa especialmente.

Esta defesa se fortalece a partir da sensibilidade de que no avanço do conservacionismo ou do desenvolvimentismo, seus eventuais (porém recorrentes) efeitos colaterais, recaem sobre grupos sociais vulneráveis, seja por suas configurações étnico-raciais, culturais, econômicas, geográficas, ou a junção de dois ou mais fatores. Na perspectiva de Alier, o ecologismo dos pobres, que preferimos entender e chamar por ecologismo social¹¹, emerge incitando a resistência dos grupos em face dos avanços da industrialização, ou dos ecologismos de recortes indiferentes às demandas populares e à realidade da grande maioria das pessoas. O que se estabelece aqui é o estado de disputa da natureza como subsistência, seja nas comunidades rurais ou urbanas; não tanto atrelados ao senso de preservação da natureza enquanto entidade e patrimônio das gerações futuras, mas como ferramenta de luta dos pobres vivos hoje.

Resgatando a definição de ecosofia em Guattari, que visa entrelaçar meio ambiente, ética e política, o ecologismo social encontra no meio ambiente o território de suas lutas políticas, balizado pela ética da justiça social e ambiental num tempo que não é outro senão o presente.

É preciso aprofundar a leitura acerca da assimilação estratégica da ecologia entre os movimentos populares, pois que esta ferramenta, vinculada à noção de luta de classes, tem a capacidade de aflorar na consciência dos indivíduos uma crítica mais profunda e integral sobre a conjuntura em que vivemos e todas as suas consequências.

Ecologia ancestral: o Bem Viver

Além de todo debate conceitual e ocidental, é também importante demarcar elementos fronteiriços entre a tradição ecológica oficial e o espírito das práticas populares, assimiladas dentro de uma história ancestral. Em nossa perspectiva, a ecologia como crítica radical da sociedade evoca certo processo de permear entre ciência e prática, oriundo muitas vezes dos modelos das sabedorias silenciadas historicamente pelo avançar do Capital e da globalização, que marginaliza as existências que escapam ao padrão estabelecido como prioritário.

Em outras palavras: nada do que se traz aqui é exatamente novo. Pelo menos não seu centro. Um dos grandes trunfos da permacultura é o

11. Esta escolha se dá também pelo alinhamento teórico com Murray Bookchin, anarquista americano fundador da ecologia social que se apresenta enquanto um dos eixos teóricos ao longo de toda a minha pesquisa.

de justamente conectar mundos apartados temporal, cultural e territorialmente, fazendo a fusão dos conhecimentos tradicionais e das novas tecnologias, buscando extrair o melhor dos dois mundos com o intuito de apresentar alternativas concretas e viáveis.

É nesse sentido que é relevante não somente para os movimentos sociais, mas também para a permacultura, validar e conhecer as ecologias ‘não científicas’, ‘não oficiais’, das quais bebem e se alimentam como uma de suas matrizes de resgate e ressignificação. E para nós, é importante reservar um espaço para falar rapidamente sobre isso, atentando-nos para o debate acerca do ‘bem-viver’.

Muito antes de se pensar em ecologia nos termos debatidos acima, os povos tradicionais e originários (indígenas, quilombolas, aborígenes, nativos, autóctones, dentre outros) já a praticavam em seus respectivos contextos. Isso significa dizer que tais povos já entendiam e praticavam a percepção dos ciclos naturais e da finitude do planeta, cada qual a seu modo, em sua relação com o entorno, permeada muitas vezes pela devoção, pelo místico e pelo sagrado¹².

Como um dos exemplos dos impactos dessa relação dos povos originários, culturalmente estabelecida com o entorno, podemos citar o estudo coordenado pela pesquisadora Carolina Levis, do Inpa (Instituto Nacional de Pesquisas Amazônicas), publicado na revista ‘Science’ em março de 2017, que demonstra que o manejo florestal dos povos pré-colombianos é parcialmente responsável pela grande biodiversidade da Amazônia e que os mesmos já operavam a domesticação de centenas de espécies vegetais de forma sustentável para sua subsistência (LEVIS et al, 2017). Carolina diz em entrevista ao portal G1 que:

“Além de encontrar que as espécies domesticadas dominam e estão distribuídas em ampla extensão da Amazônia, os lugares em que elas aparecem em maior abundância e riqueza são próximos a sítios arqueológicos (...) As populações do passado aumentaram a abundância e riqueza dessas espécies na floresta Amazônica¹³.”

12. É claro que não buscamos citações diretas e concretas àquilo que entendemos por ecologia, ainda que possamos tecer breves comentários a partir, por exemplo, do estudo etimológico que nos leva a aproximação dos termos “*oikos*”, casa em grego, que origina o radical “eco”, com a palavra tupi “oca”, também significando casa.

13. Disponível em: <<https://g1.globo.com/natureza/noticia/estudo-revela-que-povos-indigenas-tiveram-forte-impacto-na-composicao-da-amazonia.ghtml>>. Acesso em: dezembro de 2017.

Estaríamos diante daqueles que seriam os primeiros precedentes de um autêntico desenvolvimento sustentável, que alia avanço ao respeito com as futuras gerações? Ainda que tal formulação não estivesse presente no arcabouço de seus protagonistas, tais práticas contribuíram de maneira fundamental para criar as condições de abundância e biodiversidade presentes hoje em território amazônico, exemplificando uma interação harmônica do ser humano com o entorno como algo viável, compondo algo que hoje entendemos por “bem viver”.

Pensando no impacto sistêmico – ainda que não consciente – de tais ações, cabe citar que toda a região Sudeste do Brasil, incluindo os estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Minas Gerais, só não são desérticas graças aos rios voadores de água oriunda da Amazônia, canalizada pela cordilheira dos Andes. O que significa que com a perda de biodiversidade e vegetação da Amazônia, há uma alteração perceptível nos índices pluviométricos da região Sudeste, que fica mais seca, a exemplo do que pudemos observar na recente crise hídrica de 2014, que abalou toda a região, em especial as áreas metropolitanas – teoria defendida por pesquisadores de renome, como Antônio Nobre, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Se observarmos o mapa-múndi, grande parte das regiões próximas aos trópicos de Capricórnio e de Câncer são desérticas, o que se explica pelo modelo de circulação fechada da atmosfera terrestre predominante das latitudes tropicais e equatoriais conhecido como “Célula de Hadley”. Desertos como o de Atacama, o Deserto de Kalahari, da Namíbia e o Deserto da Austrália encontram-se todos na mesma latitude que a região Sudeste do Brasil, que, devido à umidade vinda da Amazônia encontra-se em uma área conhecida como “quadrilátero afortunado”, fértil e vigorosa.

Por último, hoje se sabe também, que a Amazônia, por sua vez, só não se tornou uma savana (ou até mesmo deserto) porque é alimentada por cerca de 30 milhões de toneladas de poeira que cruzam o Atlântico todos os anos, vindas do Deserto do Saara num trajeto de quase 8 mil quilômetros! Essa poeira carrega cerca de 22 mil toneladas de fósforo, um dos principais macronutrientes para o crescimento vegetal, que fertiliza o solo da Amazônia repondo os nutrientes lixiviados pela chuva, pela erosão e pelo desmatamento.

Em síntese, o que queremos expor é a existência de um complexo equilíbrio dinâmico no planeta, no qual a ação humana se insere hoje de maneira decisiva, visto que somos uma forma de vida bastante numerosa e com profundo impacto e influência sobre os ritmos terrestres. E que escolhas humanas como, por exemplo, o manejo sustentável da biodiversidade amazônica ou o desmatamento para extração de madeira e expansão

da fronteira agrícola, produzem uma reação em cadeia capaz de resolver ou aprofundar muitos dos problemas e dificuldades que enfrentamos enquanto espécie. São caminhos abertos e escolhas que vêm sendo realizadas há milênios pelos seres humanos, alguns dos quais praticantes daquilo que hoje chamamos “bem viver”.



Poderíamos chamar de ecologia ou ecologismo não-oficial tudo aquilo associado às práticas do Bem Viver sistematizadas, entre outros, por Alberto Acosta. O autor se apoia na visão de mundo de povos indígenas (como os kícwa, os aymara, os guaranis etc.) que compreendem a importância em se viver de modo harmonioso com a natureza, com os outros indivíduos de sua comunidade e, também, consigo mesmos. Além da clareza no entendimento da necessidade da sensibilidade com o todo para se alcançar o Bem Viver, Acosta destaca a força resiliente dos povos indígenas no enfrentamento das opressões sofridas através dos séculos:

“Os indígenas não são pré-modernos nem atrasados. Seus valores, experiências e práticas sintetizam uma civilização viva, que demonstrou capacidade para enfrentar a Modernidade colonial. Com suas propostas, imaginam um futuro distinto que já alimenta os debates globais. O Bem Viver faz um primeiro esforço para compilar os principais conceitos, algumas experiências e, sobretudo, determinadas práticas existentes nos Andes e na Amazônia, assim como em outros lugares do planeta.” (ACOSTA, 2015, p. 24)

Conscientes de que tais práticas não devem ser ignoradas num registro das diversas ecologias possíveis, a ecologia dos povos ameríndios oferece respostas às críticas antes apresentadas aos projetos de conservação da natureza e de desenvolvimento sustentável. O Bem Viver ancestral:

“revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelúquia que rege a vida de grande parte da Humanidade – que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo. Por outro lado, os países que se assumem como desenvolvidos mostram cada vez mais os sinais de seu mau desenvolvimento. E isso em um mundo em que as brechas que separam ricos e pobres, inclusive em países industrializados, se alargam permanentemente. A visão de mundo dos marginalizados pela história, particularmente dos povos e nacionalidades indígenas, é uma oportunidade para construir outros tipos de sociedades, sustentadas sobre uma convivência harmoniosa entre os seres humanos consigo mesmos e com a Natureza, a partir do reconhecimento dos diversos valores culturais existentes no planeta. Ou seja, trata-se de bem viver em comunidade e na Natureza.” (ACOSTA, 2015, p. 24-25)

O intento em se retratar a profundidade das práticas indígenas ancestrais transcende a de reivindicar espaço histórico nas definições sobre as ecologias. Mesmo com o pouco desenvolvimento dos conceitos que este breve tópico nos permite, é possível encontrar entre as reflexões de Acosta ou na vivência e observação imediata desses povos, que a perspectiva crítica e integrada que buscamos por meio de ferramentas tecnológicas alcançar, já está desenvolvida e posta há muitas gerações. São essas práticas tão ‘rudimentares’ que abarcam as dimensões orgânica, ética e política de um ecologismo que serve a todos, e não somente a um projeto descarnado de civilização, que divide natureza, ambiente e economia, fracassando antes mesmo do seu início ao defender um projeto de integração por meio da valorização de fragmentos insustentáveis. Ainda nas palavras de Acosta:

“A questão continua sendo política. Não podemos esperar uma solução ‘técnica’. Nosso mundo tem de ser recriado a partir do âmbito comunitário. Como consequência, temos de impulsionar um processo de transições movido por novas utopias. Outro mundo será possível se for pensado e organizado comunitariamente a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza.” (2015, p. 26)

A metodologia dos povos originários encontra mais coerência dentro de um propósito ecológico de mundo e de sociedade – por meio da restauração dos vínculos comunitários e com a própria natureza – do que as perspectivas técnicas de restauração do equilíbrio.

Arenas dos ecologismos e das permaculturas

O principal objetivo de retratar esse histórico está em mostrar que a permacultura é permeada, ela também, por todas as contradições e pluralidades que herda diretamente do ecologismo e do ambientalismo em sua gênese e desenvolvimento, o que faz com que seja assimilada e entendida de diferentes formas, ainda mais em face de sua ‘novidade histórica’, sendo tão recente. Apesar de ter minhas preferências (e de muitas vezes as explicitar) não se trata aqui de apontar melhores e piores, certos e errados, mas de apresentar um panorama que expresse minimamente os meandros dessa complexa composição, o que ela significa e de onde vem.

Em outras palavras, são muitas as maneiras de entender a relação dos seres humanos com seu entorno, e das formas de vida entre si, bem como todos os movimentos e processos que esse debate desencadeou. Cada qual aponta para causas e propostas que julga serem as mais acertadas, e a partir disso, desenvolve suas ações.

Os ecologismos, em sua diversidade e suas perspectivas práticas, além disso, ocupam espaços distintos, aos quais chamamos “arenas”, aludindo a certa circularidade, mas também retratando os conflitos que carregam. Em síntese, identificamos três espaços e formas principais por meio das quais esses ecologismos se manifestam: o espaço da ciência; das práticas pessoais; e dos movimentos sociais – em cada qual, inúmeros meandros, minúcias e subdivisões. Nestes espaços desenrolam-se e disputam hegemonia as distintas concepções listadas acima, entre outras. Conservacionismo, desenvolvimento sustentável e ecologia social se enfrentam, desdobrando-se em diferentes manifestações e fenômenos, simultaneamente.

Cabe dizer que efeito semelhante acontece com a permacultura, portadora de manifestações plurais e distintas em seu bojo, onde coexistem e convivem concepções e propósitos diversos, porém unificados. Essa noção é importante para a melhor compreensão das páginas subsequentes. Entendemos que a permacultura transborde qualquer tentativa de classificação relacionada a um dos ecologismos e ecologias apresentados acima. A permacultura, em sua multiplicidade e diferentes linhas transpassa limites, comportando em si múltiplas compreensões da natureza e da interação dos

seres humanos com esta, gerando movimentos igualmente múltiplos, praticando e exemplificando em vivências tais compreensões.

Algumas das bases e fundamentos que nos permitem afirmar a pluralidade de referências e práticas da permacultura poderão ser conferidas adiante. Por ora, é importante reforçar essa ponte entre diferentes concepções e práticas no universo da ecologia, cuja multiplicidade transfere-se também para a permacultura.

É claro que cabe a nós estabelecer contornos mínimos, um ‘programa mínimo’ daquilo que possamos claramente entender como permacultura; cláusulas pétreas invioláveis e necessárias à prática e à compreensão do conceito. Caso contrário, corre-se o risco de que qualquer coisa possa se autointitular permacultura, o que seria danoso para a comunidade que a pratica bem como para sua história em geral. Apesar de insistirmos na pluralidade, nas páginas seguintes delinearemos melhor outros contornos, para esboçar uma imagem mais precisa do universo que abordamos.

Empresto aqui uma formulação que aprendi do amigo André Fossaluza, durante suas aulas de introdução à permacultura que tive o privilégio de assistir por mais de uma vez. Ele apresenta o tripé da permacultura baseado em três pilares: ecologia, ética e *design*. Concordo com sua sistematização. Na falta de algum desses elementos, talvez não estejamos falando de permacultura, mas de outra coisa. Permacultura sem ética é pura técnica; permacultura sem ecologia não é sistêmica; permacultura sem *design* não é funcional. Aí está um dos seus grandes diferenciais: é preciso aliar, no mínimo, esses três aspectos simultâneos. Trata-se, portanto, de uma ferramenta funcional, ética e sistêmica que nos apresenta uma alternativa para a sociedade em que vivemos.

Neste capítulo nos debruçamos sobre o primeiro tripé, a ecologia, e a maneira como se relaciona com o foco desse livro. Partimos agora em busca das muitas permaculturas possíveis e do entendimento de seus demais elementos!

CAPÍTULO 2



O QUE É PERMACULTURA?

Um pouco de história

Para entender o que é permacultura e como ela surgiu temos que, antes de mais nada, entendê-la como fruto de um processo histórico construído a muitas mãos, por diversas gerações, como apresentado brevemente no capítulo anterior acerca da história da ecologia. Os anseios e insatisfações relativos aos rumos da sociedade, acumulados e remodelados ao longo dos anos, vão tomando diversas e distintas formas, conformando campos e propostas práticas de resistência ao hegemônico e de combate ao estabelecido. A permacultura é uma dessas formas, dentre tantas outras análogas, anteriores e posteriores.

Para abordar especificamente o termo em questão, bastante difundido mundialmente e relacionado à boa parte das ‘teorias verdes’ contemporâneas, temos que retornar aos meados dos anos 1970, na Austrália, e conhecer um pouco das perspectivas e trajetórias de seus dois fundadores: Bill Mollison e David Holmgren.

No começo da década de 1970, David Holmgren acabara de ingressar na faculdade da Tasmânia como estudante do curso de *Design Am-*

biental, em Hobart. Sua família apresentava um conhecido histórico de militância nas questões ecológicas, de forma que, mesmo jovem, David já trazia consigo uma grande bagagem prática e teórica no campo do ambientalismo. Uma vez na universidade, buscou se aproximar de professores que contemplassem seus anseios de relacionar em sua pesquisa as suas principais áreas de interesse, tais como a produção de alimentos orgânicos; a questão construtiva; e o *design* em si.

“Na época, o curso superior da Tasmânia era um pouco diferente do que se conhece do curso superior existente no Brasil. Bastava escolher as matérias que se cursaria, escolher um tutor e optar por assistir ou não as aulas. Ao final de dois anos o aluno deveria apresentar o trabalho de graduação. Com isso, David tentava junto aos seus professores achar alguém que entendesse seus objetivos. Mas o fato era que ele não tinha muito retorno, até que um de seus mestres indica Bill Mollison como sendo alguém que talvez pudesse ajudar. Holmgren assiste a uma palestra de Mollison e percebe que há uma similaridade de pensamentos e objetivos, ele havia encontrado seu mentor.” (MENDES, 2010, p. 18)

Bruce Charles (Bill) Mollison nasce na cidade de Stanley em 1928, no extremo norte da Tasmânia, em local diametralmente oposto a Hobart, onde, mais tarde, viria a morar e lecionar por vários anos, período em que conhece David. Até os 28 anos residiu em um vilarejo bastante ermo, em profundo contato com a natureza, trabalhando como pescador, padeiro e guarda-florestal. Em 1954, ingressa na *Commonwealth Scientific and Industrial Research Organisation* (CSIRO), na seção de Pesquisa de Vida Silvestre e para o Departamento de Pesqueiros Interiores da Tasmânia e passa a trabalhar com afinco em investigação agrícola. Após dez anos, em 1964, se desliga da organização para estudar biogeografia na Universidade de Hobart, onde se torna professor em 1968, ajudando a fundar a unidade de Psicologia Ambiental da Universidade da Tasmânia. Mas logo no início dos anos 1970, demite-se do emprego acadêmico e decide ‘isolar-se’ por dois anos em um terreno de aproximadamente dois hectares – tempo durante o qual começa a praticar e investigar, ainda que de maneira embrionária, alguns dos pilares e princípios do que viria a ser sistematizado enquanto permacultura.

“Em seu livro, *Introdução à Permacultura*, [Bill] conta que durante esse tempo sobreviveu pescando e apanhando batatas. Quando voltou, decidiu por não fazer outra coisa a não ser tentar persuadir as pessoas a criarem sistemas biológicos positivos, algo que permitisse a todos viver sem a destruição desenfreada dos sistemas biológicos.” (MENDES, 2010, p. 14)

O QUE É PERMACULTURA?

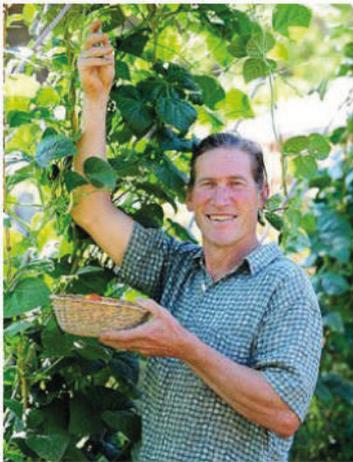
Passados dois anos do retiro que durou de 1972 a 1974, Mollison “se deu conta de que não poderia simplesmente se manter apartado da sociedade, mas era preciso utilizar seus conhecimentos para ajudar a reverter o quadro de degradação ambiental que tanto lhe incomodava” (SILVA, 2013, p. 159). No seu retorno, conheceu David Holmgren, que o procurou em busca de orientação. Mollison, à época com seus 45 anos era considerado um excelente professor, sempre pronto a motivar seus estudantes, fomentando seu desenvolvimento e criatividade. Ele chegou ao ponto de convidar vários deles a morar com ele e sua esposa, o que, segundo relatos, resultou em uma forte instabilidade doméstica visto que não havia anuência plena do casal para aquele tipo de prática. David foi um destes estudantes. Durante um ano, morou junto a seu orientador a fim de aprimorar e aprofundar a colaboração e os estudos com ele. Juntos, desenvolveram uma série de reflexões e experiências práticas sobre outras formas de agricultura e cultivo, ligada aos ciclos naturais e embasadas em referenciais teóricos tais como a biodinâmica, agricultura natural e agricultura biológica. O objetivo de ambos era o de encontrar uma metodologia agrícola que pudesse se estender indefinidamente no tempo, que pudesse ser ‘permanente’. Desse esforço conjunto e após muitas idas e vindas nasce o que, alguns anos mais tarde, viria a ganhar o mundo sob o nome de “permacultura”.

Após o final de sua graduação e a publicação e grande repercussão do livro “*Permaculture One*”, em 1978, motivado por diversos questionamentos, David decide seguir um caminho diferente daquele que se abria. Ele sente não possuir vivência prática suficiente para investir em uma dinâmica de expansão de algo ainda não devidamente testado por ele, pois a maioria de suas experiências concretas eram recentes e inconclusas. Os cursos demonstravam-se uma grande responsabilidade nesse sentido. Resolve então recolher-se para poder aprimorar seus conhecimentos de maneira empírica e passa a viver em uma propriedade de sua família, onde pratica o *design* permacultural. Na sequência, casa-se com Su Dennett e compra uma propriedade em Daylesford, próxima a Melbourne, ao sul da Austrália, e a batiza de Meliodora, onde David e Su vivem até hoje colocando em prática seus projetos permaculturais, recebendo gente do mundo inteiro (algumas das quais tive o prazer de entrevistar) para temporadas de trabalho voluntário e aprendizado.

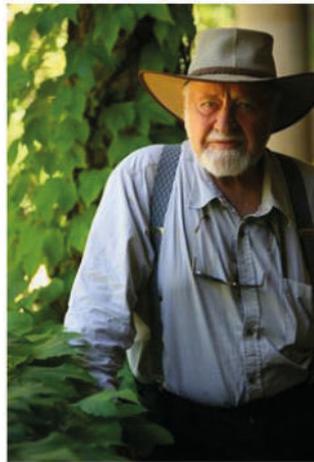
Já Mollison assumiu a frente de difusão da permacultura pelo mundo, tornando-se o grande vetor de expansão da mesma em especial até o início dos anos 1990, escrevendo livros, ministrando cursos e fundando institutos e organizações internacionais.

Mas, o que é permacultura afinal?

Sem maiores delongas, vamos ao centro da questão: permacultura é uma ciência para planejamento de assentamentos humanos sustentáveis. Ela é utilizada para desenhar espaços (desde casas até cidades) de modo que os elementos sejam posicionados de acordo com a visão sistêmica onde tudo existe em relação, criando ciclos sustentáveis de aproveitamento energético e benefício mútuo. Ela é uma maneira de intervir na realidade, propondo uma nova ética, outra conduta – uma nova maneira de *ser e estar* no mundo, opondo-se à tônica individualizante da sociedade de consumo e da lógica da produção industrial contemporânea. Nesta proposta, ela acaba por aproximar inúmeras áreas do conhecimento, sendo transversal e transdisciplinar por essência.



David Holmgren



Bill Mollison

A permacultura chama a atenção dos indivíduos para sua vida material, corresponsabilizando-os pela produção e reprodução de suas necessidades básicas, gerando uma nova relação entre as pessoas e o ambiente que as cerca, na qual a posição de consumidor passivo é questionada, mostrando-se insustentável perante o discurso vigente da escassez.

Bill Mollison e David Holmgren, nos anos 1970, criaram a permacultura inspirados no modelo das comunidades aborígenes tradicionais da Austrá-

lia, além de diversas outras influências como a agricultura natural de Fukuoka¹⁴; a agricultura permanente de J. Russel Smith¹⁵; e as técnicas de design de P. A. Yeomans¹⁶. Mollison e Holmgren mantinham diálogos sobre a criação de uma agricultura sustentável desde o início dos anos 1970, criando a palavra permacultura em 1974 (MOLLISON, 1994 [1991], p. 9). O termo nasce como uma fusão do inglês “*permanent agriculture*” (agricultura permanente), pois foi inicialmente criada para aplicação na agricultura e em ambientes rurais. Mais tarde, percebendo-se o potencial de expansão do método, passou a significar “*permanent culture*” (cultura permanente ou cultura da permanência), para que pudesse abarcar outras áreas. Mollison, define-a como:

“uma filosofia de trabalhar com, e não contra a natureza; de observação prolongada e pensativa em vez de trabalho prolongado e impensado, e de olhar para plantas e animais em todas as suas funções, em vez de tratar qualquer área como um sistema único de um único produto.” (1979, p.1)

Metodologicamente, a permacultura (como concebida por seus criadores) possui uma ética composta por três premissas; além de 12 princípios e quatro grandes eixos de trabalho.

14. Masanobu Fukuoka foi um microbiólogo e agricultor japonês, famoso por seus métodos de cultivo chamados de agricultura natural, selvagem ou “método Fukuoka”, onde a observação e a relação com a natureza constituem-se como pilares centrais. Autor, entre vários livros, das obras “A Revolução de uma Palha” e “A Senda Natural do Cultivo”, neles apresenta suas propostas para uma forma de “plantio direto” como sua forma particular de agricultura voltada às relações harmoniosas com a natureza.

15. Joseph Russell Smith, nascido nos Estados Unidos em 1874, em Virgínia, foi um professor de geografia e precursor das hoje chamadas agroflorestas, que são sistemas de produção alimentar que mimetizam ambientes florestais, mesclando preservação e produção, preservação de solos com cultivo de alimentos. Em 1929 publicou o livro “*Tree Crops: a permanent agriculture*”, cujo conceito de agricultura permanente teria inspirado David Holmgren e Bill Mollison durante suas pesquisas em busca de uma forma sustentável de agricultura. Infelizmente o livro, ainda hoje, não conta com tradução para o português, mesmo sendo um referencial antológico de todo movimento ambientalista e da agricultura natural mundial.

16. Percival Alfred Yeomans (1904–1984) foi um inventor australiano e engenheiro de mineração. Em suas atividades especializou-se em hidrologia e *design* de equipamentos, e ficou famoso por seu conceito de “*keyline*”, ou linha mestra, onde buscava os pontos principais para lidar com as águas de uma propriedade a partir de seu relevo. Ele se notabilizou como escritor, tendo escrito quatro livros sobre suas ideias e influenciando toda uma geração de agricultores e fazendeiros de todo mundo, entre eles, Bill Mollison e David Holmgren.

A *ética* da permacultura é a base orientadora da conduta de seus praticantes, ela “reside em um conjunto de normas regido por valores humanistas e ecológicos, que visa orientar seus adeptos a manter uma conduta consciente e responsável nos mais diferentes níveis e contextos” (SILVA, 2013, p. 182); ela é composta por três premissas: o cuidado com a terra; o cuidado com os outros; e a divisão dos excedentes (partilha justa).

“Surgida das entranhas do ecologismo do final do século XX, a ética permacultural tenta transcender os valores morais e costumes hegemônicos que sustentam a racionalidade moderna e a sociedade burguesa, como, por exemplo, a competitividade, o individualismo e o princípio de “dominação” sobre a natureza, vistos como antiecológicos e anti-humanistas, e substituí-los por outros que ganharam bem menos importância ao longo do processo de modernização capitalista, mas que, no entendimento dos permacultores, são vitais para o estabelecimento de uma sociedade mais igualitária e sustentável, como o princípio da cooperação e o respeito intrínseco pela vida.” (SILVA, 2013, p. 183)

Todas as ações planejadas e executadas devem levar em consideração tais valores e premissas, o que faz com que a permacultura não se constitua apenas enquanto uma ferramenta neutra, insípida, mas portadora de intencionalidade. A existência dessa ética é um dos instrumentos de controle e autorregulação da permacultura e seus praticantes, pois, sem o devido respeito às suas premissas, é impossível praticar permacultura. Dessa forma, busca-se um mecanismo que dificulte apropriações e subversões dos objetivos iniciais, calcados na solidariedade e na transformação positiva do entorno e da existência humana. A ética é o início de onde tudo parte no universo da permacultura.

Existem, também, uma série de Princípios que foram mais tarde sistematizados e apresentados por David Holmgren (2007). Através destes princípios, David resume observações e considerações centrais que devem sempre ser lembradas durante o processo de *design*. Os princípios são espécies de dicas centrais e universais ao planejamento permacultural. Eles são: observe e interaja; capte e armazene energia; obtenha rendimento; pratique autorregulação e aceite retorno; use e valorize os serviços e recursos renováveis; não produza desperdícios; *design* partindo de padrões para chegar aos detalhes; integrar em vez de segregar; use soluções pequenas e lentas; use e valorize a diversidade; use as bordas e valorize os elementos marginais; use criativamente e responda às mudanças.

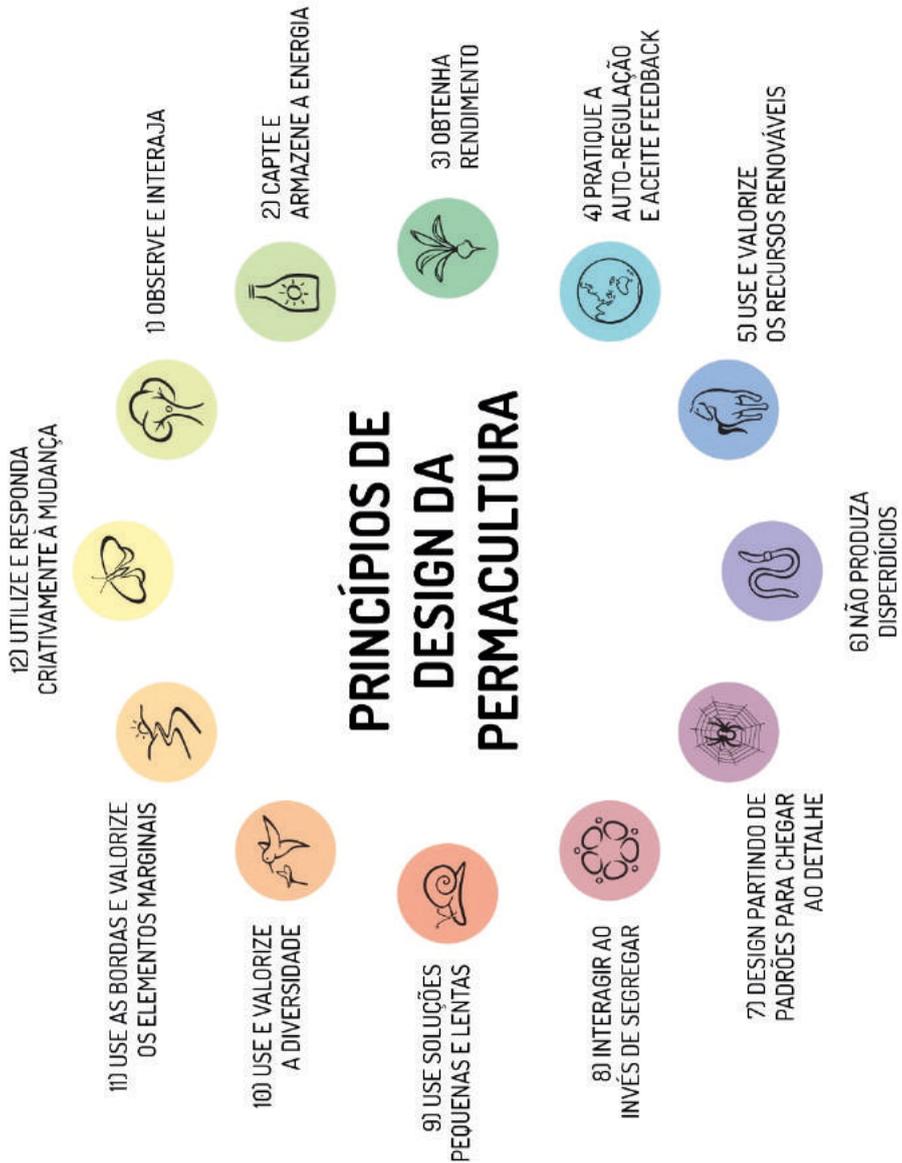
Princípios éticos da permacultura



Já os Eixos de trabalho são grandes áreas nas quais se dividem as ações e aprofundamentos, de modo a propor soluções distintas das convencionais para cada uma delas: água; energia; habitação; alimentos. A divisão por eixos de trabalho é uma prática inspirada no biorregionalismo, uma das grandes influências da permacultura. Essas quatro áreas, em síntese, representam as necessidades humanas básicas e, dada a insustentabilidade na metodologia de produção e reprodução de todas elas, faz-se necessário apresentar caminhos alternativos para supri-las. A bioconstrução; a agricultura orgânica e natural; as energias limpas; e o manejo ecológico de água são tecnologias incorporadas pela permacultura para ‘fazer frente’ aos modelos postos, demonstrando que é possível nos organizarmos a partir de outras formas de suprir as demandas materiais que temos.

Existe uma imagem que, graficamente, resume todos esses preceitos. Ela é a chamada “flor da permacultura” e tem inspirado os olhos e mentes de milhares de pessoas por todo o mundo, dando exemplos claros de aplicabilidade desse método que faz parte de um paradigma emergente.

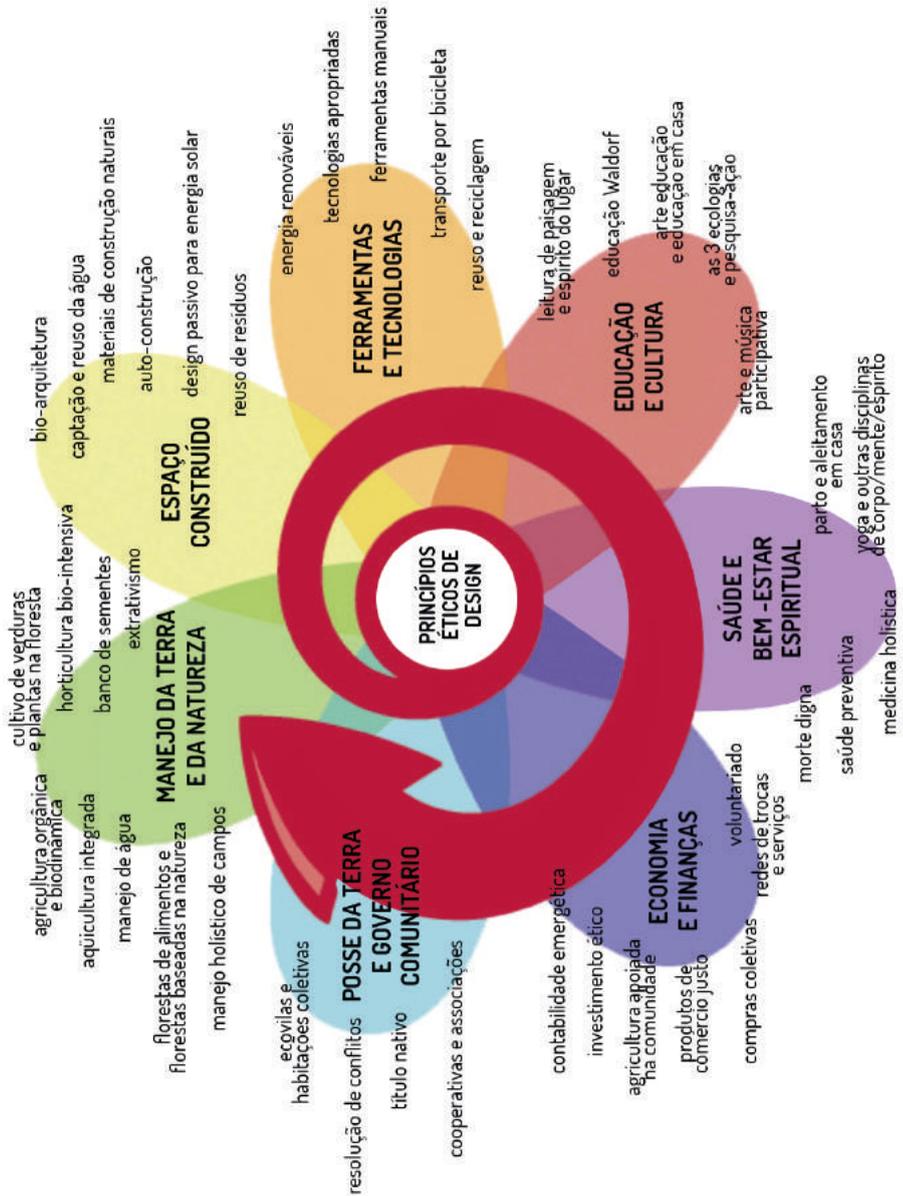
Os 12 princípios da permacultura¹⁷



17. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/milaborelli/permacultura-e-emissaozero>>. Acesso em: janeiro de 2016.

O QUE É PERMACULTURA?

A flor da permacultura¹⁸



18. Disponível em: <<https://zerodesperdicio.wordpress.com/2010/10/30/flor-da-permacultura/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

Ainda de acordo com Mollison (1994), devem ser observadas algumas regras para garantir um correto planejamento e, conseqüentemente, um bom sistema de *design*. Essas regras podem ser resumidas nos 9 pontos abaixo:

- 1) Localização relativa, onde os elementos de um sistema devem ser posicionados uns com relação aos outros;
- 2) Cada elemento deve cumprir o maior número possível de funções;
- 3) Cada função importante deve ser sustentada por vários elementos distintos;
- 4) O *design* deve distinguir setores e zonas para o planejamento eficiente do uso de energia;
- 5) Usar recursos biológicos;
- 6) Criar sistemas intensivos a pequena escala;
- 7) Acelerar a sucessão e a evolução;
- 8) Estimular a diversidade;
- 9) Utilizar os “efeitos de borda”.

O sistema de *design*

Conforme dito acima, a permacultura é, sobretudo, um sistema de planejamento de ambientes sustentáveis calcado em uma ética e em diversos princípios práticos e metodológicos. O primeiro resultado de sua aplicação é, em geral, um *design*, como o demonstrado na figura abaixo.

Para sua execução, é necessário dominar pelo menos dois instrumentos: o zoneamento e a setorização. As “zonas” são estabelecidas de acordo com o fluxo energético de cada área do espaço a ser planejado, e se trata de uma classificação (que vai de zero a cinco) que enumera quais serão as áreas mais e as menos trabalhadas em um sistema. Em outras palavras, “para que o planejamento tenha um bom funcionamento, ele geralmente é dividido por zonas, isto é, o posicionamento dos elementos será feito de acordo com a quantidade ou frequência em que serão utilizados, ou que necessitarão de visitas” (MENDES, 2010, p. 25). As zonas podem ser divididas da seguinte maneira:

O QUE É PERMACULTURA?

Zona 0 – é o centro da atividade, geralmente é o local onde está a casa;

Zona 1 – região próxima a casa ou ao centro da atividade (exemplo: horta ou composteira);

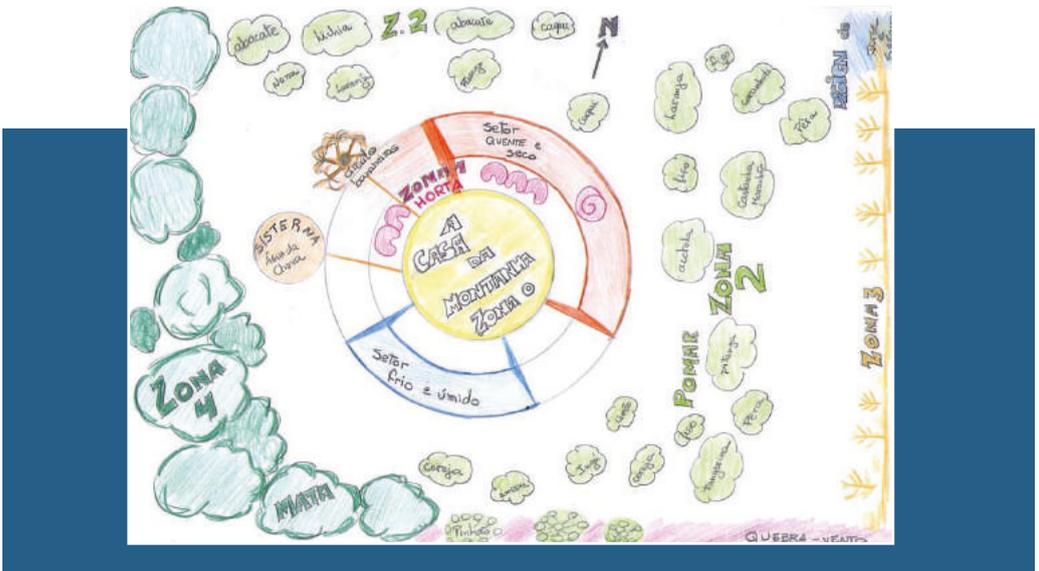
Zona 2 – região mantida com certa intensidade (exemplo: pomar ou açude);

Zona 3 – zona um pouco mais distante (exemplo: criação de animais de médio e grande porte, pomar que não necessite de poda, pastagens para os animais ou para forragem);

Zona 4 – zona semi-manejada, de pouca visitação (exemplo: árvores de grande porte);

Zona 5 – zona sem nenhuma interferência (exemplo: áreas de preservação, reservas legais etc.).

Exemplo de *design* permacultural de propriedade, com zoneamento e setorização¹⁹



Já os “setores” são as diferentes energias externas que deverão ser levadas em consideração no momento de fazer o *design* de uma área. O

19. Fonte: Mendes, 2010, p. 29

conhecimento dos padrões e regimes locais de chuvas, ventos e incidência solar, por exemplo, é algo fundamental para o sucesso de um sistema. Além disso, fatores mais variáveis porém não menos importantes, também devem ser considerados: poluição sonora, visual e atmosférica são exemplos. Na setorização, a área planejada é considerada o centro do sistema, e um círculo representará a incidências das diversas energias externas e sua principal localização geográfica, como podemos ver na figura acima. A função dessa setorização é auxiliar na busca pelo melhor posicionamento dos elementos no sistema.

Conforme já dissemos, a permacultura é uma ciência prática utilizada para planejar espaços. Ela é uma maneira de intervir na realidade, propondo uma nova ética, outra conduta – uma nova maneira de *ser* no mundo.

Sendo assim, a permacultura aponta para a necessidade de protagonizarmos também a esfera de nossa vida material, concreta, atrelada a questões básicas como alimentação, moradia e formas mais imediatas de consumo, em oposição a uma crescente valorização de atividades puramente intelectuais, imateriais e subjetivas. A ideia é gerar indivíduos ativos e conscientes em suas escolhas (pessoais e coletivas) e seus subsequentes desdobramentos práticos, fazendo com que a partir desse empoderamento possamos apontar para outros modelos de sociedade e de (re)produção da vida, adotando soluções distintas das convencionais para prover as necessidades materiais de existência.

Do trabalho de conclusão de curso de Holmgren, orientado por Mollison, nasce o livro “Permacultura Um”, lançado em 1978, pela editora *Transworld Publishers Pty Ltd*, com a tiragem de 25 mil cópias, considerado o marco teórico inicial da permacultura. Desde então, ela vem se disseminando rapidamente e atingindo novos e mais profundos espaços; talvez apoiada pelo seu alto potencial de replicabilidade (já que baseada na observação²⁰) ou pela ascensão inegável do pensamento ambientalista, mas o fato é que essa ciência empírica cruzou fronteiras e culturas até chegar ao Brasil. No entanto, é mister considerar que ainda não houve uma ampla popularização de sua prática e conhecimento, de modo que ela mesma é tema de espaços restritos e específicos.

20. O primeiro princípio da permacultura é a observação da realidade aonde se pretende intervir, buscando soluções que se integrem ao meio não de maneira exótica (no sentido de “que vem de fora”), mas nativa, respeitando as localidades e prezando pelo equilíbrio natural. Por isso ela pode ser facilmente aplicada em todo o e qualquer contexto, pois se trata de uma metodologia baseada nas particularidades da prática, não de um dogma.

O QUE É PERMACULTURA?

A Permacultura, por ser um conceito historicamente recente, ainda encontra grande escassez de fontes que discutam sua significação com profundidade. Ao mesmo tempo, nos impele – como pesquisadores e interessados – ao ato positivo de, ao buscar definir tal conceito, beber diretamente da fonte. David Holmgren, em seu livro “Princípios e Caminhos da Permacultura Além da Sustentabilidade”, a define como:

“Paisagens conscientemente desenhadas que reproduzem padrões e relações encontradas na natureza e que, ao mesmo tempo, produzem alimentos, fibras e energia em abundância e suficientes para prover as necessidades locais. As pessoas, suas edificações e a forma como se organizam são questões centrais para a permacultura. Assim, a visão da permacultura de uma agricultura permanente ou sustentável evoluiu para uma visão de uma cultura permanente sustentável.” (HOLMGREN, 2007, p.3)

Já em finais dos anos 1980, a aplicação da permacultura em ambientes urbanos ganhou grande notoriedade. De lá pra cá, diversos centros urbanos no mundo começaram a abrigar iniciativas e grupos difusores da permacultura, inclusive o Brasil, que é hoje referência na área. A transversalidade da prática e dos temas permitiu uma rápida assimilação e apropriação de seu discurso, mais ainda em um contexto de destaque para a pauta ambiental.

Para entender melhor essa expansão, no tópico seguinte abordaremos os diversos encontros da comunidade permacultural, formada por praticantes e adeptos dessa ‘forma de estar no mundo’. Com sua expansão, a partir de meados dos anos 1980, inúmeras Convergências, Conferências, seminários e encontros foram realizados para reunir interessados em debater e praticar permacultura.

Convergências e Conferências – autorregulação da comunidade

Desde os anos 1980, com a crescente expansão da permacultura ao redor do globo, e a fim de cumprir com um dos princípios permaculturais que fala sobre a importância da prática da autorregulação, estabeleceu-se a dinâmica da realização de encontros periódicos biorregionais, nacionais, continentais e internacionais que reunissem em um mesmo espaço, por determinado tempo, os praticantes e adeptos da permacultura em determinado território. Assim seriam discutidos os desafios locais, as possibilidades de superação dos mesmos, ao passo em

que, simultaneamente, propiciar-se-ia um espaço de troca e convivência entre os membros da comunidade, a fim de aproximá-los, solidificando a colaboração e a solidariedade entre todos²¹.

Foi assim que, em 1984, aconteceu a 1ª IPC (*International Permaculture Convergence* – Convergência Internacional de Permacultura), em Rowlands, no estado de Nova Gales do Sul, na Austrália, reunindo cerca de 100 pessoas. Dentre os muitos temas, discutiu-se o formato dos PDCs (sigla para *Permaculture Design Certificate Course*, curso básico de introdução ao universo da permacultura que explico detalhadamente adiante) e a metodologia pedagógica central de transmissão do conhecimento para novos interessados.

Dada a incipiência da permacultura no mundo e as dificuldades em difundi-la para outras localidades, a consolidação na realização e frequência das Convergências e Conferências Internacionais²² foi se estabelecendo gradualmente, com algumas pequenas lacunas temporais e ajustes necessários, até que se atingisse a dinâmica atual. Apesar dos desafios em levar a cabo os objetivos propostos e garantir uma frequência estável, hoje é possível observar a consolidação dos encontros em ritmo bianual, acontecendo a cada vez em um continente distinto para que haja maior interação e para que várias realidades sejam contempladas e conhecidas pela comunidade internacional.

No quadro abaixo podemos observar onde e quando aconteceram todas as IPCs até a presente data (e também as que já estão agendadas como, por exemplo, a de 2020 na Argentina), e visualizar com mais concretude sua existência e dinâmica.

21. Obviamente nem todos os países – como no caso do Brasil – organizam seus encontros nacionais ou regionais com frequência, devido a inúmeras questões locais; tampouco é uniforme a realização das convergências continentais ou internacionais, o que resulta de processos organizativos que precisam levar em conta diversos elementos.

22. A diferença entre Conferências e Convergências é pouco discutida e sutil, tendo em vista que, em geral, ambas compõem uma IPC. Em síntese, as Conferências são espaços completamente abertos, mais curtos e expositivos, onde os participantes assistem a uma série de debates e palestras de indivíduos que são referência na área; já as Convergências, tem um viés mais prático de construção de redes, com a programação composta por seus participantes, e são abertas a pessoas que já realizam um PDC antes. Nas palavras dos organizadores do 13º IPC que foi realizado na Índia, em 2017, “o evento se desenvolve em 2 partes – a Conferência com a participação de membros do público, tomadores de decisão, políticos e representantes da comunidade da Permacultura; e a Convergência, onde participam pessoas que já completaram seu *Permaculture Design Course*. Disponível em: <<http://ipcindia2017.org/IPCs.php>>. Acesso em: abril de 2017.

O QUE É PERMACULTURA?

Data e local de realização de todas as IPCs²³

	Ano	Região/País
IPC1	1984	Austrália
IPC2	1986	Estados Unidos
IPC3	1988	Nova Zelândia
IPC4	1991	Nepal
IPC5	1993	Escandinávia
IPC6	1996	Austrália
IPC7	2005	Croácia
IPC8	2007	Brasil
IPC9	2009	Malawi
IPC10	2011	Jordânia
IPC11	2013	Cuba
IPC12	2015	Reino Unido
IPC13	2017	Índia
IPC14	2020	Argentina

Considerações históricas sobre as Convergências Internacionais de Permacultura

A partir de materiais e fontes disponíveis e dispersas na internet, citações de textos e vídeos, faremos adiante uma breve síntese dos principais e mais relevantes acontecimentos de cada uma das Convergências internacionais. A partir desta historiografia, podemos acompanhar algumas minúcias do processo de difusão e evolução da permacultura e de sua comunidade ao redor do mundo.

23. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pt-br.php>>.

IPC1 – Austrália, 1984

Conforme citado acima, tratou-se oficialmente do primeiro encontro, ao qual compareceram pouco mais de uma centena de pessoas, majoritariamente australianos, em Rowlands, Nova Gales do Sul. Max Lindegger, em um texto de memórias publicado após o IPC7, na Croácia, diz que, aquela primeira Convergência,

“foi realizada durante um período de crescimento da Permacultura, e quando ainda todos nos conhecíamos muito bem. Como todas as Conferências que se seguiram, a Conferência / Convergência de Rowlands foi organizada por voluntários dedicados. Lembro-me de viajar para Nova Gales do Sul (eu estava então vivendo em Nambour, ao norte de Brisbane) com Lea Harrison para uma reunião pré-planejamento.²⁴”

IPC2 – Estados Unidos, 1986

A segunda Convergência aconteceu no Noroeste dos Estados Unidos, em uma comunidade-cooperativa chamada *Breitenbush Hot Springs*, e na cidade de Olympia, capital do estado de Washington. Além disso, desenvolveram-se diversas atividades por outras localidades como Califórnia, Berkley e Seattle. Lindegger descreve este momento como um dos possíveis picos da permacultura nos Estados Unidos, mesmo sendo ela incipiente no território, com centenas de participantes e inúmeras apresentações ilustres e imperdíveis.

IPC3 – Nova Zelândia, 1988

A terceira IPC aconteceu na cidade de Christchurch, localizada na costa leste da Ilha Sul ao norte da Península de Banks, e foi organizada por Steve Hart. Foi neste encontro que a definição de permacultura oficialmente mudou de “agricultura permanente” para “cultura da permanência”, e que os conceitos de permacultura urbana e biorregionalismo foram inseridos no currículo dos PDCs. A permacultura estava crescendo, e alguns dos mais engajados à época relatam que ali começou uma reflexão sobre a

24. Tradução livre do original “*The 1st Permaculture Conference/Convergence was held in the early 1980’s, at Rowlands, in New South Wales Australia. It was held during a growth period of Permaculture, and when we still all pretty well knew each other. Like all the Conferences which followed, the Rowlands Conference/Covergence was organized by dedicated volunteers. I can remember travelling down to NSW (I was then living at Nambour, north of Brisbane) with Lea Harrison for a pre-planning meeting*”. Disponível em: <<https://www.ipcuk.events/IPC1>>. Acesso em: janeiro de 2017

O QUE É PERMACULTURA?

possível necessidade da permacultura se tornar mais organizada e profissional. Mas, ao que consta, muitos estavam preocupados com a possibilidade de, com isso, se perder uma importante conexão de base.

Foto da primeira IPC, na Austrália, em 1984 (Bill Mollison à direita)²⁵



IPC4 – Nepal, 1991

A Convergência foi realizada em um novo centro de ensino de permacultura em Baretnigar, na parte oriental do Nepal (apoiado por organizações humanitárias australianas e dinamarquesas). Um dos principais pontos deliberados nasceu das dificuldades de administrar internacionalmente a rede. Decidiu-se então que a rede internacional seria estruturada por uma espécie de “Guilda Permacultural” composta pelas pessoas diplomadas, e administrada localmente por um encontro destes diplomados. Após certa mobilização no sentido de desaprovar as novas medidas, decidiu-se dar um passo atrás, e voltar à administração central

25. Fonte: <https://www.flickr.com/photos/cheap-thrillz/18274435746>

australiana. No entanto, foi um passo importante para uma futura descentralização da rede.

Participantes da Primeira CLAP, na Argentina, no ano 2000²⁶



IPC5 – Escandinávia, 1993

Essa IPC começou com um PDC na Noruega, seguido de uma viagem de barco até a Suécia para a Convergência. Depois disso, aconteceu a Conferência, na Dinamarca. Alguns afirmam ter sido essa uma das melhores IPCs. Cabe citar que foi obtida quantia considerável de fundos governamentais que financiaram e facilitaram a ida de participantes de vários países, em especial representantes do hemisfério Sul com maiores dificuldades financeiras, dada a profunda desigualdade econômica e social presentes nestes países. Estima-se a participação de 400 pessoas na Conferência e aproximadamente 120 na Convergência. Na Conferência, decidiu-se pela descentralização das redes de permacultura, já que o crescimento criava dificuldades no sistema de emissão de diplomas certificados. Nesse momento, Bill Mollison delegou a

26. Fonte: <http://www.gaia.org.ar/1ra-clap-convergencia-latinoamericana-de-permacultura>.

‘capacidade’ de emissão de diploma a algumas pessoas, de acordo com determinadas regiões: Scott Pittman seria responsável pelos diplomas nos Estados Unidos; Declan Kennedy e Tony Anderson, pela Europa; e Ali Sharif, pela América Latina.

IPC6 – Austrália, 1996

A sexta IPC aconteceu em Perth, a sudoeste da Austrália e foi organizada por Pat Dare. Inicialmente ela ocorreria na África do Sul, porém, devido à instabilidade política no país isso não foi possível. Um importante focalizador da permacultura no Brasil, Skye, foi um dos protagonistas nesta Convergência, e o proponente de que a próxima ocorresse no México, o que gerou um problema diplomático com os sul-africanos que visavam manter a perspectiva de uma IPC no país após estabilizada a situação política local. Ao fim, também não foi possível organizar o encontro no México, devido a problemas locais. Tentou-se realizá-la na Argentina e na Nova Zelândia, mas em nenhum local foi possível viabilizá-la. Esta situação gerou uma grande lacuna entre a sexta e a sétima IPC, que só ocorreria 9 anos depois, na Croácia. Essa provavelmente foi a primeira Convergência amplamente documentada em termos audiovisuais e que conta até mesmo com um documentário a respeito, além de um *site* com todo o material das aulas e palestras disponível na Internet²⁷.

IPC7 – Croácia, 2005

A Convergência na Croácia foi marcada por grandes dificuldades organizativas do começo ao fim. Após inúmeras idas e vindas com o grupo organizador, Tony Anderson foi até a Croácia um ano antes, onde realizou um PDC, formando uma turma que assumiria o comitê de organização do encontro. No último instante, Tony precisou pegar um empréstimo bancário para pagar as acomodações, o que, ao final, lhe deu um prejuízo de aproximadamente 3 mil euros, pois com toda a instabilidade, esta foi uma das Convergências mais esvaziadas.

IPC8 – Brasil, 2007

27. Vídeo documentário disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=e-uBb-7P0OEA>>. Acesso em: janeiro de 2017. E *site* com todo o material do encontro disponível em: <<http://permaculturewest.org.au/ipc6/toc.html>> Acesso em: janeiro de 2017.

Cerca de 600 pessoas, representando mais de 40 países, estiveram no Brasil em maio de 2007 para a Oitava Convergência Internacional de Permacultura, organizada por Ali Sharif e pela Permacultura América Latina (PAL). David Holmgren visitou o país neste mesmo ano, ministrando cursos avançados em Santa Catarina, São Paulo, Brasília e Bahia.

Luiz Fernando de Matheus e Silva (2013, p. 168) nos conta que

“a Conferência teve como tema “Economia Verde” e foi realizada no pavilhão da Bienal, em São Paulo. O curso de PDC foi realizado no bairro do Grajaú, a Convergência no ecocentro IPEC, em Pirenópolis (GO) e as visitas às experiências em permacultura se desenvolveram no IPA, em Manaus, e no OPA (Organização de Permacultura e Arte), em Salvador.”

Uma das delegadas australianas, Robyn Francis, descreve o imenso sucesso do evento em sua representatividade, organização e relevância. Ela cita especialmente a presença massiva de jovens permacultores, o que ela encara como uma possível ‘virada’ no movimento mundial da permacultura, que finalmente atingia as novas gerações de maneira mais ampla²⁸.

IPC9 – Malawi, 2009

Com um formato um tanto diferenciado, Convergência e Conferência foram compostas por quatro eventos que aconteceram entre 18 de outubro a 30 de novembro em Zimbábue, Zâmbia e Malawi. Existe farto material documentado acerca deste encontro.

IPC10 – Jordânia, 2011

Em 2011, a comunidade internacional da permacultura reuniu-se na Jordânia, sob o tema “Plano Jordânia – água para vida, água para natureza”. Pela primeira vez, todo o evento foi transmitido ao vivo pela internet através de *streaming*.

28. O relato na íntegra pode ser lido em <<http://permacultureaustralia.org.au/2007/06/13/ipc8-brazil-%E2%80%933%C2%A0report/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

IPC realizada na Índia no dia 26 de novembro de 2017²⁹



IPC11 – Cuba, 2013

Realizada entre novembro e dezembro de 2013, entre Havana e Los Cocos, trata-se possivelmente de um dos encontros mais interessantes já ocorridos, com aproximadamente 500 representantes de mais de 60 países. O encontro contou com uma gigantesca documentação textual e audiovisual a respeito³⁰. Cuba possui uma sólida organização de permacultores estabelecida desde o início dos anos 1990, quando uma brigada foi enviada ao país para ajudar no processo de superação do “pico do petróleo” (este fato está registrado em um famoso filme chamado “O poder da comunidade”³¹). Além disso, o país é famoso pelo avançado estágio da agricultura urbana, pois a prática tornou-se uma questão de sobrevivência dado o contexto de embargo econômico e ausência de produtos derivados de petróleo.

29. Fonte: <http://ipcindia2017.org/>

30. Na página da IPC12 na internet há um *link* com um compilado de informações sobre as outras Convergências. A respeito da IPC11, para obter mais informações, visitar o endereço disponível em: <<https://www.ipcuk.events/IPC11>>. Acesso em: janeiro de 2017.

31. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rr70FVoAXBo>>. Acesso em: janeiro de 2017.

IPC12 – Reino Unido, 2015

A penúltima IPC realizada ocorreu em Londres (Conferência) e no interior da Inglaterra (Convergência), além de inúmeros cursos e atividades descentralizados pelo Reino Unido constando como parte integrante da programação. Reuniu mais de 600 pessoas de 50 distintos países. Nela, decidiu-se a localização da próxima, realizada na Índia, e indicou-se a seguinte, prevista para o ano de 2020, na Argentina.

IPC13 – Índia, 2017

A IPC mais recente foi realizada na Índia, entre 25 de novembro e 2 de dezembro de 2017 (Conferência 25 e 26 de novembro, em Hyderabad, Telangana; Convergência de 27 de novembro a 2 de dezembro em Medak, Telangana). Contou com a presença de 1.280 participantes, incluindo 500 delegados internacionais de 6 países e agricultores de todo continente asiático.

As Convergências Continentais

Além das IPCs, existem também as Convergências Continentais, cujo propósito – além de articular as redes e iniciativas locais –, é consolidar debates, estratégias e deliberações que serão levados até a próxima IPC e socializados com toda a comunidade internacional. É por isso que, em geral, as Convergências Continentais também acontecem a cada dois anos, intercaladas com as IPCs.

Não temos espaço aqui para nos aprofundar nas particularidades de cada uma das organizações e encontros continentais, expondo suas dificuldades e avanços. Mas, para melhor compreender alguns dos aspectos, caminhos e perspectivas da permacultura no Brasil, faz-se necessário falarmos rapidamente sobre a CLAP (Convergência Latino América de Permacultura), da qual tive a oportunidade de participar em sua 4ª edição, realizada na Colômbia, em junho de 2015, nas proximidades de Bogotá.

As CLAPs – Convergências Latino Americanas

O quadro abaixo demonstra de maneira sistematizada o histórico de realizações das CLAPs, trazendo o ano e o país em que aconteceram.

O QUE É PERMACULTURA?

Datas e locais das CLAPs³²

	Ano	País de realização
1ª CLAP	2000	Argentina
2ª CLAP	2001	Brasil
3ª CLAP	2008	Cuba
4ª CLAP	2015	Colômbia
5ª CLAP	2018	Venezuela (cancelada)

A realização da Primeira Convergência Latino Americana de Permacultura aconteceu entre os dias 27 de março e 2 de abril do ano 2000, reunindo aproximadamente 50 participantes de 10 diferentes países na Ecovilla Gaia, em Navarro, Província de Buenos Aires, Argentina. A organização do encontro ficou a cargo do Instituto Argentino de Permacultura, com colaboração de um comitê formado por pessoas de diversos países.

Um dos pontos altos citados no relatório do evento^{<?>}, além das inúmeras apresentações e oficinas, é o que fala sobre a fundação de uma Rede de Apoio à Permacultura Latino Americana chamada RAPEL:

“A cada dia se manifestava com mais claridade e interesse a necessidade de estabelecer uma rede de apoio mútuo (...). Assim nasceu a RAPEL – Rede de Apoio à Permacultura Latino Americana. Foi combinado seu objetivo e forma de funcionamento. Se propuseram comitês para as distintas áreas: publicação de um compilado do congresso, a formação da Academia Latino Americana de Permacultura, intercâmbio de sementes, adaptação do curso de ‘design’ à realidade latino americana, e a criação de uma lista de projetos em cada região^{<?>}.”

32. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pt-br.php>>.

33. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0Bw12ZOIlg1nMRTNBQlQy-QmzxMm8/view>>. Acesso em: janeiro de 2017.

34. Tradução livre do original: “Cada día se manifestaba con claridad el interés y la necesidad de establecer una red de apoyo mutuo. Es por eso que luego de varios círculos logramos consensar la formación de una red. Así nació RAPEL – Red de Apoyo a la Permacultura Latinoamericana. Se acordaron los objetivos y forma de funcionamiento. Se propusieron comités para distintas áreas: publicación de un proceeding del congreso, formación de la Academia Latinoamericana de Permacultura., intercambio de semillas, adaptación del curso de diseño a la realidad Latinoamericana y creación de una lista de proyectos en cada región.”. Link do relatório disponível na nota anterior.

A história subsequente demonstrou que tal rede acabou por não se efetivar, e não se encontram mais registros de sua atuação posterior. Pensando na existência anterior da PAL – Permacultura América Latina, acreditamos ser válido questionarmo-nos se a mesma não cumpriria com a função esperada pela RAPEL, ou se haviam divergências ou dificuldades que tornassem necessária a criação de um outro organismo para o fomento da permacultura em território latino-americano. Nesse quesito, a ausência de Ali Sharif nessa Convergência na Argentina é notada, uma vez que ele seria o responsável continental por acompanhar os processos de evolução da permacultura na América Latina.

Quanto ao segundo encontro que, ao que consta em relatório da primeira Convergência, deveria ocorrer na Bahia no ano seguinte, não encontramos nenhum registro e as fontes consultadas não puderam nos elucidar esta questão.

Como vimos, existe um certo hiato entre a realização dos encontros latino-americanos, em especial entre o terceiro (2008) e o quarto (2015). Segundo informações obtidas por meio de diálogos junto aos participantes da 4ª CLAP, na Colômbia, após a 3ª CLAP, realizada em Cuba no ano de 2008, indicou-se que a Convergência seguinte se daria no Chile, o que, devido a problemas de organização internos, jamais ocorreu. Tal incidente e todos os seus desdobramentos teriam desestimulado a continuidade dos encontros, que atravessaram um longo período de dormência até que grupos locais se dispusessem a construí-lo novamente. Essa situação é bastante parecida com a que também ocasionou um mesmo hiato na realização das IPCs entre 1996 e 2005.

A importância das CLAPs reside na adequação e reconfiguração do fazer permacultural nos países da América Latina, territórios social e culturalmente muito distintos da Austrália, onde a permacultura nasceu.

Na América Latina em geral, observamos uma maior interação e presença de povos nativos, tradicionais, indígenas e quilombolas, uma vez que os Palawa, aborígenes nativos da Tasmânia, ilha ao sul da Austrália – bem como praticamente todos os outros povos e etnias presentes até então –, foram dura e totalmente exterminados no processo de colonização e ocupação do território australiano (ROBSON, 1985). Além disso, em termos comparativos, a escassez e a desigualdade social são elementos muito mais presentes na realidade latino-americana do que na Austrália, um país que equalizou com mais eficiência as disparidades econômicas e sociais, e que entrega aos seus habitantes um nível médio de bem-estar social muito superior ao nosso. O mesmo se aplica

à presença e relevância dos movimentos sociais populares, muito mais intensos por aqui (MELUCCI, 1989).

Todas essas diferenças fazem com que a prática da permacultura, seu método de difusão e suas referências tenham que ser revistas, partindo sempre do contexto e das particularidades locais. Dessa forma, conectada à realidade onde chega, ganha força e relevância ao integrar-se às questões mais proeminentes, necessárias e urgentes encaradas por determinados povos, nutrindo-se do arcabouço cultural local para que, nessa troca, dialogue mais profundamente com as pessoas que vivem e constroem tal realidade, sem os contornos de algo exógeno àquelas existências.

No entanto, a história nos mostra que a chegada e o desenvolvimento da permacultura no Brasil, em suas dimensões técnica, estética, cultural e ética, reproduziu, por vezes, alguns dos padrões australianos sem sopesar a contento as devidas particularidades. Desse modo, construiu expectativas cujas premissas estariam conectadas a outro contexto.

Observamos que a permacultura traz consigo todo um arcabouço estético e cultural, com suas práticas, léxicos e referenciais conectados muitas vezes à matriz australiana ou à sua cultura ancestral. Como alguns exemplos, temos o “*didgeridoo*”, um instrumento de sopro criado pelos aborígenes australianos; e o “*aho*”, cumprimento xamânico dos povos nativos norte-americanos, entre outras referências. Não existe nenhum problema na difusão de tais elementos, porém, quanto mais formos capazes de desenvolver uma escuta radical e incorporar elementos culturais locais às práticas permaculturais, provavelmente maiores serão nossas chances de êxito no sentido de estabelecer um diálogo onde a permacultura também possa contribuir com seus saberes e considerações, sendo adotada como ferramenta por grupos e comunidades diversas.

Dessa forma, nos aproximaremos do intuito dialógico acima enunciado e estaremos verdadeiramente partindo dos saberes tradicionais de nossa localidade para pensar ações e alternativas, promovendo

35. Nessa intersecção entre capoeira e permacultura, chamo a atenção para o trabalho e a militância do pesquisador e amigo Carlos Alberto Correa Moro, autor da dissertação “O centro da roda é o centro da vida: tradição, experiência e improviso na roda de capuêra angola” realizada a partir de sua pesquisa de mestrado vinculada ao programa de antropologia social da USP e a partir de sua atuação junto a Associação Cultural de Capuêra Angola Paraguaçu criada por mestre Jaime de Mar Grande, na qual ele busca, com apoio e participação de outras pessoas, intercambiar elementos entre permacultura e capoeira.

do trocas multilaterais e potencialmente profícuas. No caso do Brasil, pesquisar a arquitetura e os métodos construtivos das quase 400 etnias nativas; conhecer os métodos de cultivo desses povos; suas histórias, lendas e cantigas; seus instrumentos musicais, suas festas, e toda a extensão de sua sabedoria expressa no modo de viver; jogar capoeira e tocar berimbau^{<?>}, são exemplos básicos que podemos pensar para promover essa interface.

E para finalizar, existiu também, em um primeiro momento, a importação de soluções desconectadas das demandas e mentalidade local. Técnicas construtivas como o superadobe; ou mesmo o pau a pique (ainda que presente culturalmente em determinadas regiões do Brasil) não são soluções universais. Como construir casas de barro em um contexto amazônico de chuvas torrenciais durante toda uma estação, por exemplo?

Tais questionamentos nos colocam a importância da incorporação e reflexão sobre elementos autóctones das culturas com as quais trabalhamos, demonstrando que apesar da pretensa universalidade, é preciso também relativizar e adaptar para sermos resilientes e constituirmos estratégias permanentes e harmônicas, respeitando práticas ancestroras.

“Talvez porque a permacultura seja um conceito estrangeiro, que chegou ao Brasil já de certa forma elitizado. Gente que teve acesso a ir para Europa, Austrália, Estados Unidos... então talvez isso explique um pouco a origem de como chegou a permacultura no Brasil.” (entrevista presencial com Leandro Sparrenberger)

Para conseguir sincronizar os ponteiros, seria necessário ouvir aos agentes locais, para que pudessem apresentar seu *feedback* à comunidade internacional, de modo a construir essa necessária adaptação técnica, estética, estratégica e, por vezes, até mesmo ética da permacultura nos diferentes territórios, conferindo à mesma, a resiliência e plasticidade necessárias para sua difusão, garantindo, portanto, o respeito a diversidade cultural dos povos.

Parece-nos necessário, também, registrar que tais Convergências (continentais ou internacionais) muitas vezes se apresentam como espaços de exposição das divergências que se acumulam historicamente. Dessa forma, por vezes, polêmicas das mais diversas naturezas são debatidas e/ou situadas e, quando possível, sanadas. Trata-se também dos necessários mecanismos de autorregulação, que só com a exposição dos conflitos é que

O QUE É PERMACULTURA?

eles podem ser encaminhados; e felizmente existem espaços para que eles venham à tona. Tais divergências variam de aspectos técnicos aos estratégicos, passando pelos pessoais e circunstanciais. Sobre isso, em depoimento, o permacultor Marco Aurélio Tavares Bastos, presente na 2ª CLAP lembra que “a Marsha [Hanzi] começou aquele Congresso Latino Americano já falando sobre alguns problemas”.

Tais fatos corroboram a nossa percepção das Convergências e Conferências como espaços de encontro, fruição e autorregulação da comunidade de praticantes da permacultura.

Para entender um pouco melhor tais questões, apresento a seguir um breve resumo da experiência como participante da 4ª CLAP.

A 4ª CLAP, na Colômbia, em 2015

Entre os dias 15 e 21 de junho de 2015, na Comunidade Varsana, ao sul de Bogotá, teve lugar a 4ª CLAP, com a presença de aproximadamente 140 pessoas de 15 países.

Tratou-se de um encontro repleto de dinâmicas de contato, aproximação e interação. Um dos objetivos centrais foi o de desenvolver a chamada “PermaLatina”, uma rede latino-americana de permacultura que conferisse unidade para as iniciativas e grupos em caráter continental, buscando semelhanças e convergências para uma atuação estratégica unificada. O planejamento dessa rede esteve presente em quase todos os dias do encontro, e foi realizado com o auxílio da metodologia Dragon Dreaming, um sistema integrado e um método completo para a realização de projetos criativos, colaborativos e sustentáveis. Um mapa feito colaborativamente ficou exposto durante o evento, com todos os seus respectivos contatos, para estimular a formação dessa rede.

Todos os representantes dos países presentes tiveram espaço para falar acerca de suas realidades, de forma a socializar os panoramas nacionais, possibilitando a todos o melhor entendimento dos desafios postos a cada uma das regiões. Nos anexos de minha dissertação de mestrado, bem como em pasta virtual complementar que deixo a disposição em *link* ao final do trabalho, encontram-se diversas apresentações e gravações de áudio dessas apresentações, onde os interessados poderão saber mais especificamente das questões relativas a determinado país.

Falou-se muito sobre a necessidade de “latinizar a permacultura”, que significa justamente identificar elementos locais que devam

ser agregados ou adaptados com relação à forma ‘tradicional’ de fazer e ensinar permacultura na América Latina. Tais elementos passam pela constituição étnica, cultural, por fatores econômicos, sociais e políticos dos países, e precisam ser absorvidos e considerados no momento de objetivar a entrada e a consolidação da permacultura em determinado território.

Sobre o Brasil, a fala de apresentação foi feita majoritariamente pelo permacultor Thomas Enlazador, e complementada por mim, cujos trechos, respectivamente, transcrevo:

“Alguns desafios que temos são: um país continental muito grande, difícil fazer qualquer coisa para ter uma maior integração. Estamos vivendo uma crise econômica brutal, sem linhas de financiamento do governo, está bem difícil. Distintas visões, a linha mais antiga, mais tradicional que não aceita essa permacultura mais alternativa, mais anárquica, mas holística que fazemos; esse mito dos ‘diplomados’. Nós queremos ‘permados’ não diplomados. E integrar esses mundos – que é um pouco do papel que eu cumpro. Comunicação é outro desafio, e resolução de conflitos. Nós temos permacultores no Brasil que não se falam há décadas, e estamos tentando fazer essa ponte. E também popularizar a permacultura, com cursos acessíveis, PDCs etc. Os pontos positivos: conseguimos colocar a permacultura na política nacional de agroecologia. É a primeira vez que a permacultura aparece em uma política nacional. A permacultura já é um critério em muitos editais, um critério de desempate. A crise de água que estamos tendo no Sudeste, especialmente em São Paulo, fez com que as pessoas comessem a captar água de chuva, e aí se criou o movimento “Cisternas Já!”, e o governo está pagando um grupo para implementar 100 mil cisternas na cidade de São Paulo, pequenas cisternas. Fortalecimento da permacultura popular. Estamos cada vez mais trabalhando dentro das aldeias indígenas, dentro das comunidades tradicionais e quilombolas, eu mesmo sempre estou indo para a floresta. Nesta rede, a PSB, estamos tendo também uma maior politização dos permacultores, porque não adianta ser permacultor e não falar de *design* social, de política, temos que abrir os flancos para transformar a permacultura em políticas públicas factíveis. A integração com o CASA [Conselho de Assentamentos Sustentáveis das Américas] está começando a melhorar. E algumas tecnologias já são certificadas pelo governo oficialmente, como o “bason”, o banheiro seco, e um tratamento de “águas cinzas”. Não é mais ilegal como era até alguns anos atrás. É um movimento muito forte de ocupação dos parques urbanos, ocupar e resistir.”

E na sequência, complemento:

Foto oficial da 4ª CLAP, na comunidade Varsana, Colômbia¹



1. Fonte: Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gjKefml1xcA>>

“Como Thomas falou, o Brasil é um país continental, e qualquer coisa que vise ter uma unidade nacional terá muitos desafios. E é isso que acontece com a permacultura no Brasil, que é muito melhor vista e pensada quando a colocamos no plural: as permaculturas. E nosso desafio no Brasil e também no mundo é fazer desta pluralidade uma riqueza; dentro da diversidade encontrar e construir uma convergência. Para chegar a esta unidade creio que devemos buscar os fundamentos básicos da permacultura, ou seja, voltar-nos para a ética de ‘cuidado’ e de ‘partilha’, e a partir daí respeitar toda e qualquer adaptação contextual que se faça, e que não podemos deixar de fazer na América Latina, que é um lugar completamente diferente da Austrália, onde surgiu a permacultura. Eu digo isso porque vejo uma certa “tecnificação” da permacultura. As técnicas de como fazer ‘isso’ ou ‘aquilo’ tem estado muitas vezes em primeiro plano quando, na realidade, elas não têm sentido sem o contexto e sem a ética proposta pela permacultura. Eu tenho esperança que no Brasil e no mundo, nós possamos nos voltar às bases disso que fazemos: cuidar das pessoas e compartilhar. E assim encontraremos a unidade na diversidade.”

Tais posições ressoaram muito positivamente junto aos participantes da 4ª CLAP, arrancando aplausos entusiasmados de todos os presentes.

Foi possível perceber que muitos dos países presentes passam por processos semelhantes, com a diferença de que o Brasil é o país com o cenário mais avançado e consolidado. Talvez, a ausência de organizações e institutos mais estabelecidos seja uma oportunidade para que países onde a permacultura encontra-se em plena ascensão, como Colômbia ou Venezuela, estabeleçam suas iniciativas já em estreito diálogo com sujeitos, fatores e particularidades locais, aprendendo sobre os saberes ancestrais dos povos tradicionais presentes nos territórios e seus descendentes.

Durante o encontro, um dos momentos dos quais participei destinou-se a deliberar sobre a localização da próxima Convergência, valendo-se de um método horizontal de decisões coletivas conhecido como “sociocracia”. Após algumas horas de reunião, indicou-se que a Venezuela seria o país a sediar a 5ª CLAP, proposta que obteve aprovação da plenária final do encontro.

Infelizmente, devido a problemas logísticos e, segundo justificativa do comitê organizador local, devido à instabilidade política da Venezuela, em junho de 2017 foi anunciada a decisão de que

O QUE É PERMACULTURA?

outro país deveria se dispor a sediar a 5ª CLAP, tendo em vista que não haveria, definitivamente, condições de organizá-la na Venezuela. Apesar de comentários e indicativos de que o encontro aconteceria no México, até o fechamento editorial deste livro, a questão permaneceu em aberto, não havendo definições sobre quem sediará o encontro deste ano (2018), e mesmo, ainda, se ele ocorrerá.

Teia com os contatos dos diversos grupos presentes, mapa colaborativo da 4ª CLAP³⁷



37. Fonte: Arquivo pessoal do autor.

As Conferências brasileiras

Ao que a história e as pesquisas apontam, aconteceram apenas duas Conferências Brasileiras de Permacultura, ambas organizadas pelo IPB (Instituto de Permacultura da Bahia), em Salvador, respectivamente nos anos de 1995 e 1997.

A 1ª Conferência Brasileira de Permacultura aconteceu no Centro de Treinamento de Líderes, entre os dias 31 de julho e 6 de agosto de 1995. A 2ª Conferência aconteceu entre os dias 29 de setembro e 4 de outubro de 1997, no Centro de Convenções, reunindo cerca de 150 pessoas, como nos conta Marsha Hanzi, em entrevista por e-mail:

“ Fizemos a primeira Conferência em Salvador (na época só tinha a gente praticando Permacultura no Brasil), num centro de treinamento da Igreja Católica em Itapuã. (...) foi bem no começo da nossa história. Fizemos sozinhos, com a pequena equipe que tinha na época, chamando as pessoas ‘interessantes’: arquitetos, agricultores, Ernst Gotsch etc. Tivemos um público de mais ou menos 120 pessoas, a maioria universitários. Depois fizemos outro em Salvador, num centro de conferências grande. Esta vez foi coordenada por uma profissional. (...) Nesta vez tivemos um certo apoio do Secretário de Florestas, acho. Lembro que foi um órgão de governo que nos deu trabalho no final, porque nunca entregaram o valor prometido (as passagens dos convidados!), porque a pessoa que assina os cheques recusou-se a assinar. Nós todos levamos um grande prejuízo por conta disso. Lembro que, além do Ernst, esteve Hiroshi Seo, e outros profissionais e agricultores. Não lembro de mais eventos grandes coordenados por nosso instituto. Logo depois deste, participei na Argentina, na Convergência Sul-americana.”

Ao que consta, outros encontros brasileiros de permacultura não vieram a ocorrer desde então, ainda que o Brasil tenha sediado encontros internacionais tais como a Convergência Latino América e a Convergência Internacional (IPC). Tal fato aponta para possível falta de alinhamento e unidade entre as linhas e ‘escolas’ nacionais de permacultura, cindidas por questões que variam de aspectos políticos a pessoais, como apontam diversas entrevistas que coletei ao longo da pesquisa. Reunificar a prática da permacultura no Brasil e harmonizar os diferentes grupos e institutos é, provavelmente, um dos maiores desafios contemporâneos postos à presente geração de permacultores e permacultoras locais.

CAPÍTULO 3



PERMACULTURAS: APROFUNDAMENTOS

Tendo entendido a origem e parte significativa da organização dos permacultores e permacultoras ao redor do mundo, faz-se necessário termos alguns aprofundamentos críticos a partir de leituras, diálogos e experiências práticas vivenciadas com o objetivo de enriquecer nossa análise e visão sobre o tema abordado. Tendo em conta o que foi até aqui debatido, podemos perceber que existem muitas maneiras de fazer e enxergar a permacultura, tornando-a plural por excelência. Por isso é possível observarmos a existência de diversas linhas e escolas distintas de permacultura, manifestando-se no plural enquanto “permaculturas”. Não é nosso intuito hierarquizá-las, apontando as melhores e piores; certas e erradas.

Temos plena admiração por todos aqueles e aquelas que dedicam suas vidas e tempo a difundir as práticas de autonomia e resiliência aglutinadas na permacultura, e acreditamos que cada qual traça seus caminhos, contribuindo à sua maneira. É claro que como sujeitos parciais temos nossas preferências e caminhos próprios, mas isso não significa deslegitimar ou diminuir outras histórias e perspectivas, pelo contrário: tudo que aconteceu até hoje só foi possível graças a somatória dos esforços de toda comunidade engajada; e isso precisa ser dito e frisado. Que fique claro meu absoluto respeito por todos e todas que nos precederam nessa jornada, ainda que haja naturais divergências.

Em termos gerais, é possível observar que o contato com o universo da permacultura encontra-se restrito a círculos econômica e socioculturalmente favorecidos, não atingindo parcelas marginalizadas da sociedade e tampouco alcançando ampla difusão popular, o que, a partir de uma leitura conceitual da permacultura, pode explicitar uma grande contradição entre prática e teoria. Acredita-se que, assim como o termo “desenvolvimento sustentável” – amplamente cooptado pelo capitalismo industrial para prolongar o ímpeto desenvolvimentista em um contexto de ascensão da consciência ecológica –, a permacultura, apesar de promover autonomia, não esteja gerando emancipação coletiva. É que grande parte de sua prática não tem questionado estruturalmente a ordem estabelecida, a despeito de seu discurso abarcar uma contumaz crítica.

Em outras palavras: o verdadeiro potencial transformador da permacultura pode não ter sido explorado a contento, e o fetiche da técnica e do conhecimento é um dos principais fatores a atuar como fato neutralizador deste potencial. Isso se deve à percepção de que certas ‘escolas’ da permacultura concentram-se muito mais na excelência técnica de suas práticas do que na compreensão social de uma necessária reorganização do modo de produção e de consumo humanos; dessa forma, o debate político fica sufocado em prol do discurso da eficiência. Assim, este livro espera contribuir também para identificar e visibilizar experiências práticas que sejam de fato sustentáveis, transcendendo a simples “retórica da sustentabilidade” (HENDERSON, 2012, p.10), e que busquem uma compreensão mais abrangente daquilo que significa a construção de um mundo mais justo e igualitário, em termos sociais e ambientais, considerando a imbricação destes fatores.

Um conceito em construção

No cenário acadêmico, encontramos poucos trabalhos voltados à pesquisa dessa ciência que é a permacultura. Em 1992, Bill Mollison vem ao Brasil e ministra o primeiro curso de formação em permacultura (PDC) no Rio Grande do Sul, “de lá pra cá, a Permacultura desenvolveu-se no Brasil, conquistando dia após dia um número crescente de praticantes.” (PERMEAR, 2009 apud HENDERSON, 2012, p. 26)³⁸. É justamente a novidade do termo (observando desde a escala histórica) que o investe de uma resiliência característica aos conceitos ainda não cristalizados no ima-

38. Sobre isto discorreremos detalhadamente no capítulo seguinte.

ginário popular, de modo que a discussão, ainda difusa, precisa ser aprofundada para que se possa definir com clareza quais são as atribuições e qual o escopo desta ciência prática.

Essa resiliência é estratégica quando falamos da disputa ou construção do conceito, em especial quando discutimos seus usos e seus principais agentes e públicos.

Parece-nos importante compreender por quais círculos e camadas sociais a permacultura movimenta-se, e analisar o que significa isso. Entende-se que este é o ensejo histórico adequado para delinear tal conceito, trazendo-o, se possível, para o campo das transformações estruturais, bem como à criação e manutenção de um modo de produção social que leve em consideração a conexão existente entre todas as formas de vida. É preciso entender o potencial verdadeiro desse conceito e qual a importância de disseminá-lo para além de círculos restritos.

O conhecimento que ele encerra é um bem universal que pode melhorar as condições objetivas de vida daqueles que o possuem, mas sua mercantilização impede que ele chegue ao campo dos despossuídos, transformando a realidade destes.

No sentido de que a permacultura visa transformar a vida material dos seres humanos, criando soluções distintas das convencionais para várias áreas, podemos aproximá-la de uma preocupação latente ao materialismo histórico, em que as condições objetivas de vida em sociedade são definidas pela produção material de nossa existência coletiva. Ou seja: transformar os meios de produção (substituindo-os por outros adequados à visão permacultural/holística de mundo) poderia também transformar a relação entre as classes sociais e estruturas políticas vigentes, incluindo uma ressignificação do papel do Estado e do mercado, balizados objetivamente por um dos pilares da permacultura: a partilha justa. Também, porque estas transformações passariam necessariamente pela descentralização das atividades produtivas e reprodutivas da existência, criando núcleos locais e soluções adaptadas, desestimulando o crescimento em escala industrial e centralizada de produção e a importação de bens e serviços. Entendemos que existe a possibilidade de interpretar a permacultura como um viés prático e contemporâneo do materialismo histórico dialético, uma vez que ela, na sua lógica de assimilação e recriação de conhecimentos ancestrais, trabalha também com o processo de tese-antítese-síntese, e enxerga na influência do entorno um fator determinante para a construção de subjetividades – e por isso busca transformá-lo profundamente.

Sobre o posicionamento teórico da permacultura, Luis Fernando de Matheus e Silva (2013, p. 158), defende que

“é possível afirmar que a permacultura se relaciona diretamente com o pensamento pós-moderno, sobretudo no que diz respeito ao ecletismo; à mistura (por vezes superficial) de referências difusas; à rejeição a qualquer tipo de projeto unificado para o mundo e à adesão ao pragmatismo enquanto “única filosofia de ação possível”.» (HARVEY, 2007)

A despeito da leitura acima e da confirmação obtida por David Holmgren (2004) que deixa claro que “o conceito e o movimento da permacultura fazem parte daquilo que alguns chamam de pós-modernismo, em que todo o significado é relativo e incerto” (p. 27), acredito ser possível tecer pontes com parte dos referenciais modernos e materialistas para entender a permacultura em seu viés de transformação estrutural. Algumas das críticas contemporâneas da ecologia e do ambientalismo à ‘modernidade’ ressaltam que é preciso perceber a complexidade do que está em jogo.

Se o fim das grandes utopias e o surgimento de infinitas possibilidades de futuro, descentralizadas e distintas, são traços marcantes da chamada “pós-modernidade”, é necessário que nos perguntemos se uma sociedade regida pelos valores e critérios da permacultura não é também uma espécie de grande utopia global. Ou se, em contraposição, a práxis permacultural comporta ações locais desconectadas, acreditando de fato na construção de ‘pequenos paraísos sustentáveis’, isolados do entorno, onde tudo funciona.

É claro que a permacultura não é socialista por essência, mas tampouco é indiscutivelmente liberal ou mesmo pós-moderna! Trata-se de um emaranhado complexo de possibilidades e sentidos. Cabe ao portador das ferramentas buscar seu principal uso e, até mesmo, aprimorá-las para melhor realização do trabalho que se pretende, sabendo que a neutralidade é um mito mesmo nas ferramentas.

É preciso levar em consideração aquilo que Murray Bookchin (2011) chama de “anarcoindividualismo”, “anarquismo de estilo de vida” ou ainda “individualismo libertário”, que se resume em uma espécie de conduta onde o direito às práticas e às liberdades individuais são soberanas com relação a todas as outras, estimulando uma espécie de escapismo para ações locais e pontuais. Em uma concepção semelhante, a ‘espiritualização’ do universo permacultural também pode colaborar para o estabelecimento de tendências em que o desenvolvimento pessoal e interior encontre-se privilegiado em detrimento de ações coletivas e comunitárias, afastando

ainda mais os indivíduos de seu potencial transformador através dos movimentos unificados.

“Com isso, a expectativa de superação do capitalismo, se não desaparece do horizonte utópico, é relegada a um segundo plano, dando lugar à crença de que a transformação societária (...) será mais o resultado “natural” da “evolução espiritual dos indivíduos”, traduzida em mudanças espontâneas de hábitos, de valores etc., do que o fruto de uma luta organizada e programática contra os poderes dominantes, uma retórica individualista e “apolítica” que nega a luta de classes, escamoteia a urgente necessidade de transcender o capital e seus muitos estranhamentos para a edificação de uma sociedade verdadeiramente sustentável.” (SILVA, 2013, p. 140)

Ainda que tais posições existam entre praticantes da permacultura no Brasil e no mundo, não podemos imputar tal visão sobre todo um movimento, cuja trajetória concreta aponta também para outros referenciais, estes sim articulados a concepções mais amplas e à responsabilidade em engajar a população em torno de um outro projeto de sociedade.

Um destes referenciais é o movimento biorregionalista, surgido no início dos anos 1970 nos Estados Unidos, fortemente inspirado pelo ecoanarquismo e pelo municipalismo libertário de Bookchin. Em síntese, o biorregionalismo se trata de uma forma de organização e de vida conectada com as características intrínsecas das regiões onde atua, almejando a sustentabilidade e a diminuição dos impactos ambientais. Traz consigo uma proposta de organização democrática e participativa, levando em consideração os recortes por bacias hidrográficas, e a criação de núcleos políticos descentralizados (VELASCO, 2003). Sobre ele, Silva (2013), afirma que

“por trás destes objetivos manifestos, aparece implícita a utopia de uma nova sociedade composta por pequenas unidades descentralizadas, autogeridas, democráticas e sustentáveis, que, uma vez interligadas, seriam capazes de gerar as condições necessárias para o pleno desenvolvimento humano, em “harmonia com a natureza”. Uma “comuna de comunas”.” (p. 150)

Tomando por base o chamado pensamento sistêmico, entendendo a vida e a sociedade como resultados de uma dinâmica relacional, podemos afirmar que soluções pontuais não são suficientes para encarar problemas globais. Os desafios aos quais a permacultura se lança, apresentam-se de norte a sul, de leste a oeste do globo, em diferentes intensidades e manifestações, porém, muitas vezes unificados em seu sentido e origem. Questões

como o pico do petróleo, a dinâmica da competição capitalista e a exploração da natureza são obstáculos mundiais para a consolidação de uma sociedade sustentável, objetivo dos que praticam e vivem a permacultura.

Ainda que “pequenos enclaves libertários” sejam construídos, e que muitos nutram expectativas em vivências de pequena escala, rapidamente percebe-se que nenhum espaço está isolado, e que é impossível fragmentar as verdadeiras soluções. As propriedades permaculturais possuem um teto de desenvolvimento muitas vezes ditado pelo entorno; e não à toa Bill Mollison e, posteriormente, David Holmgren optaram por difundir suas propostas à escala global. Se ambos acreditassem apenas nas ações pequenas e locais, poderiam usufruir da permacultura apenas em seu microcosmos para a consolidação de experiências pontuais, mas entenderam que deve haver uma espécie de unidade, ainda que distinta das anteriores, para se alcançar resultados realmente transformadores.

A necessidade e a existência de redes nacionais, continentais e mundiais, das trocas, encontros, cursos e todos os esforços para a difusão deste movimento demonstram que existe a necessidade e a compreensão de que ele ganhe escala e crie massa crítica para que se possa construir coletivamente o renascimento de grandes utopias, completamente distintas daquelas defendidas anteriormente no ciclo histórico da modernidade, eventualmente vinculadas a um projeto comunista de sociedade, com muitas influências afins como, por exemplo, a inspiração encontrada nas propostas dos socialistas utópicos do século XIX para a consolidação das “contraculturas espaciais” (SILVA, 2013).

Dessa forma, talvez seja insuficiente simplesmente relegar ao plano da pós-modernidade as práticas e propostas permaculturais, negando-lhes uma articulação em forma de utopia global e uma organização que se equipare aos esforços empreendidos na modernidade. Obviamente existem muitas distinções, e diversos autores considerados pós-modernos são também eles influenciados por referenciais sólidos da modernidade. Herbert Marcuse, por exemplo, marxista e freudiano, pensador da Escola de Frankfurt, foi uma das maiores influências dos movimentos de contracultura dos anos 60/70 que, por sua vez, foram essenciais para o nascimento da permacultura. O mesmo se dá com Murray Bookchin, anarquista norte-americano criador do comunismo e do municipalismo libertário, tido por alguns como pós-moderno ainda que herdeiro de uma sólida tradição moderna.

Sobre a concepção de pós-modernidade, Holmgren também diz, anos depois (2007, p.11), que

“ nos estágios finais e caóticos da sociedade opulenta pós-moderna, os sistemas de autoridade do conhecimento são menos claros e as oportunidades para esse pensamento independente e mais sistêmico estão distribuídas de forma difusa através da hierarquia social e geográfica. Nesse contexto, não podemos contar com rótulos e condutas como sinais de autoridade e valores quando avaliamos qualquer solução futura de *design*.”

À parte a existência de uma conduta que automaticamente transforma em pejorativa (por sua ‘liquidez’) a expressão “pós-moderno”; ao lado de outra que cristaliza os referenciais da modernidade taxando-os de superados, é preciso encontrar espaço para entender a multiplicidade e a relação causal entre distintas visões e abordagens contemporâneas.

Os adeptos da permacultura não a impõem enquanto único caminho, e tampouco se prestam apenas ao pragmatismo voluntarista (se assim fosse, possivelmente não existiriam tantos cursos, encontros e espaços para refletir e debater o papel da permacultura, seu sistema pedagógico, seu horizonte etc.). O diferencial reside no reconhecimento da existência de diversas propostas e sistemas que podem e devem se complementar na construção de sociedades mais justas e sustentáveis, o que, talvez, seja um dos fatores mais cativantes deste movimento.

Ainda que a permacultura, na maneira como se manifesta, carregue vários elementos identificados com a pós-modernidade é possível também abrir caminho para reflexões aprofundadas que nos permitam encontrar relações diretas entre ela e a construção de novas utopias globais, pois, como vimos, os problemas que ela encara não são do tipo ‘eccléticos e difusos’, ainda que essas características estejam imputadas à sua prática. Em síntese: a permacultura é um conceito em disputa. Ou como preferimos: em construção.

Nova sensibilidade, valores e saberes locais

Enquanto proposta metodológica, a permacultura visa, através da observação e adaptação, trazer soluções baseadas no contexto local, partindo dos saberes nativos da população que a está utilizando, acrescentando descobertas e apontamentos recentes da chamada “ciência oficial”, que muitas vezes não reconhece ou incorpora conhecimentos ancestrais de comunidades tradicionais. Com isso, transforma o educando-educador em sujeito de seu processo pedagógico, criando contra-hegemonia ao não optar por uma educação com características colonizadoras e bancárias (FREIRE, 2014).

A criação dessa cultura (enquanto conjunto de hábitos e valores) caminha no sentido do desenvolvimento de uma Nova Sensibilidade³⁹, como discutida por Marcuse em sua obra “Um ensaio sobre a libertação” (1977), tão necessária para a efetivação e permanência de outro *modus operandi* socioambiental em nossa civilização.

Marcuse questiona valores tão naturalizados em nós ao ponto de se tornarem parte da fisiologia humana, causando reações físicas e biológicas perante estímulos socialmente construídos. Questiona nossos desejos e necessidades, propondo uma revisão dos mesmos. E a partir desse questionamento é que começa a esboçar o que chama de “uma base biológica para o socialismo”, que seria, então, a introjeção de valores mais fraternos, coletivistas e solidários dos que os vigentes, de modo a propiciar outras reações e relações. Com isso, ele nos chama a atenção para confusões de entendimento entre os domínios da natureza e da cultura, confusões estas que acabam por ‘naturalizar’ certas condutas culturalmente construídas.

Em outras palavras: cada sistema organizativo introjeta distintas reações nas subjetividades e mesmo na fisiologia humana: o egoísmo, a inveja e mesmo certas formas de medo que, tidas como reações ‘naturais’ por alguns, podem ser percebidas também como construídas com base na lógica vigente, que nos ensina o que temer, o que evitar etc. Viver em uma sociedade organizada para partilhar a abundância em vez de gerir a escassez teria reflexos profundos, segundo essa teoria, mesmo em reações e sentimentos tidos por naturais ou fisiológicos, e, no limite, ‘esse outro mundo possível’, auxiliaria no lançamento de outras bases biológicas para a existência

A permacultura, em suas soluções para a existência material, desnatura ações banalizadas como a alimentação ou a produção de resíduos, trazendo possibilidades distintas de satisfazê-las, questionando reações automatizadas derivadas de sólidas construções sociais.

Ao utilizar um banheiro seco⁴⁰, por exemplo, nos deparamos com o paradigma das fezes que, em nossa sociedade, são apartadas dos indiví-

39. Essa Nova Sensibilidade abriga os pilares subjetivos e culturais que sustentarão uma nova prática da existência humana, a partir da qual não mais seremos capazes de tolerar com naturalidade a “obscenidade” das discrepâncias sociais vigentes. Sobre ela, Marcuse diz que “a nova sensibilidade, que marca a supremacia dos instintos da vida sobre a agressividade e a culpa, criaria, numa escala social, a necessidade vital da abolição da injustiça e da miséria e modelaria a ulterior evolução do ‘nível de vida’.” (MARCUSE, 1977, p.40).

40. Banheiro seco é um tipo de sanitário que não utiliza água como meio de transporte dos

duos com a maior celeridade possível. Ou, ao cultivar um pomar, desconstruiríamos um certo senso comum urbano que encara como “sujeira” a as folhas que caem das árvores. São visões de mundo individuais que têm desdobramentos práticos e objetivos na vida da coletividade; por isso a opinião do outro é, também, assunto nosso, e a abertura para questionamentos e revisões é uma postura fundamental na construção de um mundo melhor.

Elitização e acesso ao conhecimento

Acredita-se que exista uma demasiada elitização acerca de um conhecimento que deveria elevar o nível de vida humano e as condições materiais do entorno, chegando principalmente às periferias dos grandes centros urbanos, aonde é especialmente necessário. Em termos práticos, a transmissão da técnica permacultura tem se dado, principalmente, por meio de cursos pagos e, na maioria dos casos, a preços não populares.

No Brasil, inicialmente, o conhecimento foi irradiado através de institutos de permacultura distribuídos entre os diferentes biomas brasileiros: IPEC (Instituto de Permacultura do Cerrado), IPEMA (Instituto de Permacultura da Mata Atlântica), IPA (Instituto de Permacultura da Amazônia), IPB (Instituto de Permacultura da Bahia), entre outros. Estes institutos – a maioria em funcionamento atualmente – atuam como uma espécie de vitrine para demonstração e centralização das soluções desenvolvidas pela permacultura. Os interessados em obter aquele conhecimento podem ir e conhecê-las nestes centros, conforme discutiremos mais profundamente adiante.

Como já citado brevemente, o curso básico de “iniciação” em permacultura é conhecido internacionalmente como PDC (*Permacultural Design Course Certificate*), e após ter completado um desses cursos (com carga horária mínima de 72 horas, geralmente realizado no prazo de dez dias, e que condensa a introdução à técnica, à ética e ao conceito) é que alguém se afirma oficialmente permacultor (ou aprendiz). Sobre isso, Cazeloto diz que

excrementos, poupando este recurso. Em seu lugar, é utilizado um material seco, de preferência com alto teor de carbono (tal como serragem, cinza, gramíneas trituradas etc.) como cobertura das fezes, de modo a impedir o aparecimento de vetores e mau odor. A partir dessa mistura, inicia-se o processo de compostagem em que o excremento, por fim e após procedimento correto, tornar-se-á terra fértil que pode ser utilizada na produção de flores, árvores e na recuperação de solos.

“ a permacultura possui características de uma comunidade, com suas normas, práticas, valores e, principalmente, com um grupo de praticantes legitimados que se identificam como *permacultores*. O signo de admissão a esse grupo é a posse de um certificado, expedido aos que participam de um curso de formação identificado pela sigla PDC (no original, em inglês, *Permaculture Design Certificate*. A tradução para o português manteve a sigla e o curso é conhecido como *Permacultura, Design e Consultoria* ou simplesmente como *Certificado de Design em Permacultura*).” (CAZELOTO, 2010, p. 195)

Apenas para que possamos avaliar com mais precisão, durante a elaboração da dissertação de mestrado que subsidiou este livro, no ano de 2016, fizemos uma pesquisa entre quatro renomados institutos de permacultura a fim de averiguar quais seriam os valores solicitados para se ter acesso ao PDC. Os resultados, em ordem de valor decrescente, foram, em reais:

- a) 3.155,00
- a) 2.980,00
- a) 1.950,00
- b) 1.800,00

Em dezembro de 2017, quase dois anos depois da pesquisa inicial, a realidade não é muito diferente. Com base nestes números, podemos discutir a acessibilidade à técnica por parte daqueles que não possuem recursos e, ainda que muitos desses centros estejam abertos a negociações, trocas (parciais ou integrais) e outras possibilidades, a monetarização do conhecimento é patente. Vale lembrar que, em geral, os valores citados cobrem alimentação, hospedagem e material didático, bem como são utilizados para viabilizar a vinda e a remuneração de instrutores(as). Outra parte dos recursos financiados é utilizada para melhorar a infraestrutura dos centros realizadores e mantê-los em funcionamento, tendo importância inquestionável na reprodução da técnica, de modo que não se discute a fundamental contribuição dos mesmos. A questão central é: como propiciar um acesso à permacultura que não seja mediado, necessariamente, pela relação monetária e que atinja, também, camadas populares?

Esse é um debate delicado pois, de um lado, atuando quase há 10 anos na área, tenho total convicção de que é necessário garantir aos facilitadores e militantes mais ativos condições de se profissionalizarem, a pri-

morando-se e tendo sua segurança financeira minimamente resguardada. De outro, há a questão da inclusão. Hoje, acredito que o foco central seja encontrar um caminho do meio, flexibilizando a questão dos pagamentos por parte dos participantes e diversificando as atuações profissionais de outro, não fazendo dos cursos fonte de renda exclusiva.

Em termos práticos, isso significa, por exemplo, abrir faixas de contribuição distintas para um mesmo curso, permitindo que as diferentes realidades econômicas se expressem, com quem tem mais pagando mais, quem tem menos pagando menos, e quem não tem recursos, pleiteando bolsas. Essa experiência tem sido realizada há vários anos nos cursos e PDCs ministrados pelos grupos Curare, Veracidade e PUPA, e tem se mostrado bastante eficiente.

Em geral são utilizados 3 valores de inscrição: valor social (subsidiado e mais baixo); valor real (que computa de fato todos os custos implícitos); valor fraterno (além dos custos, insere uma margem que é 'doada' aos facilitadores e organizadores do curso, para compensar as inscrições sociais e bolsas oferecidas, entre outras atividades não remuneradas). Cada participante se inscreve na faixa que for mais adequada à sua realidade financeira e, no momento de montar a turma (caso haja mais pessoas interessadas do que vagas disponíveis), os organizadores podem fazer uma composição que contemple todas as faixas e alcance o equilíbrio financeiro mínimo para realização do curso.

Por último, com relação à estratégia citada no sentido da captação de recurso por parte dos permacultores e permacultoras por meio de outras fontes, é cada vez maior o número de grupos que realizam algum tipo de atividade produtiva, seja comercializando produtos ou serviços como composteiras, minhocários, instalação de hortas, venda de cestas orgânicas, serviços de construção etc. Isso varia de acordo com o perfil dos participantes de cada grupo, das habilidades e conhecimentos que carregam.

Para além da questão financeira e de garantir formas de acesso não monetárias, existe também uma estética particular que tende a atrair grupos específicos e de certa maneira já sensibilizados com relação à pauta ambiental. Então surge outro questionamento com vistas a ampliar o campo de influência da permacultura: como popularizá-la economicamente e esteticamente sem prejuízo nenhum em sua qualidade?

Nesse ponto julga-se válida outra contribuição do supracitado artigo de Edilson Cazaloto:

“Na prática, a permacultura sofre influências do ambiente hegemônico da cibercultura. Como movimento aberto e sem controle centralizado, acabam ocorrendo desvios em sua ética proposta e muitas ações permaculturais acabam se coadunando com práticas mercadológicas. Cursos são vendidos, consultorias são prestadas, livros são publicados visando o lucro de editoras e palestras são proferidas com a cobrança de ingresso.” (2010, p. 199)

No entanto, como segue o autor, esses “desvios” não invalidam a contra-hegemonia expressa através dos preceitos e pilares da permacultura, que em sua essência combatem tendências mercadológicas e individualistas.

Observa-se que:

“o movimento de projetos para as camadas populares no Brasil cresce a passos lentos. Esta preocupação em tornar a Permacultura popular tem o intuito de buscar transformações possíveis junto às camadas populares, pautando-se por melhores condições de vida, democracia e cidadania.” (SANTOS; BARBOSA; CAON, 2013, p.121)

Aqui, vale atentar-nos para um dos primeiros registros acadêmicos que expressam a preocupação em “popularizar a permacultura” (nestes termos), e que fala diretamente em permacultura popular como “um campo de conhecimento que permite o trabalho com setores das camadas populares, tanto do campo quanto da cidade” (SANTOS; BARBOSA; CARON, 2012, p.122). É importante frisar que ao se falar em popularização da permacultura, não se busca unicamente sua difusão, mas sim o empoderamento por parte de um setor específico da nossa sociedade: aqueles e aquelas que vivem em condições mais precárias, dada a vulnerabilidade econômica e social que atinge grande parte da população mundial; significa que as chamadas “camadas populares” também tenham acesso à permacultura, e que a mesma não fique restrita apenas a grupos socioeconomicamente favorecidos. E que, ao acessar a permacultura, ajudem também a transformá-la, trazendo para dentro suas demandas, sua estética e todas as formas de contribuição que a tornem mais acolhedora e identificada também com esses segmentos historicamente marginalizados.

“Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento (...) O dom de despertar no passado as centelhas da esperança é privilégio exclusivo do historiador convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não tem cessado de vencer.” (BENJAMIN, 2012, p. 243)

CAPÍTULO 4



UMA BREVE HISTORIOGRAFIA DA PERMACULTURA NO BRASIL

Toda história é perspectiva. Por isso, a síntese aqui realizada é apenas uma dentre as sínteses possíveis. Ela é fruto de diversos e específicos encontros, e foi movida por questionamentos particulares. Portanto, não é objetivo deste livro apresentar uma história definitiva e incontestável da chegada e do desenvolvimento da permacultura no Brasil. Muito pelo contrário: aqui apresento um rápido panorama de momentos-chave para a consolidação e difusão das práticas permaculturais no país, citando alguns de seus principais agentes e fomentadores, certamente com muitas lacunas.

O fato de tratar-se de uma história recente tem duplo efeito: se por um lado a proximidade dos fatos é uma vantagem em termos de precisão histórica e riqueza de detalhes, por outro, tratamos de fatos bastante recentes, com desdobramentos por vezes ainda em aberto, e sem que se tenha transcorrido um necessário tempo que nos auxilia a apurar o olhar e as interpretações. Tratar de sistematizar a história recente é um risco que assumimos e sempre um grande desafio.

O presente capítulo é fruto de pesquisa; estudo bibliográfico; entrevistas realizadas e transcritas; viagens de campo onde visitei várias iniciativas diferentes; e quase dez anos de prática, reflexão e estudo do universo da permacultura, nos quais a história aqui organizada vem sendo montada como um mosaico.

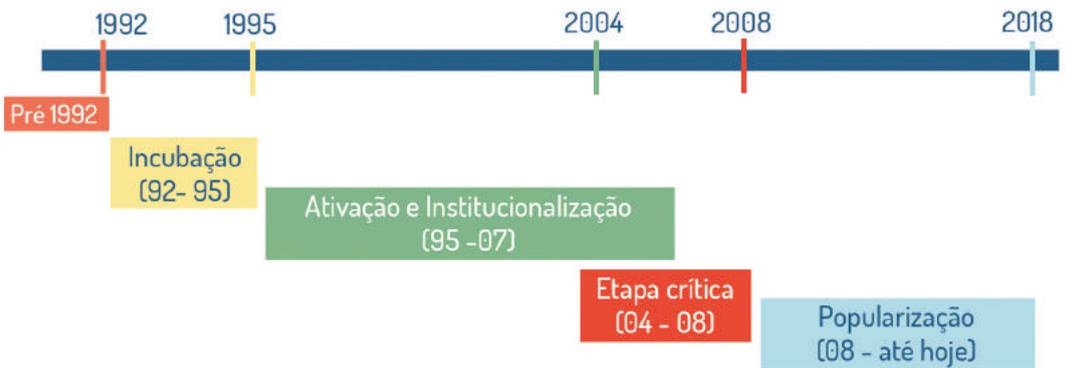
A contribuição presente neste livro é uma tentativa de entender alguns dos momentos centrais dessa história, buscando elementos comuns, categorias e compartimentalizações (não estanques) que nos permitam visualizar de maneira mais ordenada os diversos momentos, fases e etapas atravessados e vividos no seio da comunidade permacultural brasileira.

Assim, ordenamos fatos relevantes dentro desse recorte, apresentando pistas e propostas para enfrentar algumas das dificuldades e desafios contemporâneos.

Para a melhor compreensão da concepção historiográfica pela qual optamos, a evolução da permacultura no Brasil foi dividida em cinco etapas distintas, as quais serão abordadas separadamente ainda que, na prática, elas constituam um *continuum* não compartimentado, múltiplo e simultâneo, com manifestações das mesmas por vezes sobrepostas. Logo, esta leitura não se baseia em um caminho linear, mas em identificar pontos-chave que deram origens a novos desdobramentos e perspectivas, abrindo possibilidades.

A imagem abaixo sintetiza a sistematização aqui exposta:

Linha do tempo - etapas do desenvolvimento da permacultura no Brasil⁴¹



41. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pr-br.php>>.

As etapas aqui apresentadas são: período difuso (anterior à chegada oficial, em 1992); incubação (1992-1995); ativação e institucionalização (1995-2007); etapa crítica (2004-2008); popularização (2008-hoje). Cabe frisar que as presentes divisões foram estabelecidas apenas para fins didáticos, valendo-se de momentos e fatos relevantes que demonstram algum tipo de ‘guinada’ ou alteração no processo histórico.

Período difuso (pré-1992)

A partir de 1978 estava aberta ao mundo a permacultura. Obviamente não se tratou de um processo imediato. Afinal, os meios de comunicação eram, à época, infinitamente mais precários do que hoje. Porém, 25 mil cópias do livro “*Permaculture One – a Perennial Agriculture for Human Settlements*” começaram a circular neste ano, e a partir disso

“despontaram diversos grupos regionais dedicados a estudar a permacultura e seus participantes passaram a se encontrar frequentemente com o objetivo de criar redes, articular-se politicamente, realizar alguma ação prática ou mutirão de trabalho, trocar informações, sementes, mudas, etc.” (SILVA, 2013, p.161)

Em 1978 e 1979, respectivamente, com a edição da primeira revista de permacultura, chamada “*Permaculture Magazine*”, e a fundação do “*Permaculture’s Institute*” (ambas iniciativas impulsionadas por Bill Mollison), a permacultura finalmente ganha o mundo, transcendendo barreiras nacionais e iniciando seu processo de mundialização.

Paralelamente a este fenômeno de expansão internacional da permacultura, faz-se necessário registrar alguns dos desdobramentos dos incipientes movimentos contraculturais na América do Sul e, em especial no Brasil, onde

“as “comunidades alternativas” se materializaram como microscópicos enclaves libertários sob um contexto geral de repressão e recrudescimento da violência do Estado promovido pelas ditaduras militares e o consequente agravamento das tensões políticas e sociais. Na maior parte dos casos, essas comunidades se localizavam em lugares “escondidos” e/ou (até então) afastados dos grandes centros urbanos (...) No Brasil, este movimento foi particularmente forte em meados dos anos 1970 e início dos anos 1980. Nesta época, tem-se notícia dos grandes festivais de música, ao estilo *Woodstock*, como o “Festival de Águas Claras”, realizado pela primeira vez em 1975, na cidade de Iacanga, interior do estado de São Paulo e o “Festival de Saquarema” de 1976, no Rio de Janeiro. Ao mesmo

tempo, o movimento ambientalista brasileiro começa a tomar corpo, em consonância com as discussões levantadas pela Conferência de Estocolmo de 1972, e surgem diversos grupos ecologistas, a maioria deles localizados na região centro-sul, compostos por ativistas que desenvolviam suas atividades a partir das comunidades alternativas rurais. Todos esses elementos foram cruciais para a conformação de uma contracultura brasileira surgida tardiamente, junto com o lento processo de democratização vivenciado desde o governo Geisel. Em meio a essa atmosfera, surgiu uma plêiade de comunidades influenciadas pelo movimento hippie, pelo tropicalismo, pelo movimento *New Age* e pelo ambientalismo em diversos rincões do país.” (SILVA, 2013, p. 92)

Tais grupos, comunidades e seus participantes serão os primeiros vetores de difusão da permacultura no Brasil, ainda de forma difusa e não sistematizada, dado o contato que começam a ter, por meio de viagens, encontros e estudos com as novas propostas e conhecimentos ecológicos em voga à época.

Em entrevista com o permacultor e participante assíduo dos encontros de comunidades alternativas, Leonardo Borges, ele conta que tais grupos são compostos majoritariamente por pessoas jovens

“viajando pelo Brasil buscando alguma forma diferente de viver. Pessoas remanescentes das ecovilas, como a “*The Farm*”, nos Estados Unidos, por exemplo; de algumas ecovilas da Europa, e que trouxeram para o Brasil conhecimentos de alimentação viva; conhecimentos de parto natural; conhecimentos em agrofloresta; de meditação; de Yoga, etc. E eles começaram a se organizar a partir de um encontro – todo ano eles iam se encontrar para poder trocar conhecimentos.”

Esse encontro, que acontece ainda nos dias de hoje, é o chamado ENCA (Encontro Nacional de Comunidades Alternativas), organizado pela ABRASCA (Associação Brasileira das Comunidades Alternativas), fundada em 1978, com sede no município de São Lourenço, no estado de Minas Gerais.

Neste encontro anual, cujo público varia entre centenas e milhares de pessoas, diversas práticas e estilos de vida alternativos são intercambiados pelos participantes, servindo como polo aglutinador e difusor de tendências ecológicas – tradicionais ou contemporâneas – praticadas por membros das comunidades. Conforme Leonardo nos conta, temas como agroecologia, yoga, meditação, permacultura, alimentação natural, xamanismo, entre diversos outros, são debatidos, experimentados e vivenciados pelos presentes, consequentemente formando multiplicadores a nível nacional. Dado o alinhamento da permacultura com tais práticas, trata-se

de um terreno fértil para sua expansão entre uma juventude que busca alternativas concretas, que apresentem outros parâmetros para a produção e reprodução da vida e do espaço.

Marsha Hanzi, permacultora suíça-americana residente no Brasil desde 1976, fez seu primeiro PDC no Havaí, em 1991, com Max Lindegger e Lea Harrison, dois professores pioneiros. Ela nos conta em entrevista que, em finais dos anos 1980,

ENCA 2008, realizado na cidade mineira de Baependi



“estava morando no sítio, perto de Bragança Paulista, já praticando agricultura orgânica há anos, quando vi o livro “Permacultura Um”, que me inspirou muito. Logo em seguida mudamos para a Bahia, onde procurei em vão um curso, que ainda não existia no Brasil.”

Assim, é possível verificar que algumas das pessoas que faziam parte desse movimento alternativo, em meados dos anos 1980, tomaram contato com a permacultura em outros países, por vezes, realizando cursos no

exterior. Podemos então visualizar o momento e atmosfera histórica em que a palavra permacultura começa a circular pelo país e pelo continente, ainda em período anterior à vinda de Bill Mollison para ministrar o primeiro PDC, momento considerado como o marco ‘oficial’ da chegada da permacultura ao Brasil.

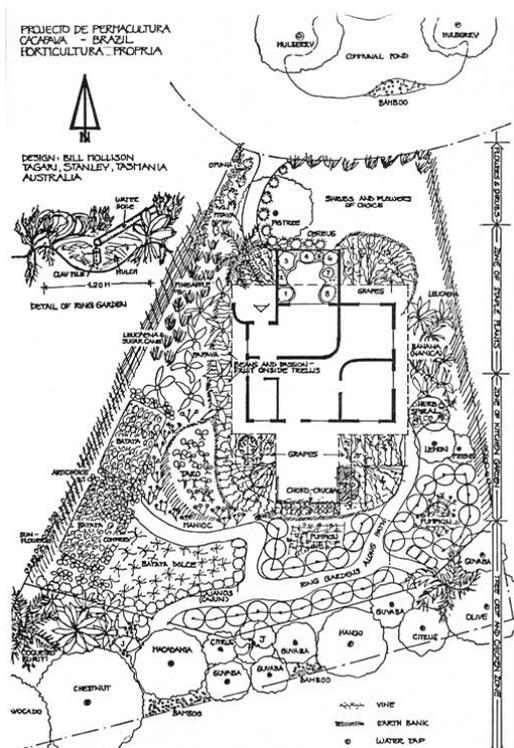
Por último, seguindo uma dica do permacultor Sérgio Pamplona, descobri que Bill já estivera rapidamente no Brasil em meados dos anos 1980 trabalhando como consultor em uma espécie de Ecovila em Caçapava, no interior de São Paulo, que infelizmente nunca saiu do papel. O próprio Sérgio havia ouvido essa história de Bill, mas não tinha maiores detalhes.

Após realizar pesquisas, descobri o livro “Habitações de baixo custo mais sustentáveis: a casa alvorada e o centro experimental de tecnologias habitacionais sustentáveis”, de autoria de Miguel Aloysio Sattler, como parte da Coleção HABITARE / FINEP. Nele encontrei uma série de relatos. O livro traz diversas experiências do Núcleo Orientado para a Inovação na Edificação (NORIE), a partir do final da década dos anos 1990, com pesquisa e construção de habitações sustentáveis. Entre elas, relata um projeto feito sob demanda e iniciativa da empresa Sanfonas Industriais Ltda., então sediada em São José dos Campos, que estudava transferir as suas instalações para a cidade de Caçapava e que propunha

“oferecer aos seus funcionários de menor recursos uma alternativa mais sustentável de habitat para suas famílias. O terreno era constituído de uma faixa estreita de terra (170 m x 54 m), situada a, aproximadamente, 3 km do centro de Caçapava, uma pequena cidade dita em expansão, que, à época, tinha uma população de aproximadamente 30.000 habitantes. Com essa intenção, a empresa contratou os arquitetos e urbanistas alemães Declan e Margrit Kennedy, com grande interesse em projetos ecológicos, para o desenvolvimento da proposta arquitetônica para as casas e urbanística, para um conjunto de 11 moradias, que estaria localizado em terreno adjacente à indústria. Esses profissionais convidariam, então, Bill Mollison, criador da permacultura, a participar como consultor, para a integração de sistemas de jardinagem auto-suficientes ao projeto.” (SATTTLER, 2007, p. 56)

A seguir, réplica do projeto de autoria de Bill Mollison.

Projeto de horta permacultural em Caçapava, por Bill Molisson, em meados dos anos 1980⁴²



O que se sabe a respeito desse projeto é que o mesmo nunca chegou a ser executado, apesar de ser considerado como “de fundamental importância para o desencadeamento das atividades ligadas à sustentabilidade que viriam a ser desenvolvidas pelo NORIE” (Ibid., p. 59).

Segundo consta, Bill visitou a área uma vez e chegou a esboçar um pequeno projeto de horta autossuficiente para os moradores do local que, teoricamente, com 3 horas de trabalho semanal nessa horta, seriam capazes de consumir boa parte dos alimentos utilizados em suas refeições.

Apesar de não ser possível precisar a data, ao que tudo indica e pelo que pude inferir a partir do material conseguido, é que a vinda de Bill se deu por volta de 1981, data em que o projeto já estava sendo apresentado e discutido em encontros e Conferências sobre habitação sustentável.

42. Fonte: SATTLER, 2007

Incubação: primeiros PDCs e as primeiras turmas (1992–1995)

É no ano de 1992 que, com a vinda de Bill Mollison para realização do primeiro PDC em território nacional, situa-se oficialmente o início da história da permacultura no Brasil (SILVA, 2013; MENDES, 2010; HENDERSON, 2012). Durante esses primeiros anos, desenrola-se a etapa aqui nomeada “incubação”, que se caracteriza por esforços e acompanhamentos externos constantes e prévios à consolidação e existência de um trabalho sistematizado, balizado por agentes locais na formação de multiplicadores e pela expansão do movimento, o que só vai acontecer por volta do ano de 1995, quando da realização da Primeira Conferência Brasileira de Permacultura, em Salvador; e na realização sistemática de diversos PDCs, de norte a sul do país.

Para falar sobre esse primeiro PDC brasileiro conversei com Ananta Alano, Toni Backes, dois dos participantes do curso, e Marsha Hanzi, pessoa responsável pela tradução do mesmo, que nos concederam entrevistas com os pormenores. Ananta, hoje residente no Chile, fundador do Sítio Pé na Terra, em Viamão (região metropolitana de Porto Alegre), foi a primeira pessoa a contatar diretamente Bill Mollison e consultá-lo sobre a possibilidade de um curso no Brasil. Ele nos conta que um engenheiro agrônomo da Prefeitura de Porto Alegre, seu conhecido,

“soube que eu estava viajando na Austrália, e fez contato comigo para que eu falasse com o Bill para que ele viesse para uma atividade de comemoração do ‘Dia da Árvore’, para fazer uma palestra de um dia, uma conferência na Semana do Meio Ambiente pela Prefeitura de Porto Alegre. O Bill me respondeu negativamente. Ele me disse que não ia, a não ser que fosse para formar permacultores; que ele não iria só para fazer palestra. E eu dei esse retorno para o Paim [agrônomo da Prefeitura], e segui viagem, porque dali eu ia para Nova Zelândia. Quando eu voltei ao Brasil, após o fim da viagem, depois de um mês e pouco, fiquei sabendo que eles tinham acertado então o curso com o Bill. Ele veio em 1992 para formar a primeira turma de permacultura. O local do curso foi o Viveiro da Prefeitura de Porto Alegre [localizado no município vizinho de Viamão, onde Toni Backes trabalhava].”

Graças a esse contato inicial, Ananta figurou por um bom tempo nos principais *sites* internacionais de permacultura como um dos introdutores do movimento no país, mas, a pedido dele, a informação foi retificada e o nome retirado, pois ele não se sentia apto a merecer tal título, uma vez que não teve atuação tão profunda no sentido de realmente ser um dos

agentes fundamentais para a expansão da permacultura no Brasil, como ele mesmo nos conta. Além disso, Ananta hospedou Bill Mollison no Sítio Pé na Terra durante o curso e por alguns dias seguintes, tendo a chance de conviver durante algumas semanas com ele.

“Nesta estada dele, a gente fundou o Instituto Gaúcho de Permacultura, e o Bill Mollison fez questão de botar 5 mil reais (não lembro como era o nome do dinheiro naquele tempo); no estatuto do Instituto consta que ele “começa com o dinheiro doado nesse momento pelo Bill Mollison”, o que foi um privilégio da gente. Porque o Bill, nessa altura da vida, terminou o curso e ia pro Equador ou pra Colômbia pra dar outro PDC, só que o avião de Porto Alegre não decolou por causa do clima, e só tinha voo depois de 4 dias. E aí ele ficou 4 dias no “Pé na Terra”, que foi o meu grande privilégio de viver com ele esses dias exclusivamente lá, com ele nos dando orientação do que fazer para o sítio ficar mais perto da permacultura.”

Sobre o curso, que aconteceu no mês de junho no Parque Saint Hilaire (onde se localizava o Horto Municipal, à época sob gestão da capital gaúcha e hoje sob a gestão da Prefeitura de Viamão), Ananta nos conta que foram 10 dias consecutivos de aula, o dia todo, manhã e tarde, com Bill Mollison e Scott Pittman, dos Estados Unidos, como professores. Ele lembra que

“o curso foi tão impactante que... não vou dizer que mudou minha vida, porque eu já tinha toda uma vivência com ecologia e com agricultura biodinâmica, mas deu uma visão muito mais ampla da permacultura. Isso foi um impacto muito poderoso, porque eu comecei a ver não só a relação da agricultura, mas também com o entorno, com o mundo, principalmente com a questão energética, que é nó da ecologia, o nó da sustentabilidade (...). O curso pelo que me lembro foi pago. Não foi muito caro, mas foi pago. Eu não tenho a menor ideia de como foi a seleção dos participantes, mas na maioria eram pessoas ligadas a área. Tinham arquitetos, agrônomos, agricultores. Tinha de tudo na verdade, mas acho que a maioria eram agrônomos e paisagistas. Eu acho que éramos um grupo de vinte e poucas pessoas, o Toni Backes, que é um paisagista conhecido nacionalmente hoje; o Paim; a Marsha Hanzi, lá da Bahia...”

Ele nos conta ainda de suas impressões acerca de Bill Mollison, graças a essa possibilidade de convivência um pouco mais prolongada, por ser seu anfitrião e acompanhá-lo por praticamente todos os dias no Brasil. Ele lembra de Bill como

“um sujeito de uma energia, e de uma capacidade de motivar os alunos, e de mostrar as coisas... enorme. E um dos nossos papos, ele tomou uns tragos, e me disse que o motor dele era a raiva: *“the anger”*. E eu disse “como assim?”. A indignação pelo que a gente tá fazendo com o planeta e com as nossas vidas chegava a tal ponto que ele tinha raiva. Ele queria tentar mudar esse modelo, esse parâmetro, para que as pessoas fossem mais felizes. Um homem profundo. E ao mesmo tempo muito brincalhão e alegre quando ele estava fora da raiva permacultural dele [risos]. Um cara muito gozador. E um grande professor, um grande mestre. Ele passou vários dias no sítio. Então toda hora ele estava dando ideias: “você tem água? Então você tem que engarrafar essa água e vender; ela vai ser o melhor negócio do mundo, vai vender mais caro do que petróleo”.”

Três anos após o PDC, Ananta se mudou para o Chile, onde vive até hoje, afastando-se do protagonismo na difusão da permacultura no Brasil, mas levando para suas práticas pessoais, a pequena escala, todo o conhecimento e sensibilidade adquiridos. Ainda sobre esse primeiro PDC realizado com apoio da Prefeitura de Porto Alegre, cabe citar que a mesma, à época, se encontrava sob a gestão de Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), conhecido por sua aproximação com os movimentos sociais populares, sua simplicidade e afinidade com as questões rurais.

Permacultora Marsha Hanzi



No período de 1992 a 1995, acontece o que a jornalista e pesquisadora Raffaele Mendes chama de “Primeira Onda”. Estimulado pelas “discussões suscitadas com a ECO 92, o ‘movimento permacultural brasileiro’ cresceu rápido e não tardou para que surgissem os primeiros institutos nacionais dedicados à formação, capacitação e divulgação da permacultura no país” (SILVA, 2013, p. 167). Ainda no ano de 1992, em 27 de setembro, após a realização de um curso de Introdução à Permacultura ministrado por Marsha Hanzi e Didier Bloch (também aluno do PDC de junho com Bill), é fundado o IPB (Instituto de Permacultura da Bahia) com sede na casa de Marsha, no condomínio Águas Finas, em Lauro de Freitas. Cabe ressaltar que essa fundação se deu pouquíssimo tempo depois de finalizado o PDC em Viamão/Porto Alegre. O IPB é considerado o primeiro Instituto de Permacultura do Brasil, ao lado do Instituto Gaúcho (IPERS), que não teve

prosseguimento, existindo ainda hoje em estado de latência, tendo sido fundado por Cláudio Sanchotene Trindade, também aluno do primeiro PDC, e que reside ainda hoje em Porto Alegre.

Com relação à história do IPB, em 1993 foi realizado o primeiro curso de Permacultura em uma faculdade de agronomia no Brasil (durante a Semana Agrônômica da Universidade Federal do Espírito Santo), além da “Organização do primeiro curso de Permacultura em Terras Secas, realizado em parceria com o IRPAA (Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada), em Juazeiro (BA). Com os facilitadores: Marsha Hanzl, Ianto Evans e a arquiteta mexicana Alejandra Caballero”⁴³.

No ano de 1994, a equipe do IPB realizou um PDC em Salvador entre os dias 28 de fevereiro e 13 de março, além de diversos cursos para estudantes de agronomia, com grande empenho na divulgação da permacultura por meio da publicação de artigos e entrevistas. Neste ano ocorre também a fundação do IMCA (Instituto Morro da Cutia), em Montenegro, região metropolitana de Porto Alegre, organização parceira em ações pontuais junto a indivíduos e grupos ativos no cenário brasileiro e ainda incipientes da permacultura.

Em 1995, Marsha trabalha como instrutora em um curso de Introdução ao Desenho Permacultural Amazônico, realizado pela PAL (Permacultura América Latina), e, entre julho e agosto, é realizada a Primeira Conferência Brasileira de Permacultura, no Centro de Treinamento de Líderes, em Salvador, a qual citamos brevemente em capítulo anterior, ao falar das Convergências e Conferências. Entendemos que, neste momento, fica clara a existência de uma comunidade relativamente ativa e organizada em andamento, com centenas de praticantes da permacultura fixados no Brasil, muitos deles devidamente capacitados através de cursos desenvolvidos entre os anos de 1992 e 1995 e vários tendo comparecido à primeira Conferência realizada em território nacional.

Ativação e institucionalização: RBP, PAL e IPC8 (1995–2007)

A etapa seguinte, aqui nomeada “Ativação e institucionalização”, compreende o período entre os anos de 1995 e 2007, também conhecido como “Segunda Onda” (MENDES, 2010), onde se empreendem esforços ainda maiores para consolidar e ampliar o alcance da permacultura no Bra-

43. Segundo consta no site da entidade. Disponível em: <<http://www.permacultura-bahia.org.br/interna.php?cod=7>>. Acesso em: janeiro de 2017.

sil por uma série de iniciativas e ações de seus precursores. Essa ativação conta com uma injeção de recursos oriundos de parcerias junto a organizações internacionais (majoritariamente a Permacultura América Latina, PAL) para a consolidação dos primeiros institutos, para edição de periódicos e para financiar treinamentos e capacitações em todo o país.

A PAL é uma organização não-governamental fundada em Santa Fé, nos Estados Unidos, pelo iraniano Ali Sharif, no ano de 1989 – Sharif é um dos maiores ‘discípulos’ de Mollison, tendo recebido dele a responsabilidade de difundir a permacultura em território latino-americano. O principal objetivo da PAL é o de colaborar com apoio técnico e financeiro para a difusão da permacultura nos países da América Latina. Ela assessora, apoia e coordena projetos no Equador, Peru, Haiti, Guatemala e Brasil, onde acompanha os institutos vinculados à RBP (Rede Brasileira de Permacultura, que visava reunir os seguintes institutos: IPA, IPEC, IPEP e OPA). A partir de 1995, a PAL recebe a missão específica de promover a permacultura pela Amazônia brasileira, o que se realiza em parceria com o governo por meio do Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável (PNFC) vinculado ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

“é interessante observar o papel desempenhado pela ONG estadunidense Permacultura Latino-Americana (PAL). Graças aos fundos levantados por ela e também à sua rede de articulação político-institucional, muitas das ações iniciais levadas a cabo pelos institutos ligados à Rede Brasileira de Permacultura puderam prosperar, como, por exemplo, o programa de divulgação e disseminação da permacultura entre pequenos agricultores, desenvolvido dentro do “Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável” (PNFC), da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Fundada pelo iraniano Ali Sharif em 1989 para “servir como apoio técnico e financeiro na introdução pioneira do conceito de design permacultural em projetos de desenvolvimento sustentável em toda América Latina”, as ações da PAL ajudam a iluminar uma série de aspectos interessantes do movimento permacultural. Em primeiro lugar, por ser mantida financeiramente por doadores privados e por fundações internacionais (estadunidenses e europeias) e manter fortes vínculos com instituições decisórias nacionais e mundiais, a PAL é um dos muitos exemplos que comprovam não ser de todo correta a ideia sustentada por Holmgren (2004) de que o desenvolvimento mundial da permacultura tem ocorrido basicamente graças à ação (individual e coletiva) dos permacultores.” (SILVA, 2013, p. 169)

O citado programa do Ministério da Agricultura e do Abastecimento foi incentivado e financiado também pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No Brasil, o PNFC teve seu foco inicial voltado para o território amazônico, sendo coordenado a partir de 1998 pelo permacultor André Soares, mais tarde fundador do IPEC (Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado). O projeto formou gratuitamente mais de 2.000 permacultores entre os anos de 1997 e 1999, em sua maioria pequenos agricultores interessados em conhecer as alternativas ecológicas e sustentáveis para a produção de alimentos; além disso, viabilizou publicações importantes como o livreto “Conceitos Básicos sobre Permacultura”, elaborado por André e publicado em julho de 1998; e também uma edição especial traduzida do livro “Introdução à permacultura”, de Bill Mollison e Reny Mia Slay, com prefácio de Carlos Miller (presidente do IPA – Instituto de Permacultura da Amazônia), publicada em novembro de 1998. André Soares, também por mim entrevistado, é uma das pessoas fundamentais para todo o processo de difusão e consolidação da permacultura no Brasil:

“Fiz meu primeiro PDC em 1993 com Bill Mollison, depois outros com Max Lindegger. Fundei o IPCQ (Instituto de Permacultura Central Queensland) no mesmo ano. Fundei a Rádio NAG também na Austrália no ano seguinte, a primeira rádio permacultural no mundo. Ao voltar ao Brasil [em 1997] trabalhei 1 ano e meio com o PNUD e realizei 20 PDCs gratuitos em vários estados.”

No período atual, onde existe uma presente crítica relativa à mercantilização da permacultura através dos caros cursos oferecidos por alguns centros e institutos (em especial por aqueles membros da RBP, como IPEC, IPA e IPEP), é preciso citar essa difusão gratuita realizada em meados da década de 1990. Note-se o fato de que tais cursos possuíam financiamento de organizações governamentais nacionais e internacionais cujo valor não obtive sucesso em averiguar.

No entanto, isso corrobora com a leitura de que é imprescindível para o crescimento da permacultura que seus profissionais e militantes sejam, sempre que possível, remunerados pelos seus trabalhos e esforços, para que possam continuar se dedicando a eles. A questão central é que, nos dias de hoje se estabeleceu uma certa cultura generalizada de que a remuneração dos professores e professoras dos cursos, deva vir exclusivamente do pagamento pelas inscrições dos participantes quando, em um passado não muito distante, a história nos mostra a possibilidade de pensar em outro(s) modelo(s) de financiamento, oriundo(s) de agentes externos, possibilitando com que os cursos sejam gratuitos ou realizados a valores mais baixos, pro-

porcionando acessibilidade e democratizando o acesso ao conhecimento na ponta. É a importante questão da captação de recurso que no passado já foi utilizada para viabilização de muitos cursos e atividades.

Entre os anos de 1995 e 1999, as principais ações foram vinculadas à expansão da permacultura via PAL e por meio dos PDCs financiados pelo PNUD.

Dentro das ações do PNFC (que se encerrou em 1999), no final de 1998, é organizado em Manaus um PDC Internacional ministrado por Geoff Lawton, com tradução de André Soares e organização de Ali Shariff. Os três assinaram os certificados dos 60 participantes em nome do PRI (*Permaculture Research Institute*), da Austrália. Dentre os alunos e alunas, várias pessoas que viriam a protagonizar as ‘próximas Ondas’ da permacultura, entre eles, Jorge Timmermann, do IPAB, e Lucy Legan.

Capa da Revista Permacultura Brasil nº 01, de 1998⁴⁴



Ainda no ano de 1998, uma outra importante ação (também financiada pela PAL/RBP) foi a edição da revista trimestral “Permacultura Brasil”, que lançou 16 números até o ano de 2004. O intuito da publicação era o de integrar conhecimentos, iniciativas e recursos para promo-

44. Fonte: Arquivo pessoal de Sérgio Pamplona.

ver soluções eticamente responsáveis, buscando incentivar permacultores e o público em geral a praticar a cultura da sustentabilidade (ou cultura da permanência), e desenvolver projetos que viessem a contribuir para o amadurecimento da consciência ecológica no Brasil. A publicação, durante seus seis anos de existência, passou pelas mãos dos editores Fernando Soares (responsável pelas edições dos números 1 ao 6), Sérgio Pamplona e Nina Rodrigues (editores dos números 7 ao 16).

Em sua última edição, a de número 16, Sérgio Pamplona e Nina Rodrigues trazem um editorial que se tornou antológico, com críticas incisivas (porém, até então pouco debatidas ou explicitadas) sobre o cenário da permacultura no país e seus principais agentes propulsores. Este editorial, junto com a fundação da Rede Permeiar, representa o que chamamos de início da ‘etapa crítica’, o momento seguinte desta historiografia, onde a comunidade permacultural atinge a maturidade e busca sua autorregulação a partir de outras perspectivas de expansão e de visão política e social, criticando algumas das leituras e opções dos protagonistas da etapa anterior, durante o período de institucionalização. Sobre isso nos debruçaremos no tópico seguinte.

Entre o final dos anos 1990 e o começo dos anos 2000, “acompanhando um ritmo verificado em nível mundial, o movimento continuou crescendo a passos largos, com a formação de um número cada vez maior de permacultores e a criação de novos institutos” (SILVA, 2013, p. 167). Conforme nos relata a jornalista Rafaelle Mendes em seu trabalho de conclusão de curso intitulado “Perma o que?” (2010), a realização dos PDCs entre 1997 e 1999 é responsável por formar pessoas importantes no movimento como Carlos Miller (IPA), João Rockett (IPEP), Jorge Timmermann (IPAB), entre outros que, mais tarde, assumiriam a liderança dos institutos integrantes da RBP, como parte da chamada Segunda Onda da permacultura brasileira. Estabelece-se então a criação de seis centros biorregionais, alocados em cada um dos seis diferentes biomas brasileiros (o Cerrado, os Pampas, a Mata Atlântica, a Amazônia, a Caatinga e o Pantanal) para que se pudesse estabelecer uma referência prática do fazer permacultural em cada uma das realidades naturais do país.

“Em meados de 1999 a PAL apoia a fundação da Rede Brasileira de Permacultura. A RBP tinha como suas principais funções organizar e elevar o crescente corpo de projetos voltados para soluções práticas a um nível significativo capaz de trazer mudanças de maior tamanho, incorporando um padrão de excelência e receptividade a quem ensina e aplica o design permacultural. Naquela época a formação da RBP reflete o que acontece em outras regiões do planeta onde outras instituições permaculturais se organizaram em fonte de recursos que possam ser trocados

com outros grupos de Permacultura. Os responsáveis pela fundação da RBP, Rede Brasileira de Permacultura foram: o Instituto de Permacultura Austro-Brasileiro (IPAB) em Santa Catarina, o Instituto de Permacultura da Amazônia (IPA) no Amazonas. Instituto de Permacultura do Cerrado (IPEC), em Goiás e o Instituto de Permacultura dos Pampas (IPEP), no Rio Grande do Sul – atualmente desativado. (MENDES, 2010, p. 84).”

Jorge Timmerman, então presidente da RBP organiza, em conjunto com parceiros do projeto AgroRede, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), um encontro da Rede Brasileira de Permacultura em Florianópolis. Ao final do encontro, em um momento aberto ao público, houve apresentação dos trabalhos dos Institutos membros da Rede e, no encerramento, uma palestra do internacionalmente renomado ecologista José Lutzemberger, que veio a falecer pouco mais de um mês depois, tendo sido uma de suas últimas falas públicas.

A partir de 2002 começam a aparecer as primeiras divergências de pensamento entre os permacultores brasileiros, vinculadas a diversas questões, dentre as quais a importância de valorizar a formação humana, a construção de redes e da popularização e democratização do acesso aos cursos e ao conhecimento.

Em passagem extraída do blog do projeto Yvy Porã, de autoria dos permacultores Jorge Timmermann e Suzana Maringoni, encontramos uma pequena síntese das motivações e questionamentos que levariam muitos grupos a uma nova forma de organização:

“Como membros fundadores da RBP podemos fazer a autocrítica de que ela não soube trabalhar em rede, e nem se integrou aos institutos já existentes no Brasil como IPB e IPERS, e nem com os novos que apareciam, e por isso mesmo, não sobreviveu (...) Em 2003, visto que a RBP estava se convertendo numa nova corporação de Institutos, os diretores do IPAB junto ao seu presidente, Jorge Timmermann, decidem deixar de ser um instituto para ser uma rede de pessoas... É realizada uma série de reuniões com o foco no aprofundamento de estudos, formação de professores e troca de experiências entre permacultores praticantes. Assim se extingue o IPAB e nasce a Rede Permeiar⁴⁵.”

Jorge e Suzana, sua esposa, então, junto a outros permacultores, começaram a mobilizar pessoas que já haviam passado por seus cursos e atividades e, rapidamente, foram capazes de articular muita gente.

45. Disponível em: <<https://yvypora.wordpress.com/2017/08/23/uma-breve-historia-da-permacultura-no-brasil-1992-a-2007/>>. Acesso em: dezembro de 2017.

Com a saída do IPAB, a RBP fica constituída por IPEC, IPA e IPEP, sendo que, mais tarde é incorporada também a OPA – Organização Permacultura e Arte. André Soares, em entrevista, nos conta que

“A rede foi uma confusão desde o princípio. Questões de poder. Nem sei se foi oficializado algum dia. Foram só brigas e delírios. Eram 4 institutos mas seus líderes não se entendiam. Não houve uma “seleção” [para quais institutos seriam financiados e quem seriam seus líderes]. Foi uma tentativa de socialização fracassada. A maior parte do dinheiro dos primeiros institutos veio da PAL. Não faço ideia do total mas nunca foi muito. Para fundação do IPEC recebemos 20 mil dólares que usamos para organizar os primeiros cursos. O resto foram recursos pessoais (economias) que usamos para comprar ferramentas, etc.”

Observando a dinâmica estabelecida para a difusão da permacultura durante este período, e tendo em vista a configuração socioeconômica brasileira predominante, fatos como a profissionalização da permacultura e a realização de cursos a valores consideravelmente elevados (tomando por base o poder aquisitivo da população), possivelmente contribuíram para a pouca ressonância popular do movimento nestes anos, restrito a parcelas minoritárias da sociedade. Outra pista que poderíamos levantar está ligada ao alto, rápido e desordenado investimento financeiro feito para a consolidação dos primeiros Institutos vinculados à Rede Brasileira de Permacultura, desconectado de uma articulação nacional mais profunda, tendo diversos de seus protagonistas oriundos de outros países ou brasileiros retornando ao Brasil depois de estada no estrangeiro, como nos relata acima André Soares, ao falar sobre a RBP.

Outro membro ativo desta Segunda Onda, Carlos Miller, do IPA, nos conta que:

“o primeiro apoio veio do PNFC. (...) cerca de 90 mil dólares utilizados para a construção de um bom viveiro, estruturas básicas produtivas e para possibilitar uma estratégia de coleta de sementes em vários pontos da Amazônia.”

Alguns outros poucos trabalhos (tendo em vista a permacultura ser um tema recente e pouco explorado em termos acadêmicos) trazem informações e entrevistas mais detalhadas sobre a biografia e trajetória dos principais agentes e institutos de permacultura da Segunda Onda, de maneira

que, neste estudo, nos atemos a uma explanação mais geral dos principais fatos e desdobramentos⁴⁶.

Para finalizar esta terceira etapa em nossa historiografia, precisamos falar da IPC8, realizada no Brasil em maio de 2007, a qual apresentamos brevemente em capítulo anterior. Para nós, ao mesmo tempo que este é um marco apoteótico no processo de desenvolvimento da permacultura no Brasil, ele é também a prova cabal da existência de um outro polo organizado de permacultores e permacultoras que vinham já buscando outras formas de fazer, pensar e falar de permacultura no país, trazendo algumas críticas e, indiretamente, apresentando uma cisão com determinadas visões e metodologias até então hegemônicas.

Uma análise aprofundada da história da Oitava IPC – o que não faremos aqui – nos demonstra diversos elementos que atestam essa bifurcação de caminhos então consolidada, além de alguns aspectos complementares, porém não antagonicos, que podem nos dar pistas a respeito de como organizar o movimento no Brasil.

É possível observar, por exemplo, que as atividades da Conferência e da Convergência Internacional de 2007 acontecem, todas, em espaços vinculados à RBP, tais como IPEC, IPA e OPA; o mesmo se dá com o nome dos principais palestrantes e expositores, todos fortemente relacionados com os representantes da Rede Brasileira.

Já a vinda de David Holmgren ao Brasil torna o cenário ainda mais claro, pois o cocriador da permacultura transita apenas por espaços vinculados ao outro ‘bloco’ da permacultura, em especial àqueles conectados a Rede Permeiar, em atividade desde 2004. David Holmgren realiza quatro cursos avançados de permacultura no Brasil, sendo eles no Sítio ÇaraKura, em Florianópolis; no Sítio Beira Serra, em Botucatu; em Brasília, com Sérgio Pamplona; e na Bahia, com Marsha Hanzi.

Bill Mollison, por sua vez, na sua vinda ao Brasil, visitou outros lugares. Tal fato reforça os relatos sobre este velado, porém internamente conhecido “afastamento” entre Bill e David, que optaram por caminhos distintos e aparentemente não cultivaram mais uma relação de proximidade após a publicação do primeiro livro juntos, em 1978⁴⁷. No Brasil, tal

46. Sobre isso, recomendamos a leitura do trabalho da jornalista Rafaelle Mendes (2010), que apresenta uma compilação de entrevistas detalhadas sobre diversos permacultores e seus institutos.

47. Diversos relatos apontam que tal divergência se deu com relação às posturas adotadas após a publicação do primeiro livro, o *‘Permaculture One’*. Enquanto Bill Mollison optou por continuar escrevendo, por abrir os institutos e espalhar a permacultura pelo mundo,

divergência entre os co-fundadores da permacultura (hoje entendida pela maioria como posturas complementares, e não antagônicas) fez-se notar especialmente, com grupos diretamente alinhados ao Bill e ao *Permaculture's Institute*; e outros mais próximos de David e de Meliodora.

Andrea de Oliveira, pedagoga e uma das fundadoras do Instituto ÇaraKura, nos conta em entrevista que:

“Em 2007, ia ter a Convergência Internacional de Permacultura aqui no Brasil, e o David Holmgren ia vir. Então a gente falou brincando: “Ah, vamos trazer o David aqui pro ÇaraKura”. Ele estava lançando o livro dos “12 Princípios Avançados de Permacultura”, e tinha essa intenção de dar quatro cursos, porque era o tempo que ele tinha antes da Convergência (...) e acabou que esse curso dos princípios avançados do Sul do Brasil foi no ÇaraKura! O David (...) ele é uma pessoa muito sensível, muito humilde, gente como a gente, e isso pra mim foi o que mais desmistificou. Porque, na época, existiam já algumas ‘panelinhas’ da permacultura, infelizmente. E aí, tinha a panelinha do Sul que não queria que o curso fosse no ÇaraKura, principalmente porque a gente estava levando uma corrente de socializar a permacultura, de trazer cursos gratuitos, cursos de baixo custo, de levar oficinas pra universidade; e isso desbancava um grupo que cobrava, e achava que só eles que podiam fazer permacultura.”

Ainda sobre a vinda de David Holmgren ao Brasil, o arquiteto e permacultor Tomaz Lotufo, que participou ativamente dessa história, conta que:

“a Permeiar trabalhou muito bem, na hora de receber David Holmgren. O Skye trouxe a notícia de que o David queria vir pro Brasil antes da Convergência, e perguntou se a gente não conseguiria se articular para recebê-lo. Tinha um custo de passagem e o custo dele no Brasil. A ideia era aproveitar pra ele fazer atividades aqui. Isso, com a gente tendo uma rede, foi fundamental, porque rapidamente a gente se reuniu e organizou a passagem do David por Santa Catarina, São Paulo, Botucatu, Brasília e Bahia (...) a gente se articulou super bem, pagamos a passagem, fizemos vários cursos, muita gente participou, e foi histórico. Em São Paulo eu estava bem dentro da história, e a gente levou ele pra UMAPAZ⁴⁸. Ele

David Holmgren preferiu se recolher em seu sítio e praticar tudo o que haviam proposto profundamente, tendo voltado a escrever apenas muitos anos depois, quando a permacultura já era um movimento mundial, graças aos esforços implacáveis de difusão empreendidos inicialmente por Mollison.

48. Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz, do Departamento de Educação Ambiental da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) da prefeitura municipal de São Paulo.

deu uma palestra que coincidiu com a época do *Gaia Education* gratuito, então aquele salão estava lotado, com umas 200 pessoas. E depois ele foi lá pro Sítio Beira Serra, em Botucatu, e deu esse curso avançado. Aí também em Brasília, e deu no IPB. Nessa época também veio o Bill Mollison para Convergência, e eu tive a honra de receber ele no restaurante do meu pai, aqui em São Paulo. Ele fez também os seus corcos por aí, e a gente fez uma palestra com ele que foi sensacional. Nesse caso foi uma coisa meio que em parceria com o IPEC, e a PAL, Permacultura da América Latina. No evento estavam o André Soares, o Ali Sharif etc. Foi fantástico (...). A Permeiar foi muito forte nessa época. A rede foi capaz de absorver a vinda de um cara como esse, ele ser muito bem recebido e, ao mesmo tempo, semear em muitos lugares, pra muita gente, as propostas dele.»

Simpatias e antipatias são fenômenos comuns e é compreensível que posturas e abordagens distintas atraíam públicos distintos. Seja como for, é importante frisar que os relatos colhidos e as entrevistas realizadas apontaram, em inúmeras vezes, para a existência de um ‘racha’ no movimento permacultural brasileiro, em especial a partir de 2004. Alguns citam esse fato como motivação para a inexistência de novas Conferências Brasileiras, que nunca mais aconteceram depois de 1997, segundo o que se tem registro; e também para a inexistência de uma rede sólida de troca e intercâmbio da comunidade (a despeito das tentativas da Permeiar e da Permacultura Social Brasileira, a PSB⁴⁹). Entrevistas também apontam para a leitura de que as ‘feridas abertas’ no movimento estão prestes a sarar, inaugurando-se a possibilidade de um novo período de reorganização.

É importante frisar a existência de uma percepção atual acerca da complementaridade das abordagens. Em outras palavras, existe o reconhecimento de que o papel inicial dos Institutos e da etapa de ativação foi fundamental e necessária para todos os desdobramentos futuros sendo que, mesmo com a existência de divergência, existe uma grande sensação de respeito e gratidão generalizada entre todos os protagonistas das distintas etapas.

Por último, sempre importante ressaltar que ao trabalhar com depoimentos, trabalhamos com parcialidades. É preciso ter isso em mente antes de encarar todas as informações aqui expostas como verdades abso-

49. A Permacultura Social Brasileira (PSB) é uma comunidade *on-line* para intercâmbio de informações, conhecimentos e possibilidades de trabalho, cursos e voluntariados no país. Ela funciona como uma rede social e foi criada por Ricardo Bortolato em 2009 e chegou a contar com 12 mil membros. O espaço de fórum encontra-se desativado, e a principal interação da PSB se dá hoje por meio de sua página no *Facebook*. Disponível em <<https://www.facebook.com/redepsb/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

lutas. Tratam-se sempre de perspectivas unilaterais. A tarefa aqui foi buscar compor, portanto, um mosaico que incorpore as várias vozes, e que encontre nas dissonâncias o espaço para a vida da pluralidade. Não é um processo fácil, do qual, muitas vezes, alguns dos atores centrais optam por não participar, empobrecendo a narrativa e seu registro. Ainda assim, busquei reunir o máximo de fontes, perspectivas e informações relevantes para subsidiar a escrita desse trabalho.

Etapa crítica: outras perspectivas e a Rede Permeiar (2004–2008)

Para fins de nossa historiografia, dois fatos principais inauguram esse quarto momento (aqui chamado de “Etapa crítica”) da permacultura no Brasil: a fundação da Rede Permeiar, após a saída do IPAB da RBP, e o encerramento da revista Permacultura Brasil, com editorial final escrito por Sérgio Pamplona e Nina Rodrigues, em meados de 2004. É interessante notar a simultaneidade desta quarta etapa com momentos da etapa anterior, tendo em vista que ela (a terceira etapa) continua seu movimento ascendente até 2007, quando da realização da IPC8, no Brasil.

Neste famoso editorial da última edição da Revista Permacultura Brasil, tido por alguns como um verdadeiro e sucinto manifesto, escancara-se (ainda que sem maiores esclarecimentos e exposições), a existência de uma fratura no movimento permacultural brasileiro.

“Uma revista não se faz apenas do desejo nem do empenho de poucos. Precisa de uma conjunção de interesses, de uma intensidade de forças e de uma certa insistência obstinada, como tudo aquilo que nasce das mãos de quem acredita que é possível mudar o mundo. Precisa, acima de tudo, de corações abertos e espíritos democráticos para desviar-se da vala comum dos instrumentos de poder que servem aos interesses e as ideias de uns poucos. Quando falta um destes pressupostos, a revista e qualquer outro meio estão fadados ao fim. Aconteceu com Permacultura Brasil. Perdoem-nos porque não vamos aqui tornar pública a história que está por trás de nossa decisão. Acreditamos que, para o momento, há coisas mais importantes a serem ditas.” (Editorial da Revista Permacultura Brasil, nº 16, 2004, p.3)

Em paralelo aos elementos que levaram à escrita deste editorial de encerramento, acontece também, desde 2002, a articulação para a formação de uma rede brasileira de permacultura alternativa à RPB, que, sincro-

nicamente, também é fundada no ano de 2004. Sobre ela, e em entrevista, Tomaz Lotufo nos conta que:

“Em 2002, o que acontece, é que ninguém sabe o que é permacultura. Era uma época em que os Institutos, eram superimportantes porque traziam visibilidade. Nesse período, eu comecei a fazer PDCs em Botucatu. Eu, o Lucas, meus primos etc. Então eu encontrei o Jorge Timmermann na volta do Fórum Social Mundial. Lembro que a conversa com ele era assim: “olha, legal os institutos, mas agora tem muitos permacultores se formando; tem pessoas se formando, e vai chegar o momento onde o protagonismo não deve estar mais com os institutos, mas sim com os permacultores fazendo”. E é com essa ideia que surge a Permeare. Nessa época, eu e muitos outros permacultores começamos a nos empoderar, e o Jorge foi vendo que não tinha sentido mais em ser um instituto. Ele juntou um monte de permacultores que estavam orbitando próximos ao trabalho dele. Tinha o Sérgio Pamplona que também fazia parte da RBP; tinham outros permacultores do Sul que também estavam se encontrando... enfim, a gente começou a juntar um grupo (...). Então fomos fazendo formação, discutindo permacultura, e no momento que o Jorge sai da RBP pensa “bom, agora vamos fazer uma rede de permacultores”, e a Permeare surge nesse lugar. (...) Foi muito legal, porque a gente teve o privilégio, lá no Sítio Beira Serra, de juntar todo mundo desse grupo. Tinha gente de Brasília, do Sul, de São Paulo... e lá o Sérgio com a companheira dele na época sugeriram o nome Permeare, e assim foi fundada a Rede. No fim, a Rede Permeare surge pelo afeto, aquilo que você já me viu falando, e que eu insisto muito: rede não se decreta, ela se costura, por confiança – confiar. (...) a gente tomou esse passo como uma continuidade do que estava acontecendo nos institutos, agora uma rede não de institutos, mas de permacultores.”

Dessa forma, no ano de 2004, no Sítio Beira Serra, nasce a Rede Permeare para dar vazão aos anseios trazidos à época por parte significativa dos(as) praticantes de permacultura no Brasil. Tomaz continua nos contando sobre o desenvolvimento da rede e as principais questões debatidas naqueles anos:

“A gente começou a fazer encontros frequentes, (...) fizemos encontros em Santa Catarina e também lá em Brasília com o Sérgio, com o pessoal do IPOEMA. A Marsha Hanzi entrou na Permeare; o Guilherme lá do Paraguai; o Skye com a Ivone... que tinha o Instituto de Permacultura do Cerrado e Pantanal; o Marcelo Bueno com a Cris, do IPEMA... então, nesses encontros iam chegando pessoas, parceiros e novos permeares, o que fazia a discussão ir ficando rica e interessante, com várias propostas, a gente discutia questões pedagógicas do PDC, essa questão da certificação, do diploma australiano, da página, das citações, dos caminhos a que a permacultura está levando, e sempre fazia coisas também. Então foi um período super legal que durou alguns anos dessa maneira aquecida (...)

uma coisa que foi muito forte foi a formação de professores, que era uma das grandes questões; e também o PDC ficar mais barato, mais acessível.”

Ao final ele conta que devido a uma questão de escala, a rede foi sendo aos poucos desativada, e fala como a vê hoje:

“Não é que a Permeiar terminou, mas ela deixou de se formalizar, e isso é muito interessante, porque a permacultura começou a crescer demais, e começou a ter uma demanda de um monte de gente querendo participar da Permeiar, e a gente sem saber o que fazer (...) uma rede se faz por afeto, ela precisa de cola, de liga. Ela tem solidez, ela trabalha bem na medida em que tem esse afeto, e afeto é olho no olho, é confiança, tudo aquilo que a gente conhece bem. E na medida em que veio uma demanda de crescimento para a Permeiar, ela foi perdendo o seu sentido, porque para a gente crescer teríamos que abrir mão do afeto. E aí, qual é o sentido de tudo isso? Então a gente simplesmente foi parando de falar e de se articular como Permeiar (...) a gente parou de falar dela, não decretou um fim, não aconteceu uma data onde ela deixou de acontecer (...) E eu acho que a Permeiar ainda existe na verdade. Essas pessoas continuam se articulando, dialogando, não com aquela intensidade, mas os cursos de formação de professores ainda acontecem, ainda tem muita troca (...). A permeiar está aí, mas enquanto uma estrutura invisível (...) E logicamente, cada um da Permeiar tem muitas conexões, eu hoje tenho muita conexão com o Veracidade, o Curare, com o PermaSampa, com outros coletivos que fazem parte desse braço. Então, na verdade, será que o Curare, o Veracidade e o PermaSampa não são dessa Permeiar invisível? Isso que é o tesão do afeto, a rede está aí, ela acontece. Na hora que a gente precisar se articular, a gente consegue.”

Em síntese, podemos dizer que a chamada “Etapa crítica” da permacultura se inaugura em meados de 2004, com o encerramento da revista Permacultura Brasil e com o nascimento da Rede Permeiar, que se movimenta mais ativamente até meados de 2008 quando entra em ‘latência’ devido à impossibilidade de gerir seu crescimento, incompatível com os propósitos de proximidade, horizontalidade e autogestão. Seu propósito é criar um ambiente de acolhimento para novos permacultores e permacultoras, promovendo o intercâmbio de experiências, conhecimentos e saberes, bem como democratizar o acesso a esse universo até então restrito a uma minoria da população. Entre outras coisas, estava nos objetivos da rede manter um *site* e uma revista, que devido a limitações estruturais teve apenas um número, já que não foi possível angariar fundos para financiá-la. O *site* também não se encontra mais no ar nos dias de hoje.

Popularização (2008-hoje)

Entramos então naquela que consideramos a quinta e atual etapa do desenvolvimento da permacultura no Brasil. Seu principal propósito é a “popularização” da mesma. É necessário reforçar que essas divisões estão aqui estabelecidas apenas para fins didáticos, e não significam compartimentos estanques. Além do mais, vários dos indivíduos e grupos que protagonizaram as diferentes etapas, desde os primórdios da permacultura no Brasil, continuam atuando nos dias de hoje. Em outras palavras, as transições aqui apresentadas não significam rupturas bruscas que tenham soterrado práticas passadas, mas a emergência organizada de novas abordagens e perspectivas, portadoras de outros métodos, práticas e análises. É desta forma que devemos encarar esta breve historiografia.

A partir de 2008, tendo o movimento de permacultura atravessado distintos momentos, o que possibilitou a formação e a análise crítica das etapas anteriores, uma ‘nova onda’ (possivelmente a terceira) de permacultores e permacultoras começaram a questionar a elitização do acesso à permacultura dada a realidade de seus cursos e formações, inacessíveis em termos financeiros para a maioria da população. Além disso, uma série de outras barreiras, de natureza estética, linguística e comportamental, começou a ser também revisada perante a necessidade de dialogar e abarcar uma parcela cada vez maior da população. Parte dessas percepções resulta, principalmente, das dificuldades em fazer com que a permacultura penetre territórios periféricos e tradicionais, ficando o movimento majoritariamente restrito a grupos universitários e de classe média⁵⁰.

Surge então uma leva de grupos e indivíduos que apontam para o que, mais tarde, seria entendido como, entre outras classificações, “permacultura popular”. Ou seja: ações preocupadas com a democratização e a popularização da prática e do conhecimento da permacultura. Essas ações se multiplicaram na forma de PDCs a custos reduzidos, na distribuição de bolsas de estudo, nos programas de voluntariado e vivência e em outras inúmeras formas não monetárias de tornar menos exclusivo o acesso à permacultura, levando-a

50. Isso não quer dizer que não tenham sido realizados trabalhos pontuais anteriores junto a movimentos sociais ou povos tradicionais no Brasil. Podemos citar como exemplos: os projetos de formação de assentados da reforma agrária no Rio Grande do Sul, protagonizados por João Rockett, do IPEP, junto ao MST; os trabalhos com povos indígenas e quilombolas desenvolvidos por Ney Silva, do Sítio Çarakura; os PDCs gratuitos para agricultores promovidos por André Soares em parceria com a PAL e o PNUD; as dezenas de cursos gratuitos oferecidos pelo IPAB, ministrados por Jorge e Suzana, em Santa Catarina; e as atividades populares da ‘escola’ de permacultura do Ceará, entre tantos outros.

também a espaços periféricos, socializando seus saberes e incorporando novos grupos e indivíduos. Mas ao falar em ‘popularização’, tal abordagem não se restringe à difusão pura e simples do conhecimento, mas sim ao empoderamento das camadas sociais historicamente desfavorecidas e marginalizadas; ou, em outras palavras, os sujeitos oprimidos. Não se trata de levar a eles o conhecimento como uma luz salvadora, mas justamente o oposto: trazê-los para dentro do movimento como sujeitos fundamentais para fazer daquela ferramenta algo realmente emancipador. Essa inversão demonstra como há realmente uma retroalimentação em jogo: as pessoas podem se beneficiar a partir da permacultura; e a permacultura se beneficia com o afluxo das pessoas que dela se empoderam.

Este movimento desembocará em iniciativas como os PDCs Populares do Grupo Curare, em Botucatu; nos trabalhos da Associação Veracidade, em São Carlos; do PUPA, em São José dos Campos; da Estação Luz, em Ribeirão Preto; do Ponto de Cultura Quebrada Sustentável; da Rede PermaPerifa; da Rede PSB; do Ecocentro Bicho do Mato; dentre tantas outras hoje em atividade.

A fundação do Ecocentro Bicho do Mato, no ano de 2008, em Recife, é um dos marcos que nos leva a situar neste ano a inauguração dessa nova etapa para permacultura. O Ecocentro foi um

“sítio localizado as margens da BR-101, na zona rural ao norte de Recife, no bairro da Guabiraba, na biorregião de Dois Irmãos. O espaço foi ocupado em meados de 2007 em uma área totalmente abandonada que estava sob litígio e na responsabilidade do Banco do Nordeste. Nestes anos, casas ecológicas foram constituídas, uma cozinha comunitária ficou de pé, um modelo referencia de sanitário seco compostável, foi materializado. Mais de 200 árvores da mata atlântica foram implementadas e o solo depauperado pela intensiva monocultura da cana-de-açúcar foi recuperado. Com quatro anos de atuação, realizou cursos de formação em permacultura PDC popular, cursos de bioconstrução popular e inúmeras oficinas, vivências e trilhas vivenciadas em tecnologias sociais, além de capacitações na área da ecopedagogia, economia solidária, alimentação natural e cultura de paz⁵¹.”

No ano de 2012, após o recebimento de intimações para desocupação, o Ecocentro Bicho do Mato foi a primeira estação de permacultura do Brasil a sofrer um processo de reintegração de posse. O sítio, originalmente

51. Retirado do site oficial. Disponível em: <<https://ecocentrobm.wordpress.com/sobre/>>. Acesso em: dezembro de 2017.

pertencia à família de Kalinne Ribeiro, então companheira de Thomas Enlazador, e havia sido penhorado em 2003 pelo Banco do Nordeste em razão de débitos externos. O espaço foi ocupado quatro anos depois por Kalinne, Thomas e outra família com seus filhos, e já se encontrava profundamente degradado devido à ociosidade. Em abril de 2012 o imóvel foi a leilão em um processo bastante obscuro, sem o aviso e a preferência de compra ao executado, tendo sido adquirido por um familiar do ex-advogado da causa. Infelizmente essa história se encerrou dessa forma e seus integrantes passaram a compor outros espaços e desempenhar outras atividades.

Thomas Enlazador, um dos fundadores do Ecocentro e uma das figuras pioneiras nessa etapa de popularização da permacultura, nos narra um pouco de sua trajetória naquele momento histórico:

“A gente fez o primeiro curso de permacultura com essa proposta de permacultura popular, que foi em 2008, lá no Ecocentro Bicho do Mato. Estávamos eu, o Marcos Ninguém, o Luiz Vieira, o Tchela, e muita gente que hoje está trabalhando com permacultura no sul da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco. E foi um sucesso. Teve mais ou menos umas 50 pessoas. A gente cobrou um valor bem legal, e começamos a mudar um pouco, a complementar o currículo, a grade e a ementa do PDC, que a gente considerava um pouquinho fora do contexto brasileiro, e fora dos contextos biorregionalistas. E aí começamos a fazer essa adaptação também.”

Thomas conheceu a permacultura em 2001, com Sérgio Pamploña, e fez seu primeiro PDC em 2006, com Marsha Hanzi, tendo vivenciado alguns dos momentos de intensidade da Rede Permeiar. Militante das causas sociais e ambientais, encontrou na permacultura uma incrível ferramenta para potencializar seus projetos, e desde então tem se aprimorado. Seu principal foco é o que ele chama hoje de “*design social*”, uma vez que reconhece uma lacuna nesse tipo de formação dentro da comunidade permacultural brasileira.

“Eu sou a favor da politização da permacultura, acredito que a permacultura tem que estar mais presente nos processos de construção política com os movimentos sociais e ambientais. Ela deveria se pautar e se tornar política pública, a exemplo da agroecologia. Mas a permacultura ainda é um movimento bastante elitizado, onde a maior parte dos permacultores no Brasil é branca, são filhos de classe média e classe média alta, que não têm formação política (...) acho que a permacultura no Brasil precisa se voltar mais para os movimentos sociais e para as comunidades tradicionais, democratizar mais esses cursos, viabilizá-los financeiramente, e não

transferir o custo do curso para as inscrições, e de alguma forma a gente começar a pensar numa federação ou numa Associação Brasileira de Permacultores e que possa ter uma incidência política forte nessas instâncias legais.”

Considerado um sujeito polêmico, Thomas é um dos principais entusiastas da politização da permacultura, superando essa abordagem descolada dos processos sociais locais e enxergando a permacultura como uma ferramenta de superação estrutural da ordem estabelecida, que pode ser utilizada para promover transformações amplas e reais na vida das pessoas, encarando as contradições sistêmicas postas em nossa sociedade. Recentemente, desenvolveu um curso batizado PDS (Permacultura e Design Social), com aplicação incipiente em algumas localidades do Brasil, sendo uma espécie de PDC com enfoque social.

Quanto ao momento presente, e por ter vivido vários momentos e dialogar com diversos ‘atores’ do cenário, Thomas acredita que é necessário

“sair um pouco dessa disputa, desse jogo de ego. Eu acho que o momento agora é da permacultura se emancipar enquanto movimento, e trazer mais pra dentro esses permacultores antigos que não estavam muito conscientes da importância política da permacultura.”

Realmente trata-se de um tópico da maior relevância a inclusão e reaproximação das diferentes ‘escolas’ de permacultura no Brasil que, como falamos anteriormente, vivenciaram (e em certa medida ainda vivem) uma nítida cisão, prejudicando os processos organizativos e de formação de redes que poderiam apresentar forte impacto no sentido de popularizar e difundir o movimento para maiores parcelas da população, conseguindo incidir mais profundamente sobre a realidade concreta das pessoas.

Mais ou menos na mesma época, no ano de 2007, em Botucatu, algumas pessoas vinculadas ao Sítio Beira Serra (em especial o primo de Tomaz Lotufo, João Paulo Lotufo) voltavam de um PDC ministrado por Skye, em Campo Grande, no Mato Grosso do Sul. João Paulo era aluno do curso de biologia da UNESP, engajado com o movimento estudantil e trouxe para seus colegas a experiência e a empolgação com a ‘tal da permacultura’. Após várias reflexões e ações iniciais, em parceria com a universidade, no ano de 2009, organizaram um PDC com o intuito de capacitar o grupo inicial e, especialmente, estudantes residentes na moradia universitária que já se organizavam em torno de um projeto de extensão chamado “Moradia Estudantil Agroecológica”, que praticava agricultura e compostagem na moradia. André Santachiara Fossaluzza, também estudan-

te de biologia e residente da moradia engajado com o projeto de extensão (e que viria a ser um dos fundadores do Grupo Curare), nos conta como era o grupo à época:

“A gente era um grupo de mais ou menos 15 pessoas na moradia, e ninguém nunca tinha feito nenhum tipo de formação em permacultura. E era basicamente impossível da gente fazer um PDC aqui no Brasil. Era muito fora da nossa realidade, acho que naquela época o pessoal pagou uns 750 reais no curso, mais toda a viagem até Campo Grande. Resumindo, era totalmente impossível. Então eu conheci o Tomaz e o Lucas. Eles já atuavam há um bom tempo, mas eu realmente não conhecia. Daí veio a vontade da gente trazer um PDC pra Botucatu. E nesse momento, foi uma parceria muito interessante, que foi o pessoal que foi fazer o curso em Campo Grande, e o projeto da moradia. A gente conseguiu através da universidade, viabilizar um primeiro curso de permacultura aqui em Botucatu que foi em 2009. Na época ele custou 100 reais e teve 10 pessoas isentas, que éramos todos da moradia, e 20 pagantes. Quando a gente conversa hoje em dia sobre como isso foi possível, a gente nem imagina!”

Reunião dos grupos de permacultura realizada durante o VI ENGA, na Ecovila Tibá, em São Carlos, em 2014⁵²



52. Fonte: Arquivo Grupo Curare.

A partir de então, iniciou-se uma dinâmica de cursos populares e anuais de permacultura em Botucatu, apoiados pela UNESP, e tutelados por Tomaz Lotufo e o grupo do Sítio Beira Serra. Sempre a preços muito acessíveis e com várias bolsas (graças à cessão de infraestrutura por parte da universidade; a dinâmicas de revezamento nos trabalhos; e outras formas de apoios e patrocínios). Conforme as turmas iam se formando, ia sendo gerada uma massa crítica local que continuava se reunindo e praticando a permacultura em suas vidas. Foi criado um grupo de estudos e, no ano de 2011 o PDC (até então chamado PDC Moradia) passa a se chamar PDC Curare, dando origem ao grupo que, até hoje, realiza uma vez ao ano, na cidade de Botucatu (além de outras parcerias em cidades próximas), cursos de *design* em permacultura com imensa qualidade, critério e a valores muito mais acessíveis do que os praticados em muitos centros, institutos e estações.

Podemos também considerar o nascimento do Grupo Curare (fortemente influenciado pelo Sítio Beira Serra e, portanto, pelas reminiscências da Rede Permear) como um dos marcos do movimento de popularização de permacultura no Brasil, tendo formado mais de 300 permacultores e permacultoras ao longo desses anos de história, e sobre ele falaremos mais adiante.

É importante também citarmos neste histórico a existência da PSB, Permacultura Social Brasileira, como um fórum catalisador de novas possibilidades. A rede virtual, criada em 2009 por Ricardo Bortolato, chegou a contar com 12 mil membros. Por se tratar da iniciativa de um indivíduo relativamente novo no movimento, e de abordagem neutra, pessoas de várias gerações da permacultura começaram a fazer parte da rede, e até algumas pessoas que não se falavam começaram ali a retomar relações. Dessa forma, podemos dizer que a PSB, que hoje não existe mais enquanto fórum, auxiliou no processo de reunificação do movimento permacultural brasileiro, que encontrou um espaço para resistir.

Muitos outros grupos – alguns dos quais serão abordados adiante – fazem parte do movimento de popularização da permacultura no Brasil, e suas principais reflexões giram em torno de como superar as barreiras e obstáculos que separam o grande público do universo e das possibilidades da permacultura. Criando novos métodos e estratégias para facilitar o acesso aos cursos, atividades e vivências, esses grupos vêm se aproximando de diversos movimentos e indivíduos e, cada qual à sua maneira, encontrando caminhos e perspectivas para garantir a popularização da permacultura.





PERSPECTIVAS

CAPÍTULO 5



UMA PESQUISA-PARTICIPANTE: CAMINHOS E PERSPECTIVAS PARA A POPULARIZAÇÃO DA PERMACULTURA NO BRASIL

Após conhecermos um pouco da história e dos caminhos percorridos pela permacultura desde seu surgimento, passando por diversas reflexões e debates tangenciais, partimos para a apresentação de algumas perspectivas. Isso quer dizer que, neste momento, as revisões bibliográficas e os compartilhamentos históricos e contextuais passam a segundo plano, cedendo espaço a um conteúdo mais específico, autoral e que se propõe a um esforço de síntese, subsidiado principalmente pelos dados obtidos durante a realização de minha pesquisa de mestrado intitulada “Caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil”, defendida em maio de 2017 na ESALQ, sob orientação da profa. Dra. Laura Alves Martirani.

Sendo assim, neste quinto capítulo que inaugura o compartilhamento de algumas perspectivas, inicio por apresentar a metodologia científica utilizada para realização de minha pesquisa. Considero importante que as pessoas interessadas na temática possam saber como foi concebida e realizada esta pesquisa, e quais os principais referenciais metodológicos mobilizados.

Pode ser que este capítulo agrade, prioritariamente, pesquisadores e acadêmicos, ou pessoas realmente curiosas pelos bastidores das ciências humanas. Se você não for uma dessas pessoas ou simplesmente não se interessar por essas questões, não sinta dor na consciência ao pular este capítulo.

A pesquisa que dá base à publicação deste livro desenvolveu-se em sete etapas principais:

- (i) planejamento;
- (ii) revisão bibliográfica;
- (iii) mapeamento dos grupos via formulário *on-line*;
- (iv) entrevistas presenciais e à distância;
- (v) trabalho/viagem de campo;
- (vi) análise dos resultados (qualitativa e quantitativa);
- (vii) síntese e redação do texto.

Para percorrer as etapas listadas, foram utilizados quatro principais recursos, de forma concomitante e cíclica, retroalimentando-se entre si, a saber: análise documental, na qual os textos básicos da permacultura, da ecologia, da teoria crítica e metodológicos foram retomados a partir de uma leitura crítica, e colocados no centro da discussão; planilha de dados aferidos por meio de pesquisa *on-line* divulgada amplamente; estudos de casos a partir de vivências em campo; e entrevistas semiestruturadas ou abertas. Em síntese: análise documental; pesquisa *on-line*; estudos de casos; e entrevistas.

Esses 4 recursos dialogam entre si – assim como boa parte das etapas entre elas mesmas – agregando elementos uns aos outros na medida em que se desenrolam: a análise nos entrega dados para construção e condução do mapeamento, assim como os estudos de caso; o mapeamento nos proporciona novas referências para análise documental, e nos apresenta outros atores a serem entrevistados, e assim por diante.

Para levar a cabo a tarefa de realizar um bom trabalho, munimo-nos de ferramental teórico e metodológico apropriado e amplo, para planejar e executar nossas abordagens, pesquisas, triagens e escritas.

Em um esforço de síntese, poderíamos dizer tratar-se de uma pesquisa-ação (TRIPP, 2005), participante (BRANDÃO, 1984; 1985), qualitativa e quantitativa (GODOY, 1995a; 1995b), com inspirações etnográficas (NEVES, 2006). Mas o que exatamente isso quer dizer?

Então, para explicitar as implicações de tais escolhas, apresento sucintamente um pouco dessas perspectivas metodológicas e seus diálogos, e na sequência, mais detalhadamente, as sete etapas da pesquisa.

Ferramentas e referenciais metodológicos

Os principais referenciais teóricos e metodológicos no sentido de balizar a prática científica aqui explicitada foram: pesquisa-ação, pesquisa participante e etnografia.

O pesquisador David Tripp (2005), da Universidade de Murdoch, de maneira crítica e contrário à banalização conceitual e prática da pesquisa-ação, defende “que se encare a pesquisa-ação como uma das muitas diferentes formas de investigação-ação” a qual é por ele sucintamente definida como “toda tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática” (TRIPP, 2005, p. 443). Dessa forma, o autor não entende tal método como o melhor ou mais inovador entre todos possíveis, mas como uma metodologia entre outras, que deve ser corretamente compreendida e utilizada com consciência e rigor; ele frisa justamente que, ainda que possamos nos dedicar a uma minuciosa arqueologia do termo, teremos dificuldade para delimitar clara e definitivamente sua origem, pois se trata de um método oriundo de uma rotineira, antiga e popular conduta de pesquisa, “simplesmente porque as pessoas sempre investigaram a própria prática com a finalidade de melhorá-la” (TRIPP, 2005, p. 445).

Tripp (2005) define a pesquisa-ação como “uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática” (p. 447), e acrescenta que “as técnicas de pesquisa devem atender aos critérios comuns a outros tipos de pesquisa acadêmica (isto é, enfrentar a revisão pelos pares quanto a procedimentos, significância, originalidade, validade etc.)” (p. 447).

“Isso posto, embora a pesquisa-ação tenda a ser pragmática, ela se distingue claramente da prática e, embora seja pesquisa, também se distingue claramente da pesquisa científica tradicional, principalmente porque a pesquisa-ação ao mesmo tempo altera o que está sendo pesquisado e é limitada pelo contexto e pela ética da prática.” (TRIPP, 2005, p. 447)

Já com relação à chamada pesquisa participante, como apontado acima, ela se encontra profundamente imbricada com a pesquisa-ação, apesar de encontrarmos matrizes e leituras teóricas distintas (THIOLLENT, 1999; PERUZZO, 2005; LOUREIRO, 2007; BRANDÃO, 1985).

Thiollent (1997) afirma que “Toda pesquisa-ação possui um caráter participativo, pelo fato de promover ampla interação entre pesqui-

sadores e membros representativos da situação investigada” (p. 21). Mas salienta também que, ainda que tênues, existem divergências, como, por exemplo, no sentido do entendimento básico da necessidade em publicizar os resultados obtidos.

Como uma contribuição relevante, e considerando diversas formulações explicitadas anteriormente, Haguette (1990), afirma que a pesquisa participante encontra-se a serviço de grupos, indivíduos ou categorias sociais marginalizadas, exploradas e desfavorecidas, posicionando-se politicamente de maneira clara e objetiva; abre-se mão da pressuposta ‘neutralidade científica’ convencional, em prol de explicitar que ‘há um lado’ *a priori* estabelecido, exatamente como nos sugere o economista Gunnar Myrdal em seu livro “*Objectivity in social research*”, ainda sem tradução para o português.

Não obstante, seu objetivo não é o de simplesmente transformar positivamente a condição de vida destes grupos, mas o de fomentar e estimular nessas pessoas o ímpeto e a capacidade de análise e resolução de problemas cotidianos atrelados às suas vidas.

“Esta ‘tomada de posição’, longe de ser fácil, necessita de um trabalho permanente de reflexão crítica do pesquisador sobre as implicações teóricas e metodológicas de sua intervenção e do processo de pesquisa-ação. Essa função que o pesquisador desempenha constitui determinado poder que não deve ser mascarado por uma ideologia de orientação neutra e não diretiva.” (HAGUETTE, 1990, p. 147-148)

Acreditamos, justamente, que a permacultura pode atuar como uma ferramenta de produção de autonomia e melhoria de vida; como uma fonte de bem-estar individual e coletivo ao buscar superar determinadas situações de escassez, empoderando as pessoas e grupos para prover ou saber como prover parte de suas necessidades materiais imediatas. Logo, nos identificamos com essa modalidade de pesquisa, uma vez que fazemos uma clara opção política no sentido de tornar a permacultura acessível a grupos desfavorecidos e socioeconomicamente vulnerabilizados.

Por fim, James P. Spradley (1980) afirma que a partir do método etnográfico, podemos entender e conhecer profundamente uma comunidade por meio do ponto de vista de seus próprios membros, acessando as interpretações que os mesmos dão aos acontecimentos que vivenciam, em vez de apenas formular interpretações construídas por uma subjetividade externa.

O desafio, em nosso caso se constitui em, ao fazer parte de tal comunidade, não nos valer apenas de vivências e interpretações pessoais – e as legitimar com as ferramentas escolhidas – para entender e expressar toda a complexidade do universo observado. Com a aplicação da metodologia, acreditamos que tal engajamento certamente enriquece e acelera o processo de pesquisa, tendo conferido, aqui, profundidade e matizes ao resultado final.

“O grau de familiaridade com o objeto de estudo pode se constituir em um empecilho, se for considerado igual a conhecimento: uma reflexão sistemática e crítica sobre o que já se julga como conhecido leva a um re-conhecimento do objeto. O re-conhecimento do objeto, e também o encontro com o exótico, podem trazer novas perspectivas e saídas para problemas.” (NEVES, 2006, p. 5)

Ao contrário de muitos casos, onde o pesquisador tem a tarefa primária de transformar o exótico em familiar, durante a pesquisa, o maior desafio foi o de transformar o familiar em exótico (DA MATA, 1978, p.28).

Além disso, Neves (2006, p.6), diz que o fazer etnográfico “começa com perguntas descritivas gerais. Após analisar as informações iniciais coletadas, perguntas estruturais e contrastantes aparecem, que levam a observações focalizadas”. E também que:

“Começa-se a pesquisa com observações descritivas gerais, numa tentativa de traçar um panorama da situação social e do que ocorre ali. SCHATZMAN e STRAUSS (ibid., p.34) sugerem que um mapeamento inicial do local a ser estudado seja feito. Esses autores falam sobre três tipos de mapas: mapa social (número e tipos de pessoas, hierarquia, divisão de trabalho...); mapa espacial (localização das pessoas, equipamentos, salas...); mapa temporal (fluxo de pessoas, horários, reuniões, rotinas...).” (NEVES, 2006, p. 6-7)

Assim iniciamos nossa pesquisa: propondo um mapeamento nacional (com questões qualitativas e quantitativas) dos grupos de permacultura atuantes. Com as perguntas elencadas buscamos abarcar simultaneamente as três categorias de mapas citados: social, espacial e temporal. A partir desses dados detalhados (localização, pessoas envolvidas, tempo de atuação etc.) prosseguimos para um aprofundamento que nos levou a observações focalizadas e específicas.

Sobre as etapas da pesquisa

No início deste capítulo, apenas listo quais foram as etapas que a pesquisa compreendeu, apresentando sequencialmente informações mais precisas, com o intuito de proporcionar uma melhor compreensão do processo como um todo.

Durante a etapa de “planejamento”, realizamos a sistematização da produção acadêmica e literária do universo da permacultura, bem como organizamos textos e referências análogas e relacionadas, criando um banco de dados organizado para iniciar a pesquisa. O objetivo desta etapa foi o de possibilitar a promoção do diálogo entre permacultura e teoria crítica por meio de obras basilares de autores como Bill Mollison, David Holmgren, Herbert Marcuse, Murray Bookchin, David Harvey, Karl Marx, entre outros. Reunimos também material de estudo metodológico, em viés técnico e crítico, no sentido de qualificar nossa coleta de dados através de questionários e entrevistas (LAKATOS & MARCONI, 2003).

Na etapa seguinte, nos aprofundamos nas obras e referenciais elencados promovendo uma “revisão bibliográfica” dos temas abordados, empoderando-nos de seus acúmulos e nos situando no universo em questão.

Na terceira etapa, a partir da revisão bibliográfica iniciada, desenvolvemos um questionário (para ser aplicado a quantos grupos de permacultura do país conseguíssemos alcançar) capaz de explicitar dados relevantes a fim de contemplar os objetivos do trabalho, buscando compreender a postura sociopolítica e pedagógica de organizações que trabalham na difusão de práticas permaculturais em território nacional. Buscamos abarcar as dimensões social, espacial e temporal citadas por Neves (2006) e mencionadas acima. O questionário conta com 40 questões, entre dissertativas e de múltipla escolha. As perguntas e respostas podem ser visualizadas por meio do *link*: <https://goo.gl/u7KDwb>, e também constam na íntegra nos anexos dentro de mídia (em DVD) que acompanharam a dissertação impressa. Esses anexos também estarão disponíveis por meio de pasta virtual com conteúdo exclusivo para os leitores cujo *link* se encontra ao final do livro.

Devido às dimensões da planilha final, pareceu-nos inviável incluí-la, aqui e até mesmo na dissertação, uma vez que necessitaria de muitas divisões, causando enorme confusão na apreensão global dos dados, mas na tabela abaixo selecionamos algumas das principais perguntas qualitativas para que possamos ter uma dimensão mais concreta da composição do citado formulário, e dos questionamentos trazidos por ele.

Principais perguntas do formulário *on-line*⁵³

É formalizado enquanto instituição?
Número aproximado de participantes
Possui funcionários e/ou pessoas contratadas pelo grupo?
Entre os participantes do grupo, qual a porcentagem daqueles que obtêm a maior parte de sua renda de atividades relacionadas à permacultura e/ou atuam profissionalmente na área?
Qual o perfil econômico médio? Qual a faixa de renda dos participantes do grupo?
Existe uma faixa etária predominante entre os membros do grupo? Se sim, quais?
Quais são as principais formas de atuação do grupo?
O grupo trabalha com algum público-alvo específico? Qual?
O grupo atua em parceria com movimentos sociais?
O grupo atua em parceria com ONGs ou outras Organizações do terceiro setor?
Quais as fontes de recursos e/ou financiamento do grupo/entidade?
O grupo promove/realiza atividades de formação como oficinas, palestras, cursos etc.?
Quais os principais temas dos cursos/oficinas oferecidos pela Organização?
Como é o processo de construção dos conteúdos das atividades e como é feita a escolha dos temas?
É possível fazer uma caracterização, em termos gerais, do público participante das atividades?
De maneira geral, o acesso às atividades pedagógicas é gratuito ou pago para quem participa?
No caso das atividades pagas, existe alguma política de bolsas ou acesso não monetário a elas?
O grupo segue ou se inspira em alguma metodologia pedagógica específica? Se sim, qual?
Em geral, após (ou durante) as atividades, existe algum espaço ou momento para que os participantes possam avaliá-la? Como funciona esse espaço?
O grupo aceita ou tem interesse em aceitar voluntários?
Pode indicar outros grupos, estações ou instituições que trabalham com permacultura?

53. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pt-br.php>>.

Ainda na etapa de “mapeamento via formulário *on-line*”, promovemos um levantamento panorâmico do estado da arte da permacultura no Brasil para que fosse possível chegar a elementos mais precisos, entendendo quem são, onde estão e o que fazem os atores participantes deste grande movimento.

Primeira postagem do formulário *on-line* convocando os grupos de permacultura à participação (demonstrando data e alcance até o momento de sua captação)⁵⁴



54. Fonte: Imagem retirada de postagem pessoal na rede social *Facebook* em 2 de outubro de 2015.

As perguntas desenvolvidas a partir de pesquisa e reflexão inicial transformaram-se em um formulário *on-line* cujas respostas foram diretamente encaminhadas para uma planilha geral (que pode ser acessada na íntegra por meio do *link* acima) de forma automatizada, facilitando a tabulação de dados. Este formulário foi amplamente divulgado em meios físicos e digitais, majoritariamente por meio de redes sociais (como *Facebook*), em mensagens eletrônicas (*e-mails*), encontros de grupos permaculturais etc., obtendo considerável repercussão por parte de inúmeros indivíduos e entusiastas, que se identificaram com a necessidade do trabalho sendo empreendido. Somente na primeira onda de divulgação, realizada no dia 2 de outubro de 2015, foram 217 compartilhamentos realizados, e quase 10.000 visualizações do conteúdo.

Segundo uma estimativa que fizemos, contabilizando outras postagens e divulgações que se seguiram a essa primeira, é possível dizer que aproximadamente 400 pessoas compartilharam o *link* para o formulário de mapeamento, e mais de 30.000 pessoas visualizaram o conteúdo das mensagens compartilhadas, atingindo relevante nível de propagação.

A partir dos dados brutos obtidos nesse mapeamento foi possível iniciar nossas primeiras análises valendo-nos dos referenciais teóricos e bibliográficos anteriormente estabelecidos. Tendo em vista sua representatividade, a planilha gerada pelo mapeamento *on-line* constituiu-se enquanto principal banco de dados, especialmente no que diz respeito às análises quantitativas, tais como distribuição geográfica dos grupos, número de participantes, envolvimento com movimentos sociais etc.

Como sequência da etapa anterior, na quarta fase da pesquisa realizamos aproximadamente 30 entrevistas com o intuito de aprofundar nossa compreensão dos processos históricos e políticos em curso – e também os já vivenciados – no que diz respeito à consolidação e popularização da permacultura no Brasil. Essas entrevistas foram realizadas por três principais formas de contato: presencial, telefônico e virtual (*e-mail* ou redes sociais) de acordo com a disponibilidade das pessoas entrevistadas, e todas aconteceram durante o período de um ano, entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. A seleção dos indivíduos para as entrevistas foi feita a partir dos destaques e protagonismos encontrados durante os períodos de pesquisa, estudo e vivências. Buscamos entrevistar pessoas com engajamento e participação ativa no que diz respeito ao processo investigado; atores históricos e relevantes no processo. Esta etapa nos munuiu de dados qualitativos para análise. A grande maioria das entrevistas foi transcrita e o registro se encontra na íntegra nos anexos da dissertação, permitindo maiores aprofundamentos aos interessados. Para inserção no corpo do texto da dissertação retiramos delas os trechos que julgamos mais relevantes.

Com relação ao livro, optei por suprimir a publicação das entrevistas na íntegra, devido ao volume de texto e acréscimo de páginas resultantes. Ainda assim e como já mencionado, o arquivo em formato PDF da dissertação, com os anexos, encontra-se disponível para *download* gratuito no portal de teses da USP e em meu blog pessoal “Plantar o Futuro”, dentro do *site* de comunicação independente Outras Palavras.

Para as entrevistas, observamos os requisitos éticos necessários, solicitando autorização de todos os participantes para gravação e transcrição das mesmas, garantindo o direito ao anonimato e/ou omissão de passagens quando requisitado.

O mapa abaixo mostra a localização dos entrevistados e entrevistadas durante a pesquisa, para que se possa ter dimensão da distribuição geográfica dos mesmos no território nacional.

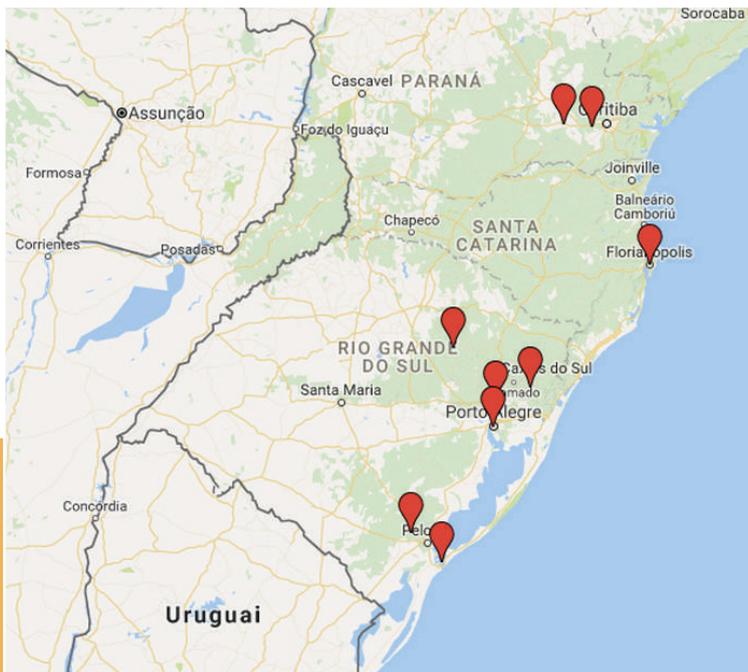
Mapa com a localização geográfica das pessoas entrevistadas⁵⁵



55. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pt-br.php>>.

Na quinta etapa realizamos o trabalho de campo a partir de vivências *in loco* junto a grupos cadastrados em nosso formulário de pesquisa *on-line* (etapa 3). Para tal, selecionamos a região Sul do Brasil, pois, além de ser uma das regiões com a maior concentração de grupos, trata-se do local em que aconteceram os primeiros cursos de permacultura no Brasil, inaugurados com a vinda de Bill Mollison a Porto Alegre no ano de 1992. Tendo em vista esses fatores, entramos em contato por *e-mail* e/ou telefone com todos os grupos da região Sul cadastrados no formulário *on-line* e estabelecemos uma rota de viagem com base naqueles que indicaram interesse em receber uma visita presencial para fins de aprofundamento da pesquisa. Entre março e abril de 2016, foram realizadas nove visitas presenciais, além de deslocamentos e atividades paralelas não incluídos oficialmente no registro do trabalho, mas igualmente relacionadas ao tema.

Mapa com as nove principais visitas realizadas durante o trabalho de campo⁵⁶



56. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pt-br.php>>.

O intuito das vivências (e também o das entrevistas) foi entender com maior detalhamento quais são os desafios e caminhos dos grupos, e qual a concepção dos mesmos com relação à popularização da permacultura no Brasil. A quinta etapa resultou em registros de campo tais como diários, entrevistas em áudio, fotos, rascunhos e materiais gráficos em geral.

Estudando e triando as respostas ao mapeamento proposto, das entrevistas e das vivências em campo, foram produzidas as primeiras reflexões, análises e discussões aprofundadas, como, por exemplo, sobre o envolvimento dos grupos de permacultura com movimentos sociais brasileiros, sendo essa a sexta etapa da presente pesquisa. Nela apresentamos análises qualitativas que contemplam as dimensões espacial, temporal e social do universo da permacultura, valendo-nos das informações fornecidas pelos próprios grupos e por pesquisas anteriores.

Por último, na sétima etapa, munidos de dados gerais majoritariamente quantitativos (mapeamento, etapa 3), e dados aprofundados com ênfase qualitativa (entrevistas e campo, etapas 4 e 5), prosseguimos para uma análise crítica e minuciosa de todo material (etapa 6), resultando na síntese e redação do texto final da dissertação (etapa 7), englobando os aspectos observados em todas as etapas precedentes. O resultado da sétima etapa foi justamente a dissertação finalizada que deu base para produção deste livro e que se encontra disponível gratuitamente para *download* na internet.

CAPÍTULO 6



UM MAPA EM CONSTRUÇÃO

Grupos mapeados através do questionário

Por meio das questões presentes no formulário *on-line* registramos 100 grupos que declaram promover e organizar atividades permaculturais no Brasil, elencados na tabela abaixo:

Grupos de permacultura brasileiros cadastrados no formulário de mapeamento *on-line*⁵⁷

Grupo	Cidade	Estado	Fundação
1. Ananda Kirtana	Belmiro Braga	MG	1989
2. Ecovila El Nagual	Mage	RJ	1989
3. Ecolaborando	Embu das Artes	SP	1992
4. Gerna Orgânicos	Pouso Alegre	MG	1994

57. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pt-br.php>>.

UMA ALTERNATIVA PARA SOCIEDADE

5. Instituto Terraviva	Maceió	AL	2000
6. Instituto Kairós	São Paulo	SP	2000
7. Permacultura Mato Grosso do Sul	Campo Grande	MS	2000
8. Yvy Porã Estação de Permacultura	São Pedro de Alcântara	SC	2003
9. Permaculturando na Mantiqueira	São Bento do Sapucaí	MG	2003
10. Ecovila Karaguatá	Santa Cruz do Sul	RS	2003
11. Sítio Abaetetuba	Nova Friburgo	RJ	2004
12. Instituto Arca Verde	São Francisco de Paula	RS	2005
13. APOMM – Associação Permacultural Montanhas da Mantiqueira	Serra da Mantiqueira	MG	2005
14. Sociedade para Avanço Humano e Conhecimento Ecosófico	São Cristóvão	SE	2005
15. Ecovila Tibá de São Carlos	São Carlos	SP	2006
16. Curare	Botucatu	SP	2007
17. Associação Prosciente	São Paulo	SP	2007
18. EcoVida São Miguel	Santana do Riacho/Serro	MG	2007
19. Morada Natural Bioarquitetura e Agroecologia	Conceição do Rio Verde	MG	2007
20. NEPPSA – Núcleo de Estudos e Práticas Permaculturais no Semiárido	Fortaleza	CE	2007
21. Boldinho da Urca	Rio de Janeiro	RJ	2008
22. Sítio Nós da Teia	Brasília	DF	2008
23. Estação de Permacultura Morada Eko	Imbituba	SC	2008
24. eBioconstrução	Araçariguma	SP	2008
25. EKOPEV – Ecocentro de Permacultura Viçosa	Viçosa	MG	2008
26. Ecovila Viver Simples	Itamonte	MG	2008

UM MAPA EM CONSTRUÇÃO

27. Estação Luz Espaço Experimental de Tecnologias Sociais	Ribeirão Preto	SP	2008
28. Grupo Caporó	Vila Velha	ES	2009
29. IPEMA – Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica	Ubatuba	SP	2009
30. ECOFOCUS	Rio de Janeiro	RJ	2009
31. Contraponto	Congonhas do Norte	MG	2009
32. Sítio Amoreza	Morro Redondo	RS	2009
33. Grupo MUDA e LaVAPer	Rio de Janeiro	RJ	2009
34. Rede PSB	Toledo	MG	2009
35. Instituto Cupinzeiro	São João Batista da Glória	MG	2009
36. Coletivo BioWit	Palmeira	PR	2010
37. Fundação Julita	São Paulo	SP	2010
38. Sítio Kaa Puã	São Roque	SP	2010
39. Jupi-Poranga	Jijoca de Jericoacoara	CE	2010
40. IPC – Instituto de Permacultura do Ceará	Eusébio	CE	2010
41. RAE – Rede de Agroecologia e Permacultura	Araçatuba	SP	2011
42. EcoPalha	Chapecó	SC	2011
43. Instituto Penso Verde	Porto Alegre	RS	2011
44. Piracanga	Itacaré	BA	2011
45. Núcleo de Agroecologia Nheen-gatu	Piracicaba	SP	2011
46. Purna Ananda Ashram Ecovila	Vassouras	RJ	2011
47. Permabrilis	Niterói	RJ	2011
48. Espaço de Permacultura Arraial de Santa Ana	Iporanga	SP	2011
49. GEPPe/UFC – Grupo de Estudos em Práticas de Permacultura	Fortaleza	CE	2011

UMA ALTERNATIVA PARA SOCIEDADE

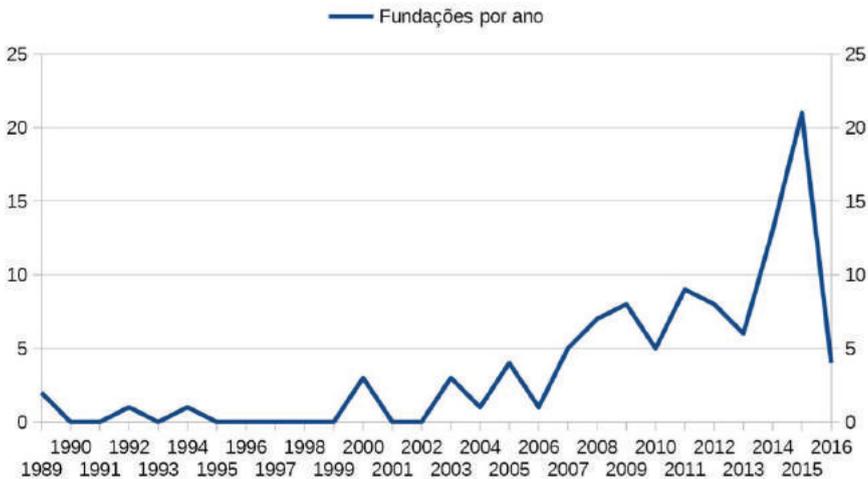
50. PUPA Permacultura	São José dos Campos	SP	2012
51. Associação Veracidade	São Carlos	SP	2012
52. Sítio São Miguel	Caconde	SP	2012
53. Eco Sítio Aysso	Nova Petrópolis	RS	2012
54. Coletivo Dedo Verde	São Paulo	SP	2012
55. Sítio Cambacuaú	Planaltina de Goiás	GO	2012
56. Centro Vida Orgânica	Rancho Queimado	SC	2012
57. IBC – Instituto Biorregional de Cerrado	Alto Paraíso de Goiás	GO	2012
58. Ecosítio Nova Terra	Maquiné	RS	2013
59. Oásis Mundo	Paraty	RJ	2013
60. Casa Amarela	Salvador	BA	2013
61. Nova Oikos Permacultura	Camboriú	SC	2013
62. Daterra Educação e Permacultura	São Bernardo do Campo	SP	2013
63. Instituto Ambiental Daterra de Permacultura e Sustentabilidade	Estância Velha	RS	2013
64. Espaço Rosa dos Ventos Permacultura	São Thomé das Letras	MG	2014
65. IDEAL – Instituto de Defesa e Envolvimento Ambiental	Piraquara	PR	2014
66. APEMA – Associação de Permacultores da Mata Atlântica	Rio de Janeiro	RJ	2014
67. Bioconstrução em Pocinhos	Caldas	MG	2014
68. Caaeté – Projeto Permacultural	Santo Antônio do Pinhal	SP	2014
69. PermaUna	Taubaté	SP	2014
70. Coletivo Vértice	Pinhalzinho	SP	2014
71. Sítio Permaculturando	Praia Grande	SC	2014
72. Sítio Guayi	Tangará	SC	2014
73. Cooperativa Viver Natural	Uberlândia	MG	2014

UM MAPA EM CONSTRUÇÃO

74. Amorada Ahow	São Paulo	SP	2014
75. Coletivo Permacultura Joinville	Joinville	SC	2014
76. Flor de Ibez	Barra do Garças	MT	2014
77. Sítio Agroecológico Experimental	Barra do Garças	MT	2015
78. Laró House	Jericoacoara	CE	2015
79. Estação Biomangue de Permacultura	Armação dos Búzios	RJ	2015
80. Estação Marcos Ninguém de Permacultura	Alpestre	RS	2015
81. Santa Gaia Sustentável	São Sebastião	SP	2015
82. Nativos Urbanos	Sete Lagoas	MG	2015
83. Oca Aram	Guarulhos	SP	2015
84. Terra Viva	São Paulo	SP	2015
85. Reserva Utopia	Guiratinga	MT	2015
86. Programa Sementinha: Multiplicando Permacultores	Campo Largo	PR	2015
87. Digaobikeporai	São Paulo	SP	2015
88. Sítio Saramandala	Sarapuí	SP	2015
89. Vida de Clara Luz	Itapevi	SP	2015
90. Terra Viva	São Paulo	SP	2015
91. Casa Sana	Macaé	RJ	2015
92. Aboré Permacultura	Indaiatuba	SP	2015
93. Sítio Sapopema	Cruzeiro do Sul	AC	2015
94. Quintais e Jardins Agroecológicos de Fortaleza	Fortaleza	CE	2015
95. Horta do Beto	Vinhedo	SP	2015
96. Coletivo PermaSampa	São Paulo	SP	2015
97. Paraíso	São Carlos	SP	2016
98. LABambu	Bauru	SP	2016
99. Permacultura Urbana	Rio de Janeiro	RJ	2016
100. Sítio Alto Paraíso	Alfredo Wagner	SC	2016

A tabela acima é uma versão resumida da identificação dos grupos, apenas para uma visão mais panorâmica da abrangência do trabalho, haja vista que o formulário *on-line* trazia aproximadamente 40 perguntas e sua reprodução na íntegra em formato de texto seria inviável. A ordem dos grupos elencados na tabela acima está hierarquizada pela data de fundação dos mesmos. Através deste critério, nota-se um crescimento concentrado entre os anos de 2014 e 2015 – sendo registrada a fundação de 13 e 21 grupos nestes anos, respectivamente, em contraposição à média de 5 a 8 grupos ano a partir dos anos 2000, como ilustra o gráfico abaixo:

Fundação de grupos de permacultura ano a ano no Brasil⁵⁸



Outro elemento de fundamental destaque é a análise da distribuição geográfica dos grupos: a região Sudeste é, certamente, segundo a pesquisa realizada, a que mais abriga grupos de permacultura no Brasil. Foram registrados 34 somente no estado de São Paulo, 16 em Minas Gerais, 12 no Rio de Janeiro, e 1 no Espírito Santo. Na região Sul há 20 grupos, com concentração maior entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Já as demais regiões apresentam pequenas expressões: no Centro-Oeste são 6 grupos cadastrados (1 no Distrito Federal,

58. Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pr-br.php>>.

UM MAPA EM CONSTRUÇÃO

2 em Goiás, 3 no Mato Grosso e 1 no Mato Grosso do Sul), no Nordeste são 10 (1 em Alagoas, 2 na Bahia, 6 no Ceará e 1 no Sergipe), e no Norte apenas 1, no estado do Acre. Talvez seja possível dizer que as redes às quais a pesquisa teve acesso e penetração concentraram-se nas regiões Sul e Sudeste, ficando as demais regiões sub-representadas por fatores circunstanciais, tais como a rede de contatos do autor e seu local de atuação, o interior de São Paulo.

Distribuição geográfica dos grupos mapeados via formulário *on-line*⁵⁹



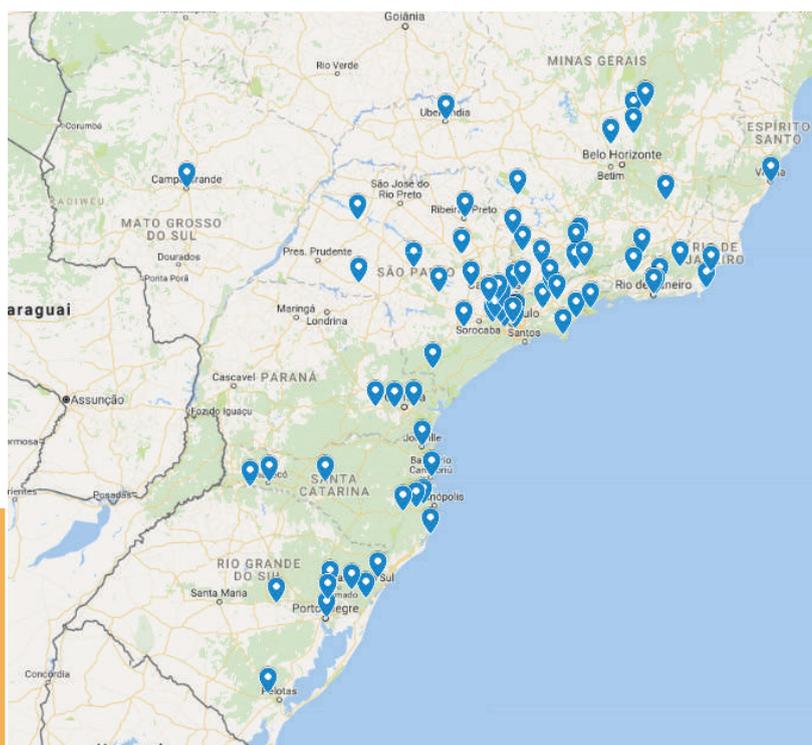
É claro que este mapeamento não apresenta a totalidade dos grupos em atividade no país, sendo que provavelmente muitos deles não tomaram conhecimento da presente pesquisa ou mesmo optaram por dela não parti-

59. Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pt-br.php>>.

cipar. Assim, seria necessário um aprofundamento para verificar de fato, de maneira mais precisa, a incidência dos grupos em relação à sua distribuição geográfica.

Após a publicação da pesquisa e sua divulgação, recebi contatos de muitos grupos não incluídos no mapeamento, além de outras listas de iniciativas, entre elas a de anfitriões brasileiros da *Worldpackers* (comunidade internacional de viajantes em busca de novas experiências), pelas mãos da permacultora Ana Karolina Andrade, com cerca de 40 grupos não listados anteriormente em minha pesquisa; por meio do recente trabalho de elaboração do aplicativo Ecovilas Brasil; e do PermaGuia, de Ricardo Bortolato; estes dois últimos disponíveis publicamente na internet.

Mapa ampliado das regiões Sul e Sudeste com a distribuição geográfica dos grupos cadastrados⁶⁰



60. Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pt-br.php>>.

Nossa proposta é centralizar todas essas informações em um portal virtual, que permita aos interessados e interessadas conhecer e navegar pelo universo da permacultura no Brasil da maneira mais completa e informativa possível, estimulando-os, eventualmente, a realizarem visitas presenciais e intercâmbios. Até lá, a principal recomendação é utilizar todas as ferramentas citadas acima para se ter um panorama completo de aonde estão os grupos de permacultura no país.

Além disso, importantes espaços e institutos tais como IPEC e IPOEMA acabaram ficando de fora, por não haverem se cadastrado no formulário inicial.

Ainda cientes da circunstancial incompletude desse trabalho, acreditamos que este mapeamento oferece pistas concretas para o público interessado, e dele podemos extrair inúmeras informações relevantes.

Trabalho e diário de campo

O trabalho de campo teve por objetivo o aprofundamento a partir de vivências *in loco* junto aos grupos que se dispuseram a nos receber para diálogos e entrevistas, no sentido de entender com maior detalhamento quais são os desafios, caminhos e concepções dos grupos com relação à popularização da permacultura no Brasil, bem como apreender, empiricamente, as diferentes abordagens, quer fossem elas convergentes ou divergentes, mas igualmente importantes e significativas.

Com relação ao diário de campo, ele foi escrito ao longo da viagem pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre os meses de abril e março de 2016, constituindo um documento de aproximadamente 40 páginas com textos descritivos das viagens, dos diálogos e do dia a dia durante esse período. Seu intuito foi o de registrar e aprofundar a experiência proposta, bem como gerar um material para posterior aprofundamento e socialização. Ele não se encontra aqui publicado, mas foi também inserido na íntegra no texto da dissertação. De qualquer forma, caso haja interesse em entender e acompanhar as minúcias da etapa de campo empreendida através do mesmo, como já dito, a dissertação completa encontra-se disponível gratuitamente para *download*, e seu texto se apresenta com uma linguagem fluída, leve e informal, não seguindo o padrão de texto acadêmico. Nele constam também poemas, pequenas reflexões, crônicas e anedotas escritas durante a viagem.

Toda essa experiência, somada ao meu envolvimento de quase dez anos com a permacultura, tornaram-se elementos e referenciais de suma importância ao enriquecimento do trabalho produzido. Sobre a viagem em questão, ela foi realizada durante os dias 3 de março e 17 de abril de 2016. Nesse percurso foram visitadas 11 diferentes iniciativas de permacultura, e realizadas 15 entrevistas gravadas e posteriormente transcritas – além de diversas outras vivências e diálogos igualmente enriquecedores para a compreensão do tema aqui desenvolvido.

A escolha pela região Sul se deu, primeiro, pela grande incidência de grupos e iniciativas cadastrados junto ao formulário de pesquisa; depois, pela proximidade geográfica; e, por último, pela expectativa de visitar uma região do Brasil até então desconhecida pessoalmente, com boa infraestrutura de deslocamento e facilidade logística.

Os contatos foram todos realizados previamente pela internet, majoritariamente por *e-mail*, e alguns deles confirmados pelo telefone. A partir de então, estabeleci uma rota passando pelos pontos delimitados.

Durante a viagem visitei os seguintes grupos, espaços ou pessoas: Associação Reciclázaro (São Paulo, SP); Marcos José de Abreu, do CEPAGRO (Florianópolis, SC); Cidade Escola Ayni (Guaporé, RS); Arca Verde (São Francisco de Paula, RS); Instituto Ambiental Datterra (Estância Velha, RS); Ocupação Utopia e Luta (Porto Alegre, RS); CSA Porto Alegre; Assentamento Apolônio de Carvalho (El Dorado do Sul, RS); Rio Grande, RS; Sítio Amoreza (Morro Redondo, RS); Herval do Sul, RS; Sítio ÇaraKura (Florianópolis, SC); Estação BioWitt / IPEPA (Campo Largo, RS).

Em praticamente todas as oportunidades realizei entrevistas gravadas em áudio, a partir de um questionário semiestruturado desenvolvido em etapa anterior do trabalho, com questões preestabelecidas e espaço livre de acordo com o andamento do diálogo.

Cinco dos grupos visitados durante a viagem demonstraram-se especialmente relevantes para a pesquisa: Arca Verde; Instituto Ambiental Datterra; Sítio Amoreza; Instituto ÇaraKura; e Estação Biowit / IPEPA. A escolha baseou-se em grupos mais organicamente engajados e que são parte ativa na comunidade permacultural brasileira, realizando cursos, eventos e encontros. Para melhor compreensão, faço abaixo uma exposição inicial destes grupos, apresentando cada uma das iniciativas.

A Arca Verde é uma das mais antigas e consolidadas ecovilas brasileiras, situada na cidade de São Francisco de Paula, no Rio Grande do Sul. Sua primeira sede foi estabelecida em São José dos Ausentes. Em um segundo momento, essa terra foi vendida e a atual área adquirida. A eco-

vila realiza cursos, oficinas, palestras, vivências e atividades conectadas à permacultura, agroecologia e sustentabilidade. Minha passagem pela Arca Verde foi bastante rápida, tendo durado pouco mais de 48 horas. Neste tempo realizei duas entrevistas posteriormente transcritas com dois dos fundadores da ecovila: Leandro Sparrenberger e Marcos Molz. Também fiz uma entrevista em grupo com 3 pessoas no alojamento onde me hospedei: um casal de voluntários (Alexandre e Liriane) e uma moradora em processo de reintegração à comunidade.

O Instituto Ambiental DaTerra é protagonizado pelo biólogo Jefferson Muller Timm, e funciona desde 2013 na cidade de Estância Velha, região metropolitana de Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul. Trata-se de uma Organização Não-Governamental que presta consultorias, realiza cursos e oficinas e apresenta projetos relacionados ao meio ambiente para editais e para o poder público. Estive durante quatro dias na casa de Jefferson, que é também sede do Instituto, de forma que pudemos desenvolver longos e produtivos diálogos.

O Sítio Amoreza localiza-se em Morro Redondo, na Colônia Afonso Pena, há alguns quilômetros de distância de Pelotas, o centro metropolitano mais próximo. O bioma predominante é o Pampa, mas com resquícios e reminiscências de Mata Atlântica. O espaço físico é constituído por oito hectares, nos quais quatro correspondem a mata nativa. Seus principais trabalhos baseiam-se na agricultura familiar de base agroecológica e na permacultura. Cursos, vivências e oficinas são realizados periodicamente no local. Estive durante uma única tarde no sítio, na qual pude conversar por algumas horas com Pedro Vieira Bastos, um dos fundadores do grupo. Trata-se de um espaço bastante familiar e que também acolhe muitos visitantes e voluntários.

O Sítio (ou Instituto) ÇaraKura é uma ONG localizada em Florianópolis, Santa Catarina, na região de Ratonés, fundada em março de 2007 e que possui hoje a titulação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público). Sua missão é “desenvolver projetos, pesquisas e práticas pedagógicas que envolvam crianças, jovens e adultos em atividades éticas ligadas ao uso sustentável dos recursos naturais, à proteção e recuperação ambiental e à cultura da paz⁶¹”. Estive no local por dois dias consecutivos durante o mês de abril de 2016, e me hospedei na casa de um amigo morador da área. Durante esses dias conversei com Andrea, Ney e outras pessoas presentes como familiares e voluntários, todos muito

61. Disponível em: <<http://www.institutocarakura.org.br/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

amáveis e acolhedores. Ali, realizei duas entrevistas fundamentais para a elaboração da pesquisa.

Um dos últimos locais visitados foi a casa do casal de permacultores Martin Ewert e Rafaelle Mendes, que me hospedaram por quatro dias, concederam entrevista e me levaram para conhecer seus trabalhos locais na cidade de Campo Largo, no Paraná, e na Colônia Witmarsum, onde nasceu o Coletivo Biowit. Contaram também sobre a articulação estadual do IPEPA (Instituto de Permacultura do Paraná), dando depoimentos sobre sua criação e objetivos, além de contribuírem com diversos novos contatos importantíssimos para o sucesso e desenvolvimento do trabalho e de parcerias futuras.

Aproximações e desafios comuns

Mesmo com as diferenças temporais, espaciais e ideológicas intrínsecas a cada uma das experiências apresentadas acima, é possível observar a existência de elementos comuns a todas elas, que podemos resumir em cinco principais pontos, sendo eles:

a) todas elas são propriedades particulares individuais (familiares) ou coletivas (como no caso da Arca Verde). Nenhuma delas acontece em espaço público, cedido ou alugado;

b) nenhuma conta com subsídio governamental ou algum tipo de parceria sólida com o poder público, desenvolvendo-se exclusivamente a partir dos esforços da sociedade civil organizada;

c) todas realizam cursos pagos de permacultura e afins, possuindo em geral um sistema de bolsas ou trocas para contemplar indivíduos que não possam arcar diretamente com os custos envolvidos. Fazem isso pois todas se preocupam de alguma forma com a popularização da permacultura;

d) todas manifestaram a preocupação de alcançar o equilíbrio financeiro e a sustentabilidade econômica, empreendendo as mais distintas formas de profissionalização daquilo que acreditam, realizando atividades que tragam, além de subsistência material, satisfação pessoal;

e) a maioria das iniciativas (talvez com exceção da Arca Verde, que comercializa em maior escala alguns produtos agrícolas) não apresenta um sistema produtivo que gere renda interna para a manutenção das comunidades, buscando nas atividades externas, cursos etc., formas exógenas de geração de renda.

Outro elemento comum é a estabilidade e permanência prolongada no espaço. Os grupos visitados investem grande parte de seu tempo em ‘produzir o espaço’ das suas comunidades, trabalhando em atividades locais, recebendo pessoas, articulando cursos etc. A maioria não se desloca nem se afasta por longos períodos de tempo de suas atividades, o que demonstra que a existência de sistemas centralizados em lideranças contribui para a continuidade e evolução dos processos.

No Instituto Ambiental Daterra, em Estância Velha (RS), com Jeferson e Paulo⁶²



Todos se preocupam com a popularização da permacultura e apresentam visão crítica sobre cursos caros e proibitivos, percebendo que o público em geral se restringe majoritariamente a universitários de classe média e média alta, e indivíduos já sensibilizados para com as temáticas ecológicas. Além disso, concordam que o principal dilema gira em torno

62. Fonte: Acervo pessoal do autor.

de como financiar as atividades e encontram nos cursos (contando com um interesse constante de determinados setores da sociedade para frequentar os mesmos) a maneira de fazê-lo. Para buscar equalizar discrepâncias, todos afirmam estarem abertos a possibilidades de trocas, descontos, bolsas e parcelamentos para democratizar o acesso ao conhecimento, mas acham importante serem remunerados pelo trabalho que realizam.

No Coletivo Biowit, na Colônia Witmarsum (PR)⁶³



A maioria concorda de que deveria haver políticas públicas de fomento governamentais e/ou apoios empresariais para que os cursos pudessem ser gratuitos ou realizados a valores mais baixos desde que garantissem a subsistência daqueles que os realizam. Em outras palavras, existe a percepção de que o dilema central não é se o curso deve ou não ser pago, mas sim ‘quem deve pagar por ele’, pois trabalhar gratuitamente transforma-se em atividade puramente diletante e insustentável, principalmente para as pessoas que não possuem fontes de renda de outra natureza e nem possuem outra forma de respaldo ou financiamento familiar. Logo, é importante

63. Fonte: Acervo pessoal do autor.

para incluir e empoderar outros setores que a permacultura de fato gere renda a quem se dedica a difundi-la, uma vez que, hoje, sua principal forma de geração encontra-se nos cursos.

A partir disso, surgem dois apontamentos em forma de possibilidades: o primeiro é trabalhar no sentido da busca por financiamento ativo de outras fontes (oriundas do primeiro, segundo ou terceiro setor), além da atuação na institucionalidade para a disputa de recursos que fomentem as atividades, tornando-as acessíveis à população em geral, que não precisará arcar com os ‘altos’ custos necessários para garantia da sustentabilidade dos grupos. Dessa forma podemos desfazer uma primeira barreira de acesso que é de natureza econômica.

Em segundo lugar, as iniciativas de permacultura poderiam concentrar-se em atividades produtivas e na disputa por mercados locais, suplantando as grandes empresas no fornecimento de bens e produtos essenciais à reprodução da vida, realizando o trabalho cultural de demonstrar a insustentabilidade de certas formas de produção (tal como a dos alimentos envenenados pelo agronegócio) e, a partir disso, gerar e compartilhar renda fortalecendo o comércio justo e local, podendo investir os excedentes em cursos, expansão e na disseminação das práticas e conhecimentos da permacultura. Uma possibilidade seria buscar superar essa negligência no diálogo para com as instituições burocráticas, estatais e oficiais e dominar a gramática institucional para colocá-la a favor das iniciativas, que podem se fortalecer sem criar dependência.

Outro desafio comum é a constituição de uma sólida rede de intercâmbio de pessoas, experiências e propostas. Todas as iniciativas visitadas conheciam umas às outras, tendo algum tipo de trânsito e contato muito reduzido. A realização de encontros biorregionais periódicos e a efetivação de uma rede de trocas de produtos e serviços certamente poderiam contribuir para estreitar os laços das iniciativas e mostrar que os desafios (e, portanto, as soluções) enfrentados são compartilhados pelas maiorias dos pontos dessa rede, e que uma articulação regional poderia auxiliar na superação dos mesmos.

Por último, a busca pela autonomia material por meio de tecnologias sustentáveis como captação de água de chuva, banheiro seco, compostagem, hortas e geração solar de energia igualmente podem auxiliar na viabilização de experiências comunitárias e pedagógicas, abatendo custos e gerando receitas.

Entrevistas

Foram realizadas, durante a pesquisa, 26 entrevistas, buscando a maior diversidade possível em termos de representantes biorregionais com distintas concepções acerca da permacultura. As entrevistas foram realizadas presencialmente ou a distância, por telefone ou *e-mail*. Abaixo, uma tabela com a sistematização das pessoas entrevistadas, com os respectivos locais, datas e formatos.

Resumo informativo acerca das pessoas entrevistadas durante a pesquisa⁶⁴

Quem	Onde	Quando	Como
Ananta Alano		17 e 18/01 de 2017	Telefone
André Santachiara Fossaluzza	Grupo Curare, Botucatu/SP	28/01 de 2016	Presencial
André Soares		21/01 de 2017	Via <i>Facebook</i>
Andrea de Oliveira	Sítio ÇaraKura, Florianópolis/SC	06 e 07/04 de 2016	Presencial
Breno Xavier	FURG, Rio Grande/RS	23/03 de 2016	Presencial
Fábio Klafke	Rio Grande/RS	22/03 de 2016	Presencial
Gabriel “Bizu” Nascimento	Confraria Cult, Franca/SP	Novembro de 2016	Presencial
Guilherme Guisch	UFRGS, Porto Alegre/RS	16/03 de 2016	Presencial
Jeferson Muller Timm	Instituto Daterra, Novo Hamburgo/Rs	12 e 13/03 de 2016	Presencial
Leandro Sparrenberger	Arca Verde, São Francisco de Paula/RS	10/03 de 2016	Presencial
Leonardo Ramos	Veracidade, São Carlos/SP	2016	Presencial

64. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pr-br.php>>.

UM MAPA EM CONSTRUÇÃO

Loci Muller Timm	Instituto Dattera, Novo Hamburgo/ RS	13/03 de 2016	Presencial
Marco Aurélio Tavares Bastos		Janeiro de 2016	Telefone
Marcos Molz	Arca Verde, São Francisco de Paula/ RS	11/03 de 2016	Presencial
Marsha Hanzi		16/02 de 2016	Via <i>e-mail</i>
Martin Ewert	IPEPA, Campo Largo/PR	13/04 de 2016	Presencial
Percy Ney Silva	Sítio Çarakura, Florianópolis/SC	07/04 de 2016	Presencial
Pedro Vieira Bastos	Sítio Amoreza, Morro Redondo/RS	24/03 de 2016	Presencial
Rafaelle Mendes	IPEPA, Campo Largo/PR	13/04 de 2016	Presencial
Thiago Ami	Escola Ayni, Guaporé/RS	08/03 de 2016	Presencial
Thomas Enlazador		Janeiro de 2016	Telefone
Tomaz Lotufo		19/01 de 2017	Telefone
Yuri Almeida	PUPA, São José dos Campos/SP	20/02 de 2016	Presencial
Thomas Enlazador e Djalma Nery	4ª CLAP, Colômbia	Junho de 2015	Fala pública gravada
Marcel	Guaporé/RS	08/03 de 2016	Presencial
Nádia Recioli		14/01 de 2017	Texto escrito
Marcos Ninguém		Setembro de 2017	<i>WhatsApp</i>
Adriana Galbiati		Setembro de 2017	<i>WhatsApp</i>
Paulo Eduardo Rolim Campos		Novembro de 2017	<i>WhatsApp</i>

Após a finalização da dissertação, mais três pessoas foram entrevistadas a distância: Marcos Ninguém, Adriana Galbiati e Paulo Eduardo Rolim Campo, contando sobre suas trajetórias e atuação regional no Nordeste, Mato Grosso do Sul e Ceará, respectivamente. Além disso, também puder contar com conversas produtivas junto a Cláudio Jacintho e Sérgio Pamplona – todas as interações contribuíram imensamente para os amadurecimentos presentes neste livro com relação à dissertação, apresentada em maio de 2017.

Analisando a sistematização das entrevistas, alguns dados nos chamam especialmente a atenção: (i) a maioria delas foi feita ao longo do ano de 2016, demonstrando uma concentração das atividades da pesquisa neste ano; (ii) nos chama a atenção a grande quantidade de homens (23) em detrimento do número de mulheres entrevistadas (6), o que demonstra a necessidade de um debate de gênero no interior do movimento, uma vez que a maioria dos representantes e protagonistas encontrados (ainda que existam inúmeras mulheres praticantes de permacultura no Brasil) sejam homens; (iii) no que diz respeito à escolaridade, a quase totalidade dos entrevistados possuem ensino superior completo ou em andamento, demonstrando a relação direta entre acesso à educação formal e engajamento no universo da permacultura; (iv) a maior parte dos entrevistados possuem entre 25 e 40 anos, estabelecendo uma faixa etária bastante demarcada e perceptível, associada a uma etapa da vida prévia à constituição da família nuclear e de compromissos profissionais mais sólidos; (v) a maior parte das entrevistas foram presenciais, devido às possibilidades de aprofundamentos e diálogos mais longos e produtivos neste formato.

As entrevistas foram transcritas textualmente, constando na íntegra nos anexos da dissertação. Para fins de escrita do texto, quando necessário, foram retirados excertos relevantes para ilustrar, corroborar ou enriquecer determinado debate realizado ao longo das páginas. Os mesmos foram inseridos com formatação própria, análoga às citações textuais diretas, porém com recuo menor, diferenciando-a visualmente.

Com base nas transcrições das entrevistas realizadas e a fim de buscar os termos e palavras mais utilizadas pelos entrevistados e entrevistadas, elaboramos uma ‘nuvem de palavras’ com a ajuda do *software* wordle⁶⁵ (FEINBERG, 2009), para visualizar de forma gráfica e ilustrativa os termos mais relevantes para o universo dos entrevistados:

65. Disponível em: <<http://www.wordle.net/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

CAPÍTULO 7



PERMACULTURA, MOVIMENTOS SOCIAIS E TERCEIRO SETOR

“Mas ainda que a “autopista do capital” tenha sido o caminho trilhado por boa parte das contraculturas espaciais, em especial sob as condições neoliberais, é importante deixar claro, uma vez mais, que a subsunção ao *status quo* não é uma via de mão única e sem retorno por onde seguem necessariamente todas as experiências deste tipo. Em assim sendo, outra(s) história(s) pode(m) estar sendo escrita(s) que não a da capitulação ou a da subserviência aos ditames da mais-valia, mas é preciso estar atento para captá-las, afinal, se as forças que movem o capital tendem a cooptar e fetichizar a “rebeldia” até torná-la parte do *establishment*, de outro elas também engendram condições para a criação de novos “focos de rebelião”.” (SILVA, 2013, p. 119).

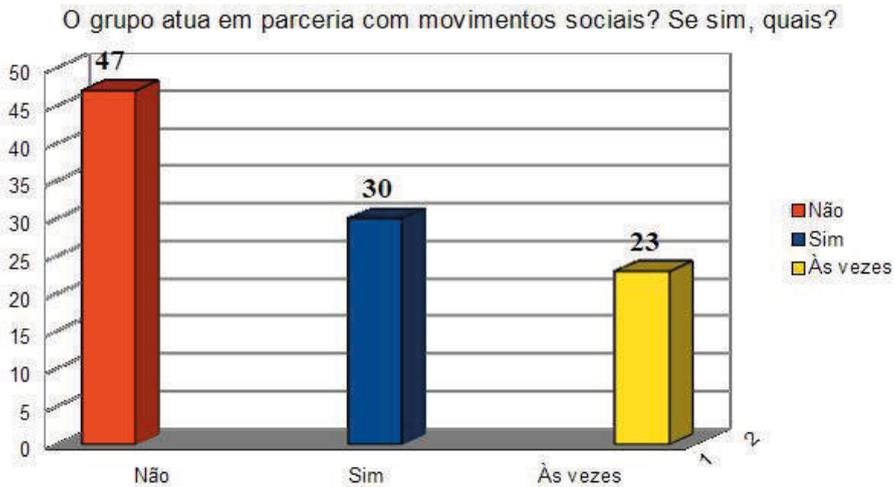
Após apresentarmos a história da permacultura e seu desenvolvimento no Brasil, além de um mapeamento nacional de grupos que têm se organizado em torno desse conceito, a partir daqui trazemos reflexões e análises específicas acerca dos desafios e perspectivas para a popularização da permacultura, tomando por base experiências concretas e o acúmulo histórico resultante do processo até o momento.

Dentre as questões do formulário de mapeamento dos grupos de permacultura no país, duas delas se dirigiam especificamente a tentar entender qual a relação atual dos mesmos com movimentos sociais: se existe,

e com quais atores. O objetivo era justamente o de entender o grau de assimilação e parceria existente entre os inúmeros movimentos e os militantes e praticantes de permacultura, e, a partir daí, poder esboçar hipóteses para justificar tal panorama.

As questões se encontravam formuladas da seguinte maneira: “O grupo atua em parceria com movimentos sociais?”. As respostas possíveis eram “sim”, “não” e “às vezes”. A inclusão desta última deveu-se ao fato de buscarmos entender de maneira menos dicotômica o envolvimento (ou a ausência dele) dos grupos com movimentos, e abarcar aqueles que não necessariamente tenham proximidade o suficiente para afirmar atuar ‘em parceria’ com estes, mas reivindicam ações pontuais e localizadas para alcançar objetivos comuns a ambos. Na sequência perguntamos: “Se sim, cite alguns dos movimentos parceiros”.

Grupos de permacultura e movimentos sociais⁶⁷



Este gráfico apresenta um resumo das respostas à primeira pergunta, num universo total de 100 participantes. À primeira vista, é possível analisar que quase metade dos grupos afirma não atuar em parceria com movimentos sociais. Da outra parcela, a maior parte (30%) afirma atuar de fato com os movimentos e, a outra (23%), apenas às vezes. Olhando

67. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pr-br.php>>.

de outra perspectiva, podemos afirmar que 53% dos grupos participantes da pesquisa afirmam ter algum tipo de envolvimento com movimentos sociais, contra 47% que não o possuem de nenhuma forma. Levando em consideração uma compreensão difundida da permacultura enquanto uma ferramenta de transformação e, também, o contexto latino americano com alta incidência de movimentos sociais organizados, interpretamos com preocupação o grau (ou a falta) de envolvimento entre grupos de permacultura e movimentos sociais.

Manifestação contra a PEC 215 (2015) e a favor da inserção da permacultura no movimento indígena⁶⁸



Tal dado pode apontar um relevante destaque para práticas individuais ou “internistas”, não engajadas na construção de redes e alternativas coletivas junto a outros atores sociais igualmente dedicados às diversas formas de transformação das relações entre os seres humanos e, deles, com a natureza. Vemos aí uma lacuna de compreensão histórica no âmbito dos atores da permacultura brasileira, no sentido de reconhecer e valorizar as ações coletivas intencionais protagonizadas por movimentos sociais desde há mais de um século, bem como suas conquistas e avanços.

Com relação aos principais atores citados, como resposta à segunda questão, o resultado foi curioso: aqui temos um detalhamento importan-

68. Fonte: Disponível em: <goo.gl/W1O9jR>

te, que nos leva a refletir (e ressignificar) os dados da questão anterior. Num primeiro momento, parece-nos relevante o aparecimento de nomes de movimentos sociais do campo, como o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) com 15 aparições, sendo o mais recorrente; o Movimento de Luta pela Terra (MLT); a agroecologia; e o movimento de agricultura urbana, o que, de certa forma, corrobora o envolvimento dos grupos com a luta pela questão agrária a partir de um forte vínculo social.

Na sequência, analisando mais profundamente as respostas, é possível identificar uma possível fragilidade conceitual na definição de “movimento social”. Respostas como “ONGs”, “Agricultores”, “Prefeitura”, ou “Deputados”, nos levam, inevitavelmente, a refletir sobre a importância de delimitar mais precisamente qual o nosso entendimento do conceito e, também, a constatar que existe uma discrepância entre a caracterização majoritariamente aceita e o entendimento dos indivíduos que responderam ao mapeamento. Assim – após lapidarmos melhor este termo – poderíamos também relativizar o resultado obtido na primeira questão. Talvez possamos concluir que, nos termos que buscamos, menos grupos têm de fato atuação conjunta com movimentos, deslocando a análise para a leitura de que há uma ainda maior desconexão entre permacultura e movimentos sociais.

Letícia Thurmann Prudente (2007), em artigo intitulado “Permacultura, uma prática eco-sócio-ambiental: centro de formação do movimento dos trabalhadores sem terra (MST) do Rio Grande do Sul” nos traz importantes reflexões sobre a relação da permacultura com esse movimento social.

“O movimento da Permacultura vem crescendo rapidamente, desde os anos 70, através de várias organizações que estão difundindo e aplicando técnicas inovadoras, principalmente para a recuperação de áreas degradadas, gerando o uso sustentável da terra e o fortalecimento de comunidades socialmente marginalizadas. Esse movimento, em alguns países, se articula com movimentos sociais que buscam resolver a demanda de terra para a agricultura e para a moradia. No caso do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) possui uma relação com o movimento da Permacultura através de institutos distribuídos em diversas biorregiões do país. Nessa relação ocorre a troca de informações e a aplicação de técnicas mais ecológicas.” (PRUDENTE, 2007, p. 1166)

No trecho acima, observamos que a autora fala ‘de movimento para movimento’. Ainda que, em outros momentos do trabalho, ela se re-

fra à permacultura como uma ferramenta ou uma ciência, como ao dizer que: “A Permacultura vem a ser mais uma ferramenta que esse movimento vem se apropriando para colaborar na luta de buscar um modo de vida que respeite o meio ambiente” (PRUDENTE, 2007, p. 1167). A ideia central do texto é o entendimento de que a permacultura surge como uma via de acesso a ‘tecnologias apropriadas’ ou sustentáveis, à disposição dos movimentos.

“O objetivo desse trabalho é descrever uma aplicação prática de um projeto que vise tecnologias acessíveis a um movimento social. São esses grupos os que mais sofrem a falta de acesso aos benefícios do modelo de desenvolvimento atual e, ao mesmo tempo, são eles que ainda possuem diversos saberes populares a serem resgatados e valorizados.” (PRUDENTE, 2007, p. 1166)

Os elementos apontados até aqui nos levam à necessidade de promover um alinhamento conceitual. Começamos então por aí: afinal, o que são movimentos sociais? Talvez devido ao fato de lidarmos com dois termos bastante genéricos, haja uma predisposição a interpretações intuitivas na compreensão do conceito.

Manuel Castells (2000), de maneira sucinta, define movimentos sociais como sendo “ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade” (CASTELLS, 2000, p.20).

Maria da Glória Gohn (2012), em uma definição mais prolongada, formula a seguinte conceituação:

“Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Essa identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política.” (GOHN, 2012, p. 251)

Dentre as duas conceituações apresentadas, entendemos que a oferecida por Gohn traz uma definição mais completa, aproximando-se da complexidade abarcada pelos movimentos sociais e seus múltiplos elementos, em especial considerando o debate que insere a discussão dos Novos Movimentos Sociais (NMS) em oposição aos tradicionais, onde as lutas identitárias se destacam – a partir dos anos 1960 – perante a então centralidade operário sindical vigente, orientada por teóricos marxistas (GOHN, 2012). De qualquer forma, tomando por base ambas definições, e revisitando as respostas ao questionário onde solicitou-se que os grupos elencassem os movimentos parceiros com quem atuavam, podemos afirmar que muitos ali listados não se constituem enquanto movimentos sociais, mas, possivelmente, enquanto atores sociais, grupos de interesse ou instituições. Acreditamos que tais respostas sejam fruto de uma generalizada imprecisão conceitual acerca do que são movimentos sociais.

Poderíamos afirmar que boa parte dos atores citados aproximam-se mais do que poderíamos caracterizar como sendo terceiro setor:

“o terceiro setor é um tipo de ‘Frankenstein’: grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitado, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras. Abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica de mercado. (...) O novo associativismo do terceiro setor tem estabelecido relações contraditórias com o ‘antigo’ associativismo advindo dos movimentos sociais populares (na maioria urbanos) dos anos 70 e 80.” (GOHN, 2000, p. 60)

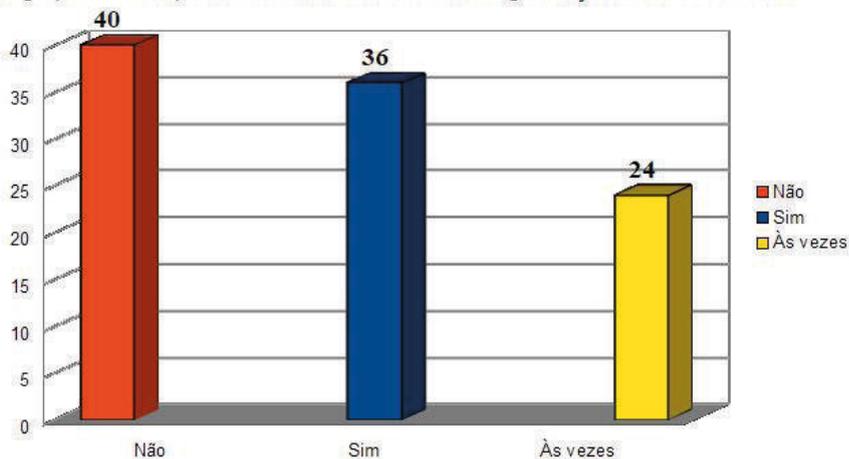
Podemos atestar então a existência de certa imprecisão conceitual que borra as fronteiras entre movimentos sociais e o terceiro setor. Isso é relativamente comum; alguns autores defendem que seja fruto da miscelânea que compõe o que chamamos genericamente de sociedade civil (DESMARAI, 2013). Ainda assim, a pergunta imediatamente seguinte do formulário de mapeamento elaborado para a presente pesquisa trazia justamente a questão: “O grupo atua em parceria com ONGs ou outras organizações do terceiro setor?”; e, depois: “Se sim, quais?”.

Apesar de não muito distinto, é possível observarmos um resultado mais favorável à atuação conjunta entre grupos de permacultura e entidades do terceiro setor, com um aumento de 10% nas respostas positivas. A

pergunta seguinte, de caracterização, também traz respostas que demonstram haver maior entendimento sobre o que são entidades do terceiro setor, pois não encontramos equívocos sintomáticos como nas respostas à pergunta anterior sobre os movimentos sociais, ficando patente um maior domínio no entendimento do que é o terceiro setor.

Parceria entre grupos de permacultura e terceiro setor⁶⁹

O grupo atua em parceria com ONGs ou outras organizações do terceiro setor?



Retornando à reflexão relativa aos movimentos sociais, tal debate nos conduz a uma oportuna questão ontológica, que é entender se a permacultura se constitui, em si, enquanto um movimento social ou não. Ainda que não sejamos capazes e nem tencionemos esgotar tal reflexão, acreditamos que a mesma pode contribuir para necessários aprofundamentos teórico-conceituais e, principalmente, para o empoderamento dos grupos de permacultura do Brasil que, esperamos, inteirem-se deste trabalho.

Tomando por base as definições de Castells (2002) e de Gohn (2012), entendemos que, a princípio, a permacultura não se constitui efetivamente enquanto um movimento social, a começar pela inexistência de uma ação coletiva orquestrada no Brasil. Assim como Melucci (2001), acreditamos que

69. Fonte: Elaboração do próprio autor. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-24082017-190404/pt-br.php>>.

“a ação coletiva deve ser considerada como uma interação de objetivos e obstáculos, como uma **orientação intencional** que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidade e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidade e limites. É nesse sentido que a organização se torna um campo crítico de observação, um nível analítico que não pode ser ignorado.” (p. 52, grifo nosso)

O que se observa hoje no universo da permacultura brasileira é a constituição de um incipiente mosaico composto por ações individuais de seus atores, sem que tais esforços se correlacionem ou se traduzam efetivamente em processos de formação de rede e/ou articulação coletiva. A permacultura (enquanto comunidade ou coletividade) passa por uma crise de unidade discursiva, com uma narrativa difusa e genérica a ligar os pontos dessa grande constelação que se anuncia.

O que nos perguntamos é se a permacultura no Brasil tem um projeto ou programa para apresentar à sociedade. Se sim, qual é? Banheiros secos, composteiras e casas de barro não são o suficiente para explicitar o horizonte estratégico da permacultura, a sua demanda, o motivo pelo qual se movimentam etc.

Em resumo, três grandes ausências configuram esse distanciamento conceitual da permacultura enquanto um movimento social: a ausência de unidade discursiva e de práxis coletiva; a ausência de um programa claro, com demandas e reivindicações concretas traduzidas de maneiras simples e objetivas; e, por último, a ausência de qualquer corpo ou força social de mobilização coletiva capaz de influir e disputar os rumos da sociedade, suas instituições e seus valores.

Não obstante, acreditamos que a permacultura apresenta grande potencial de tornar-se um movimento social, mesmo que, hoje, ainda não o seja. Defendemos que ela se encontra majoritariamente constituída enquanto um conjunto de técnicas, uma metodologia, uma ‘ferramenta’: e é nesse panorama, enquanto sujeitos históricos partícipes da comunidade pesquisada, que buscamos intervir, esboçando um esforço incipiente contrário à tecnicização da permacultura e suas manifestações. Alternativamente, poderíamos dizer que a permacultura se configura no Brasil como um movimento cultural de cunho experimental e incipiente.

Buscando ampliar o debate, e consultar indivíduos envolvidos com a permacultura para subsidiar essas reflexões, às 18h do dia 31 de outubro de 2015, publicamos em um fórum especializado, dentro da rede social

Facebook, a seguinte pergunta “Vocês veem a permacultura como um movimento social? Sim? Não? Por quê?”⁷⁰:

Pergunta publicada em rede social sobre permacultura e movimentos sociais⁷¹

Pergunta publicada às 18h do dia 31/10/2015, no grupo "Permacultura", da rede social 'Facebook', que reúne mais de 11.500 pessoas interessadas em Permacultura no Brasil.

Djalma Nery 38 min

Galera, com licença. Queria ouvir uma opinião de quem quiser opinar: Vocês veem a permacultura como um movimento social? Sim? Não? Por que?

👍 Curtir 💬 Comentar

[User] Salvê Djalma guerreiro de aruanda aqui na terra! boa pergunta....tô curioso pra ver as opiniões! O que você acha???? aehehehehe O movimento são carlense vioru, não?Mas a permacultura é ou facilita, esse processo de empoderamento e emancipação?
Descurtir · Responder · 👍 1 · 31 min

Djalma Nery Eu tô curioso também pra ouvir algumas opiniões. Na verdade estou num momento de querer ouvir antes de me manifestar, rs 😊 Depois eu coloco o que eu acho.
Curtir · Responder · 17 min

[User] ;} Não aguentei... !!! euheueheue
Curtir · Responder · 8 min

Escreva uma resposta...

[User] Diria que não. Gosto da definição pragmática de Hemenway, que diz que Permacultura é "o braço de design de uma mudança de paradigma". Questões sociais e políticas devem ser tratadas nos seus próprios ramos dentro desse novo paradigma, permacultura é, pra mim, apenas uma metodologia abrangente, mas não um movimento social.
Descurtir · Responder · 👍 2 · 20 min

[User] Sinceramente, me parece mais um movimento "socialite"... 😊 , pois não tenho visto esforços para popularizar a questão... Em geral apenas cursos caros, outros caríssimos... Acredito que precisamos dar mais importância à participação... Evolver e valorizar mais as pessoas. Da

Para nossa surpresa, um profícuo debate seguiu-se, com participação de 21 pessoas em mais de 30 comentários subsequentes. Abaixo transcrevemos alguns trechos dentre os que nos pareceram mais relevantes

70. Disponível em: <<https://www.facebook.com/groups/141056475952719/1070343956357295>>. Acesso em: novembro de 2015.

71. Fonte: Imagem retirada de postagem pessoal na rede social Facebook em 31 de outubro de 2015.

para elucidar como tal debate ressoa dentre os adeptos da permacultura nas redes sociais:

FM: Não. Permacultura se refere a princípios e valores. Movimento social supõe a organização e articulação entre pessoas em função de uma causa ou propósito. Permacultura não é um movimento por si só. Pessoas podem formar um movimento em torno de ideias.

LB: Acredito que é um movimento social sim, mesmo que a rede não seja integrada, grupos isolados difundem a ideia e estimulam a participação da comunidade nesta prática. Se por um lado a indústria e a mídia vão para o lado do consumo capitalista, por outro, a geração nova era aceita facilmente a ideia desta fusão com o princípio de conservação e minimização dos impactos. Por isto penso que mesmo que não exista a manifestação popular organizada, o movimento dos permacultores é também social pois visa a melhoria da sociedade, das pessoas que são parte do meio ambiente e do social do mundo.

CB: (...) eu arriscaria dizer que depende do contexto. Em alguns lugares a permacultura se tornou um movimento social, e em outros ela serve de subsídio prático e teórico para a atuação de movimentos.

LE: Diria que não. Gosto da definição pragmática de Hemenway, que diz que Permacultura é “o braço de *design* de uma mudança de paradigma”. Questões sociais e políticas devem ser tratadas nos seus próprios ramos dentro desse novo paradigma, permacultura é, pra mim, apenas uma metodologia abrangente, mas não um movimento social.

MO: Sinceramente, me parece mais um movimento “*socialite*”..., pois não tenho visto esforços para popularizar a questão... Em geral apenas cursos caros, outros caríssimos... Acredito que precisamos dar mais importância à participação... Envolver e valorizar mais as pessoas...

RS: Acredito que em essência a agroecologia e a permacultura são ferramentas para uma transformação social pois seus valores são antagônicos aos valores do capital como: Relação de coletividade, meio de produção, relação entre natureza e ser humano, consumo e organização social. O que tentam fazer é que a permacultura se torne brincadeira para *playboy* se sujar de adobe. Em definição o movimento social é quando um grupo de pessoas agem em prol de uma ideia, então sim a permacultura pode ser um movimento social, mas também poder ser uma ferramenta para outros movimentos que abrange ideias além das questões ambientais.

ES: Acredito que seja um movimento, sim. E, me parece, que iniciativas dessa natureza têm ampliado seu raio de atuação, atingindo pessoas que jamais pensaram a respeito e, dessa forma, criam um movimento social, que vai além de uma ferramenta.

FS: Muito boa discussão, também vejo a Permacultura mais como ferramenta do que como movimento, ferramenta essa que inclusive pode ser apropriada por movimentos. Até onde eu sei, bem superficialmente, alguns movimentos sociais como o MST usam alguns princípios da Permacultura, não sei se consciente ou inconscientemente. Mas os amigos têm razão quando reclamam da elitização desse conhecimento. Eu mesmo tenho vontade de fazer os cursos, mas eles não cabem no meu bolso e pra mim fica uma coisa um pouco estranha porque a Permacultura deveria ser baseada na cooperação e igualdade e não se pautar nas regras e preços do mercado capitalista.

HM: Se partimos do princípio que todo ser humano é um ser social então as formas de nos organizarmos no trabalho terão esta característica. Se a permacultura traz mudanças para uma realidade mais coletiva e solidária, ainda não atingiu o alvo, continuamos praticamos a mais valia. Mas considero que o primeiro passo está dado.

AM: Em São Paulo tenho visto o crescente envolvimento da permacultura nas periferias como um movimento social válido...”

A partir dos comentários, observamos opiniões qualitativamente bastante distintas, denotando a já citada crise discursiva e, também, a fragilidade conceitual relativa aos movimentos sociais.

Uma noção que se faz especialmente presente é a da permacultura enquanto uma ferramenta. Tal concepção nos parece sintomática, uma vez que uma ferramenta é um utensílio utilizado para desempenhar determinada tarefa, mas não é o agente que concebe a tarefa em si. A ferramenta é um meio utilizado por um sujeito dotado de vontade; um objeto portador de intencionalidade (ainda que este seja um debate que demanda aprofundamento), mas incapaz de demonstrar autonomia ou protagonismo.

Poderíamos depreender do que foi até agora discutido, também, a inexistência de uma identidade coletiva sólida entre os praticantes e entusiastas da permacultura no Brasil.

“Identidade coletiva é uma perspectiva interativa compartilhada. Interativa e compartilhada significa construída e negociada através de um **processo de ativação das relações que ligam os atores sociais**. A construção da identidade coletiva implica investimentos contínuos e ocorre como um processo que deve ser ativado para tornar possível a ação dos indivíduos.” (MELUCCI, 2001, p. 69, grifo nosso)

Tal ausência de solidez identitária contribui também para a interpretação de um universo permacultural brasileiro que ainda não se cons-

titui enquanto um movimento social. Seria necessário promover, conscientemente, a ativação e estreitamento das ligações entre os atores sociais envolvidos e fomentar uma compreensão coletiva do que se está construindo enquanto estratégia, horizonte e projeto, mesmo que, dentro de tais negociações, seja possível comportar e delimitar uma ampla gama de táticas e ações variadas, valorizando o princípio da diversidade na unidade.

Reiteramos repetidamente o recorte brasileiro deste trabalho, pois acreditamos que, em outras localidades e contextos, poderíamos obter distintas reflexões, e não pretendemos que o debate aqui realizado (em especial suas conclusões) generalize-se a despeito do *locus* onde se insira. São os elementos providos por nosso recorte que nos conduziram às formulações aqui expostas.

Ainda que assumamos que a permacultura não seja, em si, um movimento social, não podemos deixar de frisar seu engajamento com diversos movimentos, conforme citamos rapidamente acima, principalmente enquanto uma ferramenta conduzida pelos mesmos para a consecução de seus objetivos.

Em termos gerais, a aproximação mais completa que poderíamos fazer da permacultura com um movimento é identificá-la como parte do movimento ecológico ou ambientalista⁷². Mas, como se dá essa relação? E onde se situa o movimento ecológico?

Num certo aspecto, poderíamos classificá-lo como um “novo movimento social” (NMS), por desvincular-se do recorte classista e da centralidade do operariado e do local de trabalho como agentes e espaços prioritários das ações. Ao mesmo tempo, limitá-lo a uma luta identitária seria reduzi-lo em sua abrangência sistêmica e estrutural, principalmente no que diz respeito às propostas da Ecologia Política (DUPUY, 1980; LOWY, 2005), da Ecologia Social (BOOKCHIN, 2010) e de outras leituras que entendem a crise ecológica como uma manifestação da crise sistêmica do capitalismo, e enxergam a exploração da natureza atrelada à exploração dos seres humanos.

Em outras palavras, são escolas da ecologia nas quais a superação da problemática posta aponta, ‘inevitavelmente’, para a superação da so-

72. Sobre a disjunção “ecologia” e “ambientalismo” ver ACSELRAD (2010) e DOBSON (2007). Não entraremos no âmbito desse debate aqui, com o intuito de não prejudicar o fluxo central posto, ainda que se trate de uma relevante questão para o melhor entendimento do panorama ‘movimentalista’ em torno da questão ambiental e ecológica. De forma que, por vezes, nos omitiremos acerca do debate desta disjunção, que abordamos brevemente nos capítulos iniciais deste livro.

cidade de classes e para uma transformação estrutural completa do modo de produção e reprodução social. Da mesma maneira, existem outras escolas da ecologia, que, voltadas a uma perspectiva biocêntrica e do valor intrínseco relativo a todas as formas de vida, são menos afeitas aos debates político-sociais e de reformulação estrutural organizativa (CAPRA, 1996; BATESON, 1972; NAESS; ROTHENBERG, 1990) ou à reconstrução de uma ‘nova esfera pública’, democrática de fato, como condição para o advir de uma sociedade ecológica (BOOKCHIN, 2010).

Já Castells (2000) enxerga o ambientalismo como um movimento social multifacetado, situado “no cerne de uma reversão drástica das formas pelas quais pensamos a relação entre economia, sociedade e natureza, propiciando assim o desenvolvimento de uma nova cultura.” (CASTELLS, 2000, p. 142). O mesmo é fruto da generalizada ‘crise ambiental’ que, coletivamente, a civilização humana atravessa. Castells interpreta o “movimento ambientalista” enquanto um movimento social de forte impacto nos valores culturais e nas instituições da sociedade, adequando-se ao seu conceito fundante da categoria “movimento social”.

Infelizmente, carecemos de tempo e espaço para um aprofundado e merecido debate em torno dos emergentes movimentos ambientalistas e ecológicos surgidos aos finais do século XX, principalmente a partir dos anos 1960. O que nos importa aqui, sobretudo, é afirmar a grande interface da permacultura com tais movimentos, como uma das expressões em organização no interior do mesmo.

Talvez sejam fortuitas as palavras do geógrafo Luís Fernando de Matheus e Silva no sentido de nos dar uma pista sobre possíveis motivações para tal desconexão. No trecho abaixo, ainda que ele se refira mais especificamente ao movimento de ecovilas, acreditamos que questões muito semelhantes se apliquem também aos praticantes da permacultura – tendo em vista, inclusive, tratar-se de públicos muito semelhantes:

“na prática, a falta de sensibilidade e/ou mesmo de um conhecimento teórico mais aprofundado “sobre o outro” (o que invariavelmente implica uma mirada com “certo ar de superioridade”) dificulta – senão impossibilita – uma articulação política concreta e eficaz entre os entusiastas das ecovilas e os demais sujeitos/movimentos sociais não hegemônicos, como sindicatos rurais, movimentos de camponeses sem terra, movimentos indígenas, movimentos pela reforma urbana, etc. Não por acaso, a relação entre ambos muitas vezes se limita a trabalhos do tipo “voluntário” ou de “caridade” que – embora possam vir a ser de grande valia em determinados lugares, ajudando a melhorar as condições de vida das populações locais através de ações pequenas, mas concretas e bastante úteis, como a

construção de sistemas de captação e armazenamento de água da chuva, compostagem doméstica, técnicas de bioconstrução e agroecologia – uma vez apartados de um projeto político mais amplo e consistente –, dispõem de possibilidades muito limitadas para transcender o atual estado de coisas e corroborar na construção de uma nova ordem mundial.” (SILVA, 2013, p. 147)

Por fim, acreditamos ser de grande valia – e isso é um convite àqueles e àquelas que se sentirem dispostos a tal tarefa – tecer reflexões aprofundadas e mais específicas da relação da permacultura com algumas das pautas e movimentos em atuação no Brasil. Artigos que se debrucem sobre a relação da permacultura e o feminismo⁷³, ou da relação da permacultura com o movimento negro, por exemplo, seriam de enorme contribuição para refletirmos e entendermos algumas das limitações e perspectivas dessa relação, bem como para explicitar potenciais.

A partir do debate aqui realizado, defendemos que, hoje, a permacultura não se manifesta enquanto um movimento social no Brasil, mas sim como um mosaico de iniciativas individuais e/ou regionais, sem uma articulação coletiva concreta e delineada.

73. Uma entrevista/texto com a permacultora Nádia Reciola debatendo exclusivamente a questão de gênero dentro da permacultura no Brasil, pode ser lida no cap. 16.

CAPÍTULO 8



PERMACULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Durante as entrevistas, a possibilidade de inserir a permacultura enquanto uma política pública fomentada por governos federais, estaduais e municipais apareceu como um ponto recorrente. Tendo em vista a verdadeira inexistência de ações concretas nesse sentido, a maioria das opiniões encontradas apresenta um elevado grau de generalização, sem maiores concretudes, ainda que sejam majoritariamente favoráveis. Muitas delas balizam-se na experiência da agroecologia, cuja política pública implementada pelo Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, é o que chegou mais perto de se instalar no universo institucional de forma a contemplar interesses da permacultura e de seus praticantes.

André Fossaluzza, do Grupo Curare, acredita que a permacultura “ainda tem um bom caminho a percorrer antes de ser proposta como política pública”, e complementa dizendo que o fato de se tratar de um conceito e de uma prática exógena, e por vezes ‘importada’ ao Brasil, dificulta o estabelecimento de bases sociais mais sólidas para disputar sua implementação.

Leandro Sparrenberger, da Ecovila Arca Verde, acredita que

“se existisse política pública de financiamento, ia sobrar dinheiro pra projetos permaculturais. Pro agronegócio, pra destruir a Amazônia, tem muitos bilhões. Então não está faltando dinheiro. Tu não pode querer que os pequenos projetos financiem e resolvam todos os problemas. Pode se autofinanciar, acho uma ótima ideia ter um fundo; é uma das ideias de articulação econômica.”

Leandro defende que na ausência de investimentos e políticas públicas, é necessário que os grupos desenvolvam sistemas de troca e circulação de bens e mercadorias para poderem ampliar seu fluxo econômico.

Por último, o permacultor paranaense Martin Ewert, nos conta em entrevista presencial realizada em abril de 2016 que

“um caminho seria mesmo por meio do governo e de políticas públicas; algo muito interessante no sentido da gente colocar realmente a permacultura em outra esfera, que eu acredito ser fundamental. Ter pessoas engajadas dentro de alguns espaços, nos editais, nas esferas políticas até...; e a gente poderia trazer a permacultura para quem realmente precisa acessar esse conhecimento.”

A despeito das posições favoráveis, são poucas e pontuais as referências de políticas públicas com viés permacultural adotadas pelos governos brasileiros em qualquer instância. Uma das quais, digna de nota, trata-se do projeto “Composta São Paulo”, da Prefeitura municipal de São Paulo sob gestão de Fernando Haddad (PT), cujo objetivo central foi o de reduzir a quantidade de resíduos enviados ao aterro, desviando parte da parcela orgânica para a compostagem. O projeto contou com dois grandes eixos de ação: de um lado a distribuição de duas mil composteiras domésticas (ou minhocários) por parte da Prefeitura de São Paulo no ano de 2014 em parceria com a empresa Morada da Floresta, fundada pelo permacultor Cláudio Spínola, visando introduzir e difundir a cultura da compostagem a nível doméstico, formando multiplicadores e multiplicadoras⁷⁴; de outro, em setembro de 2015, iniciou-se o projeto-piloto “Feiras e Jardins Sustentáveis” recolhendo os resíduos orgânicos de 26 feiras livres no entorno do primeiro pátio de compostagem do projeto, implementado no

74. Mais informações sobre o projeto no *site* oficial. Disponível em: <<https://compostasao-paulo.moradadafloresta.eco.br/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

bairro da Lapa. No final de 2016 já eram 50 feiras atendidas pela segregação e manejo dos resíduos orgânicos, atendendo as regiões de Brasilândia, Pinheiros, Piritiba, Casa Verde, Freguesia do Ó e Jaraguá, compostando aproximadamente 60 toneladas de resíduos por semana. Outros cinco pá-tios estão sendo construídos para ampliar o projeto.

Porém, com a troca de gestão da prefeitura, desde janeiro de 2017 sob a tutela de João Dória (PSDB), não se sabe se o projeto terá prosseguimento, pois já deu mostras de paralisia e retrocesso⁷⁵. Em eventuais descontinuidades como essa reside a fragilidade do caminho das políticas públicas implementadas como políticas de governo. Isso demonstra que tais políticas, isoladamente, de nada funcionam, sendo necessário um movimento sólido de organização da sociedade civil para dar suporte a quaisquer avanços conquistados por meio de medidas institucionais.

Em termos gerais, alguns países já vêm adotando o uso de técnicas da permacultura como políticas públicas para solucionar diversos problemas locais: Austrália, Cuba, Itália, Suíça e Japão, por exemplo, implementaram projetos para a utilização de grandes minhocários municipais que transformam resíduos orgânicos descartados em húmus⁷⁶. Mas em termos de políticas públicas efetivas, de ações concretas, permanentes e relevantes ainda existe uma grande lacuna, em todos os níveis, do nacional ao global.

A primeira vez que a palavra “permacultura” aparece em um programa de eleições presidenciais no Brasil foi no ano de 2014, nas propostas de governo da candidata Luciana Genro, do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Em seu programa de meio ambiente, consta um item chamado “incentivo à permacultura como ferramenta de soberania”, onde se enuncia que

75. Como é possível verificar em matérias jornalísticas que chamam a atenção para a descontinuidade da gestão Dória no que diz respeito à gestão de resíduos. Disponível em: <https://jornalgn.com.br/blog/dan-moche-schneider/por-que-doria-nao-segue-o-plano-de-residuos-elaborado-para-cidade-por-dan-moche-schneider#_ftn2> e em: <<http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/2017/04/1867035-material-organico-desperdicado-custa-r-465-milhoes-a-cidade-de-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: janeiro de 2018.

76. COIMBRA, Renato Emílio. Reciclagem do lixo orgânico. Revista Ambiente Brasil. Disponível em: <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/residuos/artigos/reciclagem_do_lixo_organico.html>. Acesso em: janeiro de 2017.

“a educação ambiental à luz da permacultura é um caminho a ser trilhado para o cuidado com as pessoas e com a natureza, pois esta é a sua proposta ética. A permacultura permite compreender, observar e aproveitar os recursos fundamentais de uma cidade como a água, o solo, o clima e as plantas numa perspectiva realmente sustentável. Propomos, neste governo, a criação de uma escola federal de permacultura, tendo na sua grade curricular a educação biocêntrica, a agroecologia, a bioconstrução, a captação e aproveitamento eficiente da água, a utilização de energias renováveis como a solar e eólica, a meliponicultura (abelha nativa sem ferrão), agrofloresta, quintais produtivos, horta mandala e tantas outras ferramentas que reduzem os impactos no meio ambiente e melhoram a saúde das pessoas com atividades na natureza e produção de alimentação saudável⁷⁷.”

Ainda nessa linha, nas eleições municipais de 2016, no Rio de Janeiro, o candidato a prefeito Marcelo Freixo, também do PSOL, apresentou no dia 24 de setembro (coincidentemente o mesmo dia da morte de Bill Mollison) uma Política Municipal de Permacultura no Rio de Janeiro, angariando apoio amplo do setor ambientalista atuante no município, expresso por meio de um manifesto, que segue:

“Nós, Permacultorxs Brasileirxs, recebemos com muita alegria a iniciativa (...) de lançar a Política Municipal de Permacultura, que se propõe a repensar a forma do uso e ocupação do solo e das águas cariocas, gerando benefícios para o Ecossistema da cidade e principalmente para as pessoas. O surgimento da Permacultura, que perdeu coincidentemente seu precursor australiano Bill Mollinson no mesmo dia do Lançamento da Política, dia 24 de setembro, está ligado à intenção de disseminação das tecnologias de conservação, regeneração e interação com a natureza, buscando formas harmônicas do viver bem, transformando resíduos em recursos (...). Entendemos que as Favelas Cariocas já guardam em si um grande repertório de estratégias colaborativas para a produção de uma vida digna e integrada aos ciclos naturais e poderiam vir a se tornar territórios prioritários para a implantação da Política Municipal de Permacultura. Desejamos força aos militantes e às militantes cariocas nesta empreitada de recriar uma cidade onde as pessoas possam cocriar uma sociedade resiliente, tendo a Permacultura e seus princípios como um importante alicerce para agregar nesta construção ecossocialista⁷⁸.”

77. Programa de Luciana Genro (PSOL) nas eleições presidenciais de 2014. Disponível em: <<https://lucianagenro.com.br/eleicoes-2014/programa/meio-ambiente/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

78. Disponível em: <<https://www.facebook.com/permaculturacarioca/posts/882395511861050>>. Acesso em: janeiro de 2017.

Cartaz de evento durante as eleições municipais do Rio em 2016⁷⁹



Nas pesquisas, não encontramos nenhuma outra propositura relevante, em termos de disputa institucional, que trouxesse explicitamente o termo “permacultura” em seu bojo, e em termos de políticas públicas concretas, apenas pequenas experiências locais e descontinuadas em cidades de interior, como, por exemplo, ações em escolas.

Com base nas informações acima, voltamos a chamar atenção para a importância da disputa institucional respaldada por um sólido movimento social, pois só dessa maneira parece ser possível enfrentar as contingências e discontinuidades tão comuns a um sistema de embate ideológico que instrumentaliza a ‘coisa pública’ prejudicando a grande população, tornada refém de antagonismos políticos e partidários.

79. Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Cabe frisar, também, que ambos os candidatos citados (tanto Marcelo Freixo como Luciana Genro) foram derrotados nas eleições, mas que não podemos tomar esse fato como indicativo de uma possível baixa incidência e aceitação popular das propostas apresentadas pelos mesmos, dado que o sistema eleitoral brasileiro configura-se de forma extremamente falha no sentido de representar anseios populares. Ele é, antes de mais nada, um sistema predominantemente controlado por interesses financeiros, sendo eleitos aqueles e aquelas que dispõem de melhor e maior apadrinhamento político e econômico, e que não necessariamente (em geral trata-se até do oposto) possuem as melhores propostas.

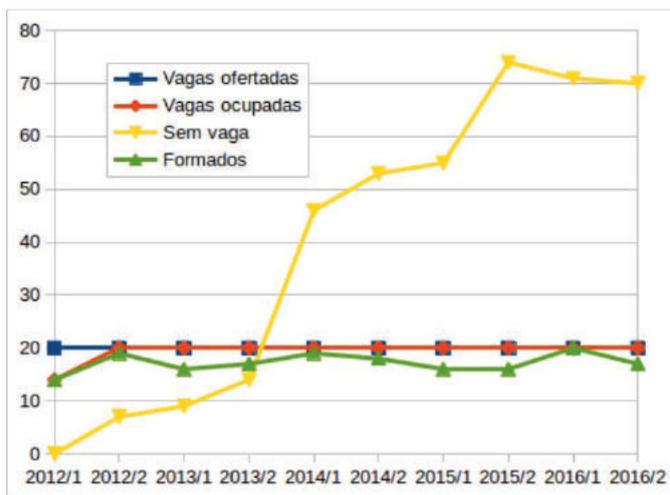
Houve também candidaturas ao legislativo em 2016 que se referenciavam à permacultura como a minha própria, na cidade de São Carlos (SP) e a de Marcos José de Abreu, em Florianópolis, ambos pelo PSOL, dentre várias outras, pulverizadas pelo país. Marquito (como Marcos é conhecido) foi eleito como o segundo vereador mais bem votado da cidade. E eu fiquei na oitava posição entre 400 candidatos, não tendo sido eleito por uma diferença de 40 votos que faltaram para atingir o cociente eleitoral, ainda que tenha obtido mais votos que 14 vereadores eleitos para a legislatura 2017-2020. O mandato de Marquito tem feito uma enorme diferença na cidade de Florianópolis e já começa a dar os primeiros frutos depois de um ano repleto de reuniões, atividades e audiências públicas realizadas.

Por último, cabe citar o incipiente envolvimento da permacultura com o universo acadêmico, materializado, até o momento, na existência de grupos de extensão e algumas matérias optativas, como no caso da UFSC, uma das primeiras universidades a contar com uma matéria específica, oferecida pelo professor Arthur Nanni, formado em PDCs realizados no Sítio ÇaraKura. A disciplina é oferecida desde 2011, duas vezes por ano, sob o título de “Introdução à permacultura”, formando 20 pessoas por semestre, num total de quase 200 pessoas formadas desde seu início. A grade percorre todo o conteúdo dos PDCs através dos encontros semanais.

Em 2013, um grupo de docentes envolvidos com a disciplina cria o NEPerma, Núcleo de Estudos em Permacultura, que hoje realiza diversos projetos vinculados à universidade com foco extensionista, tendo, inclusive, produzido uma série de vídeos chamada “PDC EaD Terra Permanente”, que reúne as aulas da disciplina em formato audiovisual, disponibilizando-as gratuita e publicamente na internet. Alunos de diversos cursos e pessoas de fora da universidade podem se matricular na disciplina, fazendo com que ela seja cada vez mais procurada pela comunidade local, como mostra o gráfico abaixo extraído de artigo publicado no *site* oficial

do NEPerma⁸⁰, em que podemos verificar um crescente número de inscritos, que sempre supera a disponibilidade semestral de 20 vagas; além do reduzido percentual de evasão, indicando que os que iniciam o curso, em geral, o concluem.

Relação das vagas ofertadas, ocupadas, suplentes (sem vaga) e formados permacultores⁸¹



Comenta-se também a respeito de uma articulação para a implementação de um curso de graduação na UFSC e também no Nordeste, além de algumas possibilidades no que diz respeito a programas de pós-graduação.

Em termos de educação particular, recentemente inaugurou-se a UniPermacultura – Universidade Alternativa de Permacultura, protagonizada pelo permacultor Marcos Ninguém, com base em Alpestre, no Rio Grande do Sul. Ela oferece vários cursos pagos no sistema EaD (educação a distância) para formação de público interessado no tema.

80. Confira o artigo na íntegra disponível em: <<http://permacultura.ufsc.br/5-anos-de-permacultura-na-ufsc/>>. Acesso em: janeiro de 2018.

81. Fonte: <<http://permacultura.ufsc.br/5-anos-de-permacultura-na-ufsc/>>.

CAPÍTULO 9



ALGUMAS EXPERIÊNCIAS CONCRETAS PARA A POPULAÇÃO DA PERMACULTURA NO BRASIL E SEUS CONTEXTOS REGIONAIS

É importante entendermos, na prática, alguns dos caminhos e perspectivas de grupos que tomaram como sua missão a popularização da permacultura no Brasil – o que eles têm enfrentado e o que têm conseguido, no presente ou no passado. Cada qual à sua maneira, suas experiências são relevantes para a compreensão dos desafios postos, bem como para o vislumbre da superação dos mesmos.

Dessa forma, por meio de entrevistas e materiais que permitiu realizar esta síntese e aprofundamento, nos baseamos em oito experiências concretas e seus respectivos históricos e agentes para ilustrar um pouco dos diferentes contextos regionais e seus desafios para a difusão e popularização da permacultura no Brasil.

Os quatro primeiros, reunidos em um único bloco, atuam majoritariamente no estado de São Paulo; na sequência, apresentamos a história da chamada “Escola Cearense de Permacultura”, por meio de entrevista realizada com o permacultor Paulo Rolim Campos; depois, partindo de materiais disponíveis na internet, apresentamos a experiência dos permacultores Jorge Timmermann e Suzana Maringoni com o projeto Ivy Porã, em Santa Catarina; falamos também do histórico da chegada e primeiros

curso de permacultura em alguns estados do Nordeste brasileiro por meio dos esforços dos permacultores Marcos Ninguém e Thomas Enlazador; por último, registramos a experiência da permacultora Adriana Galbiati para estabelecer a permacultura na região de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ao lado de outros permacultores e permacultoras como Ivone Riquelme e Skye.

No estado de São Paulo: Curare, PUPA, Veracidade e Rede Permaperifa

Iniciamos este capítulo trazendo a experiência de quatro grupos espalhados pelo estado de São Paulo com os quais tomamos contato direto e que têm se dedicado a tornar a permacultura mais popular, acessível e democrática: Grupo Curare; Associação Veracidade; PUPA Permacultura e Rede Permaperifa.

Acima, ao discorrer sobre a etapa da “Popularização” da permacultura no Brasil, o grupo Curare é apresentado e citado como um dos precursores dessa guinada que viria a se fortalecer, tendo partido do acúmulo e experiência de momentos anteriores e se consolidado enquanto um dos marcos para essa transição que se opera. Interessante frisar que a história do grupo conecta-se à história da permacultura no Mato Grosso do Sul, pois uma das pessoas que iniciaria o processo em Botucatu, que mais tarde se tornaria o grupo Curare, fez seu primeiro PDC com Skye, no antigo IPCP (Instituto de Permacultura Cerrado-Pantanal), organizado por Skye e Ivone Riquelme em Campo Grande, por volta do ano de 2008.

A palavra ‘curare’ deriva do latim e significa ‘curar’. Trata-se de um grupo nascido entre estudantes dos cursos de biologia, agronomia e nutrição da UNESP em Botucatu (SP) no ano de 2011, ainda que suas origens remontem ao ano de 2009, quando da realização do primeiro PDC Moradia, em parceria com Tomaz Lotufo e o Sítio Beira Serra, conforme mencionado anteriormente.

Seu maior objetivo

“é trabalhar a favor da *popularização da Permacultura* – considerando o contexto de difícil acesso aos cursos e discussões às pessoas de baixa renda e participantes de movimentos sociais / ambientais. Assim, temos organizado Cursos de Design em Permacultura (PDC) anuais, em Botucatu, a valores mais acessíveis. Além disso, buscamos uma aproximação com movimentos sociais,

grupos de agroecologia e outras vertentes que atuam a favor de uma sociedade equilibrada ecologicamente e socialmente justa⁸².”

A realização dos PDCs é apenas uma parte – ainda que seja a central – do trabalho ao qual se propõe o Grupo Curare. Além disso, o grupo também realiza outros cursos, oficinas e palestras para a divulgação da permacultura e suas tecnologias em diversas cidades e, a partir de 2015 começou a realizar PDCs em parceria com grupos de cidades próximas como São Carlos e São José dos Campos.

André Fossaluzza, um dos membros mais antigos e ativos do grupo, doutorando cuja pesquisa acadêmica também se relaciona com a permacultura, nos conta, em entrevista realizada, um pouco sobre as contradições e dificuldades nessa ‘escolha’ política que é democratizar a permacultura priorizando o trabalho com públicos socioeconomicamente marginalizados e desfavorecidos, apontando suas motivações:

“É que a permacultura em si é um tema que ainda carece de popularização. Eu acho que é algo nosso de querer trabalhar com um público de camadas mais baixas mesmo, e aí a gente tem essa contradição: a gente quer escolher um público pra trabalhar, só que ao mesmo tempo você depende de alguma fonte de renda. (...) Isso é uma grande dificuldade quando você tem um público que você quer trabalhar. Porque, se não fosse por isso, trabalhar com permacultura, e com tudo que é dito verde e sustentável hoje na nossa sociedade é muito fácil. Você consegue ter um retorno financeiro muito fácil. Eu acho que é uma opção que o grupo fez, simplesmente. Assim como vocês também fizeram [se referindo à Veracidade], como o pessoal do PUPA fez, é com essa galera que a gente quer trabalhar, e tudo bem, é mais difícil, mas é uma escolha, uma opção.”

Na sequência, quando questionado acerca dos maiores desafios e possíveis caminhos enxergados no sentido de promover a popularização deste conhecimento, responde acreditar em ações como

“a aproximação com os movimentos sociais, camponeses e agroecologia; a questão da nossa comunicação enquanto coletivos, a rede (...) E o trabalho dos grupos, que é duro (...) muito pela sociedade que a gente vive, por essa limitação financeira (...) ter que se acostumar muito a fazer trabalho voluntário, e se matar pra conseguir lutar pelas coisas que a gente acredita. E também (...) essa infiltração na academia, em outras institui-

82. Disponível em: <<http://www.grupocurare.com.br/o-curare/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

ções de ensino. Acho que é um caminho muito interessante também, até para o fortalecimento do campo, buscar interfaces com outras áreas de especial interesse, e com essa abordagem muito interessante da educação popular.”

Já a Veracidade é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) fundada no ano de 2012, na cidade de São Carlos, por um grupo de aproximadamente 40 pessoas – dentre as quais quem aqui vos escreve – que encontraram na permacultura, na agroecologia e na educação popular⁸³ ferramentas de transformação de realidades, especialmente em contextos urbanos, apontando para a construção de sociedades sustentáveis por meio de atividades e processos de sensibilização ecológica.

A Associação Veracidade (nome oficial utilizado como razão social) surgiu a partir deste grupo de pessoas em busca de respostas concretas aos modelos estabelecidos de relações e conflitos socioambientais deles resultantes. Por meio da permacultura, o grupo desenvolve inúmeras ações e projetos, promovendo espaços educadores baseados na autonomia e protagonismo do ser, no que tange à cocriação de sistemas sustentáveis de ocupação do território e à valorização das relações humanas.

A sede da Veracidade constitui-se enquanto um espaço de sensibilização a partir de vivências e aprendizados práticos onde são realizadas rodas de conversa, cursos e oficinas com foco na multiplicação da permacultura e das tecnologias presentes no local, tais como compostagem, horta urbana, banheiro seco, captação e utilização de água de chuva, energia solar, jardim filtrante etc.

A Associação Veracidade trabalha na linha da popularização e da crítica da elitização da permacultura, tendo realizado seu primeiro PDC Popular em parceria com os grupos PUPA e Curare no ano de 2015, no Sítio Manacá, em São Carlos, formando 35 novos permacultores e permacultoras.

Hoje o grupo conta com aproximadamente 10 pessoas que, em parte, dispõem de seu trabalho de forma voluntária, sendo que a profissio-

83. Aqui entendemos “educação popular” no sentido freiriano, como uma prática pedagógica emancipadora e dialógica do ponto de vista dos educadores e educandos, que se misturam no processo, uma vez que se trata de uma relação de troca, afeto e construção coletiva de saberes. Educação popular é um processo de formação e constituição dos sujeitos e de seus papéis políticos, focado na conscientização e no engajamento social e cidadão, partindo de temas geradores conectados com a realidade local dos envolvidos nesse processo. Trata-se de uma abordagem descolonizadora específica e que visa a construção de autonomia e consciência em educadores e educandos.

nalização das atividades é um dos maiores desafios atuais em consolidação. Para angariar recursos a fim de manter, no mínimo, a subsistência desse grupo central, garantindo a manutenção e a continuidade das ações e de sua sede, o grupo busca financiamento por meio de editais, parcerias com o setor público e privado, e campanhas de doação e contribuição de entusiastas e apoiadores, tais como aquelas realizadas pela internet conhecidas como ‘*crowdfunding*’, ou financiamento coletivo/colaborativo. Além disso, busca-se no oferecimento de produtos e serviços ecológicos um caminho para o equilíbrio financeiro do grupo e de seus membros.

A Veracidade participa de conselhos municipais e estaduais e acredita na disputa institucional como uma das frentes de atuação possível para a promoção da permacultura e da sustentabilidade, visando o alcance mais amplo da sociedade e, em especial, dos setores periféricos que, em geral, possuem menos contato com as pautas e demandas ecológicas, desde seu viés prático à compreensão política da importância das mesmas.

O PUPA é um coletivo fundado no ano de 2012 na cidade de São José dos Campos, interior de São Paulo, e tem por foco o desenvolvimento de projetos nas áreas da permacultura, meio ambiente, cultura popular e saúde integral. Localizado no Bairro dos Freitas, em um contexto periférico de transição rururbana, atualmente conta com cerca de 15 participantes ativos e aproximadamente 30 colaboradores, além de inúmeras instituições parceiras como a Veracidade e o Curare, citados acima.

Sua gestão interna se baseia na horizontalidade e no consenso, organizando-se em formas de instâncias deliberativas. Na gestão, praticam métodos e ferramentas contemporâneos conhecidos como “sociocracia”, liderança rotativa e poder compartilhado.

O grupo nasce no interior de uma creche – a ACEL (Associação Cristã Estância de Luz) –, que atende 200 crianças do entorno há mais de 20 anos, onde o PUPA é ‘incubado’. Um de seus fundadores, o idealizador Yuri Almeida, nos conta em entrevista que iniciou seu trabalho como diretor pedagógico da ACEL, entidade que havia sido criada por seus pais, e que

“o PUPA, com esse nome, foi fundado em fevereiro de 2012. Só que a permacultura aqui começou na ACEL antes de chamar PUPA, comigo e com o Bisqui, antes de ser um coletivo, isso em 2011, em abril, mais ou menos, que foi quando a gente começou a querer dar cursos. Até 2010 já tinha alguma coisa. Eu fazia mais sozinho, pouca coisa, uma hortinha. Depois a gente começou, uma casinha, e esse tipo de coisa. Em 2012 fun-

dou oficialmente, porque rolou um financiamento pra gente construir. Um financiamento privado, via edital, com a EMBRAER, de investimento social. E aí, a gente construiu um espaço de permacultura em São José [dos Campos], e no processo a gente agregou as pessoas. Então, ao invés de contratar os pedreiros, a gente contratou um arquiteto e um pedreiro. E ao invés de serventes, a gente chamou as pessoas. Abriu um programa de estágio, onde oferecíamos algum dinheiro, uma ajuda de custos, casa e comida pras pessoas que trabalhavam um tempo por semana.”

Hoje, o PUPA segue com sua atuação no Bairro dos Freitas, dentro e fora da ACEL, promovendo a popularização da permacultura por meio de cursos, oficinas e atividades pedagógicas gratuitas e/ou a valores acessíveis, buscando a aproximação com o bairro, o entorno e o empoderamento popular das técnicas de sustentabilidade.

Por último, neste bloco de grupos situados no estado de São Paulo, está a Rede Permaperifa, resultado de um encontro entre diversos coletivos de permacultura paulistanos que buscavam um espaço para intercâmbio de saberes e experiências, partindo da crítica à elitização da permacultura e da necessidade dela adentrar nas periferias, levando consigo suas propostas e tecnologias de regeneração social e ambiental. Assim, desta necessidade, nasce um fórum autônomo e permanente de parcerias, diálogos e práticas solidárias, com mutirões itinerantes para a implementação de tecnologias ecológicas na periferia da cidade de São Paulo.

Lucas Ciola, um dos articuladores e fundadores da Rede nos conta que,

“A chegada da permacultura no Brasil (...) ficou restrita ao circuito alternativo das classes mais abastadas e alguns círculos técnicos. A partir de 2012, a permacultura começa a chegar nas periferias através dos projetos de educação ambiental, com forte influência do movimento agroecológico que sempre atuou em paralelo no campo pela popularização da pauta ambiental e pela luta por alimentos sem agrotóxicos a preços populares. Podemos considerar que a Rede Permaperifa reflete também um movimento de insatisfação da juventude com as estruturas vigentes (que também desaguaram nos protestos de 2013) e a necessidade de construir novas estruturas para a gestão política dos bairros e das cidades. Assim, a chegada da permacultura na periferia cria um território existencial para esse sentimento de indignação, canalizando esta revolta numa campanha pró-ativa de gerar de forma autônoma a qualidade de vida a partir da regeneração do ecossistema do entorno, do cultivo de alimentos agroecológicos, da bioconstrução, do manejo ecológico da água e [da] produção de energia limpa.”

É com esse ‘caldo’ que os coletivos viriam a se encontrar na Rede Permaperifa. Grupos que buscavam acima de tudo a coerência, a horizontalidade, a autonomia e independência para desenvolver o seu trabalho. A convocatória para o primeiro encontro da Rede surgiu a partir do diálogo entre os coletivos “Horta di Gueto” e “Art Horta”, e aconteceu em meados de 2015, tendo reunido diversos outros grupos com alinhamento à proposta. Lucas nos explica que o funcionamento da Rede se dá por meio de

“encontros bimestrais cujo o foco é promover mutirões que fortaleçam os coletivos que já fazem na sua rotina permacultura e educação ambiental nos bairros. Os mutirões visam suprir demandas estruturais para funcionamento das atividades dos coletivos, dessa forma, a cada evento decidimos coletivamente qual coletivo sediará o próximo mutirão, de acordo com a urgência destes, mas buscando também nos distribuir pelas diversas regiões da metrópole. Assim tivemos o 1º encontro em Perus - Coletivo Art Horta; o 2º Encontro em Itaquera - Barracão das Arte; o 3º Encontro em Diadema - Espaço Beija Flor; o 4º Encontro na Vila Sônia - Coletivo Hezbolagos; o 5º Encontro no Jd São Luis - Coletivo Cendirá; o 6º Encontro em Perus - Coletivo Art Horta; o 7º Encontro em Parrelheiros - Casa EcoAtiva; e o 8º Encontro em Embu das Artes - Coletivo Terra Molhada.”

A Rede Permaperifa é uma iniciativa bastante recente e que demonstra estar completamente alinhada ao propósito de popularização da permacultura, com enfoque nas periferias urbanas, constituindo-se também enquanto uma experiência de articulação entre distintos coletivos. Essas características fazem com que ela seja acompanhada com entusiasmo por aqueles – dentre os quais me incluo – que se dedicam ao tema.

De modo análogo às chamadas contraculturas espaciais (SILVA, 2013), entendemos as iniciativas acima elencadas como “pontos heterotópicos de resistência (...) como lugares distintos, mas contraditoriamente integrados aos seus arredores e que funcionam como espécies de laboratórios onde se abre a possibilidade de testar, na esfera do cotidiano, formas alternativas de viver e fazer as coisas” (p.50). Trata-se de pequenos enclaves libertários que aprimoram e aprofundam na prática essa ‘outra forma de ser no mundo’, com todas as discontinuidades e rupturas que isto significa, em seus avanços e retrocessos.

Podemos observar que todos os grupos aqui envolvidos, de uma forma ou de outra, encontram-se conectados, promovendo parcerias e intercâmbios, aprimorando suas práticas e organização, buscando, como mencionado acima, um equilíbrio entre viver *de* permacultura e viver *a* permacultura, difundindo-a e ao mesmo tempo buscando formas de pro-

ver o necessário para manutenção dos indivíduos e grupos envolvidos. É uma tarefa árdua que não tem receita e que, como dizia o poeta, não há caminho, pois o caminho se faz ao caminhar.

A “Escola Cearense de Permacultura”

Participando de um grupo de *WhatsApp* chamado Permacultura Brasil, com mais de 250 membros ativos, conheci Paulo Rolim Campos, geógrafo cearense e permacultor há mais de 10 anos, onde nos esbarramos por causa de uma polêmica. Ele dizia ser contra essa coisa de adjetivar a permacultura de “popular”, “social” etc., pois argumentava que, em sua região, faziam essa permacultura popular há décadas e nunca precisaram dessa “pirotecnia” que é utilizar uma terminologia diferenciada. Para ele era permacultura e pronto.

Tendo em vista que passei os últimos cinco anos de minha vida buscando emplacar a ideia de “permacultura popular” e que o que deu início à polêmica foi justamente um artigo de minha autoria que alguém havia compartilhado no grupo, sua manifestação me incomodou e, então, senti obrigação de manifestar-me. Na sequência, comecei a me comunicar em particular com Paulo e logo nos identificamos, encontrando vários pontos e elementos em comum, desde amigos até projetos. Quando percebi que ele havia vivido uma parte daquela história (da história da permacultura no Brasil) até então desconhecida para mim, decidi entrevistá-lo. Trocamos muitas mensagens, e pude conhecer um pouco da sua trajetória, perspectivas e contexto.

Foi assim que tomei conhecimento da chamada “Escola Cearense de Permacultura”, que, segundo Paulo

“é uma brincadeira que a gente faz, que é uma alusão a esse nosso jeito de fazer permacultura. Sempre tivemos essa pegada de anarquizar a permacultura, de fazer chegar muitos projetos, muitas formações, dando uma de Robin Hood, captando recursos de fora e injetando na formação da galera. Já trouxemos Skye; já organizamos não sei quantos PDCs, trouxemos Johan Van Lengen, Marcelo Bueno, já fizemos formação GAIA; especialização em permacultura; disciplina dentro da universidade – tudo completamente de graça!”

Em dezembro de 2017, ele conta que, atualmente, estão realizando um PDC Modular gratuito no Cariri, às quintas-feiras, com cinco instrutores(as), “estamos ocupando os espaços que nos estão sendo permitidos, e

forçando a barra para ocupar outros”, diz Paulo. E completa: “a gente não faz pirotecnia, a gente quer é fazer. Nós somos invisíveis mesmo. Todo mundo que visita se surpreende”.

“Nós estamos fazendo, botando nossos tijolinhos em várias frentes, nas várias regiões do estado, nas políticas públicas, nas questões sociais, trabalhando com indígenas, trabalhadores rurais, com zona urbana, assentado, favela, projeto de mulheres, pescadores, meu amigo... se eu for fazer uma lista pra você, não acaba não! Estamos nisso desde 2004, e antes disso já tinha gente aqui no Ceará. A galera vem sistematicamente criando possibilidades de formar gente e ocupar os espaços.”

Paulo é filho de agricultores que nos anos 1970 migraram pra cidade por conta da seca, e graças a isso, possui uma ligação estreita com o interior e com o modo ‘roceiro’ de ser. No início dos anos 2000 morava em Fortaleza, no Benfica, “o epicentro da subversão e da política na cidade”, segundo ele. Bairro universitário que abriga o centro de humanidades da Universidade Federal. É dessa forma que toma contato com os movimentos ambientalistas, de contracultura e resistência.

Em 2004 participa do ENCA (Encontro Nacional de Comunidades Alternativas) em São Gotardo, Minas Gerais, onde conhece pessoas do IPEP (Instituto de Permacultura dos Pampas), como Andrey Piovezan e Manu; é também quando escuta pela primeira vez a palavra “permacultura”, com a qual se identifica logo de cara pela possibilidade de sair da inércia e realizar mudanças concretas em sua vida e no entorno. Na volta conhece Luciana, sua esposa, que já conhecia a permacultura devido aos projetos que existiam em Maranguape, região metropolitana de Fortaleza, de onde vinha. Quando percebeu, a permacultura estava em todo lugar à sua volta – ele só não havia percebido.

No ano seguinte, em 2005, vai participar do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e fica acampado em um local estruturado pelo IPEP, em parceria com o MST e o Exército, que abriga vários movimentos de base ecológica, “quase uma Convergência latino-americana de permacultura montada ali”, e após conhecer mais uma leva de pessoas engajadas, Paulo estava definitivamente inserido no universo da permacultura.

Na volta, faz um curso de introdução à permacultura de uma semana com um alemão chamado Hans, organizado na universidade pelo professor Marcondes que, no começo dos anos 1990, estudou *design* ambiental na Austrália, onde teve a oportunidade de fazer um curso com o próprio David Holmgren, retornando ao Brasil em 1998, com a proposta de trazer

a permacultura para o Ceará. O professor começa então a organizar cursos, na época do PNFC, e traz André Soares para a região para ministrar os primeiros cursos, já com viés social, inclusivo, voltado às comunidades rurais. O curso com Hans foi um dos últimos organizados por Marcondes, que nessa época foi passando o bastão à nova geração de permacultores e permacultoras que estava se formando.

O Ceará nunca teve tradição de um instituto que centralizasse as atividades no estado, tendo o IPC (Instituto de Permacultura do Ceará) sido fundado apenas em 2010. Dessa forma, as atividades sempre foram mais pulverizadas e descentralizadas.

Em 2004, foi criado o grupo Permatório, Laboratório de Permacultura, que durou até 2006, e reunia várias pessoas que fizeram cursos na região.

Em 2007, Paulo ingressa no curso de geografia na Universidade Estadual do Ceará, num câmpus rural, onde começa um núcleo de estudos com um professor panamenho responsável pelo Departamento de Ecologia. Esse núcleo é batizado NEPPSA (Núcleo de estudos e práticas permaculturais do semiárido) com sede no Centro de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Ceará, câmpus do Itaperi, em Fortaleza. Esse núcleo encontra-se, até esta publicação, em plena atividade, realizando grande trabalho pedagógico, formando pessoas aptas a difundir a permacultura nas várias situações, urbana, rural, indígena etc. Ele reúne estudantes, professores e pessoas não vinculadas à universidade, na expectativa de ser um espaço de práticas e apresentar um espaço demonstrativo.

Logo de início decidiram organizar um PDC na região para formar os membros do núcleo, e a primeira a ser contatada foi Marsha Hanzi, da Bahia. Ela negou, afirmando não estar mais ministrando PDCs. Solicitaram então um orçamento do IPEC, que apresentou um valor incompatível para realidade do grupo. Por último, pediram um orçamento para Marcelo Bueno, do IPEMA (Instituto de Permacultura da Mata Atlântica), e com o qual foi possível realizar este primeiro PDC. Com a vinda de Marcelo, 44 pessoas foram formadas, 20 do NEPPSA e o restante de movimentos sociais e pessoas indicadas pelos membros do núcleo, seguindo critérios de inclusão.

Em 2008, Paulo e Luciana (que trabalhava em um projeto de permacultura na escola, vinculado à prefeitura gerida pelo PT) foram a Cuba participar da 3ª Convergência Latino-Americana de Permacultura, a fim de apresentar as atividades que desenvolviam na cidade, com financiamento da gestão municipal. Lá, conheceram permacultores de todo o mundo, divulgando sua experiência local, que seguia se estabelecendo.

Em 2010 foi a vez do permacultor Skye (que hoje vive em Fortaleza, mas que, à época, morava em Minas Gerais) ser convidado para ministrar um curso avançado de educação em permacultura, com recursos captados junto a um edital do Banco do Nordeste. Nessa ocasião, foram reunidos parceiros de várias regiões do estado: da zona norte, de Sobral, do Instituto Carnaúba, do recém-criado Instituto de Permacultura do Ceará⁸⁴, o Instituto Nordeste Cidadania, entre outras. E neste mesmo ano, com recurso da mesma fonte, foi realizada a Jornada Permacultural do Ceará, com diversas formações em vários pontos do estado, aproveitando a vinda de Skye, que passou cerca de 20 dias no Ceará, rodando. Um detalhe importante da Jornada: todas as atividades foram abertas e gratuitas aos participantes.

Cartaz da I Jornada Permacultural do Ceará⁸⁵

I Jornada Permacultural do Ceará
23 de outubro a 11 de novembro de 2010
Sobral, Fortaleza, Quixadá e Aratuba.

Curso de Design em Permacultura - PDC
Aratuba - João Paulo
(85) 88390925, 91141312, 96328386

Curso de Educação em Permacultura
Fortaleza - Paulo Campos
(85) 3101-9997, 3023-0802

Palestras
Fortaleza - Juliana Locredo
(85) 9999-4939

Pic-nic na feira
Fortaleza - Fernando Rodrigues
(85) 8502-0336

Círculo de Cultura
Quixadá - Carla Weyne
(85) 3209-9200

Rodas de Conversa
Sobral - Tiago Silva
(88) 92146232
redepermaucee.blogspot.com
neppsauce.blogspot.com
pdccocarna.blogspot.com
malocassutentinel.blogspot.com
www.inec.org.br
www.alternativaternazul.org.br

Skye, natural da Austrália, formado em Física Nuclear, especialista em Astrofísica. Professor de Permacultura há mais de 20 anos. Mestre em Planejamento Integrativo de Sistemas Ecosociais pela Gaia University. Ministrou Cursos de Permacultura na Austrália, México, Japão, Kênia, África do Sul, Cuba, Inglaterra, Alemanha e Argentina. Vive no Brasil há dez anos, onde tem ministrado cursos de formação em Permacultura.

Logotipos parceiros: CNPq, Banco do Nordeste, SESC Ceará, NEPPSA, Unigaia Brasil.

84. Mais detalhes disponíveis em: <<http://neppsauce.blogspot.com.br/2010/10/i-jornada-permacultural-do-ceara.html>>. Acesso em: janeiro de 2018.

85. Fonte: <<http://neppsauce.blogspot.com.br/2011/10/i-expedicao-cientifico-permacultural-no.html>>

No ano seguinte, em 2011, o NEPPSA aprovou um projeto do CNPq para fortalecimento de núcleos de agroecologia. Paulo conta que, entre as várias ações, a partir dos inúmeros contatos dos membros do grupo, eles realizaram uma memorável e primeira expedição científico-permacultural no semiárido⁸⁶.

“Alugamos um ônibus, colocamos 25 doidos juntos e saímos rodando várias experiências de permacultura. Fomos até Rio de Contas, na Chapada Diamantina. Fizemos formação com a Marsha; formação de meliponicultura; levamos agricultores, técnico, mulher, menino. Tudo de graça, ninguém gastou um centavo, tudo bancado pelo Estado. Passamos quase um mês fora.”

Tudo isso além dos vários PDCs que organizaram em parceria com Tiago Silva, permacultor de Sobral, e Suzana Maringoni e Jorge Timmermann, de Ivy Porã, com recursos de ONGs e sindicatos; das formações e atividades sobre Transition Towns ministradas por May East; e de toda Educação Gaia que trouxeram para região de forma democrática e popular.

Paulo ainda conta que, mais recentemente, a permacultura foi incorporada ao plano de manejo da unidade de conservação do Parque Natural Municipal das Dunas de Sabiaguaba, unidade de conservação ambiental localizada em Fortaleza, o que foi e ainda é um capítulo muito importante para o fortalecimento da permacultura na região, uma experiência que vem sendo muito exitosa.

“Só pra você ter ideia, no plano de manejo a gente colocou que a via que cruza o parque seria de paralelepípedo, para ajudar na retenção de água, desacelerar o trânsito e produzir um passeio mais paisagístico, entre outros benefícios. Mas aí quando foram fazer as obras, asfaltaram. Por conta desse plano de manejo a sociedade civil conseguiu reivindicar que se arrancasse o asfalto e colocasse o paralelepípedo. Ou seja: o *design* permacultural está sendo aplicado, pelo menos na medida do possível!”

Por último, é muito sintomático o fato de que, em 2017, a prefeitura de Fortaleza tenha convocado um concurso público, com uma vaga para técnico em permacultura. Acredito tratar-se do primeiro precedente nacional nesse sentido⁸⁷.

86. Mais detalhes disponíveis em: <<http://neppsauece.blogspot.com.br/2011/10/i-expedicao-cientifico-permacultural-no.html>>. Acesso em: janeiro de 2018.

87. Mais detalhes disponíveis em <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/02/selecao-pu->

“Por isso que eu falo que a gente desenvolveu essa “Escola Cearense de Permacultura”, que é essa história da gente se formar e formar gente sem fazer pirotecnia. A gente faz várias empreitadas aqui e o povo nem sabe, porque a gente é como o pato: bota ovo e não faz “zuada”; a gente não é galinha, que nem bota o ovo e faz uma “zuada”, entende? Nós sempre fomos felizes nessa perspectiva de fazer a permacultura ocupar alguns espaços intangíveis, como as políticas públicas e espaços de tomada de decisão.”

Realmente a história ‘invisível’ desta “Escola Cearense de Permacultura” é inspiradora, e, vindo à tona, pode servir de exemplo acerca daquilo que é possível realizar no sentido de popularizar e difundir a permacultura. Obviamente, não se trata de simplesmente transplantá-la para outras circunstâncias e contextos, mas, sem dúvida, seu estudo nos dá boas pistas de como prosseguir nessa missão de tornar a permacultura ainda mais democrática e inclusiva, com humildade e sem “pirotecnia”.

Ivy Porã e a permacultura catarinense

Uma das grandes lacunas deste livro (e de minha dissertação de mestrado) foi não ter conseguido entrevistar pessoalmente Jorge Timmermann e Suzana Maringoni, em Santa Catarina. Segundo eles mesmos me informaram, optaram por, hoje, apenas conceder entrevistas em encontros presenciais. Inicialmente eu havia me planejado para visitá-los, mas alguns percalços na viagem de 2016 acabaram por desviar meus rumos e antecipar meu retorno, me impedindo de vê-los. Com o passar do tempo, não consegui mais viajar e logo tive que defender meu mestrado. O processo de ‘adaptação’ para o livro também foi rápido, em meio a um turbilhão de outros acontecimentos, e quando vi, já havia se passado semanas desde a finalização do financiamento coletivo, o que me levou a não adiar mais sua publicação. Dessa forma, apesar de eventualmente trocar algumas mensagens rápidas via *e-mail* e *WhatsApp* com Suzana, e de ter tanta gente boa me indicando a entrevista com eles, não consegui realizar esse registro exclusivo, nem ao menos para a produção do livro.

[blica-em-fortaleza-tem-33-vagas-e-salarios-de-ate-r-94-mil.html](#)>. Acesso em: janeiro de 2018.

De toda forma e felizmente, eles mantêm um blog na internet, onde divulgam ótimo e variado conteúdo⁸⁸, e já conta com, pelo menos, uma centena de postagens. A partir desse material e de outros relatos que se cruzam com a história desse casal de permacultores, trago neste livro um pouco da história regional da permacultura em Santa Catarina, com foco na sua popularização e no trabalho de quase 20 anos de Jorge e Suzana.

Projeto Ivy Porã, em Santa Catarina



Em uma de suas mais recentes postagens no blog intitulada “Permacultura democrática, endógena e social”, no dia 5 de novembro de 2017, encontro o que me parece ser uma espécie de resposta a um debate central e em parte suscitado por minha dissertação, publicada três meses antes. Dada a riqueza desse texto, reproduzo-o quase na íntegra, tal qual está escrito, apenas com pequenas alterações e supressões, sendo ele a base central deste tópico; um relato na perspectiva de quem de fato o viveu.

88. Disponível em: <<https://yvypora.wordpress.com>>. Acesso em: janeiro de 2018.

Logo de início, eles argumentam que

“em muitos momentos a permacultura é rotulada como elitista, algo de classe média ou alta. Talvez esta visão seja pautada basicamente pelo fato de que a divulgação de cursos seja o que mais apareça nas redes sociais e que realmente abarca este público. Questionamos profundamente esta visão, por que realmente acreditamos que muitos trabalhos com o foco da permacultura aconteçam por aí, em todo o país e poucos deles têm “tempo” para publicar isso no *Facebook*. Na nossa atuação como permacultores desde 1998, (Jorge) e 2002 (Suzana) participamos de processos e projetos sociais, que formaram muitos permacultores (...) semeando muitas possibilidades e trabalhos por aí.”

Nesse sentido retraçam o histórico da permacultura no estado, apontando Jorge como seu pioneiro. Ele

“trazia na sua história de biólogo, entomólogo e ecólogo a perspectiva de trabalho social com agricultores no semiárido argentino, seja com o controle biológico da doença de Chagas, ou com a proposta de manejo agrosilvopastoril no Programa Algarrobo, por exemplo.”

Jorge conta que conhece André Soares em 1997, em uma palestra ministrada por ele em Braço do Norte, sul de Santa Catarina. Ao retornar ao Brasil, André havia sido estimulado por Ali Shariff a se dedicar a difusão da permacultura no país, aproximando-se do PNFC (Projeto Novas Fronteiras da Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável), do qual ainda não fazia parte. Nesse encontro, Jorge tenta articular a vinda da permacultura para o Sul, o que não consegue ‘logo de cara’, mas é convidado a participar de um PDC Internacional no ano seguinte, em 1998, realizado em Manaus pelo grupo do PNFC.

É nessa ocasião que Jorge faz sua primeira formação, seu primeiro PDC, reconhecido pelo PRI (*Permaculture Research Institute*), ministrado por Geoff Lawton e traduzido por André Soares.

Jorge conta que ainda em 1998, de volta ao Sul, organizou seu primeiro PDC que foi realizado no Colégio Agrícola Caetano Costa, em São José do Cerrito, onde se formaram agentes pessoas da comunidade local.

“Este curso iniciou um trabalho importante pelo seu cunho absolutamente social, num município de 10.000 habitantes, de perfil agrícola. O impacto deste trabalho aparece registrado no livro “São José do Cerrito, sua gente e sua História”. A partir deste curso, um núcleo se forma e começa a trabalhar a permacultura como ferramenta de transformação

social. Neste município foram três PDCs, organizados por parcerias entre a prefeitura, a igreja, sindicatos de trabalhadores rurais, Cedup, etc. Todos dados para agricultores, professores, educadores e atores locais. Fazendo uma conta por cima, só nestes cursos foram cerca de 75 permacultores formados, e ações de impacto como hortas escolares, construções de banheiro seco e cisternas em escolas, APAE, e posto de saúde. Destes permacultores, temos notícias de muitos que seguem se aprofundando e praticando a permacultura, desde aqueles que transformaram suas vidas privadas, até os que assumiram uma postura política atuante, como por exemplo o Iram, plantador de cebola, que fez a transição para agricultura orgânica, envolveu-se neste modo de vida e produção e hoje é uma liderança numa cooperativa chamada Orgânicos Serrano.”

Suzana e o grupo em uma das formações do Pronera⁸⁹



No blog, eles contam também sobre o PRONERA UFSC, projeto em que participaram entre os anos de 2001 a 2007, envolvendo 4.070 educandos.

“Neste período foram várias fases e enfoques, desde a alfabetização de jovens e adultos no campo, até a formação de jovens e adultos no ensino médio em técnico agrícola. O Pronera funcionava com um tripé: um movimento social que diagnosticava e mobilizava as comunidades e os sujeitos que buscavam escolaridade, chamados educandos, e os possíveis educadores dentro desta comunidade; a universidade que fazia a capacitação destes educadores, e o Incra que administrava os fundos. Suzana Ma-

89. Fonte: Imagem retirada do blog “Ivy Porã – um projeto coletivo”. Disponível em: <<https://yvypora.wordpress.com/2017/11/05/permacultura-democratica-endogena-e-social/>>.

ringoni entrou no projeto pelas mãos de Lucia Correa Lenzi professora e coordenadora do projeto CED/UFSC entre os anos (2002 a 2009). Nas palavras da Suzana “o convite feito a mim e à Edla Ramos, era de capacitar educadores no ensino de matemática. Quer dizer, rever que matemática ensinar, como dialogar com jovens e adultos do campo, que fazem muita conta, convivem com medidas de superfície, volume, e finanças, mas muitas vezes se enrolavam e eram enrolados por terceiros (...)”

“Como eu tinha muita permacultura na minha vida, ela foi uma grande ferramenta das oficinas de matemática, seja em planilhas de custos de culturas, onde começávamos a colocar cultivos em consórcios de erva mate + bracinga + araucárias, cálculo de áreas e construções com orientação solar, etc. Daí foi um passo, para que já no segundo Pronera/UFSC, em conversa com a Lucia e a equipe, em vez de aulas de “ciências”, os educadores tivessem aula de Permacultura, afinal, a permacultura não é ecologia e ciência aplicada? Assim Jorge ministrou os PDCs do PRONERA. ”

Jorge e Suzana contam que entre 2002 e 2007 foram ministrados três PDCs que certificaram 85 agricultores/educadores. Os educadores, por sua vez, tornavam-se multiplicadores em suas comunidades, trabalhando com uma nova turma de educandos, alcançando, no total, 4.070 indivíduos formados em permacultura no estado.

“Ainda no PRONERA, em 2003, fomos novamente desafiados pela Lucia a montar a grade do primeiro curso técnico com enfoque em agroecologia do Pronera UFSC. A grade foi montada basicamente sobre o conteúdo do PDC, e os bolsistas de mestrado que acompanhavam a implementação do mesmo eram permacultores (Hetel Leepkaln dos Santos, Diogo Alvim, Jean). Ali também foi dado um PDC para a comunidade escolar, professores, assistentes, líderes comunitários e lideranças locais do MST. Neste projeto também foi realizada numa oficina prática a construção de uma cisterna para coleta de água de chuva e uma Bacia de evapotranspiração nas dependências da escola, com a participação de toda a comunidade escolar. Muito desta experiência está relatada em teses do CED UFSC, e em livros publicados pela editora da UFSC.”

O casal ainda conclui afirmando que:

“O PRONERA UFSC teve um alcance tão grande, em comunidades que não estão no radar das “mídias”, em uma época onde o acesso às redes sociais não chegavam ao interior, que é muito difícil hoje avaliar como estão e o que vivem estas pessoas, mas em alguns momentos nos chegam retornos de parceiros desta caminhada, que nos localizam no *Facebook* ou pelo blog e reafirmam o quanto esta formação foi importante para eles.”

O relato fala também de outro projeto, dessa vez junto a AGRECO – Associação de Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral, que, por volta do ano 2000, abrangia cerca de 300 agricultores e agricultoras do estado de Santa Catarina, espalhados por municípios como Santa Rosa de Lima (onde se localiza ainda hoje a sede da associação), Anitápolis e Rio Fortuna, entre outros.

“Ali a Permacultura entrou como ferramenta para os agricultores, foram dados 3 PDCs, capacitando em torno de 50 agricultores. Um aspecto interessante foi que durante dois anos Jorge manteve uma rotina de visitas e acompanhamento dos parceiros a cada quinze dias, numa ideia de técnicos agricultores e agricultores técnicos. Temos notícias de vários permacultores dali que seguem praticando a permacultura e são referências, como o Jorginho Silva de Anitápolis, que recebe constantemente visitas de grupos de universidades tanto de Santa Catarina, como de outros estados, Remi Beckhauser, da comunidade de Santa Bárbara, Dida e família (o filho fez a disciplina de Permacultura na UFSC), da Pousada Vitória em Santa Rosa de Lima.”

Jorge ministrando aula durante capacitação em Permacultura no Pronera⁹⁰



90. Fonte: Imagem retirada do blog “Ivy Porã – um projeto coletivo”. Disponível em: <<https://yvypora.wordpress.com/2017/11/05/permacultura-democratica-endogena-e-social/>>.

Avançando para 2011, Jorge e Suzana narram o momento em que conhecem, por conta de seu blog, Arthur Nanni e Grasi Willrich, permacultores do Sítio Igatu, em São Pedro de Alcântara, também no estado de Santa Catarina. Arthur, formado em geologia, havia acabado de ingressar como professor efetivo da UFSC por meio de concurso público e fez uma formação para instrutores de PDC com Jorge e Suzana em 2011. Ali, ele já trazia a proposta de introduzir a permacultura como disciplina na universidade e, quem sabe, organizar uma graduação específica na área.

Em 2012 a disciplina optativa “introdução à permacultura” tornou-se uma realidade, como descrevemos anteriormente, formando uma turma de 20 estudantes por semestre, com o currículo completo do PDC em formato modular – uma formação sólida, gratuita e de qualidade feita em parceria com a universidade.

Aula num dos PDCs de YvyPorã com a presença de Arthur Nanni, em 2011⁹¹



91. Fonte: Imagem retirada do blog “Ivy Porã – um projeto coletivo”. Disponível em: <<https://yvypora.wordpress.com/2017/11/05/permacultura-democratica-endogena-e-social/>>.

A partir da disciplina surge o NEPerma, fundado em 2013 e que hoje

“funciona a pleno vapor, envolvendo além do Arthur, outros permacultores professores de outros centros da UFSC, como Marcelo Venturi (Fazenda da Ressacada), Soraia Mor (arquitetura), Arno Blankensteyn (Biologia), Maria Helena Lenzi (Geografia). Em 2014 foi realizado o Terra Permanente, um projeto para agricultores de 3 municípios de SC. O Terra Permanente durou dois anos – no primeiro a formação com o PDC e visitas às propriedades dos envolvidos e o segundo ano de implementação de ações concretas nos sítios dos mesmos. Uma outra ação muito legal do Terra foi a filmagem das aulas do PDC, que estão disponíveis no canal do NEPERMA no You Tube. Todos os processos destes agricultores foram lindos, mas um jovem, que iniciou o curso com 19 anos, nos dá muita alegria, que é a caminhada do Reinaldo, com sua família, no sítio Moinho de luz, em Rio Fortuna. Em 2017 o Neperma realizou um PDC unicamente para professores e técnicos de universidades e institutos federais de educação, capacitando e levando possibilidades de trabalhos em permacultura nestas instituições públicas. Em todas estas iniciativas, coordenadas pelo amigo Arthur, tivemos a honra e alegria de participar.”

Após esse relato, Jorge e Suzana encerram seu depoimento referindo-se ao título da postagem e ao início de suas reflexões:

“Nestes nossos muitos anos de permacultura, calculamos que mais que a metade da nossa atuação esteve envolvida e dirigida a uma permacultura “social”, não elitizada, não midiaticizada, não divulgada. Nossa proposta ao publicar o que escrevemos aqui não é um retorno melancólico, nem saudosista, é apenas um registro de experiências vividas, que nos trazem muitas alegrias e aprendizagens. Mas fundamentalmente queremos compartilhar que esta permacultura existe, ela é real, endógena, democrática e tem muitos caminhos.”

Fiz questão de incluir esse texto quase na íntegra por tratar-se de um material muito rico que resgata, por um lado, a trajetória de dois permacultores muito importantes para a história da permacultura no Brasil ao passo em que, por outro, apresenta um panorama das várias iniciativas pioneiras do estado de Santa Catarina. Esse relato torna-se assim fundamental para entendermos um pouco melhor o contexto regional e tomarmos conhecimento dos esforços incansáveis que buscaram e buscam popularizar e democratizar a permacultura neste seu respectivo contexto. É uma história que deve ser registrada, conhecida e fonte de inspiração para muita gente que busca na permacultura uma ferramenta de transformação estrutural e substancial de nosso mundo e sociedade.

Alguém no Nordeste

Sem sombra de dúvidas um dos grandes nomes da permacultura no Brasil hoje é Neimar Marcos da Silva, ou Marcos Ninguém, como é nacionalmente conhecido. Graduado em filosofia pela Universidade Federal de Pelotas em 2006, com um extenso currículo como educador ambiental e permacultor, viajou por todo o Brasil ministrando cursos e oficinas para os mais variados públicos. Atualmente, coordena a UniPermacultura, da qual é um dos idealizadores, uma Universidade Alternativa de Permacultura onde realiza cursos de Permacultura, Bioconstrução e Ecovilas no formato EaD (Educação a Distância).

Permacultor Neimar Marcos “Ninguém”



Nos conhecemos rapidamente no ano de 2012, em São Carlos, durante a 6ª edição do Festival Contato, para o qual Marcos foi convidado a participar, trazendo uma fala sobre seus projetos e, em especial, sobre o *Transition Towns Brasil*. Participei e fiz uma fala nessa mesma atividade, em nome do projeto GIRO (Gestão Integrada de Resíduos Orgânicos), da Associação Veracidade. Foi então que nos conhecemos. Foi uma conversa rápida, de algumas horas apenas.

Anos depois, durante minha viagem de campo em 2016, planejei-me para visitar sua estação de permacultura, em Alpestre mas, por questões logísticas, isso não foi possível.

Eu já o acompanhava pelas redes sociais quando, em 2017, fizemos parte de um mesmo grupo no aplicativo *WhatsApp*, voltado a organizar uma Convergência Brasileira de Permacultura (CBP), tão importante para nosso atual momento e que vem sendo incubada e sonhada por tanta gente, como o permacultor e amigo Martin Ewert, do Paraná.

Foi nesta época que começamos a nos comunicar de fato, em parte por razão da campanha de financiamento coletivo para a publicação de meu livro, que ele apoiou pessoalmente, mobilizando suas redes e oferecendo contrapartidas em nome da UniPermacultura. Tive a oportunidade então de dialogar com Marcos a distância, por telefone e *e-mail* e, a partir

dessa troca, é que pude realizar uma entrevista sobre sua trajetória e, em especial, sobre sua atuação como disseminador da permacultura em estados da região Nordeste do país.

Dado o caráter informativo e histórico de tudo que ele relata, transcrevo suas respostas, mantendo, neste tópico, o formato de ‘pergunta e resposta’, característico da entrevista via *e-mail*.

1) Como foi sua trajetória inicial na permacultura? Como você a conheceu?

Sou neto e filho de agricultores, tive uma infância sofrida e dura na roça no Rio Grande do Sul e em fazendas do Mato Grosso do Sul. Meu pai era pantaneiro, então cresci subindo em tratores e colheitadeiras de soja e milho. Meu local predileto para brincar era o ferro velho; eu adorava inventar coisas. Em minha primeira plantação eu tinha 5 anos – eu e meu irmão mais velho plantamos o milho que recolhíamos das máquinas de plantar, aquele que se perdia pelo chão. Depois disso, ganhamos as primeiras espigas de milhos próprias – lembro que meu pai ficou orgulhoso de nós. Nasci neste contexto rural e agrícola; adolescente, comecei a trabalhar em uma oficina mecânica, de chapeamento e pintura de automóveis, tendo essa vivência com ferramentas elétricas e manuais. Por fim, fui servente de pedreiro, o que veio muito a calhar quando conheci a bioconstrução. Por anos trabalhei como ator profissional e diretor de teatro, além de produzir espetáculos, festas, shows e exposições de artes plásticas. Então “sem querer” fui me preparando para a profissão de designer em permacultura, fui aprimorando meu olhar estético pela influência das artes e do design; ao passo em que o canteiro de obras ou a roça foram lugares comuns para mim a vida toda. Costumo dizer que foi mais fácil pra mim me tornar permacultor. Conheci a Permacultura em 2003, na universidade, quando estava no movimento de agroecologia e no movimento estudantil. Estava à procura de resgatar meus conhecimentos e conexão com a natureza, além da herança indígena e agricultora que tenho. Nesse caminho, a permacultura me mostrou a importância do planejamento e como a ausência dele era a origem de muitos males da sociedade. Entendi que apresentar novos paradigmas poderia ser mais útil e efetivo que tentar apenas negar os paradigmas existentes e torpes. A permacultura surge então para mim, que sou um militante de esquerda e na época participava da luta dos movimentos sociais anticapitalistas, como uma resposta para todas as pautas nas quais, de

alguma maneira, nos engajávamos, mas que não traziam propostas concretas para questões como resíduos, alimentação, saneamento, educação, etc.

2) Quando/onde fez seu primeiro PDC? O que achou dele?

Eu comecei a estudar e praticar permacultura de forma autodidata por livros e materiais na internet. Comecei então a ministrar cursos de introdução à permacultura em universidades e institutos. Quando já era reconhecido a nível nacional, Thomas Enlazador me convidou para darmos o primeiro PDC Popular no Brasil, em 2009, no Ecocentro Bicho do Mato, em Recife. Convidei Yuri Moraes, que era permacultor e tinha morado um tempo no IPEP, e que estava em Recife, para ministrar o curso comigo e com Thomas. Costumo dizer que meu caso é uma exceção em vários sentidos, porque minha história de vida colaborou na minha formação, e meu ímpeto autodidata me fez estudar muito por conta própria, ao ponto do primeiro PDC que eu fiz foi como aluno e como professor também. Na época pegamos os programas de vários institutos no Brasil, que disponibilizavam a programação na divulgação do curso. Neles incluímos temas que achamos de suma importância, como, por exemplo: ecopedagogia, economia solidária, agrofloresta, justiça restaurativa, agroecologia etc. Aumentamos a carga horária e colocamos o terceiro turno de curso, com aulas à noite, além de aumentarmos a carga horária das aulas práticas, para solidificar os conceitos estudados. Dessa forma, inauguramos essa corrente conhecida como “permacultura popular” no Brasil, trazendo um valor de inscrição mais justo (R\$400,00), além de revisar e propor um novo programa que até hoje é adotado, incluindo discussões como a “pedagogia da terra” de Paulo Freire, entre outras.

3) Após os primeiros momentos, como se deu seu aprofundamento? Quais foram seus principais projetos e ações após o PDC?

Minha grande escola foi a Ecovila Itinerante Caravana Internacional Arco-íris por La Paz (México), onde viajei quase três anos, montando e desmontando acampamento, exercitando sempre as tecnologias e o planejamento permacultural do espaço onde iríamos aportar por um tempo. Após o PDC de 2009, fiquei um tempo morando no Ecocentro Bicho do Mato, e viajei o Brasil dando cursos, sobretudo

em universidades e institutos em formação. Meu foco era disseminar a permacultura pelo Nordeste.

4) Você foi um dos precursores da permacultura no Nordeste brasileiro. Pode contar um pouco de como foi a chegada por lá, como se deram os primeiros cursos e se já havia pessoas praticando a permacultura na região?

Eu cheguei no Nordeste em 2007 com a Caravana Internacional Arco-íris por la Paz, na cidade de Aracaju. Entrei na caravana para ajudar a focalizar o departamento de permacultura e ecovilas, que era responsável por oficinas e palestras sobre o tema. Isso me possibilitou entrar em contato com ações e grupos locais afins. Conheci em Aracaju grupos de agroecologia, agrofloresta e iniciativas em desidratadores solares, fornos solares e bambu. A caravana oferecia oficinas e vivências gratuitas para comunidades e era uma forma de arrecadarmos dinheiro para seguir a estrada. Foi então que eu peguei gosto por ser um educador e disseminador deste conceito, vi que havia uma lacuna, que a permacultura era elitizada e basicamente sulista, e os permacultores não estavam interessados no Nordeste, onde só seria possível entrar com uma boa articulação local e com valores justos, já que ninguém, nem a classe média alta, sabia o que era permacultura. Então a Caravana subiu para Recife, e nessa subida seguimos difundindo a permacultura com cursos e vivências, sempre mapeando pessoas que abordavam tecnologias ou que falavam sobre permacultura. Recife já tinha recebido um PDC com João Rockett, logo após, dei um curso de bioconstrução, seguido do primeiro PDC Popular em Recife, que teve participantes de todo Brasil, por causa da proposta e do valor. Pernambuco tinha o Sítio Nova Canaã em Olinda, e o Sertão – Serviço de Tecnologia Alternativa Sertão, na cidade Glória do Goitá, onde já tinha iniciativas de permacultura e onde também fizemos palestras e oficinas com a Caravana Arco-íris. No Piauí, em Teresina, dei o primeiro curso de permacultura em 2009, também nessa turnê com a Caravana. Logo após, ministrei o primeiro PDC na Paraíba em 2010, em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente de João Pessoa. O PDC foi público, totalmente subsidiado pela prefeitura, inclusive a alimentação dos participantes. Realizamos reuniões com os interessados no curso, onde mapeamos e dividimos as 100 vagas entre movimentos sociais, ONGs ambientalistas, estudantes universitários, servidores municipais, Emater, Embrapa e Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Obviamente tivemos uma mídia muito forte

e conseguimos chegar com força na Paraíba, ao ponto de depois do curso criarmos uma rede de permacultura no estado. Na época fizemos a primeira iniciativa do Transition Towns no Nordeste, que foi o Transition João Pessoa. Nesse período eu fiz parte da difusão do movimento pelo Brasil, criando o primeiro núcleo em João Pessoa. Em 2011 dei o primeiro PDC no Rio Grande do Norte, em Pium, com o grupo de agroecologia e permacultura da UFRN e com coletivos em formação. Foi uma experiência linda, mais de 50 pessoas, e neste PDC formamos a Rede Potiguar de Permacultura, ativa até hoje, organizando cursos populares e oficinas. Ainda em 2011 estive em Fortaleza dando cursos de ecovilas na Universidade Estadual do Ceará e bioconstrução com a ONG Cura do Planeta. Em 2012, ajudei a organizar um instituto de permacultura em Maceió, Alagoas, onde demos o primeiro curso de design em permacultura. Houve inúmeras matérias na mídia, o que agitou muito a cidade neste período. Em 2012, comecei a organizar os encontros nordestinos de permacultura, xamanismo e Santo Daime. Não demorei para chegar no Maranhão para um curso de bioconstrução na Igreja Estrela Brilhante, e também nas Igrejas Flor do Cajueiro – Cascavel e Flor da Canoa, no Ceará. Depois, curso de bioconstrução na Igreja Céu de São Cristovão (em Sergipe), e posteriormente Igreja Céu São Lourenço da Mata, em Pernambuco. Essa abertura que fizemos dialogando com as igrejas do Santo Daime me proporcionou viajar o Brasil dando cursos em igrejas disseminando a permacultura dentro da doutrina. Nesse mesmo período, com o crescimento do Transition Towns, viajei o Brasil organizando eventos e treinamentos para formação de iniciativas de transição, da Amazônia ao Rio Grande do Sul. Em 2015, dei o primeiro PDC em Tocantins com mais outros colegas durante os Jogos Mundiais Indígenas, sendo o primeiro curso de permacultura no estado feito com e para indígenas.

5) Ainda sobre o Nordeste, quais são os principais desafios e particularidades de se praticar permacultura no semiárido e na Caatinga?

Eu passei mais de 10 anos viajando pelo Brasil, trabalhando muito, sobretudo com universidades e projetos contemplados por editais. O principal desafio é criar a cultura da convivência! As pessoas não querem conviver com a realidade, usando os problemas como soluções. A tendência dos governos e das ONGs é entender que não tem nada

de errado com a seca, nem com o semiárido e reconhecer a riqueza do bioma caatinga como caatinga. Reconhecer e entender isso ajudaria na implantação de tecnologias que fortalecessem a convivência com o bioma, e nesse sentido a permacultura pode colaborar. Pra mim foi complexo e ainda é pensar permacultura no Nordeste, desconstruir a ideia da abundância de água e de matéria orgânica, de solo fértil, de crescimento rápido, é o grande gargalo. Hoje arrisco a dizer que poderíamos criar uma convivência mais abundante se realmente houvesse um interesse político, mas a seca é uma máquina de fazer dinheiro para políticos e ONGs assistencialistas. Tive vários embates com o coronelismo também, mas isso tivemos em todo Brasil, é sempre uma zona de conflito e risco e no Nordeste isso é mais acentuado.

6) Como vê os desafios para a popularização da permacultura no Brasil? O que tem sido feito e o que precisa ser feito nesse sentido?

Eu acho que a popularização é uma briga ganha no Brasil. Os institutos tentaram segurar o nicho por muito tempo, mas a permacultura pulou o muro dos institutos e já está nos movimentos sociais como MST e nas favelas. Eu falo com propriedade de quem viu e ajudou a expansão do movimento. O principal fator de expansão e popularização da Permacultura no Brasil foi, pasmem, o meio universitário, com os grupos de agroecologia e sobretudo os centros acadêmicos. Perdi as contas de quantos eventos participei, onde vi a permacultura sendo infiltrada através de semanas acadêmicas, minicursos, projetos de extensão etc. Por isso dou o maior valor à permacultura na academia, ali está a juventude que ousa, que quer fazer acontecer. É essa juventude que está levando a permacultura para as ONGs, movimentos sociais, favelas, aldeias indígenas, organizando cursos, *crowdfunding*, comprando terra para fazer ecovila, sítios, estações de permacultura, misturando permacultura com yoga, capoeira, xamanismo, e agrofloresta. Sou apaixonado por esta juventude e ela é o motor da popularização, junto com o abrasileiramento da permacultura. Ou seja, ela chega quadrada da Austrália e da Europa, com método de replicação, com a “Permacultura Police”, como já foi dito no passado, fiscalizando quem estava dando cursos, se estava autorizado ou não, se podia ou não (sempre achei isso ridículo), e essa atitude é uma leitura brasileira e míope do *modus operandi* europeu e australiano. Aliás, descobri que nem eles eram tão chatos como os brasileiros desse período. Então a partir do momento que começamos a dar uma cara tupiniquim pra permacultura, isso viralizou e agora ninguém segura essa bola de sementes que só cresce. Eu apoio sem

nem querer saber o currículo de quem tá fazendo.... Quero que seja feito da melhor maneira possível, entendendo que tudo soma.

7) Como você vê a relação da permacultura e seus praticantes com a articulação de políticas públicas no Brasil? Como construir um movimento que influencie a formulação de políticas, ocupe espaço e modifique concretamente a vida das pessoas?

O problema da permacultura no Brasil é que não nos vemos como movimento social, e isso é herança de protagonistas com pouca formação política. No meu ponto de vista, a permacultura é de esquerda, é contra-hegemônica e não podemos ficar de fora do processo político, seja partidário ou, principalmente, o da lutas de classes. Já ouvi muitos dizendo que permacultura não tem nada a ver com política. Essa postura pode ser comparada com a agroecologia, que se assumiu como movimento e virou política pública, porque quando se é um movimento com um norte, com diretrizes e horizontes bem definidos, se consegue criar as condições para um agrupamento social reivindicar seu espaço nas agendas políticas. Por exemplo, nós nos juntamos com os movimentos sociais aqui na cidade de Alpestre, com empresas de extensão rural e, com ajuda de pressões políticas, colocamos a permacultura e a agroecologia no plano orçamentário do município, já aprovado na câmara de vereadores. Ou seja, é lei e temos direito a recursos para projetos. Conseguimos colocar uma especialização de permacultura na Universidade Federal do Cariri, e isso tudo institucionalizando os processos, e esta é outra postura que os membros do movimento no Brasil e no mundo devem mudar: o medo de se institucionalizar, de ocupar espaços e de dialogar com os agentes políticos e as instituições. A permacultura vira política pública ou com projetos de interesse dos governos e governantes, ou através de pressões políticas para criação de projetos de lei, programas, linhas de créditos, editais, atos, Conferências e manifestações. Ou seja, só vira política pública se tiver pressão como movimento social legítimo, mas para isso é preciso que os agentes queiram ser um movimento social, se vejam e se organizem como tal, que é o que eu defendo. Precisamos de uma rede de permacultura oficial e ampla. Tivemos tentativas que foram frustradas pelas panelas que se formaram na época. Se procurar as páginas destas redes, estão desatualizadas desde o início da década, e não se fazem Conferências nacionais, nem encontros. Sinto que numa Conferência precisamos fundar uma rede, com um conselho executivo, como qualquer movimento social nacional. Desafio? O ego dos permacultores.

8) Pode contar em linhas gerais quais são seus principais trabalhos, ações e objetivos hoje?

Fui o permacultor que mais deu cursos no Brasil, em média 4 por mês, cada um em uma capital diferente. Acabei trabalhando a permacultura na maior parte dos estados brasileiros através de cursos, editais, consultorias, obras de bioconstrução, fundando ecovilas e projetos governamentais, sempre com o intuito de difundir a permacultura e capacitar comunidades e indivíduos. Atualmente, estou criando uma ecovila e fundei uma universidade alternativa de permacultura (UniPermacultura) que ministra o primeiro Diplomado em Permacultura realizado em língua portuguesa e com 1 ano de duração.

9) Fique à vontade para fazer quaisquer comentários que achar pertinentes ou que acredita que deveriam ser publicizados e/ou discutidos com vistas a difundir e aprofundar a permacultura no Brasil.

Defendo uma permacultura social e popular, mas acredito que temos que ter cuidado com a forma de debater isso, para que o movimento não seja responsabilizado por algo que é dever do Estado: educação ambiental e acesso ao conhecimento. Fui um dos primeiros permacultores a subir nas favelas do Rio de Janeiro quando não era moda, e só foi possível por causa de um projeto de extensão com a UERJ, então as universidades devem pautar isso no ensino, na extensão e na pesquisa. Defendo que a permacultura deva ser ensinada nas universidades e nas escolas gratuitamente, para os alunos, mas com remuneração e viabilização por parte do Estado. Porque se falamos de popularização da permacultura sem responsabilizar o Estado, isso gera confusão, e as pessoas responsabilizam o movimento de permacultura, dizendo que é elitista, coxinha, branco e classe média. Sim existem iniciativas que seguem por este viés, mas tem muitas iniciativas sociais, que não são vistas, e que caem na vala comum da crítica. As mesmas pessoas que não querem pagar um curso de permacultura pagam uma rave, um curso de yoga, de constelação familiar, qual é a diferença? Porque devemos ser super-heróis do planeta e devemos fazer isso de graça? Impossível falar em popularização sem falar em tornar a permacultura política pública, e sem criar uma categoria profissional inclusive com piso mínimo. Polêmico? A realidade é polêmica, ou a abraçamos e avançamos, ou reclamamos e ficamos parados.

Adriana, Skye e a permacultura no Mato Grosso do Sul

Permacultores Adriana Galbiati e Moacir Lacerda



Apesar de já ter ouvido falar de sua existência e trabalho, conheci Adriana Galbiati, permacultora de Campo Grande (MS), instrutora e integrante do antigo IPCP (Instituto de Permacultura Cerrado-Pantanal, fundado pelos permacultores Skye e Ivone Riquelme), graças à internet, após a publicação de minha dissertação de mestrado, em agosto de 2017. Aproveitei a oportunidade para pedir-lhe uma entrevista, com o intuito de enriquecer a publicação do livro que eu preparava. Animeei-me muito com sua disponibilidade e simpatia em me contar sobre sua trajetória, vinculada à chegada da permacultura na região.

Nas perguntas, orientado pelo perfil biorregionalista do movimento, frisei o interesse por saber mais sobre a permacultura praticada no bioma Pantanal: suas particularidades, desafios e redes. Logo de início ela me faz um esclarecimento, dizendo que apesar de o antigo instituto carregar o nome “Cerrado-Pantanal”, o estado do Mato Grosso do Sul é majoritariamente composto por regiões de Cerrado, estando apenas 20% de sua população em áreas de Pantanal, e a maioria em centros urbanos, como Corumbá ou Aquidauana, não vivendo de fato a realidade mais característica do bioma. Logo, o ‘Pantanal’, por assim dizer, não se faz tão presente quanto se publiciza nos meios de comunicação e propagandas que visam estimular o turismo. Ela conta que o nome foi escolhido para se contemplar os biomas da região, a despeito da pouca vivência específica no que diz respeito às particularidades pantaneiras, destacando que as principais experiências regionais são com comunidades tradicionais, agricultores, indígenas e, atualmente, com foco na permacultura urbana e práticas agroflorestais.

Adriana conta que a primeira vez que ouviu a palavra permacultura foi em 1987, através de um amigo que lhe mostrou o livro “*Permaculture One*”, então sem tradução para o português:

“Na época eu não falava uma palavra de inglês; só vi as figurinhas e pensei “cara, é isso que eu quero fazer pro resto da minha vida!”. Era aquilo que eu estava buscando e pensando que havia de ter uma forma da gente ser feliz no planeta, utilizá-lo de uma forma harmoniosa.”

Adriana, então estudante de agronomia, morava em Dourados (MS), tendo iniciado o curso já pensando na prática da agricultura ecológica. Quando viu o livro, identificou-se na hora. No entanto, comenta que “não tinha acesso, não tinha pessoas, não tinha como fazer os cursos”, e tudo ainda era muito novo.

Ela se inseria então nos movimentos de agroecologia, frequentando congressos como o EBAA (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa), grupos de estudo e muitos outros espaços que começavam a surgir e se organizar em torno de uma agricultura de base ecológica. Mesmo com as dificuldades, não deixa de comentar o que acha do presente:

“Era difícil porque a gente era tachado de ‘bicho grilo’, mas eu acho que era até mais fácil do que hoje. Hoje não tem abertura nenhuma nas universidades para você trabalhar essas questões, infelizmente, com exceções. Mas é muito mais difícil hoje do que era na década de 1980.”

Em 1989 nasce sua primeira filha e no ano seguinte, a segunda. Por conta disso acaba atrasando sua graduação em agronomia e vai vendo os amigos da sua turma se formarem e irem vender agrotóxicos ou trabalhar em bancos para referendar empréstimos para compra de venenos. Isso a desanima porque, mesmo restando apenas dois anos para conclusão da graduação, não se sentia capaz de criar o próprio posto de trabalho com agricultura orgânica. É nesse momento que desiste do curso, mesmo faltando apenas quatro matérias.

Vai então, junto a seu ex-marido Odiel Carvalho, viver em uma comunidade alternativa no Vale Dourado, em Pirenópolis, chamada Omni. Depois, moram em outra comunidade, vizinha, chamada Frater, onde Adriana torna-se responsável pela horta do local, enquanto seu ex-marido trabalha no apiário. Nisso, passam-se quase 2 anos de experiência em comunidades alternativas, mas, ainda, não havia conseguido uma conexão com a permacultura propriamente dita; sua atuação era mais pautada pela agricultura alternativa.

Em 1994 volta para Campo Grande onde tem o terceiro filho e passa a morar em uma chácara da família de Odiel, lugar em que começam a produzir verduras orgânicas e as entregar, em cestas, nas casas. O casal torna-se assim pioneiro da agricultura orgânica no Mato Grosso do Sul, especialmente em Campo Grande, onde a atividade ainda não era muito valorizada, “pois não se sabia bem o que eram os agrotóxicos e a importância dos alimentos orgânicos”, diz ela.

Foi “em 1997 foi que eu consegui fazer meu primeiro curso de permacultura, com o queridíssimo e maravilhoso Márcio Armando, que se não me engano era o coordenador do PNFC na época”. Neste ano, o então superintendente do INCRA no estado, Paulo Afonso Condé, em parceria com a Associação Novo Encanto de Desenvolvimento Ecológico, traz o curso de introdução à permacultura do PNFC, com Márcio Armando, para um assentamento em Nova Alvorada do Sul.

Além dos assentados, algumas pessoas de Campo Grande também fizeram o curso, como, por exemplo, Iara Reinke e a própria Ivone Riquelme, organizadora da atividade e responsável pela Novo Encanto. Esse curso foi, portanto, um marco para muitas pessoas que viriam a ser de extrema importância para a permacultura na região e no país.

Adriana, que também participou do curso, lembra que

“foi um curso muito legal e apesar de não ter a parte do design de um PDC, foram abordados conteúdos de forma muito aprofundada, de forma a promover uma reviravolta na minha compreensão da natureza. Eu lembro que na avaliação do curso falei para o Márcio que descobri não ser pecado a gente querer trabalhar menos, querer otimizar nosso trabalho, pois ainda tinha aquela crença de que era tudo muito difícil, que tinha que trabalhar muito. É só aproveitar melhor os movimentos da natureza e a energia.”

A partir daí, já inserida no universo da permacultura, Adriana comenta sobre a existência de duas linhas no Brasil, “a da Rede Brasileira de Permacultura e a do pessoal que não estava na rede, que eu fazia parte, que não era muito institucionalizado”.

Logo após o curso com Márcio, morando na chácara, Adriana começa a aplicar algumas técnicas e, um ano depois, passa em um concurso e começa a trabalhar na TVE, onde fica até 2006, sendo produtora de programas, gravação etc. Este foi um período em que ficou um pouco afastada da ‘linha de frente’, aproximadamente até 2003, quando começa a retornar.

Mas, no ano 2000, conta que “aconteceram duas coisas importantíssimas: a chegada do Skye em Campo Grande e o ingresso no curso de Engenharia Ambiental, na primeira turma. Formei-me em 2004 e terminei o mestrado em 2009”.

Turma do primeiro PDC no Mato Grosso do Sul, Sítio Sabiá, Campo Grande, em 2007 Ministrado por Skye e Alexander Piergili⁹²



Nessa lembrança, fala sobre a amiga e bióloga Ivone Riquelme, que considera a primeira permacultora do Mato Grosso do Sul:

“Ela que trouxe o curso do Márcio Armando. Ela participou de uma Conferência de permacultura na Argentina, onde conheceu o Skye, que morava no México na época, por sugestão da Marsha Hanzi. Eles se encontraram nesse congresso e uns dois meses depois ele e a Ivone estavam casados e morando em Campo Grande – foi uma coisa fulminante. E quando ele veio eu soube que a hora de fazer um PDC tinha chegado. Eu pegava no pé do Skye, mas ele não falava português direito, o que o deixava inseguro para ministrar cursos. Demorou anos pra gente conven-

92. Fonte: Galbiati, 2016

cê-lo. Foi por volta de 2004 que ele deu o primeiro curso de introdução e algumas vivências no sítio dele. A maioria dos cursos eu e a Ivone organizávamos. Isso tudo que estou te contando está em um artigo que eu publiquei na Revista Brasileira de Agroecologia. É um artigo bem sequinho, que só tem datas e nomes, mas está lá para registrar um pouco dessa história, com seus detalhes⁹³.”

Neste mesmo artigo, Adriana conta sobre a fundação do IPCP, logo no ano de chegada de Skye em Campo Grande, em 2000:

“No mesmo ano, foi fundado, por ele e por Ivone, o Instituto de Permacultura Cerrado-Pantanal (IPCP), com sede em Campo Grande. O Instituto permaneceu em funcionamento até 2014, tendo como presidentes Ivone Riquelme, Skye, Roberta Moriconi Freire Schardong, José Ronaldo Monteiro Ferreira (gestão 2008/2010, quando a sede foi momentaneamente transferida para Carrancas/MG) e Adriana Farina Galbiati. A atuação do Instituto envolveu a organização de cerca de 23 cursos, incluindo 8 cursos de Design em Permacultura (PDC), projetos envolvendo recuperação florestal, saneamento ecológico e produção de alimentos em comunidades indígenas, projetos de agricultura urbana e outros eventos. Estima-se que mais de mil pessoas experienciaram a Permacultura a partir dessas iniciativas.” (GALBIATI, 2016)

A partir do ano de 2003, houve um período de muita movimentação entre eles. No entanto, Adriana só conseguiu fazer oficialmente seu tão aguardado PDC no ano de 2007, depois de alguma insistência com Skye, propondo-se a organizar o curso, tendo em vista a insegurança do amigo, que ficaria responsável apenas pela parte pedagógica.

“O primeiro curso foi engraçado. Ele falou que só valia a pena organizar se tivesse no mínimo 20 pessoas. Eu falei pra ele que ia colocar 30. Ele achou muito, mas insisti para termos 30 participantes. No dia que começou a chegar gente pro início do curso, tinham 36 inscritos. O Skye queria me matar, porque ele não queria que passasse de 25, já que o lugar não era tão grande. Eu aprontei essa com ele (risos). Foram 36 pessoas no curso, foi maravilhoso! Tem várias pessoas que fizeram esse curso que hoje estão engajadíssimas na permacultura.”

Adriana continua, lembrando que

93. Artigo completo disponível em <<https://permaforum.files.wordpress.com/2017/12/movimento-da-permacultura-no-mato-grosso-do-sul.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2018.

“em 2008 organizamos outro PDC; em 2009 não teve; em 2010, o Skye deu um PDC em outro lugar, num sítio em Corguinho, onde eu dou PDC até hoje, mas ele já estava morando em Minas Gerais. Esse curso acabou sendo complicado porque não conseguimos muitos alunos. Aí o próprio Skye me disse que eu mesma tinha condição de ministrar PDC, porque já tinha assistido vários, além de outros cursos que eu já ministrava como o de introdução à permacultura, desde 2009, com 4 dias de duração. Isso foi me dando forças. Em 2011 não fizemos PDC, mas logo em 2012 ministrei meu primeiro PDC e de lá pra cá não parei!”

Hoje Adriana tem uma intensa rotina de atividades na região, ministrando cursos e oficinas dos mais diversos temas, principalmente na área de saneamento, onde se tornou uma referência após a realização de sua pesquisa de mestrado e inúmeros anos de prática e estudo. Ela realiza seus PDCs no Instituto Quinta do Sol, em Corguinho (MS), coordenado pela bióloga e professora Duca, ou Maria do Carmo Andrade; e nos últimos anos começa a desenvolver uma bela parceria com integrantes do grupo Clã Pé Vermelho, de Londrina, com os quais vem organizando cursos e atividades no Paraná. Skye e Ivone vivem em Fortaleza, e uma grande quantia de permacultores e permacultoras segue atuando na região, mantendo viva a chama da transformação social e ambiental e da construção desse outro mundo possível.

O intuito do presente capítulo foi o de aprofundar algumas reflexões acerca dos caminhos e das perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil, trazendo à tona experiências e práticas concretas nesse sentido com as quais tivemos contato, bem como nos debruçando sobre a história de contextos regionais específicos, como o interior de São Paulo; os estados do Ceará, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul; e a região Nordeste.

Obviamente não pretendemos aqui esgotar o assunto, mas, pelo contrário, estimulá-lo para que outras pessoas venham a discuti-lo. Muitas outras ações e debates poderiam ter sido contemplados, mas, de qualquer forma, acreditamos ter cumprido a função de estimular o diálogo sobre o tema, jogando luz sobre algumas iniciativas concretas e histórias para as quais podemos nos atentar na busca por pistas e uma melhor compreensão deste processo em andamento.

Para um próximo esforço, seria muito importante esmiuçar a história do IPA (Instituto de Permacultura da Amazônia) e do IPEC (Instituto de Permacultura e Ecovilas do Cerrado), por exemplo, retrazando as origens da permacultura em seus respectivos contextos.

Há muito ainda por ser dito e pesquisado, mas trazemos aqui um esboço de caminhos e perspectivas contemporâneas acerca desta importante questão que é a popularização da permacultura no Brasil.

CAPÍTULO 10



PERMACULTURA POPULAR: REDUNDÂNCIA, INCONGRUÊNCIA OU DISPUTA?

“Expressões como ‘escala humana’ e ‘holismo’ tornam-se clichês enfraquecidos quando não são compreendidas em termos da sua plena lógica revolucionária, isto é, como reconstrução revolucionária de todas as relações e instituições sociais.” (BOOKCHIN, 2010, p. 32).

Como mencionado anteriormente, foi só recentemente que o qualitativo “popular” tem se agregado ao termo “permacultura” para definir alguns trabalhos e atuações específicas de determinados grupos e indivíduos. Mas o que exatamente significa esse adjetivo e por que ele se faz presente?

Quando se agrega um qualitativo distintivo, em geral, objetiva-se dar mais especificidade a algum conceito, diferenciando-o de sua forma original. Poderíamos usar como exemplo, o conceito de “desenvolvimento sustentável”, criado em meados dos anos 1970, para reformular o desenvolvimento a partir de um novo elemento agregado: a sustentabilidade. Foi necessária uma nova roupagem para diferenciar o que era desenvolvimento puro e simplesmente, daquilo que era desenvolvimento sustentável. Registre-se que, neste caso específico, temos inúmeras críticas com relação a tratar-se de um processo mais semântico que efetivo; e do citado quali-

tativo ter sido agregado majoritariamente para sustentar o substantivo originário: desenvolvimento. No caso da “permacultura popular”, esperamos que o processo seja inverso: que o conceito se consolide apenas para traduzir uma prática efetiva já em curso, e para distingui-la de outras práticas, tão legítimas e necessárias como qualquer outra.

Ao longo do trabalho, pudemos concluir que as manifestações da permacultura são muito mais plurais do que imaginamos, sendo necessárias subdivisões para melhor situar os tipos de atuação que se distinguem em algumas características. Anteriormente, discutimos sobre a multiplicidade de abordagens dentro do universo da ecologia, da qual decorre a necessidade de pluralizar o substantivo, entendendo-a como “ecologias”, pois são muitas. Aqui, podemos afirmar que o mesmo ocorre com a permacultura, e que mais ‘correto’ seria a entendermos não como substantivo singular, mas plural: “permaculturas”. Dessa forma, talvez possamos explicitar mais fielmente a polissemia do conceito e dar vazão à sua diversidade.

Ao afirmar que existem grupos que atuam para a popularização da permacultura, automaticamente, acabamos por afirmar que existem outros que não o fazem. E essa conclusão, feita de maneira leviana, poderia ocasionar embates e atritos desnecessários.

Primeiramente, vale fazermos um comentário contra qualquer tipo de purismo: em suas ações, os grupos e instituições de permacultura transitam por diferentes perspectivas, não sendo possível (nem desejável) taxar o que é ou deixa de ser determinado grupo. Simplesmente, ao analisar o conjunto de suas ações (ou parte representativa desse conjunto) é possível entendermos a qual perspectiva ou abordagem ele se dedica ‘mais’.

Em segundo, não temos nenhuma intenção de prestar um desserviço a grupos e instituições que não se identificam com a chamada linha popular da permacultura. Não estamos aqui para dizer o que é certo ou errado. Cada agente tem sua valiosa contribuição para compor o rico mapa da permacultura no Brasil e no mundo. Este livro, no entanto, optou por focar-se nos desafios contemporâneos para a popularização da permacultura.

Partindo para uma tentativa de síntese, os grupos que trabalham na linha da permacultura popular são aqueles que visam, ao fim e ao cabo, popularizar a permacultura. Desta forma, dedicam-se a identificar e minimizar as barreiras e obstáculos que afastam a grande população do contato com essa ferramenta.

Cabem aqui alguns questionamentos geradores para nos aprofundarmos nesse debate: primeiro, quais são essas barreiras e obstáculos?

Depois, a permacultura é originalmente concebida para se popularizar? Se sim, por que foi criada uma vertente interna exclusivamente para este fim?

A esse respeito, nos parece válido partir de análises de um dos fundadores do conceito, David Holmgren que, em seu livro, “Os fundamentos da Permacultura” (2007), apresenta um rápido subitem intitulado “Impedimentos à disseminação da permacultura”:

“Existem muitas razões pelas quais soluções ecológicas de desenvolvimento que incorporam os princípios de design da permacultura não tiveram um impacto maior nas últimas décadas. Algumas destas razões são: uma cultura reducionista científica predominante que é cuidadosa, se não hostil, a métodos holísticos de pesquisa; a cultura dominante do consumismo, impulsionada por medidas econômicas equivocadas de bem-estar e progresso; elites políticas, econômicas e sociais (globais e locais) que correm o risco de perder influência e poder no caso de adoção de autonomia e autoconfiança locais. Esses e outros impedimentos a eles relacionados se expressam de forma distinta conforme as diferentes sociedades e contextos considerados.” (HOLMGREN, 2007, p. 4)

Trata-se de elementos genéricos e bastante válidos para responder à pergunta que fizemos sobre quais seriam os obstáculos e impedimentos à disseminação da permacultura. Concordamos com todos. No entanto, podemos observar também que todos esses argumentos dizem respeito a fatores exógenos, localizados do ‘lado de fora’, no mundo. Tenhamos em conta os 10 anos de vantagem que temos desde a publicação do livro de Holmgren, o que nos dá novos elementos e vivências para poder melhor refletir sobre os impeditivos da popularização da permacultura. De qualquer forma, o que podemos depreender do trecho citado é que a permacultura é concebida para disseminar-se, e que isso não ocorre mais largamente porque existem fatores externos a dificultar esse processo.

É neste ponto que nos surgem algumas reflexões, para as quais este trabalho pretendeu colaborar: não seria legítimo, também, buscarmos razões internas para entender as dificuldades na difusão da permacultura? Determinadas escolhas não afastariam o acesso das pessoas ‘em geral’? Acreditamos que a resposta a esses questionamentos nos leva a olhar para dentro do movimento, em busca de respostas. Os altos valores cobrados pelos cursos; a falta de engajamento com movimentos sociais e povos tradicionais locais; a centralização da transmissão do conhecimento; a recusa na disputa institucional; entre tantos outros fatores, poderiam ser citados como impeditivos inerentes à expansão da comunidade permacultural brasileira.

Uma anedota nos parece oportuna para ilustrar a presente reflexão: após a exibição do documentário “Ecovilas Brasil: caminhando para a sustentabilidade do ser”, que organizamos na sede da Associação Veracidade, em São Carlos, em setembro de 2015, foi realizado um debate sobre o conteúdo do filme, no qual foram registradas diversas entrevistas durante uma viagem dos autores por diversas ecovilas brasileiras em busca de entender suas semelhanças, divergências, processos e horizontes. Em dado momento do debate, uma mulher pediu a palavra e, com toda a sinceridade e força que foi capaz de reunir, disse: “Achei muito bonito o filme, muito bem feito e encantador, mas uma coisa me inquietou muito: por que não vemos nenhuma pessoa negra nestes lugares? Onde estão elas? O que estão fazendo?”. A pergunta caiu como uma bomba, e nos obrigou todos a olhar em volta e constatar que, de fato, mesmo entre nós, praticamente não havia negros e negras, com exceção da pessoa que havia feito a pergunta e, no máximo, mais uma ou duas pessoas. E éramos mais de 50 ali presentes.

O último censo do IBGE, de 2014, informa que a população negra no Brasil corresponde a 53,6% da população total do país; trata-se de mais da metade do povo e, no entanto, a imensa minoria ali presente.

Essa é uma realidade que se repete, como vemos na seguinte manchete de uma reportagem da Folha de São Paulo, de junho de 2015: “Com metade da população, negros são só 18% em cargos de destaque no Brasil”⁹⁴; ou no fato de que entre os representantes do Congresso Nacional apenas 8,9% sejam negros e negras⁹⁵; entre diversos outros indicadores inquestionáveis de que a desigualdade econômica no Brasil está entrelaçada também a fatores de raça, etnia, gênero, entre outros. A mesma desproporção vamos encontrar entre representantes de povos tradicionais; mulheres ou outros grupos ‘minoritários’ claramente negligenciados por instituições políticas majoritariamente brancas, masculinas e heteronormativas.

No caso das ecovilas, tão atreladas às ideias e práticas da permacultura, o que incomoda é que se elas se apresentam, em alguma medida, como ‘um outro mundo possível’, porque esse mundo reproduz tais padrões do antigo? Coisas tão importantes como essas, não deveriam ser diferentes? Em termos gerais, trata-se de um movimento realizado majori-

94. Disponível em: <<http://temas.folha.uol.com.br/desigualdade-no-brasil/negros/com-metade-da-populacao-negros-sao-so-18-em-cargos-de-destaque-no-brasil.shtml>>. Acesso em: janeiro de 2017.

95. Disponível em: <<http://apufpr.org.br/negros-e-pardos-representam-apenas-89-da-camara-dos-deputados/>>. Acesso em: janeiro de 2017.

tariamente por indivíduos oriundos de camadas abastadas, sendo, portanto, elitizado em termos econômicos, étnicos e educacionais.

Muito poderia ser conquistado a partir de uma postura pró-ativa de aproximação e integração com outras realidades, rompendo a ‘zona de conforto’ de ‘falar para iguais’.

“Diversas experiências dos setores pobres da sociedade brasileira apresentam pontos em comum com o ideário alternativo. No entanto, por serem formadas a partir de experiências e sistemas valorativos muito diferentes, grande parte do movimento alternativo não se esforça em ampliar o diálogo com essas experiências e esses sujeitos, apresentando uma tendência a se fechar numa subcultura de certa forma.” (ROYSEN, 2013, p. 211)

Em termos de horizonte utópico, a partir das entrevistas e vivências realizadas junto a integrantes de grupos permaculturais que se identificam com o qualitativo “popular”, pudemos identificar um dado entendimento, entre alguns, sobre a ‘transitoriedade’ do mesmo. A ideia é que falar em permacultura popular, um dia, seja redundância, a partir do momento em que ela se popularize de fato e que não seja mais preciso identificar e superar obstáculos e impedimentos entre a grande população e ela.

Outros avaliam se tratar de uma incongruência, pois permacultura é permacultura, igualzinho àquela que se diz popular, regida pela mesma ética e princípios. Logo, não faria sentido criar uma nova categoria, uma corrente ou subdivisão para complexificar um movimento já tão cindido.

Por fim, existem ainda aqueles que consideram a popularização da permacultura como uma disputa. Uma disputa em aberto, antagônica a uma prática que mercantiliza o conhecimento da permacultura e das promessas de autonomia que carrega. Ao transformar a permacultura em mercadoria, em mais um item da prateleira, seu acesso se restringe, tornando-se mediado pela dinâmica social e financeira vigente, profundamente desigual e excludente. E isso não combina com a emancipação e nem com a construção de um futuro justo, fraterno e solidário.

Como de costume, todos estão ‘corretos’ e cada uma das perspectivas se baseia em elementos concretos, experiências legítimas e argumentos relevantes. Não é minha tarefa responder a pergunta feita ao título deste capítulo, apontando a permacultura popular como redundância, incongruência ou disputa.

Mas quero deixar uma contribuição final, na forma de uma quarta sugestão: permacultura popular enquanto ‘construção’. Uma construção aberta a todos e todas, institutos e estações, antigos e contemporâneos, per-

macultores e aprendizes. É de nossa prática cotidiana que nasce o amanhã. Horizontes são necessários – como diz o poeta – para nos fazer caminhar. Mas ainda mais fundamentais são os passos que nos dirigem a eles. A popularização da permacultura se constrói a muitas mãos e de muitas maneiras, e sequer precisamos nos preocupar com disputas, incongruências ou redundâncias – ela apenas acontece. Acontece nos atos de milhares de pessoas nas últimas décadas, que sonham e se dedicam, colocando sua própria existência à prova, para a construção desse outro mundo, possível.

Vamos juntos!





DEBATES

A terceira e última parte deste livro reúne uma série de debates e reflexões relacionadas à temática central da publicação – a permacultura no Brasil – mas que, de alguma forma, não se encaixam dentro dos “Caminhos” nem das “Perspectivas” apresentadas anteriormente, dando lugar a esse terceiro campo de “Debates”.

O principal objetivo é proporcionar um espaço para aprofundamentos específicos sobre determinadas temáticas relevantes ao nosso estudo, com textos escritos em diferentes momentos, reunidos em uma espécie de coletânea. Com eles, espero contribuir para a compreensão do sentido e do potencial da permacultura como ferramenta de transformação estrutural de nossa sociedade.

O capítulo 11, “Sociedade alternativa ou alternativa para a sociedade?”, canibaliza textos antigos e recentes e, originalmente, havia sido corado para título central da publicação. Ele traz uma pergunta retórica e por isso mesmo optamos por já deixá-la respondida (pelo menos a partir de nossa concepção), no atual título: “Uma alternativa para a sociedade”.

O capítulo 12, “Permacultura, política e mal-estar”, originalmente incluso na dissertação, passou por leves modificações. Ele retrata um debate político indigesto em toda a sociedade brasileira, ainda que permanente em quase todos os espaços. No universo da permacultura não é diferente: muitos optam por se omitir perante assunto tão desgastado e desgastante, deixando de participar e de ocupar espaços dos mais importantes para a promoção e manutenção das transformações positivas.

O título do capítulo 13, “Ética, estética, técnica e política”, faz referência incidental à obra de Walter Benjamin “Magia e técnica, arte e política”, ainda que sua base de referência teórica principal seja Murray Bookchin. Trata-se de um debate integrador de categorias muitas vezes estanques, explicitando a importância de compreendermos seu inegável entrelaçamento, utilizando-o a nosso favor como ferramenta de *design* e de construção no sentido mais amplo.

No capítulo 14, “O declínio do saber-fazer: a permacultura contra a terceirização da vida”, falamos sobre esse fenômeno de alienação com relação ao mundo material que vem se aprofundando particularmente nas novas gerações e com o rompimento dos fluxos dos saberes tradicionais para os novos tempos. Cada vez menos capazes de prover (e mesmo de entender) nossas necessidades mais básicas diretamente, como alimentação e construção, é no Mercado que buscamos a fonte de satisfação e provimento de demandas e desejos.

O capítulo 15, como o título indica, é realmente um manifesto: “Do ego ao eco: um manifesto agro-eco-lógico”. Sua argumentação se finca em três pilares: agricultura, sociedade e racionalidade ambiental. É um chamado a ação reflexiva, considerando os obstáculos internos e externos à superação da ordem vigente e a busca por outras vivências e organizações sociais.

O penúltimo capítulo, de número 16, “Permacultura e gênero: a questão das mulheres”, traz um debate central à busca por uma nova sociedade: a superação das formas de opressão vigentes. Ele se foca na questão das mulheres por meio das palavras da permacultora Nádia Recio, do município de São Paulo, incluídas na íntegra com o objetivo de dar vazão a um relato e a reflexões na voz direta de quem vivencia aquilo que enuncia.

Por fim, as Considerações finais fazem uma breve amarração dos conteúdos anteriores de todo o livro, encerrando o trabalho e convidando os leitores a participarem deste mundo em construção.

Por último, é possível encontrar todas as referências utilizadas no corpo do texto e um *link* para uma pasta virtual com materiais complementares à publicação fazendo as vezes de ‘anexos’. Também indico a leitura de meu blog “Plantar o Futuro”⁹⁶, hospedado pelo site de comunicação independente Outras Palavras, onde reúno links e informações complementares à leitura.

96. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/djalmanery/>>. Acesso em 02 fevereiro de 2018

CAPÍTULO 11



SOCIEDADE ALTERNATIVA OU ALTERNATIVA PARA SOCIEDADE?

Iniciamos este capítulo com uma importante citação do professor e educador ambiental Marcos Sorrentino que nos conta sobre a origem do termo “alternativo”, atrelada aos movimentos ecológicos e ambientalistas dos anos 1960.

“Após a segunda guerra mundial e especialmente após as primeiras percepções dos impactos e consequências da chamada revolução verde e após a compreensão das demandas e propostas denominadas contraculturais dos jovens no final dos anos 60, quando já se tornavam claras as mazelas do modo hegemônico de produção e consumo, presente nas sociedades capitalistas e nas ditas socialistas, começa a forjar-se um conjunto de ideias e ideais nomeados por ou a partir de distintos autores, como novo movimento social, movimento alternativo, ecológico ou ambientalista. (BOSQUET, 1978; CROALL; RANKIN, 1981, LAGO; PÁDUA, 1984; LUTZEMBERG, 1985; McCORMICK, 1992; SCHUMACHER, 1977; LEFF, 2001; SORRENTINO, 2001).” (SORRENTINO, 2014, p. 56)

Há anos venho remoendo uma frase que expressa brilhantemente uma questão central posta àqueles e àquelas que buscam construir uma alternativa ao estabelecido: “o que queremos construir? Uma sociedade alternativa ou uma alternativa para a sociedade?”. A simples pergunta, que

ecoa há uma década em minha mente, quase retórica, indica por si só uma diferença concreta entre os enunciados a partir da alteração da ordem de seus fatores, deixando claro não se tratar da mesma coisa, ainda que as mesmas palavras se façam presentes em ambas. A alteração da sua ordem altera também a classe gramatical dos vocábulos: “alternativa” passa de adjetivo (em “sociedade alternativa”) a substantivo (em “alternativa para a sociedade”). Mas o que isso quer dizer?

Dada a força desse questionamento, ele tornou-se, então, o primeiro título que cogitei quando da publicação do livro. A ideia era trazer estampado em sua face uma das motivações centrais de sua escrita.

É uma frase batida para mim e para os que convivem comigo, que se cansaram de me ouvir utilizando-a em rodas de conversa, oficinas, debates e em qualquer ocasião em que ela se fizesse útil. Ela traz consigo um potencial comunicativo elevado, pois brinca e questiona o lugar-comum que carrega uma concepção fechada do que seria uma ‘sociedade alternativa’, desconstruindo-o.

Qual não foi minha surpresa ao descobrir recentemente, quase ao acaso, a existência de uma monografia do Departamento de Antropologia (DAN) da UnB, de autoria de Bruno Soares Menezes, então estudante de ciências sociais, orientada por Henyo Trindade, no ano de 2005, intitulada “Permacultura: Sociedade alternativa ou alternativa para a sociedade?”. Procurei incansavelmente essa monografia para lê-la; encontrei uma citação breve e superficial em outro trabalho, também da UnB; pedi a uma amiga que mora em Brasília que fosse pessoalmente ao DAN; falei diretamente com o orientador, que encontrei nas redes sociais; mas nada disso deu certo: não encontrei o trabalho na internet; ele não se encontra no DAN; o orientador não soube mais do orientando... e, ao final, não pude ler a monografia.

Por um lado, choquei-me com a sincronicidade; com o fato de eu refletir sobre uma coisa idêntica, mas em outro local e momento. Depois, percebi se tratar de uma reflexão compartilhada por muita gente que se questiona sobre o papel da permacultura e do “mundo alternativo” em conexão com a sociedade em geral.

Mas o que a frase encerra de tão genial? Ela começa por diferenciar duas práticas e abordagens possíveis: de um lado, a já estigmatizada “sociedade alternativa”, que nos remete às experiências de contracultura dos anos 1960, em especial ao movimento hippie em seu formato mais característico, arquetípico, quase caricato, construída à margem e apartada da sociedade “principal e estabelecida”, indicando a multiplicidade simultânea que

opta por, ao discordar do que está posto, construir uma outra sociedade, abandonando a anterior.

De outro lado, “alternativa para a sociedade” indica algo em construção, em disputa. Uma alternativa ao *status quo*, uma disputa por hegemonia. Um outro mundo possível para o único mundo que há: o nosso. É reconhecer que não existe ‘outra sociedade’ em um contexto global, pois mesmo as comunidades tradicionais mais ermas, hoje, se conectam ao todo, passando por um processo por vezes difícil e violento de ‘integração’ à dinâmica vigente.

Quando essa pergunta ressoa, para mim, ela traz, ao mesmo tempo, uma resposta. A pergunta por trás dessa pergunta, citando o já saudoso Raul Fiker, poderia ser: “quebrar tudo ou não tocar em nada?” Ou ainda: ‘fazer o meu ou fazer o nosso?’.

Não descarto a legitimidade de qualquer das escolhas, reconhecendo as muitas motivações possíveis. Como para mim essa pergunta já se encontra respondida há anos, escolhi por estampar no título do livro aquilo em que acredito: a permacultura como uma alternativa para a sociedade.

Sem a pretensão de deter o monopólio da razão, as motivações que levam indivíduos a apostarem na “sociedade alternativa” como solução e caminho, poderiam ser sintetizadas em três principais elementos: ingenuidade, desencanto ou individualismo. Por vezes, uma mistura de dois ou de todos eles.

A ingenuidade nos faz acreditar que o isolamento é possível, e que o rio vizinho à nossa propriedade, ou a qualidade do ar do entorno, não são assuntos de interesse público e coletivo. Uma comunidade alternativa certamente pode, em muitos aspectos, contribuir para a qualidade de vida de seus moradores e, inclusive, é até possível criar um sistema que nos permita sair o mínimo possível do espaço por nós delimitado, plantando nossa comida e gerando nossa energia. Mas em que escala? A que custo? Em que contexto? Toda e qualquer propriedade encontra-se sob as leis de Estados Nacionais, e todo e qualquer indivíduo dentro de seu território deve responder às suas regras. Não existem espaços política e juridicamente independentes, por mais que criemos circunstâncias que busquem chegar o mais perto disso – todos estamos sob o jugo de algum poder.

Existem países em que a água da chuva quase foi privatizada pelas corporações (Bolívia, anos 2000); países em que para utilizar energia solar os usuários precisam pagar taxas a empresas (Espanha); países em que o uso de pesticidas com efeito sistêmico, proibidos em muitas partes do mundo, está liberado (Brasil), e assim por diante. Nesse sentido, uma sociedade

alternativa (como muitas que existem ao redor do mundo) só consegue avançar até determinado ponto, definido, em geral, pelo respeito ao arcabouço jurídico e legal estabelecido em sua localidade. Caso contrário, a iniciativa pode passar de experiência à contravenção. Declarar autonomia política é crime, como podemos ver nos casos atuais da Catalunha ou do Curdistão, imensos povos sem pátria e sem soberania territorial.

Dessa forma, não existe sociedade alternativa de fato, mas sim grupos que buscam no isolamento maior liberdade, mas que sempre esbarrarão no contexto dos poderes localmente estabelecidos que, quando necessário, farão uso da força para delimitar até onde permitem que se vá.

É interessante citar, nesse ponto, que as experiências mais relevantes dos socialistas utópicos do século XIX realizaram-se em continentes e locais afastados dos grandes centros, ainda que fossem conduzidas por pessoas deles oriundas, como nos casos de Robert Owen, Fourier e Saint-Simon, que fundaram comunidades em território americano (inclusive no Brasil), então longe dos holofotes das metrópoles europeias.

O desencanto também pode motivar muita gente, descrente das possibilidades mas coletivistas, a buscar soluções pontuais e localizadas. Em uma sociedade como a nossa, essa sensação é plenamente compreensível. Muitas vezes desistimos, e queremos só estar entre os nossos. O desencanto é uma arma poderosa dos que não querem mudanças. O desencanto é uma força conservadora, de estagnação e manutenção da ordem, porque abala nossa vontade, grande motor das transformações.

Essa sensação é em parte forjada intencionalmente a partir de inúmeras ferramentas: a grande mídia, que fabrica o medo; a política institucional, que gera revolta com seus escândalos diários de corrupção e desrespeito, fazendo-nos sentir impotentes; a criminalidade crescente; o estímulo à intolerância; a banalização da violência – processos que minam nossas energias e vontade de mudar as coisas. Por isso é preciso que nos reencantemos. Não um encantamento iludido, mas sim um que nos ajude a romper a inércia e a acreditar na possibilidade de mudar as coisas, de fato. Um reencantamento enquanto horizonte e utopia, tão necessários para nos fazer caminhar.

Por último, o individualismo, enquanto concepção de mundo, nos é introjetado desde o berço. Somos ensinados de maneira bastante incisiva a nos preocuparmos única e exclusivamente conosco mesmo. O regime de competição de nosso sistema nos impele à insensibilidade: como ser solidário com aqueles com os quais competimos?

A naturalização da pobreza é outro fenômeno que contribui com esse panorama, uma vez que nos acostumamos com a imensa desigualdade escancarada em nosso dia a dia, estampada no rosto dos milhões de sem-teto, sem-terra, mendigos, pedintes e moradores de rua existentes. Por isso, a solidariedade é uma de nossas armas revolucionárias. Onde há solidariedade há empatia; há alteridade. E onde há empatia há cuidado e comunicação – e sem esses elementos, qualquer mudança é insuficiente. Dentro de nosso regime baseado na competição, solidariedade e empatia são profundamente subversivas.

Dessa forma, apesar de reconhecer a legitimidade e a importância das experiências alternativas ao redor do globo, não posso deixar de trazer essa leitura, apontando a ‘validade datada’, os limites e o escapismo implícitos em construir algo apartado da realidade da grande maioria das pessoas, muitas vezes impossibilitadas de conhecer ou sequer participar de tais experiências. Assim, o pensamento crítico alinhado ao reencantamento e à solidariedade formam o tripé das ferramentas e ingredientes necessários ao avanço global e coletivo.

É nesse sentido que faço minha escolha: a de praticar uma permacultura inclusiva, que não se feche nem se aparte; que busque se apresentar como uma alternativa para a sociedade em que vivemos, ao alcance de todos e todas, aqui e agora. Que escape a caricatura feita daqueles que experimentamos as transformações em nossas próprias vidas!

A questão linguística e semântica: a intencionalidade política do discurso sob análise

No dicionário Houaiss da língua portuguesa, os vocábulos alternativa/alternativo aparecem em classificações gramaticais distintas, como adjetivo e substantivo. Dentre suas acepções, selecionamos algumas que nos parecem relevantes para o debate em questão:

“conjunto de elementos culturais partilhados apenas por uma parte dos membros de uma sociedade; que oferece possibilidade de escolha, de opção; capaz de funcionar como outra resposta, remédio, saída etc.; que se propõe em substituição ao sistema cultural, técnico ou científico estabelecido; que representa uma opção fora das instituições, costumes, valores e ideias convencionais; indivíduo que, por seu modo de viver e pensar, se opõe aos costumes, valores e ideias impostos pelas sociedades industriais e tecnológicas.”

Convencionou-se, de maneira mais ou menos generalizada, chamar de “alternativas” determinadas práticas, reflexões e/ou teorias que contestem ou se diferenciem da hegemonia vigente. Apresentam-se como ‘alternativas ao estabelecido’, ao convencional, ao amplamente difundido. Mas qual a intenção ou efeito de se apresentar como ‘alternativas’ essas práticas, reflexões e teorias que apontam novos horizontes possíveis?

Podemos remeter também a “alternativa” à prática de uma minoria em contraponto a de uma maioria. Dois outros sentidos podem ser trazidos ao debate: o de *resistência*, quando tais tendências minoritárias (alternativas) resistem ao avanço das tendências majoritárias; e o de *vanguarda*, pois, não raro, o visionário se apresenta primeiro como alternativa, como uma liderança do novo, como um movimento de superação à frente de seu tempo.

“Alternativo” ou “alternativa” se constitui, também, enquanto um adjetivo para qualificar determinadas pessoas, grupos ou posturas. Ser ‘alternativo’ significa apresentar-se como alguém que destoa do esperado, do comum; significa uma espécie deliberada de diferença. Mas que diferença é essa?

O que nos vem à mente quando pensamos em “sociedades alternativas”? Uma primeira e genérica definição poderia apontar para algo como: grupo de indivíduos que se organizam coletivamente de forma distinta da esperada, destoando das formas de organização coletivas convencionais. À primeira vista, tal definição não apresenta nenhum mérito qualitativo mais preciso, embora saibamos que ainda que uma sociedade tribal ou indígena possa se estabelecer e funcionar de formas muito distintas da maioria das sociedades ocidentais, não é a elas que nosso pensamento primeiro se remete ao ouvir o tal termo. O mesmo se passa com outros grupos étnicos ou religiosos específicos espalhados ao redor do mundo. Por quê?

A questão principal é que o conceito de “sociedade alternativa” cristalizou-se no senso comum aproximando-se, principalmente, dos movimentos ecológicos, ambientalistas e comunitários contra-hegemônicos que apresentam possibilidades radicalmente distintas de pensar e de ‘fazer o mundo’ e a História. Na dificuldade de delinear com mais clareza certas perspectivas e horizontes (e isso por vezes demonstra a necessidade de ‘reduzidores de complexidade’ em nossa comunicação, práxis e discursos) classifica-se de maneira simplista tais iniciativas de ‘alternativas’.

Se partirmos do pressuposto que o senso comum contemporâneo é majoritariamente forjado pela grande mídia e que esta, por sua vez, é

controlada pelas elites financeiras e políticas⁹⁷, e da opinião de que ‘as ideias dominantes são as ideias das classes dominantes’, podemos concluir que tal propósito, retroalimentado pelo senso comum, é fruto do interesse de determinadas forças políticas.

Em certa medida (e mesmo em termos semânticos claros), podemos concluir que a utilização e a difusão de tal expressão reducionista resultam na diminuição do potencial político e transformador de inúmeras iniciativas, organizações e propostas concretas apresentadas à sociedade⁹⁸, não como experiências pontuais, vanguardistas ou folclóricas, mas sim como alternativas estruturais para a mudança de paradigmas e formas de organização social.

Ao falar em ‘sociedade alternativa’, a figura que se forma é de algo descolado da realidade cotidiana da grande população; algo que se desenvolve apartado e distante, uma utopia para poucos, inalcançável e replicável apenas em condições específicas e raras. Mas, ao pensar na práxis de inúmeros movimentos ecológicos, principalmente em sua vertente crítica, sabemos que seu horizonte é amplo, estrutural e globalizado. Não se trata de formar guetos, mas justamente de desfazê-los, e plasmar no mundo as mudanças necessárias para nos estabelecermos enquanto sociedades justas e fraternas: sociedades sustentáveis, na ampla acepção do termo. E tal objetivo só pode ser realizado coletivamente, não pela via da imposição, mas da sensibilização.

É por isso que muitas vezes se incorre em uma imprecisão generalizante ao descrever a prática e o horizonte de tais grupos como a busca por uma ‘sociedade alternativa’; mais acertado seria inverter os elementos do enunciado, afirmando se tratar de apresentar ‘alternativas para a sociedade’, para *esta* sociedade, presente, global, onde a maior parte da população se encontra. Trata-se, então, de uma disputa por hegemonia, uma vez que a questão ecológica está atrelada diretamente ao modo de produção e reprodução social e de organização humana, não se constituindo enquanto

97. Que no caso do Brasil se resumem, em seu centro, a cinco famílias, como mostra a matéria disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio>>. Acesso em: janeiro de 2018

98. Apresentadas na forma de seus ‘espaços públicos’, difusos ou não, na acepção cunhada por Habermas. O fato é que essas ideias com enorme potencial estão à disposição e ao alcance dos indivíduos e, no entanto, a maneira como ela é apresentada (e como se constrói o subjetivo dos indivíduos para receber tais ideias) diminui intencionalmente seu potencial de concretização. Isso porque esse espaço ‘público’ não é tão ‘público’ assim, e só acessamos tais espaços a partir de nossas próprias lentes, que são colonizadas.

uma luta que diz respeito apenas a uma parcela da população. Ideia que se reforça ao considerarmos o ‘pensamento sistêmico’ e suas perspectivas e teorias sobre a interligação generalizada entre os seres e a Terra como um sistema vivo.

A subversão estrutural do estabelecido que se apresenta em inúmeras propostas ‘alternativas’, é mais facilmente neutralizada quando as transformamos em caricaturas e utopias distantes e descoladas da realidade. É uma maneira tácita de combate: encaminhar os ‘adversários’ aos distantes rincões do impossível, e que pode ser operada por quem controla os mecanismos de formação da opinião e da ideologia.

Analisar o discurso ‘oficial’, produtor e mantenedor do senso comum, faz-se importante no sentido de entender as motivações e as escolhas semânticas na construção de consensos e ideias: no caso da utilização do conceito de “sociedade alternativa”, acreditamos que sua utilização pode ser pejorativa ao segregar propostas que buscam, ao contrário, integrar a sociedade global. Esse mecanismo deturpador induz a uma imprecisão ao sugerir que as experiências se desenrolam (e pretendem se desenrolar) apartadas do cotidiano da grande população quando, em verdade, se trata do oposto.

Sugiro um rápido exercício: vá até uma plataforma de busca na internet e digite “sociedade alternativa”. Leia as matérias e referências que surgirão a respeito. Aposto que a música do Raul será uma das primeiras. Espero que no futuro isso mude e que esse texto, e outros nessa linha, estejam entre os primeiros resultados retornados pela ferramenta de busca.

O que conseguimos concluir é que essa concepção caricata de ‘sociedade alternativa’ é em parte fabricada intencionalmente e, em parte, absorvida pela grande população, como planejado pelos que a fabricaram. E que a partir do momento que entendemos a diferença e as implicações concretas em jogo, torna-se nossa missão contribuir para desfazer essa confusão deliberada, e mostrar que nós temos projetos amplos e de transformação estrutural a serem apresentados e praticados como um novo modo de vivermos em sociedade.

Segundo Margarida Basílio, em seu livro “Teoria Lexical” (2007), as classes de palavras são definidas pelo critério semântico, quando o significado delas serve de parâmetro para categorizá-las.

“A maior parte das definições de substantivo que encontramos nas gramáticas é de base semântica. Em geral, o substantivo é definido como a palavra com que designamos os seres. O adjetivo, no entanto, é de definição bem mais difícil a partir de um critério semântico puro, dada sua

SOCIEDADE ALTERNATIVA OU ALTERNATIVA PARA SOCIEDADE?

vocação sintática. De fato, o adjetivo não pode ser definido por si só, sem a pressuposição do substantivo, já que sua razão de ser é a especificação do substantivo.»

Assim, queremos substantivar a alternativa, conferindo-lhe autonomia, e não apenas atrelá-la enquanto adjetivo de uma circunstância que buscamos integralmente superar. Queremos, portanto, alternativas para a sociedade. Alternativas que se multipliquem e comuniquem, protagonizando transformações concretas na vida dos indivíduos e de seu entorno.

CAPÍTULO 12



PERMACULTURA, POLÍTICA E MAL-ESTAR

De maneira generalista, valendo-me da experiência pessoal de aproximadamente uma década de atuação junto a praticantes de permacultura, poderia dizer que uma das facetas onde a permacultura brasileira não se apresenta tão inovadora é em sua compreensão de “política”. Nesse aspecto, poderíamos afirmar que ressoam concepções muito semelhantes à do grande público em geral. A identificação majoritária de “política” com “política partidária”, faz com que muito jovens engajados em transformações, membros de diversos grupos de permacultura, optem pelo afastamento, pelo silêncio e pelo não-envolvimento, contagiados pelas aceções negativas e pejorativas que a política partidária traz em seu bojo.

Perante o assustador panorama da corrupção e da impunidade – tão escancarado e, ao mesmo tempo, aparentemente tão fora de nosso controle – os sentimentos de repulsa e recusa são praticamente inevitáveis. Não à toa, vê-se com certa frequência a postura de renúncia às dinâmicas políticas ‘do mundo lá fora’ em moradores de ecovilas e praticantes de permacultura que preferem investir seu tempo em atividades de construção concreta de outras experiências possíveis.

Essa concepção em parte repercute a posição dos fundadores Bill Mollison e David Holmgren que, em seus escritos, muitas vezes evitaram ou se omitiram perante o debate político-institucional mais direto. Fizemos

uma busca por palavras-chave em dois livros fundadores da permacultura: “*Permaculture One: A Perennial Agricultural System for Human Settlements*”, de Mollison e Holmgren, publicado em 1978; e “*Permaculture Two: Practical Design for Town and Country in Permanent Agriculture*”, de Mollison, publicado no ano seguinte, em 1979. Desperta-nos a atenção o fato de que, em ambos, pouquíssimas vezes se apresenta de maneira contínua e sólida qualquer debate aprofundado sobre concepções políticas, referenciais teóricos, propostas concretas de sociedade etc.

De maneira geral, a escassa argumentação desenvolve-se no registro da busca pela autonomia e autossuficiência individual ou de pequenos grupos, e da denúncia perante o absurdo generalizado que vivemos em termos de escolhas de produção, consumo e organização, com a noção de ‘crise’ bastante presente. De maneira objetiva, no livro “*Permaculture One*”, a palavra “política” (e suas derivadas: político, políticos, políticas etc.) aparece apenas sete vezes em um livro de 140 páginas; enquanto o termo “social” (e derivadas), aparece apenas cinco. Já no “*Permaculture Two*”, a palavra “política” (e derivadas) é vista 12 vezes num total de 162 páginas, e “social”, nove vezes. Em nossa análise, parece-nos insuficiente, perante o objetivo de transformação holístico ao qual a permacultura se propõe, recorrer tão poucas vezes a categorias centrais em narrativas de transformação, ainda que as mesmas neguem as formas atuais de manifestação da política.

Esses são apenas indícios de uma posição que se repete em diversas outras publicações importantes⁹⁹, onde os debates conceituais, filosóficos e políticos são negligenciados ou omitidos dando lugar e centralidade às técnicas reunidas e apresentadas nos livros. Logo nas primeiras páginas de tais publicações, não raro, encontramos técnicas de manejo de solo, seleção de espécies e/ou construção de galinheiros. Perguntamo-nos se não haveria necessidade de se garantir mais tempo para um entendimento aprofundado do horizonte geral de onde a permacultura emerge, quais são suas críticas centrais, seus pressupostos, acordos e horizontes.

Ao mesmo tempo, observamos breves e não aprofundadas citações de expoentes do debate político-social entre as páginas dos textos, quase passando despercebidas por entre diversas outras informações, e nos questionamos se os autores optaram conscientemente por não aprofundar tais

99. Além dos livros “Permacultura Um” e “Permacultura Dois”, são exemplos dessa abordagem outras obras clássicas, tais como: “*Permaculture: a Designer’s Manual*” (MOLLISON, 1988), “Permacultura Passo a Passo” (MORROW, 1993), “Introdução à permacultura” (MOLLISON; SLAY, 1998), entre outros.

debates (tendo em vista que se encontravam munidos de diversas referências), ou se tais referências foram feitas de maneira leviana, sem a devida compreensão da dimensão política dos citados autores.

Falamos, por exemplo, da citação a Mao Tse Tung logo na primeira página de “*Permaculture Two*” (MOLLISON, 1979, p.1); ou às três citações ao anarquista Piotr Kropotkin em “*Permaculture One*” (MOLLISON; HOLMGREN, 1978, p. 14, 19, 37). Optamos por transcrever dois excertos relevantes para o entendimento e ideias gerais da abordagem dada pelos fundadores da permacultura à categoria “política”:

“O que nós chamamos sistemas políticos e econômicos está ou desmorona em nossa habilidade de conservar o ambiente natural. (...) Eu não consigo pensar em uma única decisão política que seja tão importante como a decisão de tais homens em restaurar o solo, pois são os produtos deste solo que permitem aos políticos sobreviverem¹⁰⁰. (MOLLISON, 1979, p. 12-29, tradução nossa)

Particularmente, não vejo outra solução (política, econômica) para os problemas do homem do que a formação de pequenas comunidades responsáveis envolvidas em permacultura e tecnologia apropriada (...) Contra essa insanidade universal a única resposta é reunir alguns amigos e começar a construir a alternativa, em uma filosofia de responsabilidade individual para a sobrevivência da comunidade (...) Acredito que os dias de poder centralizado estão contados, e que uma re-tribalização da sociedade é um inevitável – e talvez doloroso – processo. As teorias aplicadas de política, economia e indústria fizeram uma sociedade doente; é tempo para novas abordagens. Vivemos no mundo pós-industrial, e temos uma imensa quantidade de informações e tecnologias sofisticadas que nos permitem trocar informações, mesmo vivendo em uma situação de aldeia¹⁰¹.” (MOLLISON, 1979, p. 142, tradução nossa)

100. No original: “*What we call political and economic systems stand or fall on our ability to conserve the natural environment. (...) I cannot think of a single political decision which is as important as the decision of such men to restore soil, for it is the products of the soil that allows politicians to survive*”.

101. No original: “*For myself, I see no other solution (political, economic) to the problems of man than the formation of small responsible communities involved in permaculture and appropriate technology (...) Against such universal insanity the only response is to gather together a few friends and commence to build the alternative, on a philosophy of individual responsibility for community survival (...) I believe that the days of centralized power are numbered, and that a re-tribalization of society is an inevitable, if sometimes painful process. The applied theories of politics, economics and industry have made a sick society; it is time for new approaches. We live in the post-industrial world, and have an immense amount of sophisticated information and technology which enables us to exchange information while living in a village situation*”.

Nos dois trechos acima, ambos do livro “Permacultura Dois”, de Mollison, é possível observar certa tendência às soluções individuais e/ou microrregionais. O autor fala em “juntar alguns amigos”; em “re-tribalização da sociedade”; e na importância do engajamento comunitário a nível local. Em termos de macropolítica, o autor defende que não enxerga uma decisão que seja tão importante quanto a decisão de uma pessoa em conservar e recuperar seu solo.

Pergunto-me o que diria Mollison acerca do poder de decisão concentrado em um ser humano (um político do primeiro escalão nacional de um país, digamos) em estimular (ou impedir) que as pessoas conservem seus solos por meio de lei ou decreto, de tal monta que milhares de indivíduos subitamente fossem afetados em suas práticas. São questionamentos que julgo legítimos para um amplo entendimento do alcance daquilo que se enuncia e propõe por meio dos fundadores da permacultura.

Em uma passagem posterior da mesma obra, Mollison, ainda seguindo com a tônica da ação local, fala também em políticas públicas, recursos e mesmo em partidos:

“No entanto, todos têm habilidades e pontos fortes para oferecer e podem formar ou participar de partidos ecológicos ou grupos de ação local para mudar a política de nossos governos locais e estaduais, para exigir o uso de terras públicas em nome de pessoas sem-terra, e para juntar-se a nível internacional para desviar recursos originados de desperdício e destruição para a conservação e construção¹⁰².” (1979, p. 143)

No livro “Permacultura Um”, Mollison e Holmgren (1978) apresentam algumas interessantes estatísticas de uma pesquisa conduzida por estudantes de psicologia ambiental da Universidade da Tasmânia, que aplicaram questionários em indivíduos migrantes do contexto urbano ao rural, no final dos anos 1970. 241 pessoas foram entrevistadas, muitas das quais participantes de ‘comunidades alternativas’ da região. Uma das observações é sobre a desilusão institucional com a ‘macropolítica’ e a tendência às soluções locais. Os autores alinham tal conduta ao pensamento do anarquista russo, Kropotkin.

102. No original: “*However everyone has skills and strengths to offer and may form or join ecology parties or local action groups to change the politics of our local and state governments, to demand the use of public lands on behalf of landless people, and to join internationally to divert resources from waste and destruction to conservation and construction*”.

“O impulso apolítico é em parte indicativo do desencanto das pessoas com elevada formação em relação às atuais políticas dos “grandes negócios”, e consequente abandono dos sistemas de suporte à vida. Alinhados com as visões avançadas de Kropotkin do século passado, acreditamos que é social e ecologicamente desejável para todas as regiões ser autossuficientes em alimentos e, para todas as pessoas, ter algum contato com o processo de produção de alimentos. Isso é possível com a agricultura intensiva em trabalho humano e um nível adequado de tecnologia¹⁰³.” (MOLLISON; HOLMGREN, 1978, p. 89)

Tais excertos coadunam a percepção contemporânea de que existe certo afastamento entre grupos e ativistas da permacultura e a constituição de políticas públicas de maior alcance, principalmente aquelas desenvolvidas em parceria com governos e gestores públicos estaduais e federais. Trata-se de uma opção tática, explicitada desde as obras fundadoras, em construir autonomia local e comunitária sem depositar esperanças e energias em relações com atores da política institucional, e nem disputar instâncias burocráticas apartadas da vida concreta das localidades.

Outra citação importante no sentido de apresentar tais concepções políticas e sociais desde a perspectiva dos fundadores da permacultura pode ser vista em uma entrevista que Bill Mollison concedeu ao jornalista estado-unidense Scott London, intitulada “Permacultura: uma revolução silenciosa”, no ano de 2005:

“Bem, é uma revolução. Mas é o tipo de revolução que ninguém vai notar. Ela pode ficar um pouco mais sombria. Prédios podem funcionar melhor. Você pode ter menos dinheiro para ganhar porque a sua comida está toda em torno de você, e você não tem quaisquer custos de energia. Quantidades gigantescas de dinheiro podem ser liberadas na sociedade para que possamos nos prover melhor. Portanto, é uma revolução. Mas permacultura é antipolítica. Não há espaço para políticos, ou administradores, ou sacerdotes. E não existem leis. As únicas éticas que obedecemos são: cuidado da terra, cuidado de pessoas, e reinvestimento nesses fins¹⁰⁴.” (MOLLISON, 2005)

103. No original: “*The apolitical drift is in part indicative of the disenchantment of educated people with present “big business” politics, and consequent neglect of life-support systems. In line with Kropotkin’s far-sighted views of the last century, we believe it is socially and ecologically desirable for all regions to be self-sufficient in food, and for all people to have some contact with the process of food production. That this is possible with labour-intensive agriculture and a moderate level of technology is certain*”.

104. No original: “*Well, it’s a revolution. But it’s the sort of revolution that no one will notice.*”

Estranhamos o fato de que, a despeito das palavras acima, em um dos livros fundadores da permacultura, a primeira citação apresentada seja de autoria de Mao Tse Tung (MOLLISON, 1979). Ou ainda, que, em abril de 2008, Bill Mollison tenha lançado o Manifesto do Partido da Permacultura na Austrália (*Permaculture People's Party – Manifesto*), cuja frase de abertura é: “Se você encontrar lágrimas neste papel, são os autores chorando pelo destino na Austrália nas mãos de idiotas¹⁰⁵” (tradução livre).

Parecem-nos incompatíveis tais escolhas com a concepção de uma permacultura antipolítica. O PPP (*Permaculture People's Party*) criou um programa político que inspirou e inspira candidatos ‘verdes’ de todo o mundo, pontuando decisões importantes sobre temas como produção de alimentos; proibição do uso de agrotóxicos; incentivo às energias renováveis etc. Isso torna a permacultura não apenas política na ampla acepção do termo, mas, além disso, uma possível ferramenta para disputa institucional.

Sem buscar um aprofundamento no debate tático, a única observação que nos parece necessária é ressaltar a aparente incongruência entre diferentes manifestações por parte dos fundadores da permacultura. É possível que esta notável contradição se reflita também nos centros de permacultura (e em seus participantes e entusiastas) espalhados pelo mundo, criando concepções bastante distintas abrigadas sob um mesmo teto.

Com relação à negação da política (em sua faceta institucional), em parte temos pleno acordo com tal estratégia, que se apresenta mais legítima à medida que o acirramento das contradições sociais faz com que os Estados e governos demonstrem cada vez mais sua real e perversa natureza, alinhada aos interesses das elites econômicas; e as instituições hegemônicas escancarem cada vez mais sua “falência”. Ao mesmo tempo nos preocupa o ímpeto em negligenciar uma enorme e profunda história de lutas (institucionais ou não) promovidas por inúmeros grupos de resistência ao longo da História e, inclusive, na contemporaneidade.

It might get a little shadier. Buildings might function better. You might have less money to earn because your food is all around you and you don't have any energy costs. Giant amounts of money might be freed up in society so that we can provide for ourselves better. So it's a revolution. But permaculture is anti-political. There is no room for politicians or administrators or priests. And there are no laws either. The only ethics we obey are: care of the earth, care of people, and reinvestment in those ends". Disponível em: <<http://www.scottlondon.com/interviews/mollison.html>>. Acesso em: janeiro de 2017.

105. No original: “If you see teardrops on this paper it is the authors crying for the fate of Australia in the hands of idiots...”, (PPP MANIFESTO, 2008).

Partimos da necessidade de dialogar profundamente com essa imensa contradição: de um lado a justificada descrença na política e nas instituições oficiais; e, de outro, a certeza de que ambas apresentam reflexos concretos em nossa existência individual e coletiva e, portanto, não podem ser simplesmente negligenciadas, abstando-nos de qualquer projeto ou tentativa de transformação substancial da realidade.

Em outras palavras: nenhuma ilusão com as instituições, mas nenhuma negligência com sua influência. Acreditamos ser necessário mediar tais concepções de realidade, e não fomentar nenhum dos dois extremos: nem a fixa obsessão pela tomada e ocupação dos poderes institucionais; tampouco o completo desprezo com relação à existência dos mesmos.

Em nossa análise do universo da permacultura, a balança hoje pende para projetos que optam conscientemente por descartar prematuramente tais instituições, devido a tal sentimento de descrença nas mesmas. Acreditamos que o envolvimento com movimentos sociais – que além de valores disputam também instituições da sociedade (CASTELLS, 2000) –, pode apresentar reflexos muito positivos no sentido de fomentar tal mediação, contribuindo para a efetivação dos projetos permaculturais em nossa sociedade.

Por fim, concebo a permacultura como uma ferramenta de ação política, não apenas no campo da construção da autonomia e da autossuficiência local e comunitária, mas também na disputa e ocupação de espaços de construção e deliberação de políticas públicas. Claramente, para obter tal influência, é preciso que ela se ramifique, difunda e amplie na sociedade brasileira.

CAPÍTULO 13



ÉTICA, ESTÉTICA, TÉCNICA E POLÍTICA

Partindo de uma possível síntese, o objetivo central para debate neste capítulo é apontar a profunda inter-relação existente entre estas quatro categorias aparentemente estanques e muitas vezes compartimentadas quando observadas a partir de concepções alinhadas a um paradigma mecanicista da realidade.

Ética, estética, técnica e política encontram-se em profunda correlação. Uma decisão estética apresenta desdobramentos e reações tanto políticas quanto técnicas, e vice-versa. Uma nova ética aponta consequentemente para outra política; e assim por diante. Os esforços práticos, teóricos e discursivos de autonomizar tais esferas têm resultado – como nos mostra a História – em diversas concepções de mundo tidas por alguns como questionáveis, parciais ou até mesmo imprecisas, como o purismo que deu origem à “*Ars gratia artis*”, o movimento de “arte pela arte”, que defende a autonomia da arte, desligando-a de razões funcionais, pedagógicas ou morais, privilegiando apenas a sua dimensão estética como uma forma de expressão que objetiva a fruição e o esmero artístico em si mesma.

Ou a política ‘princesca’ de Nicolau Maquiavel, que questiona os antigos paradigmas políticos de origem grega (em especial aqueles retirados da ‘República’ de Platão) que se expressam, entre outros, no conceito de rei-filósofo, um monarca que deve portar virtudes éticas, técnicas e ad-

ministrativas, e introduz uma espécie de realismo político pragmático ao esboçar a figura de ‘governante’ hoje em voga: o tecnocrata que, em teoria, não se baliza por valores outros que não técnicos, que visa apenas perpetuar sua hegemonia e governar de maneira eficiente. Maquiavel promoveu uma cisão entre ética e política, prática que se imortalizou na célebre frase a ele equivocadamente atribuída: “os fins justificam os meios”.

Ou, ainda, a tecnicização do discurso e da prática científica dominante; a acelerada revolução industrial; entre tantos outros fatos, são elementos que podemos tomar enquanto observação de algumas das conseqüências em se promover a dissociação destas quatro categorias intrinsecamente conectadas.

Trazemos essas reflexões porque é mister considerar o potencial integrador da permacultura na conexão entre tais categorias. A permacultura não existe dissociada de uma ética profundamente calcada em três pilares (cuidado com os outros; cuidado com a natureza; e partilha justa dos excedentes). Tampouco existe permacultura sem preocupação estética na realização das inúmeras ações, construções e plantios – além da funcionalidade, o *design* traz também considerações de natureza estética ao se projetar uma área. As técnicas reunidas na permacultura apontam para a emancipação humana, e são caminhos concretos na busca por autonomia e conexão com o entorno e com os outros seres: são conhecimentos técnicos os que nos possibilitam encetar uma relação sustentável com a agricultura, com a água e com as nossas construções; é preciso domínio técnico de seus elementos e fatores. Por último, a política encontra-se também presente no fazer permacultural, uma vez que este aponta para transformações sociais e coletivas profundas, propiciando outras relações entres os seres humanos e seus sistemas de organização e governo.

Logo, poderíamos, em síntese, dizer que a permacultura é uma metodologia de *design* acoplada a determinada ética, e que ela traz consigo técnicas de subsistência e de reprodução social distintas das hegemônicas, apontando para outras possibilidades organizativas e políticas.

Murray Bookchin, em seu livro “Ecologia Social” (2010), discorre sobre “a importância que tiveram os valores éticos e culturais na Antiguidade sobre a evolução das técnicas em geral e, em particular, sobre todas as épocas não submetidas a uma lógica de mercado” (p. 79). Ele nos conta também que os seres humanos “desenvolvem um conjunto de valores, de instituições e de relações culturais que permitem, ou não, o desenvolvimento de técnicas” (p. 79).

O autor afirma que apenas recentemente, principalmente a partir dos embates ambientalistas com as usinas nucleares dos anos 1970 em

diante, é que a diferenciação entre técnicas consideradas ‘boas’ ou ‘más’, ou seja, uma percepção ética do desenvolvimento técnico, pôde então ter um lugar de destaque e relevância desde a primeira Revolução Industrial – debate que até então jamais havia sido realizado amplamente. Bookchin denuncia a “natureza autoritária da atual tecnologia” (2010, p. 82) ao falar da supremacia da fábrica e da escala industrial como tendência hegemônica de produção vigente. Ele defende que a desvinculação da dimensão ética dos conceitos de autonomia e autogestão desembocou em um reducionismo que resultou na hipervalorização de sua dimensão econômica (técnica e concreta), em detrimento de todo seu alcance amplo, contrastando com o conceito helênico de autonomia como autogoverno associado à plenitude dos seres capazes de governarem seus próprios destinos: cilada que os movimentos ambientalistas, dentre eles a permacultura, deve procurar evitar, sob o risco de cooptação à ordem vigente.

Em outras palavras, também é possível que no seio das práticas e propostas inovadoras oriundas dos inúmeros ecologismos e “contraculturas espaciais”¹⁰⁶ haja uma desvinculação entre ética e técnica prejudicial a uma atuação estruturalmente transformadora – a isso, chamamos “tecnicição”, fenômeno que também pode ocorrer e se desenrolar no interior de movimentos e comunidades como a permacultura, portadora de múltiplas facetas, agentes e contradições. Tais tendências devem ser analisadas em suas consequências e, idealmente, substituídas por outras mais holísticas que não se permitam cooptar pelo discurso tecnocrático.

Quando os grupos e institutos de permacultura preocupam-se demasiada ou exclusivamente na reprodução e aperfeiçoamento de técnicas como a bioconstrução, agrofloresta ou saneamento ecológico, por exemplo, precisamos nos atentar para os perigos então anunciados, e apresentar alternativas que historicizem e deem amplitude às práticas, tornando-as todo um ‘projeto de sociedade’ em vez de um simples amontoado de técnicas e conhecimentos.

106. “Contraculturas espaciais” é um conceito desenvolvido por Luis Fernando de Matheus e Silva (2013), em sua tese de doutorado no programa de pós-graduação de Geografia Humana da USP intitulada “Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul)”. Elas podem ser definidas, de modo mais específico, como “microexperimentos de produção socioespacial, geralmente de caráter comunitarista, que nascem como tentativas de subversão à ordem dominante, onde o nível privado e a esfera do cotidiano ganham primazia e tornam-se o lócus privilegiado no qual são experimentadas e desenvolvidas técnicas, práticas e solidariedades distintas daquelas que conformam a lógica homogeneizante, individualista e alienante imposta pelo espaço abstrato, enredado nas regras do mercado, nos termos do desenvolvimento da indústria e nas táticas do Estado” (p. 50).

É possível observar, na sociedade contemporânea, o destaque dado à centralidade da fábrica como um espaço político de disputa e construção de subjetividade, do qual se apropriaram ambos os grandes blocos ideológicos do mundo durante e após a Guerra Fria, o capitalista e o comunista. Em qualquer dos contextos a fábrica aparece como local de disciplina e hierarquia: numa, para manutenção do bem-estar de poucos; noutra, para a manutenção da coletividade. De qualquer forma, o sujeito ‘produzido na fábrica’ está marcado pela autoridade e pela obediência que alienam os indivíduos de suas escolhas e de suas próprias capacidades, “reduzindo a sua individualidade à sua necessidade” (BOOKCHIN, 2010, p. 91).

À fábrica, representante do mundo industrial, Bookchin opõe o artesanato: “A premissa que dá origem ao artesanato é então a seguinte: uma virtuosidade pessoal que passa por um saber tão ético, espiritual e estético como técnico”. E continua: “O artesanato é a atividade livre e criativa e não o trabalho cansativo” (2010, p. 89). A própria etimologia das palavras demonstra essa importante diferenciação: o operário, aquele que opera; o artesão, aquele que cria, que pratica arte.

Com relação a tudo isso, acreditamos que a permacultura, ao valorizar e propor outras técnicas e modos de vida concretos, alimenta a produção de outra subjetividade, promovendo a criação de novos tipos de indivíduos, distintos daqueles formados pela sociedade industrial-fábrica contemporânea. Em certa medida, a permacultura pode apresentar respostas à pergunta acerca de quais então seriam as tecnologias potencialmente libertadoras capazes de substituir as fábricas em uma nova conformação social.

Essa pergunta se dá calcada na premissa de que as técnicas hegemônicas em determinado arranjo social não são ‘fatores naturais’, mas sim eleitas dentre tantas possibilidades de acordo com interesses então vigentes. A opção por um modelo agrícola extensivo e monocultural, por exemplo, não é simples necessidade irrefutável, mas uma escolha política com desdobramentos concretos na vida de bilhões de pessoas. A mesma lógica aplica-se ao resto: a maneira como manejamos nossas reservas de água; como construímos; ou como nos abastecemos energeticamente – todas essas escolhas foram feitas dentre inúmeras outras possíveis, e são frutos de um jogo de relações e interesses que aponta para determinada configuração e organização social. Bookchin afirma que “a ‘neutralidade’ da técnica sobre as relações sociais é apenas mais um mito. Ela, a técnica, está mergulhada em um universo social de intenções, de necessidades, de desejos e de interações” (2010, p. 95).

O autor fala sobre a diferença que eleger métodos alternativos a trabalhos concretos pode exercer no cerne da atividade, usando como exemplo as maneiras opostas em que se pode colher o trigo:

“a primeira, onde o amor, a festa, o canto e a alegria tem um lugar de relevo, contrasta com a segunda, onde o trabalho é feito com a monotonia das máquinas por um pequeno grupo de trabalhadores. A primeira, onde a mão de obra humana desempenha um papel importante, reforça o sentimento comunitário. A segunda, onde a grande maquinaria se impõe, contribui para o isolamento e para o sentimento de opressão que o indivíduo moderno sente. A mesma função, feita de formas diferentes, tanto pode ser uma obra de arte, produto de um artesanato local, como um trabalho desagradável que acentua o mal-estar dos indivíduos.” (BOOKCHIN, 2010, p. 97)

Nesse sentido, é importante frisar a escolha da permacultura pela valorização do trabalho humano, e por um modelo que, além de comida, gere bem-estar. Ao lado dela, poderíamos elencar toda uma gama de outras concepções e práticas que anunciam um mundo à escala humana (SCHUMACHER, 1983), agroecológico (ALTIERI, 1989), repleto de tecnologias apropriadas (KAPLINSKI, 1990) e distinto deste em que vivemos. Essas possibilidades se fundamentam em reflexões, estudos e experimentos sólidos que, muitas vezes, acabam por denunciar as forças e vetores que impedem ou dificultam a emergência de tais transformações. No entanto, Bookchin reforça a atenção para o fato de que

“uma nova tecnologia está hoje emergindo. Ela é tão importante para o futuro como é a fábrica para o presente. Ela traz consigo um critério de seleção das técnicas atualmente existentes, a partir de seu interesse ecológico e da sua relação com a liberdade humana. Nos seus aspectos de maior relevo, estas técnicas são fortemente descentralizadoras, isto é, humanas na sua própria escala, de construção muito simples e de orientação compatível com a natureza. Elas vão buscar a sua energia ao sol e ao vento, bem como aos resíduos urbanos e aos resíduos agrícolas. (...) Esta nova concepção da técnica pode ser designada por ‘tecnologia popular’, os pequenos jardins comunitários, (...) os painéis solares feitos de forma quase artesanal, (...) os pequenos moinhos de vento exprimem, todos em conjunto, a vontade de iniciativa autônoma de comunidades anteriormente passivas. O que importa é (...) o ressurgimento de um sentimento de autocompetência, que em geral é negado ao cidadão comum.” (p. 97-98)

Com isso, Bookchin ressalta o perigo de tais tecnologias serem também apropriadas pelo *establishment*, o que acarretaria a manutenção da

ordem vigente ainda que sob nova roupagem, em um movimento análogo ao que acontece com o discurso desenvolvimentista camuflado pela retórica do desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, não se trata apenas de fomentar novas técnicas, mas de edificar toda uma outra visão de mundo, com orientações basilares distintas das hegemônicas.

Assim como Herbert Marcuse (1977), Bookchin anuncia tais novas tecnologias como possível resultado de uma “nova sensibilidade, de uma nova competência e de uma nova consciência” (BOOKCHIN, 2010, p. 98). É esta nova sensibilidade impressa nos indivíduos que, acreditamos, trará o potencial para se configurar enquanto lastro e esteio da nova sociedade, justamente porque as tecnologias alternativas podem muito bem ser recentralizadas e reestruturadas, a partir de esquemas repressivos e hierárquicos, para se adaptarem à lógica de acumulação e injustiça do sistema hegemônico, conforme dissemos acima.

A permacultura como conjunto de técnicas ou ciência pode-se constituir enquanto um veículo de libertação; mas seu uso restritivo e sua aproximação com a “forma-mercadoria”¹⁰⁷ poderiam torná-la um veículo de domínio e opressão. É importante frisar que os avanços técnicos e científicos, em si, não são um problema; eles adquirem ‘sentido’ de acordo com o contexto que os concebe e utiliza.

A crítica à forma-mercadoria não é a crítica ao avanço tecnológico, mas sim a um modo de produção em que a presença dos padrões é que determina tudo: sua presença, número, qualidade e quantidade. Assim como a ciência para emancipação não pode se submeter a um modo produtivo baseado no favorecimento de uma classe e na reprodução de padrões éticos e morais hegemônicos e “estabilizantes” (MARCUSE, 1969, p.24), a permacultura que visa emancipação deve se balizar pelas necessidades humanas e não pela forma-mercadoria.

Na dinâmica de manutenção do mercado capitalista, as mercadorias, produzidas de acordo com as exigências do lucro, têm se tornado parte e parcela da própria existência das pessoas. Essa dinâmica perversa disputa a expansão das fronteiras do mercado através da inserção constante de novas mercadorias, mesmo daquelas que, objetivamente, busquem e apontem

107. O debate sobre a “forma-mercadoria” relaciona-se ao debate sobre valor de uso e valor de troca. Marx (1985), no primeiro volume do “Capital”, afirma que “o produto do trabalho adquire a forma-mercadoria quando o seu valor adquire a forma de valor-de-troca, oposta à sua forma natural; quando, portanto, ele é representado como a unidade em que se funda esta contradição”. Em outras palavras, a forma-mercadoria é um dos motores relacionais da sociedade capitalista, baseada no fluxo e na produção de mercadorias.

para superação desse modo de produção (a foto de Che Guevara estampada nas camisetas; o movimento punk controlado; entre outras tantas experiências subversivas, porém, adequadas à ordem). Com a permacultura não é diferente: ela é disputada a todo instante para distintos projetos, ainda que traga em seu bojo certos direcionamentos. A hegemonia capitalista, não raro, consegue imprimir sua marca, seu *modus operandi*, aos projetos de contestação.

O processo de apropriação e aplicação de conceitos não é estático, e os vetores em disputa são vários. Nossa preocupação se dá no sentido de que os acordos políticos entre estes vetores apenas reformem superficialmente certos projetos, mantendo os pontos fulcrais que o sustentam. A permacultura pode ser utilizada como ferramenta de questionamento estrutural ou não, de acordo com o entrelaçamento de fatores éticos, estéticos, técnicos e políticos de quem a disputa e ‘manuseia’, e é isso que queremos frisar.

A partir das breves reflexões acima apresentadas, o intuito do presente capítulo foi o de chamar a atenção para questões relativas às categorias de técnica, estética, ética e política, mostrando o quão imbricadas estão e como a permacultura deve levar em consideração todas elas em sua prática e existência.

CAPÍTULO 14



O DECLÍNIO DO SABER-FAZER: A PERMACULTURA CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO DA VIDA

“Os homens têm história porque têm de produzir sua vida, e têm de fazê-lo de modo determinado; isto é dado por sua organização física, tanto quanto sua consciência.” (MARX, 2007, p. 34)

Não raro nos encontramos atônitos perante um percalço doméstico, sem saber sequer por onde começar a resolvê-lo. Um interruptor quebrado; a descarga disparada; vazamento no chuveiro. Chamamos alguém – seja um amigo, parente, vizinho ou, mais comumente, um profissional – e, ao observar a, muitas vezes, simples e rápida resolução do problema, nos sentimos desprovidos de habilidades e conhecimentos aparentemente banais.

Já com relação a questões maiores, tais como cuidar de uma horta, jardim ou, quem sabe, construir uma casa, a distância torna-se ainda mais nítida, e um hiato geracional também se faz presente. Não é preciso um levantamento estatístico ou estudo científico – ainda que fosse conveniente fazê-los – para constatar que nossos antepassados (mesmo os próximos como pais, avós ou bisavós), comumente apresentam uma série de conhecimentos e habilidades distintas das nossas como, por exemplo, um maior vínculo com relação ao cultivo da terra (muito mais intenso do que

o vínculo da geração atual) e, mesmo, muitos construíram (total ou parcialmente) suas próprias casas. Tratava-se de um outro momento histórico; serviços e produtos muito mais limitados e escassos do que hoje; uma maior demanda por especialistas; etc. De toda forma, a necessidade – motor da História – de possuir determinados conhecimentos, fazia-se presente como questão de sobrevivência para muitos.

Ao longo do último século, assistimos a ascensão e o apogeu da sociedade industrial, reconfigurando profundamente as relações de produção da realidade (MARCUSE, 1967), fomentando novos arranjos institucionais e, também, influenciando e redefinindo as bases para a construção da subjetividade humana a nível global (MARCUSE, 1977), em especial no Ocidente. Alguns chegaram até mesmo a afirmar o ingresso em uma era pós-industrial, com a predominância da produção de bens imateriais como foco da economia contemporânea, como nos conta – e refuta – J. P. Dupuy (1980):

“Doravante o que importa é produzir ‘bens imateriais’. A sociologia norte-americana, com Daniel Bell, Marshal McLuhan e outros, já produziu a ideologia apologética dessa reconversão: é o tema bem conhecido do advento de uma nova forma de sociedade: a sociedade pós-industrial, apresentada como um novo progresso na libertação da humanidade em respeito às necessidades materiais (...) Por trás dessa mitologia postiça, esconde-se uma realidade mais severa: o redobramento da indústria à escala mundial. Falar de ‘novo crescimento’ ou de ‘nova ordem econômica internacional’, a ideia é a mesma: enviemos as nossas indústrias pesadas para poluir os países do Terceiro Mundo.” (DUPUY, 1980, p. 20)

Fazemos tal observação, de maneira sucinta, apenas para situar o pano de fundo aqui proposto: trata-se de discutir as causas e consequências do declínio do ‘saber-fazer’ na sociedade contemporânea, onde as interfaces produtivas com a realidade concreta continuam existindo, apesar de reconfiguradas. Claramente, não tencionamos, de maneira leviana, nos propor a esgotar tão profícuo debate, mas sim não deixar de percorrê-lo como elemento fundamental para a temática desta publicação. Para iniciá-lo, parece-nos didático introduzir uma outra categoria, que se lhe opõe, e que junto com o ‘saber-fazer’ – ‘*savoir-faire*’ e ‘*know-how*’ são outras formas pelas quais o conceito pode também se apresentar – forma o binômio que dará lastro para a discussão a seguir: o ‘saber-comprar’.

Logo, ‘saber-fazer’ e ‘saber-comprar’ apresentam-se como duas categorias que aqui se antagonizam e se constituem enquanto a predominância de uma série de conhecimentos, habilidades ou *modus operandi* sobre o

qual se desenvolve um tipo específico de racionalidade, à qual, por sua vez, corresponde pela conformação subjetiva de um dado sujeito.

Está longe de nosso intuito, inspirados por algum tipo qualquer de primitivismo atávico, romantizar o passado. Um rápido passeio histórico nos permitiria facilmente constatar as péssimas condições de vida a que esteve sujeito, objetivamente, um habitante dos centros urbanos mundiais no século XIX, por exemplo. Em termos absolutos, com o passar dos anos, a expectativa de vida aumenta; caem as taxas de mortalidade infantil; entre outros (IBGE, 2003). Tampouco podemos deixar de constatar que, em termos relativos, nem todas as mudanças foram para melhor: temos novas doenças; novos desafios sociais e ambientais etc.

O fato central é que – sem discutir as exceções, que sempre se fazem presentes – via de regra, entendemos o ser humano como produto de seu meio, inclusive e principalmente no que diz respeito à constituição de seus conhecimentos, habilidades e universo subjetivo (MARCUSE, 1977; GUATTARI, 1987, 1990), influenciados pelas dinâmicas sociais, culturais, ambientais, políticas etc, próprias de um determinado contexto. Dessa forma, entendemos que as dinâmicas sociais e concretas do século XIX, por exemplo, exigiam que um indivíduo dominasse certos conhecimentos, pois as circunstâncias eram outras. Lembremos também, que os ‘conhecimentos essenciais’ das camadas populares nem sempre eram os mesmos das camadas abastadas da sociedade – quadro que prossegue semelhante com a divisão social do trabalho (DURKHEIM, 1977) –, o que nos permite fazer um recorte de classe no estudo da conformação da subjetividade individual, no passado e no presente.

Parece-nos importante debater e conceituar algumas noções centrais para o entendimento do modo de produção vigente, e sua relação com a constituição do sujeito contemporâneo, a fim de acompanhar processos de trânsito e mutação social, e poder caracterizá-los como frutos (e/ou causas) de determinados vetores históricos.

Partindo da centralidade da categoria marxiana de trabalho – expressa principalmente nos Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844, compilados e primeiramente publicados por Lukács no ano de 1932 –, podemos traçar um caminho que explicita algumas das causas para o declínio do ‘saber-fazer’ na sociedade contemporânea.

Abordando o trabalho enquanto um conceito filosófico como proposto por Karl Marx, veremos que a totalidade da existência humana está abarcada ontologicamente em suas fronteiras. Indo além da concepção de trabalho em seu sentido puramente econômico (como alguns de seus an-

tecessores no campo da Economia Política), ele apresenta o trabalho enquanto práxis fundamental e distintiva da espécie, na qual o ser humano objetiva¹⁰⁸ sua vontade e a manifesta no mundo concreto – esse seria, para Marx, nosso traço distintivo, inseparável da existência da espécie: manifestar vontade e consciência por meio da atividade vital. Assim, diferentemente dos outros animais (que apenas atendem suas necessidades imediatas com suas atividades vitais), o ser humano, por meio do trabalho, constrói um mundo objetivo por meio da manipulação da natureza, que vai além da sua simples biologia.

Bem, afirmamos antes que a necessidade é motor da História. E uma vez que entendemos a História como a história humana, torna-se simples supor que as necessidades das quais falamos são também as necessidades humanas.

“Sendo a filosofia marxiana uma filosofia da práxis – e práxis aqui sempre deve ser entendida como a atividade produtiva do homem, atividade adequada a fins, em primeiro lugar –, com efeito, essa filosofia tem como categoria central o trabalho humano. Para Marx, é por meio de sua atividade prático-sensível que o homem não apenas provê as suas necessidades cotidianas e mais imediatas, o homem por meio do seu próprio trabalho produz a si mesmo. Isso quer dizer que o homem é o resultado de sua própria atividade produtiva, através do trabalho o homem engendra a si mesmo, mais ainda, mediante o trabalho o homem tem seu nascimento histórico; mais precisamente, o homem se torna um ser histórico, uma vez que esse nascimento é obra de suas próprias mãos.” (MOURA, 2012)

Ressaltemos também que, ao falar de necessidades (ou carências) é preciso superar o escopo das necessidades biológicas, fundamentais à manutenção da vida ‘corpórea’ do ser humano.

“As carências que realmente orientam e determinam a produção não são essas necessidades biológicas ‘cruas’, abstratas, mas carências sociais, que são elas próprias produto de um desenvolvimento histórico e resultado de um progresso anterior da atividade material produtiva.” (MÁRKUS, 2015, p. 37)

E para complementar, em uma de suas últimas obras (publicada após sua morte) “Grundrisse: esboço da crítica da economia política”, Marx (2011, p. 435) afirma que “as necessidades são produzidas tanto quanto o são os produtos e as diferentes habilidades do trabalho”. Ele já reconhecia (na mesma obra citada) a existência de uma profunda lacuna entre as ha-

108. Sobre o conceito de “objetivação” em Marx, ver LESSA e TONET (2008).

bilidades e as necessidades do ser humano contemporâneo (isso em meados do século XIX, quando escreve o autor). Para ele, tratava-se então de um fenômeno histórico, resultado da conhecida divisão social do trabalho e, portanto, da alienação. Como bem afirma o filósofo Gyorgy Márkus, em seu trabalho sobre antropologia e marxismo, “o caráter histórico das necessidades humanas baseia-se e decorre das características do trabalho enquanto uma atividade humana específica” (MÁRKUS, 2015, p. 38).

É também o que Marcuse (1967), em seus ensaios, caracterizou por Homem Unidimensional: o sujeito como produto de uma sociedade consumista, ‘de massa’, dominada pela tônica da mercantilização; toda a formação subjetiva e objetiva deste sujeito é mediada por forças exteriores, para adequá-lo à sociedade que o produziu.

São muitos os autores a reforçar esse movimento dialético que existe entre a constituição dos sujeitos e seu meio primário. Para nós, o conceito de alienação é especialmente importante, pois ilustra em grande parte a ascensão do ‘saber-comprar’ em detrimento do ‘saber-fazer’. O alienado encontra-se alheio a algo que originalmente lhe pertence, e que lhe é subtraído por circunstâncias diversas e externas.

Com a ascensão e multiplicação dos mercados e das práticas comerciais, alcançamos um inédito patamar civilizatório na contemporaneidade. Vejamos bem: mercados e práticas comerciais existem há muito tempo, em sociedades pré-capitalistas, tribais, pré-colombianas etc. A única novidade sistêmica que hoje constatamos é a predominância das relações e práticas mercantis (insufladas pela disseminação global do capitalismo) a nível mundial. Certamente, em regiões e populações pontuais e isoladas, isso pode ainda não haver se consolidado enquanto um fato, mas nossa abordagem não se detém, por ora, em exceções. A conjuntura nos mostra que vivemos um período de hegemonia das relações de Capital¹⁰⁹ como jamais se viveu antes, e isso reconfigura a maneira como todos os atores se organizam. As transações comerciais de compra e venda são elementos básicos dessa determinada ordem predominante, e cada vez mais presente no cotidiano das pessoas.

“O empobrecimento dos laços que unem os homens ao mundo e aos outros torna-se um poderoso gerador de demanda de substitutos mercantis, que permite sobreviver num mundo cada vez mais alienante, no mesmo tempo em que eles reforçam as condições que os tornam necessários.” (DUPUY, 1980, p. 34)

109. Sobre isso, ver MARX (2013).

Dessa forma, entendemos que o capitalismo (resumidamente, o sistema onde as relações sociais predominantes são as capitalistas) não se constitui apenas como um sistema econômico ou político, mas também como um sistema cultural, dotado de signos, semântica, símbolos, crenças etc. E para garantir sua reprodução, ele necessita ocupar cada uma dessas áreas com elementos que favoreçam a sua manutenção. E assim, mercantilizar as relações humanas, “empobrecendo os laços que unem os homens ao mundo e aos outros”, torna-se uma tática necessária para o avançar do sistema. Em outras palavras, minar a autonomia e a solidariedade são práticas inerentes ao capitalismo.

Uma das grandes fontes de autonomia individual (enquanto conhecimento) e coletiva (enquanto cultura) encontra-se nos laços que unem o ser humano ao mundo material, dotando-o de capacidades para trabalhar a natureza e atender suas necessidades e carências de forma geral. Em termos comparativos, em uma situação de necessidade, um sujeito que sabe como construir seu abrigo, ou plantar seu alimento, tem mais autonomia em relação a outro que não possui tais conhecimentos, e que passa a apresentar ‘dependência’ para conseguir que outros o auxiliem a prover algumas de suas necessidades básicas, tais como se alimentar e proteger-se.

Em algumas sociedades não capitalistas¹¹⁰, a ausência do fluxo monetário faz com que as relações de reciprocidade e parentesco sejam o lastro que garante a um indivíduo suas condições de bem-estar, de acordo com os padrões e aspectos da sociedade em questão. Dentro dos parâmetros da sociedade ocidental hegemônica, o que garante o acesso material a determinadas necessidades básicas são as transações comerciais, normalmente mediadas pela moeda.

“A divisão do trabalho acarreta que os homens dependam da reciprocidade em grau muito mais elevado do que no caso de cada pessoa cultivar sua própria couve ou até confeccionar seus próprios sapatos e ternos. A divisão do trabalho traz a dependência da reciprocidade.” (STEINER, 2006, p. 89)

Porém, esta reciprocidade só se materializa no sentido de cada qual garantir que disponibilizará, via mercado, o produto ou serviço que ofe-

110. A despeito da hegemonia das relações e do modo de produção capitalista, ainda hoje é possível encontrar determinados ‘interstícios’ que operam em outro registro da experiência humana, principalmente em sociedades tribais e apartadas de centros urbanos e globais.

rece à sociedade. Logo, é a compra que definirá quem tem ou não acesso a tais bens ou serviços, fazendo com que o tecido social gire em torno do fluxo econômico.

De qualquer forma, somos dependentes, e essa é uma realidade que urge compreendermos. Não existe autossuficiência (no sentido de autonomia plena) no âmbito da existência humana. Somos parte de uma enorme rede de acontecimentos, ou uma Teia da Vida (CAPRA, 1996), como defendem alguns autores. Essa teia abrange todos e cada um dos diferentes aspectos de nossas vidas, dos biológicos aos sociais. A forma em que essa dependência se manifesta, no que diz respeito aos modos de organização social, é que pode variar de contexto a contexto.

Talvez seja importante ressaltar: não acreditamos num mundo onde cada ser seja única e inteiramente responsável pela sua existência, construindo sua casa, plantando seus alimentos e realizando com as próprias mãos tudo o mais que for necessário. Entendemos que a sociedade em si não é um problema; a questão principal é a maneira como determinada sociedade se organiza. Entendemos também que ninguém precisa ser capaz de fazer absolutamente tudo sozinho, o que, além de sofrível, dificilmente contribuiria para a evolução social e coletiva da humanidade. A colaboração e a interdependência são elementos fundamentais e intrínsecos à nossa existência, mas, ao contrário, é a competição que se faz mais presente, na prática e no imaginário geral¹¹¹.

E aqui talvez convenha refutar um dos mitos ou concepções equivocadas aos quais a permacultura está sujeita: muitos a veem como a intenção de alcançar a autossuficiência plena; construir uma ‘fazenda feliz’ onde tudo funciona e nada mais é necessário. Mas essa imagem não faz jus à realidade. Não é disso que se trata permacultura, mas sim de criar e fomentar relações de justa interdependência. Apostar em relações humanas horizontalizadas, de benefício mútuo e equiparável; reconstruir o tecido social baseado em outros pilares, que não o fluxo financeiro.

111. Aqui poderíamos discorrer sobre um embate conceitual entre as concepções de Darwin e Kropotkin sobre as relações na natureza. Enquanto o primeiro defende a percepção de que a seleção natural favorece os mais aptos num sistema contínuo de competição, com os mais fortes subjugando os mais fracos indefinidamente, Kropotkin, em sua obra “Ajuda Mútua” (2009) discorre sobre a colaboração entre seres vivos na natureza como um dos fatores determinantes para a evolução e manutenção da mesma, questionando porque os sistemas humanos não poderiam também se basear naquela concepção de relação em sociedade. Sobre este interessante embate recomendamos a leitura do artigo de Nildo Viana (2015) chamado “Kropotkin e o Darwinismo”, elencado nas referências ao final deste livro.

Não é isso que acontece dentro das relações capitalistas. A relação de dependência converte-se claramente em relação de dominação, onde, de um lado, estão os que possuem muito, podendo demandar aquilo que quiserem daqueles que não possuem nada a não ser sua própria força de trabalho, que aos primeiros é vendida em busca da sobrevivência primária. Isso se intensifica numa dinâmica financeirizada¹¹², onde dinheiro converte-se em mais dinheiro, garantindo a permanência do controle daqueles que já se encontram no poder, com pequenas e praticamente irrelevantes exceções ou variações.

Toda essa longa digressão tem o intuito de subsidiar a afirmação de que, no processo histórico, o sujeito foi (e vem sendo) desestimulado a ‘saber-fazer’, ou ter conhecimento prático das formas concretas de suprir suas necessidades; e sistematicamente encorajado a substituir esse conhecimento por outro, mais adequado às atuais configurações: o ‘saber-comprar’.

Nas regiões onde o capitalismo estabeleceu-se primeiro mais profundamente, é possível constatar o vertiginoso aumento da gama de serviços e produtos oferecidos à população. Já não é comum que as pessoas sejam parte ativa das atividades que irão lhe suprir as necessidades; as casas são compradas, não apenas em sua construção, mas em sua concepção, projeto e estilo – para que pensar se podemos pagar? Com os alimentos sucede o mesmo: sequer sabemos como, onde ou por quem são cultivados, o que nos importa é tê-los à nossa mesa. Estabelece-se a cultura da compra em detrimento da do protagonismo. Repetimos que, com isso, não tencionamos dizer que o sujeito deveria fazer por ele mesmo tudo aquilo do que precisa, mas, sim, que o grau de afastamento e alienação contemporâneo está produzindo indivíduos que são incapazes até mesmo das coisas mais básicas, como reconhecer um rabanete: o que se está sendo enterrado é o conhecimento e as condições para a autonomia.

Entendemos que ‘saber-comprar’ constitui-se, de fato, como uma habilidade concreta. É necessário entender e operar sobre o funcionamento das transações comerciais para possuir êxito em sua prática. Mas também entendemos que se trata de um espectro do conhecimento muito mais limitado e completamente dependente de uma dada configuração social, pois baseado em uma mediação humana. Já o ‘saber-fazer’, constitui-se enquanto um vínculo direto com o mundo material, com a natureza, menos atrelado a intermediações. O sujeito que sabe fazer, ainda que se encontre inserido em um ou outro contexto (rural, urbano, metropolitano, indígena

112. Sobre a financeirização do Capital (que não cabe nesta já longa digressão), recomendamos a leitura de LOPYDA (2011) e HARVEY (2004).

etc.), leva consigo esse conjunto de conhecimentos, que permanece, no mais das vezes, útil, pois aplicável à realidade circundante; já aquele que sabe comprar, a se ver afastado de seu hábitat de origem (a sociedade mercantil), não encontra aplicação para aquilo que ‘sabe fazer’.

A sociedade capitalista cria indivíduos cada vez mais dependentes de um dado sistema, e, justamente por isso, cada vez menos afeitos à ideia de superá-lo, suprimi-lo ou substituí-lo.

Karl Marx, ao analisar a mercadoria apresenta-a como “um objeto exterior, uma coisa, que, por meio das suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie”. Apresenta-a também como portadora de dois tipos distintos de valor: valor de uso e valor de troca.

O valor de uso está na utilidade desta coisa, trata-se de uma característica intrínseca ao objeto e seu uso, não existindo apartado dele. Esse valor só se realiza na utilização ou consumo de determinado bem, e não importa a quantidade de trabalho necessário para produzi-lo.

O valor de troca é quantificável e inerente a uma dada sociedade, “muda constantemente com o tempo e o lugar. O valor de troca parece, por isso, ser algo casual e puramente relativo” (MARX, 1985, p. 56); trata-se de quantificar o trabalho socialmente necessário para produzir algo, um bem ou mercadoria. Este valor está dissociado do uso do bem a que corresponde. Não importa como ou para que seja utilizado, o que importa é sua capacidade de ser intercambiado por outros bens (especialmente por dinheiro).

Essa duplicidade é o que permite a acumulação de valores, pois, para um ser humano portador de imensa fortuna, seria impossível realizar os valores de uso de tudo que possui. No entanto, está ao alcance deste indivíduo, acumular bens e mercadorias a partir de seus valores de troca e, assim, administrar sua fortuna como lhe convier.

Assim com os bens produzidos nesta sociedade, os trabalhadores (e sua força de trabalho) são, eles próprios, mercadorias quando consumidas por aqueles que os empregam, pagos de acordo com seu valor de troca, balizado pelas leis do mercado.

Vivemos um momento de supremacia dos valores de troca sobre os valores de uso. Isso faz com que o fluxo de mercadorias, de qualquer natureza, seja a prioridade da produção, uma das pedras angulares do sistema vigente.

Em termos analíticos, poderíamos correlacionar os valores de uso e de troca, respectivamente, a duas outras categorias: autonomia e heteronomia (DUPUY, 1980). Numa dada sociedade, hipotética, onde os bens

sejam tomados primordialmente por seu valor de uso, as pessoas teriam acesso àquilo que lhe corresponde em termos concretos, ditando a partir da própria ação (autonomia), quais são os objetos que pertencem ou não pertencem ‘à sua jurisdição’, sendo sua capacidade de ação o lastro para tal definição.

Já na sociedade em que vivemos, a predominância dos valores de troca faz com que fatores externos aos indivíduos (heteronomia) indiquem aquilo a que os mesmos têm ou não têm acesso, ‘direito’, ou ‘posse’, propiciando arranjos próprios e desiguais, típicos da sociedade contemporânea como, por exemplo, os índices de distribuição de terra ou moradia. Produzem-se, dessa forma, fenômenos grotescos como terras improdutivas em um mundo abarrotado de pessoas em busca de terra; milhões de casas vazias enquanto milhões não possuem casa, e uma enorme lista de gritantes (porém ‘aceitas’) contradições.

Operando por um outro registro, mais direto e talvez menos conceitual, trata-se de uma manifestação do filosófico conflito entre ‘ser’ e ‘ter’. Ser é saber; ter é comprar. No entanto, caminhamos para um lugar onde o indivíduo é cada vez mais identificado com aquilo que ele tem. As pessoas ‘são’ ricas; ‘são’ pobres. E a maior parte dos indicadores ‘sociais’ baseiam-se na riqueza material das populações.

Referenciando-nos ao início deste tópico, reforçamos que essa desconexão dos sujeitos com o meio que os cerca não é um acaso, e sim um projeto consciente para o qual a fabricação de indivíduos dependentes da estrutura vigente é parte integrante. Acreditamos que a permacultura opera no sentido oposto, revalorizando o ‘saber-fazer’, servindo de estímulo para que as pessoas se conectem mais profundamente ao entorno e com as questões materiais ao redor. Para que, ao menos, as pessoas ‘saibam fazer’, a despeito de não ‘necessitarem’ fazê-lo; para que o conhecimento seja fruto da conexão e também da experiência.

Em uma frase: a permacultura luta contra a terceirização da vida.

CAPÍTULO 15



DO EGO AO ECO: UM MANIFESTO AGRO-ECO-LÓGICO

Somos sujeito e também objeto. Sujeitos aos ecos do entorno. Somos protagonistas e reféns de nossas próprias escolhas. Algozes e cativos de nós. Simultaneidade que nos coloca questões sensíveis a serem refletidas.

Este manifesto é um convite ao movimento. Movimentar-se é deixar um local para aportar em outro. Mas onde estamos e para onde queremos ir? No plano individual, são múltiplas as respostas – talvez algo próximo a 8 bilhões delas – mas, e enquanto civilização, sociedade e corpo coletivo?

Para bem escolher um destino é preciso, antes, saber ler onde estamos, entender o que nos cerca e o que isso significa. Nos termos de Paulo Freire, é preciso alfabetizar-se, o que quer dizer, basicamente “saber ler o mundo”; aplicar uma ‘leitura da paisagem’ à nossa realidade.

Vivemos uma civilização doente que, conseqüentemente, adoece seus indivíduos. As partes centrais da doença foram tornadas sustentáculos desse sistema – engalfinhando-se como um tumor que, se retirado, colapsa seu hospedeiro. Vivemos em um contexto estruturado pelo individualismo, pela alienação e pela apatia. Assim, a fome tolerada é a do outro; a casa que importa é a minha; e a lógica correta é a que me favorece. Sem esses elementos o sistema desmorona, é por isso que solidariedade, o conhe-

cimento e a organização se tornam subversivas, sendo sistematicamente atacadas pelos aparatos de manutenção da ordem vigente, que fabrica ignorância, medo e desinformação.

São múltiplos os obstáculos: a alienação faz com que não consigamos enxergar o que se passa, tornando-nos alheios ao mundo que nos cerca – e sem entendê-lo, não podemos mudá-lo. Superando a alienação, existe a apatia, que nos convida à estagnação e faz com que, enxergando os problemas, não nos motivemos a agir. E como se não fosse suficiente, há o individualismo para, no caso de vencermos alienação e apatia e de fato nos movermos, que nossa ação se foque na busca daquilo que nos beneficie individualmente – agimos apenas por interesse próprio e direto, buscando atingir nossos objetivos pessoais em detrimento do resto.

É importante dizer: isso não é natural, não faz parte da psique humana; a competição não está inscrita em nossa memória genética, e não está ‘por aí’ em toda a natureza como mecanismo de evolução das espécies, como afirmam alguns. Todos esses comportamentos e suas consequências são socialmente construídos e tais leituras só são ‘vencedoras da história’ porque dão algum tipo de subsídio para a manutenção do *status quo*, buscando justificar ou naturalizar o injustificável e não natural. Menos Darwin e Dawkins e mais Kropkin e Bookchin! Menos Hobbes e mais Rousseau! Mais antropologia, mais bem-viver e menos etnocentrismo! Menos ‘face’ e mais face.

Há um sistema complexo de forças e poderes imbricados que garante o ordenamento social vigente. Instituições como Mídia, Estado, Igreja, entre outras, utilizam-se de seu aparato cotidianamente para formar “sujeitos” – na acepção mais literal da raiz etimológica da palavra, do latim “*subjetctus*”, particípio passado de “*subicere*”, “colocar sob, abaixo de”. Sujeitos sujeitados ao estabelecido. Sujeitos que, eventualmente, farão a defesa visceral de seus captores, lustrando seus grillhões e pregando a violência contra si mesmos. Sujeitos prontos a reagir, a correr em defesa da ordem que os sujeita, a conter e desencorajar as mudanças, as transformações e as revoluções. Sujeitos que serão ensinados a odiar aqueles que diferem de si e a não-dialogar, mas combater.

Nossa sociedade não se estruturou por acaso, nem por ser a única ou a melhor possível: um complexo labirinto histórico nos trouxe até aqui, digno de Dédalo e mais perigoso que o Minotauro. E o principal a se manter em mente é: “um outro mundo é possível”. Esse é o primeiro passo para, então, nos perguntarmos: “Qual?”.

Não são poucos os interstícios, as experiências e vivências de sociedades pré-capitalistas, povos ameríndios e tradicionais, comunidades e grupos regidos por outra lógica, outra matriz, cujos relatos, registros e reminiscências chegaram aos nossos dias, ainda que sabotados pela tentativa de obliteração de um sistema incapaz de conviver com a esperança que o ameaça.

São igualmente muitas as experiências pós-capitalistas em curso, que ensaiam uma sociabilidade outra, de novos e vindouros tempos, onde a hegemonia do Capital não mais se fará presente. Experiências espraiadas pelo planeta, distantes porém conectadas pela globalização enquanto esperança, com a qual Milton Santos sonhou. Experiências que vão de Fortaleza à Catalunha, passando por São Carlos, Alentejo, Porto Alegre, Daylesford, Cascavel, Portland, Quillabamba, Medellín, Auroville, Lynedoch, Christiania, e um enorme *et cetera*.

O que propomos é movimento, uma forma de transição. Abandonar um lugar para aportar em outro. Hoje, o centro é o ‘ego’ e precisamos ir além, sair do ‘eu’ em busca do coletivo, em busca da ‘casa’. Uma pequena letra que faz toda a diferença: é hora de deixar o ego em direção ao eco.

“Ego” deriva do grego “*egôn*”, que determina a primeira pessoa do singular: eu. Logo, egoísmo significa, basicamente, “aderir à doutrina do eu”. “Eco” vem do grego “*oikos*”, “casa”, radical usado para formação de palavras como “ecologia” e “economia”.

Sabemos que essa transição é global e deve ser vista não como imposição, mas necessidade de sobrevivência e superação. Apenas uma transformação estrutural e sistêmica será capaz de promover mudanças reais e duradouras na vida dos indivíduos e de todo entorno.

Essa revolução bem poderia se alicerçar em pilares agro (na agricultura); eco (ecologia); e lógicos (racionalidade).

A agricultura está na base da civilização humana; sua prática é responsável pela chamada revolução neolítica, por meio da qual passamos da condição de caçadores-coletores nômades para a de sedentários fixos, aprendendo a cultivar a terra para dela nos alimentar. São apenas 12 mil anos desse marco, o que, do ponto de vista geológico, é bastante recente. De lá pra cá nossa alimentação e relação com a terra mudou muito e podemos resumir tais mudanças em quatro principais fatores: a explosão demográfica contemporânea, que faz com que sejamos quase 8 bilhões de indivíduos sobre a Terra; a urbanização como fenômeno e tendência hegemônica de organização humana; a consolidação de uma sociedade mer-

cantil baseada no valor de troca dos objetos, predominantemente capitalista; e, por último, a industrialização da produção e da vida como paradigma.

Esses elementos colocam a questão agrícola no centro do palco: ela é um dos pilares de nossa sociedade, determinando muitos desdobramentos. Ela se conecta à questão fundiária, à posse de terras; à soberania e à segurança alimentar; à questão hídrica; à fertilidade e vida dos solos; à concentração de riquezas; às forças políticas e econômicas etc. Repensar a sociedade sem passar pelo questionamento do paradigma agrícola seria um erro.

Em síntese, é preciso uma agricultura renovada, que atenda às demandas atuais e que não comprometa a capacidade das gerações futuras e as outras formas de vida existentes; que não promova a concentração fundiária e de renda; que produza alimentos vivos e de qualidade para a nutrição humana. A resposta para isso é “agroecologia”: um projeto de sociedade, com agricultura de base ecológica que considera fatores políticos, econômicos e sociais em sua prática.

Além disso, é preciso reconstruir a noção de ciclo e de finitude do planeta em nossa concepção de mundo, cada vez mais afetada pelo imediatismo. Sem essas compreensões, nossas ações tendem a um abismo. Aí reside a importância e o significado de “casa”, “eco”, “oikos”. É preciso construir (e em parte recuperar) essa ‘racionalidade ambiental’ de que Enrique Leff nos fala, essa “lógica ecológica”.

Por fim, nosso sistema pode ser tudo, menos racional. A forma como explora indivíduos e natureza gera catástrofes ambientais e sociais; a tônica no imediatismo é insustentável; a concentração de riqueza; o desperdício. Nas palavras de Hebert Marcuse (1977), “esta é uma sociedade obscena”.

“Esta sociedade é obscena em produzir e exibir indecorosamente uma abundância sufocante de mercadorias, ao mesmo tempo que priva largamente as suas vítimas da satisfação de necessidades vitais; obscena em atulhar-se a si própria de bens, enquanto as latas dos seus desperdícios envenenam o mundo dos explorados; obscena nas palavras e nos sorrisos dos seus políticos; obscena nas suas orações, na sua ignorância e na sabedoria dos intelectuais que tolera.”

Do ponto de vista do bem-estar coletivo, esse sistema não tem lógica, não tem ‘logos’. Trata-se de uma caricatura pálida; de uma tentativa de forjar e plasmar uma pretensa racionalidade sob a ‘lógica’ da destruição e do acúmulo de poucos.

É por esse motivo que precisamos de uma transição que seja agro, eco e lógica. Uma transição que recupere o sentido desses pilares para transformação da sociedade e da vida na Terra. Ou, como nos ensina o ativista indiano Satish Kumar, a nova tríade para nosso tempo deve ser “*soil, soul and society*”: solo, alma e sociedade.

O desafio é global. Simultaneamente conectado à consciência de cada um dos indivíduos e à nossa capacidade de organização coletiva. Logo, a resposta precisa também ser global, plural e simultânea: precisamos nos dedicar a atividades que ressignifiquem a existência humana em seus aspectos subjetivos e objetivos, globais e locais, individuais e coletivos.

A história das sociedades humanas nos ensina que nenhuma transformação relevante foi espontânea. Essa também não será. Não existe neutralidade ou meio-termo em uma disputa desigual: ou você é parte da solução ou parte do problema (seja ativamente ou por omissão). Eventualmente, ao longo do dia, podemos ser os dois, em momentos alternados ou até simultâneos. Pois a escolha pela solução não é estática e sem retorno. Não se trata de uma dicotomia rasa, mas de um processo consciente e contínuo, com avanços e retrocessos, repleto de caminhos tortuosos e insuspeitos.

Como eu disse, esse manifesto é um convite ao movimento, ao engajamento e à ação agro-eco-lógica, e há muito campo pra isso, seja em seu local de moradia, trabalho, estudo; dentro de seus grupos de interesse; em sua profissão; pesquisa; ou militância.

Subvertendo Rosa Luxemburgo: agroecologia ou barbárie!

CAPÍTULO 16



PERMACULTURA, E GÊNERO: A QUESTÃO DAS MULHERES (ENTREVISTA COM NÁDIA RECIOLI)

Sabemos que mesmo aqueles que pregam e constroem esse ‘outro mundo possível’ estão sujeitos às influências e às deformações do sistema vigente, que reproduz e dissemina inúmeras formas de opressão. Assim, não raro, nos deparamos com situações constrangedoras e reprováveis mesmo em coletivos progressistas, de esquerda, em estações de permacultura e agroecologia etc. São muitos os relatos, por exemplo, de casos de machismo, racismo, transfobia, homofobia, entre outros, nestes espaços – ninguém está isento.

Nesse sentido, em diálogo com muitas pessoas que convivem e articulam espaços permaculturais (em especial com as mulheres), tenho refletido e ouvido reflexões sobre a questão de gênero, onde são plasmadas assimetrias, desigualdades, injustiças e mesmo casos que retratam as mais variadas formas de abuso.

Se propomos uma alternativa real para a sociedade, ela deve incorporar os diversos elementos em questão, e deixar de reproduzir as inúmeras formas de opressão identitárias que massacram e violentam pessoas todos os dias, além de exercer uma função coordenada com a acumulação de capital.

É claro que se trata de um processo de reeducação e descolonização contínuo e ativo por parte de todos e todas. Uma jornada permanente de questionamento, crítica e diálogo, regada à escuta e sensibilidade.

Permacultora Nádía Reciola



Buscando colaborar com tais reflexões, este breve capítulo é fruto de diálogo e entrevista com a permacultora Nádía Reciola, uma das articuladoras do grupo PermaSampa, da cidade de São Paulo, justamente acerca da questão das mulheres da permacultura. Trago aqui, na íntegra, sua resposta ao meu único e amplo questionamento, uma vez que sua visão, por ser portadora de experiência própria, pessoal, cotidiana e profunda, é muito mais rica do que a de qualquer pessoa (principalmente se este for um homem) que possa vir a refletir sobre o assunto sem experimentar os devidos pormenores.

Pergunta: Nádía, como você vê o ‘papel’ e o protagonismo das mulheres na permacultura? Quais suas experiências, vivências e reflexões a respeito? Como você percebe as relações de gênero nas atividades das quais participa e participou?

Resposta: Só posso responder a essas perguntas a partir de minha própria experiência e perspectiva, portanto é obviamente, uma visão parcial. O primeiro pensamento que a pergunta me traz é a percepção de que são ainda poucos os nomes femininos tomados como referência técnica em Permacultura. Desde que adentrei essa área, é claro que me deparei com muitas mulheres incríveis no caminho, mas de fato, quem são elas, onde estão agora e o que têm feito? Posso dizer que tenho visto as mulheres como grandes articuladoras, em suas comunidades e na linha de frente de projetos, propondo atividades e organizando tudo, trabalhando muito (e muitas vezes sem remuneração) para que o movimento permacultural aconteça. Percebo as mulheres extremamente disponíveis e de prontidão para colaborar, com todo amor à causa da sustentabilidade. Tende a ser mais ágil e eficiente trabalhar com elas devido a isso. No entanto, em geral são os permacultores homens que são tomados como os grandes detentores do saber, com quem todo mundo quer aprender, lotando as turmas dos

curso; que se tornam porta-vozes ou ficam com a ‘autoria’ de projetos onde, muitas vezes, são principalmente mulheres que estão trabalhando na base; que, por isso mesmo, estão sempre sendo requisitados para mil trabalhos em mil lugares.

Já ouvi diversos relatos muito sérios de falas e atitudes machistas explícitas por parte de permacultores de renomados institutos de permacultura e já presenciei algumas situações. Mas na minha experiência pessoal e mais recente isso aparece mais velado e subjacente, na divisão dos ‘papéis’ que se configura.

No âmbito da educação em permacultura, nos cursos de formação que participei como aluna foi frequente encontrar uma figura feminina na função de coordenação e organização ou na função de cuidar do bem-estar dos participantes, promovendo dinâmicas que tornem a vivência mais ‘agradável’. O próprio curso do qual hoje sou coordenadora pedagógica não foge a essa regra. Atualmente eu sou essa figura. Somos duas mulheres na organização das atividades, e temos ali um grupo de gira em torno de 12 educadores, dos quais apenas três são mulheres. Esse lugar da coordenação e organização se confunde às vezes com a ideia da “secretária”, a pessoa que se desdobra para organizar calendários e agendas, em vez de ser entendida como a idealização e lapidação constante de um projeto político pedagógico coerente, para a promoção de uma formação de qualidade.

Em sentido análogo, muitas vezes essa figura forjada da mocinha simpática que propõe vivências corporais, se torna uma espécie de ornamento ao tão cobiçado aprendizado da técnica, como se esta última fosse algo maior. Com isso se está esquecendo o fato de que o cuidar das pessoas é afinal um dos pilares da ética permacultural e é a razão última de tudo o que fazemos: as construções sustentáveis, o saneamento ecológico, a produção de alimentos, o *design* dos assentamentos têm um único sentido, que é servir ao bem-estar das pessoas, com uma justa distribuição dos recursos. Quero dizer com isso que vejo aí todo um *modus operandi* a ser repensado, pois esses aspectos ligados ao cuidado e ao corpo, não me parecem menores, absolutamente. A discussão que não cabe entrar no mérito aqui, mas que precisa ser feita, dado que certamente se reproduz no âmbito da permacultura, é a noção machista que liga a técnica ao masculino e o cuidado ao feminino.

No âmbito de mutirões, que são o momento de praticar de fato a permacultura, algumas coisas se revelam. O machismo que, sabemos, é estrutural e está em toda parte, vem mais à tona nesses contextos, pois esbarramos nas bobagens mais arcaicas sobre divisão sexual do trabalho. Então, já ouvi sim, que, por exemplo, as mulheres devem fazer as funções mais

delicadas, como amarrar as verduras enquanto os homens devem cuidar das tarefas mais pesadas do plantio. Esse tipo de mentalidade certamente é um fator importante a ser questionado, pois já aconteceu comigo, por exemplo, de estar em um curso de sistemas agroflorestais e não conseguir acessar a motosserra, ferramenta altamente disputada pelos homens presentes, e com isso não poder aprender a prática da poda de árvores. Considerando que paguei pelo curso o mesmo valor que todos os homens presentes, é algo bastante injusto e meu aprendizado fica com um déficit em relação ao deles. Acredito que isso aconteça com muitas mulheres. Por pura preguiça de ter que provar a cada vez minha habilidade no manuseio de ferramentas e por me recusar a representar a cena clássica da mocinha que se dispõe humildemente a aprender como se faz (algo que, na verdade, muitas vezes já sei) com algum homem, por um longo período parei de participar de mutirões.

Nesse ponto preciso ressaltar que os encontros da Rede PermaPerifa em que participei foram os ambientes mais igualitários que pude presenciar. Isso me faz pensar em um possível aspecto geracional. Parece-me que as pessoas mais jovens que articulam a permacultura têm mais clareza das questões de gênero e tomam para si essa preocupação sem se acomodarem, fugindo à conduta dos que agem como se as desigualdades fossem um mero acaso.

Por último, vejo as mulheres com uma postura que pende para a inovação e pesquisa, misturando os campos do saber. Assim, conheço permacultoras que estão envolvidas com diversos movimentos políticos, feminismo, cultura *hacker*, ciência autônoma, práticas corporais, alimentação saudável, arte, terapias etc. Isso nos torna menos rotuláveis com títulos de especialistas e, por isso mesmo, mais interessantes!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ou o projeto é levado à prática até os seus mais radicais fins, ou ele entrará em conflito consigo próprio e com os seus objetivos originais.”
(BOOKCHIN, 2010, p. 32)

Durante o curso de todo trabalho que culminou nesta publicação, realizei inúmeras entrevistas, vivências e viagens que me puseram a conhecer, aprimorar e aprofundar conhecimentos e práticas desse universo chamado permacultura. O contato com outras pessoas e os esforços para sistematizar os dados e referenciais acumulados foram fundamentais para a realização de uma pesquisa prazerosa, produtiva e para transformação dessa pesquisa em livro. Foram três anos de trabalho acadêmico, nove meses de editoração do livro, somados a quase dez de caminhada.

Mesmo realizando um grande esforço de síntese, o resultado final aqui apresentado superou minhas expectativas iniciais. Isso se deve, em partes à riqueza de dados e fontes encontradas e, também, em razão do desejo de produzir uma obra relevante e o mais completa possível. Meu maior prazer será, assim que possível, receber os seus comentários e avaliações sobre as páginas desta publicação e seu conteúdo. Deixo o convite pra que você fique totalmente à vontade para me procurar, escrever

ou visitar e contar um pouco de suas impressões. A partir desse retorno, espero aprimorar trabalhos e textos futuros. A Veracidade, minha casa e trabalho, é uma espaço aberto a parcerias, atividades, vivências e visitas; um verdadeiro laboratório de futuros e de mundos possíveis. Além disso, meu blog ‘Plantar o Futuro’ no site Outras Palavras, é um espaço aberto a críticas, reflexões e colaborações, e ficarei muito honrado com sua visita e comentários.

Grande parte do resultado deste trabalho está neste volume: na apresentação de um mapeamento representativo e atualizado dos grupos em atividade no país, além de uma breve historiografia da permacultura no Brasil e de análises críticas formuladas a partir das entrevistas e dados quantitativos e qualitativos obtidos por meio do formulário *on-line*, e de reflexões teóricas e pessoais. Espero contribuir de alguma forma para a organização e articulação do cenário nacional, bem como para vislumbrarmos juntos alguns caminhos e perspectivas para a popularização da permacultura no Brasil.

A julgar pela conjuntura atual faz-se necessário um grande rompimento com as forças da ordem, uma Grande Recusa (MARCUSE, 1977) com relação ao estabelecido e suas instituições fundamentais de onde emanam as narrativas hegemônicas constituintes da realidade. Não podemos contar com uma evolução linear da História, como se estivéssemos fadados a, em algum momento, superar as contradições objetivas e subjetivas da humanidade ‘naturalmente’.

Não acredito em qualquer revolução que seja imediata, tampouco em uma que seja espontânea. A transformação estrutural é um processo consciente e contínuo, inexorável, mas intencional. Não é possível ‘marcar hora’ para a revolução, e nem apenas gritar “agora!”. A revolução se constrói. Simultaneamente, no macro e no micro; no presente, no passado e no futuro; como processo e como explosão; como chama e como fagulha; como possibilidade e como caminho. Não acredito em magos e profetas da revolução que não sejam também construtores e arquitetos de sua existência. Vivemos nesse fio da navalha: moldando algo maior do que nós, mas que, sem nossa ação, tampouco acontece. Esperando algo que não pode ser esperado, mas que, tampouco, pode ser decretado. A revolução não será espontânea, nem imediata, mas um processo feito de etapas e rompantes, avanços e retrocessos, caminhos e descaminhos. Em duas palavras: reformas E revoluções.

É por isso que nos apoiamos sobre a importância da difusão de práticas e narrativas contra-hegemônicas como tática de superação do estabelecido. Para que isso seja possível, essas práticas e narrativas devem se

CONSIDERAÇÕES FINAIS

articular em uma rede capaz de apresentar *um outro projeto de sociedade*, superando suas condições particulares e trazendo para o campo das possibilidades o retorno das grandes utopias, não como imposições totalizantes e opressoras – trauma resultante das degenerações do chamado “socialismo real” –, mas como espaços de ‘unidade na diversidade’, onde a pluralidade não seja apenas tolerada, mas sim fomentada e priorizada como forma de estabelecer a resiliência das sociedades. Uma tal ordenação onde “o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos” (MARX; ENGELS, 1998, p.23). Entendemos que o salto qualitativo que propiciará mudanças substanciais reside majoritariamente na articulação das lutas e das pautas já em curso.

Entendemos a permacultura como uma potencial forma de resistência, pois baseia-se em princípios de cooperação inter-humana e interbiótica, além de promover autonomia e reflexão crítica concreta. A permacultura se baseia na cooperação entre os seres como princípio fundamental de sua práxis.

No entanto, acreditamos que tal potencial só se realizará quando os atores que a constituem estiverem aptos a vislumbrar um horizonte comum de superação integral sistêmica (e deixem de buscar apenas reformar o que aí está), articulando-se em redes com outras comunidades e formas de resistência emergentes, em diversas esferas, tais como a agroecologia; o *software* livre; os diversos movimentos sociais do campo e da cidade: MST, MAB, Levante Popular da Juventude, Via Campesina, MTST, MPL; os povos tradicionais, indígenas e quilombolas do Brasil e do mundo; as organizações políticas progressistas etc.

É preciso reconhecer que a luta de cada um é a luta de todos, e não há como sustentar a neutralidade frente a tudo que vivemos. E, sobretudo, compreendermos que a articulação destas lutas constitui-se enquanto um projeto de sociedade, não como um mosaico de demandas pontuais, mas um vislumbre holístico e concreto do sonhado ‘Outro Mundo Possível’.

Poderíamos dizer que, hoje, a permacultura – bem como grande parte das outras formas de resistência citadas – consolidou-se qualitativamente apenas em seu espaço semântico e simbólico. Ela reside como um campo de possibilidades próximo aos que buscarem-na procurando por ‘algo mais’. Seu alcance é restrito e depende de busca ativa, especialmente por diversos motivos anteriormente apresentados: linguagem e abordagem iniciática e internista; desinteresse e não reconhecimento por parte dos gestores públicos em todas as esferas; falta de financiamento; barreiras econômicas que dificultam o acesso aos espaços de vivência e transmissão dos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último, deixo um imenso agradecimento a todos e todas que leram esse trabalho até aqui e, principalmente, àqueles e àquelas que percebem que mais importante do que entender e interpretar o mundo é transformá-lo.

Não basta apenas crítica e revolta, é preciso ação e proposição. Tudo que é social foi construído e organizado por nós, seres humanos e é justamente por nós que pode e deve ser alterado. Enquanto houver injustiças, haverá resistência. Só a justiça é permanente.

Que a permacultura contribua ativamente para emancipação dos povos e para a luta pela construção de sociedades mais justas e, portanto, sustentáveis!

Seguimos!

REFERÊNCIAS

- ACOT, Pascal. **História da Ecologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- ACSELRAD, Henri. **Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental**. estudos avançados, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ALTIERI, M. A. **Agroecologia: As bases científicas para agricultura alternativa**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: ASPTA, 1989.
- BASÍLIO, Margarida M. P. **Teoria Lexical**. São Paulo: Ática, 2007
- BATESON, Gregory. **Steps to an ecology of mind: Collected essays in anthropology, psychiatry, evolution, and epistemology**. University of Chicago Press, 1972.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 2012.
- BOOKCHIN, Murray. **Anarquismo: crítica e autocrítica**. São Paulo: Hedra, 2011.
- _____, Murray. **Ecologia social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____, Carlos R. **Pesquisar-Participar**. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7-14.
- CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova concepção científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Pensamentos, 1996.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 530p. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, v. 2). p. 17-28; 78-87; 141-168; 417-427.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2002.
- CASTILHO, Alceu Luís. **Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Editora Contexto, 2012.
- DA MATA, R. **O ofício do etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’**. In: NUNES, E. O. (Org.) **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.
- DESMARAIS, Anette Aurélie. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Tradução: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 1ª edição. São Paulo: Cultura Acadêmica; Expressão Popular, 2013.
- DOBSON, Andrew. **Green political thought – 4th ed**. Routledge, New York, 2007.

- DUPUY, J. P. **Introdução à Crítica da Ecologia Política**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.1980
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- FEINBERG, J. **Wordle**, 2009. Disponível em: <<http://www.wordle.net/>>. Acesso em janeiro de 2017
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Editora Paz e terra, 2014.
- FREITAS, Lucineia Miranda de. **Pulverização aérea com agrotóxicos: acidente ou crime**. 2016. Tese de Doutorado. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/20530>> Acesso em: dezembro de 2017
- GALBIATI, Adriana Farina. **Movimento da Permacultura no Mato Grosso do Sul**. Cadernos de Agroecologia–ISSN, v. 11, n. 2, p. 1, 2016.
- GILGE, Marcelo Viktor. **História da Biologia e ensino: contribuições de Ernst Haeckel (1834–1919) e sua utilização nos livros didáticos aprovados pelo PNLN 2012–Ensino Médio**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- GODOY, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, p. 57–63, 1995b.
- _____, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20–29, 1995a.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 10ª edição. Edições Loyola, 2012.
- _____, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impacto sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis, Vozes, 2000.
- GRUPO CURARE. Disponível em: <<http://www.grupocurare.com.br/o-curare/>>. Acesso em: janeiro 2017
- GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Tradução de Maria Cristina F. Bittencourt. 1990.
- _____, Félix. **Revolução molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- HAGUETTE, T.M.T. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- HARVEY, David. **O Novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HOLMGREN, David. **Os fundamentos da permacultura**. Traduzido por: Alexandre Van Parys e Amantino Ramos de Freitas. Austrália: Ecosistemas, 2007.
- _____, David. **Permacultura: princípios e caminhos além da sustentabilidade**; tradução Luiza Araújo. Porto Alegre: Via Sapiens, 2013.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA; ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**. IBGE, 2003.
- INSTITUTO ÇARAKURA. Disponível em <<http://www.institutocarak-ura.org.br/>>. Acesso em janeiro de 2017.
- KAPLINSKI, Raphael. **The economies of small: appropriate technology in changing world**. London: Intermediate Technology Publications, 1990.
- KORMANDY, Edward J. **Ecology/Economy of Nature—Synonyms?** Ecology, vol. 59, no. 6, 1978, pp. 1292–1294. JSTOR. Disponível em: <www.jstor.org/stable/1938247>. Acesso em: dezembro de 2017.
- KROPOTKIN, Piotr. **Ajuda Mútua: Um Fator de Evolução**. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.
- LAPYDA, Ilan. **A ‘financeirização’ no capitalismo contemporâneo: uma discussão das teorias de François Chesnais e David Harvey**. 2011. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)—Universidade de São Paulo, São Paulo.
- LESSA, Sergio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- LEVIS, C. *et al.* **Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition**. Science. v. 355, n. 6328, p. 925–31. 3 mar. 2017.
- LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Pesquisa-ação participante e educação ambiental: uma abordagem dialética e emancipatória**. Tozoni-Reis MFC, organizadora. A pesquisa-ação-participativa em educação ambiental: reflexões teóricas. São Paulo: Annablume, p. 13–56, 2007.
- LOWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.
- MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____, Herbert. **Um ensaio sobre a Libertação**. Trad: Maria Ondina Braga. Lisboa: Livraria Bertrand, 1977.
- MÁRKUS, Gyorgy. **Marxismo e antropologia: o conceito de ‘essência humana’ na filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- MARX, Karl et al. **A ideologia alemã**. Boitempo Editorial, 2007
- _____, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998
- _____, Karl; RANIERI, Jesus. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2004.
- _____, Karl. **Grundrisse: esboço da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política, livro I: O**

- processo de produção do capital.** Boitempo Editorial, 2013.
- _____, Karl. **O Capital. Volume I; crítica da economia política.** São Paulo: Cultural, 1985
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente.** Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- _____, Alberto. **Nomads of the present: Social movements and individual needs in contemporary society.** Vintage, 1989.
- MENDES, Rafaelle. **PERMA O QUÊ? Permacultura para quem não sabe, mas quer saber.** Trabalho de conclusão para o curso de jornalismo, Universidade Positivo. Curitiba, 2010.
- MOLLISON, Bill. **Permaculture: a designer's manual.** Second edition. Tagari Publications, Austrália, 1988.
- _____, BILL. **Permaculture: A Quiet Revolution — An Interview with Bill Mollison:** entrevista [verão de 2005]. Scottsdale, Estados Unidos: *Green Living Magazine*. Entrevista concedida a Scoot London. Disponível em: <<http://www.scottlondon.com/interviews/mollison.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.
- _____, Bill; SLAY, R. M. **Introdução a Permacultura.** Tradução: André Soares. PNFC, MA, Fundação Daniel Efraim Dazcal, Brasília, 1998.
- MORROW, Rosemary. **Permacultura passo a passo.** Ecocentro IPEC. PAL/Ecocentro IPEC, IPEP, IPA, OPA, 1993.
- MOURA, Gedeão Mendonça de. **O conceito marxiano de trabalho.** Monografia apresentada para conclusão de curso de graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012
- NAESS, Arne; ROTHENBERG, David. **Ecology, community and life-style: outline of an ecosophy.** Cambridge University Press, Inglaterra, 1990.
- NEVES, Vanessa Ferraz Almeida. **Pesquisa-ação e etnografia: caminhos cruzados.** Revista de práticas psicossociais, v. 1, n. 1, 2006.
- PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. **Observação participante e pesquisa-ação. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, p. 125-145, 2005.
- PPP MANIFESTO. **Permaculture People's Party Manifesto,** 2008. Disponível em: <<http://www.permaculturenorth.org.au/Resources/Documents/Teams/Advocacy/PPP%20Manifesto%20Draft.pdf>>. Acesso em: <13 out. 2015>.
- PRUDENTE, Letícia Thurmann. **Permacultura, uma prática eco-sócio-ambiental: centro de formação do movimento dos trabalhadores sem terra (MST) do Rio grande do Sul.** In: IV Encontro Nacional e II Encontro Latino-americano sobre Edificações e comunidades sustentáveis

- ELECS 2007. p. 1165-1174. UFMS/ANTAC, Campo Grande, 2007. Disponível em: <http://www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2007/2007_artigo_124.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2015.
- ROBSON, Leslie Lloyd. **A short history of Tasmania**. Oxford University Press, USA, 1985.
- RODRIGUES, Heliana de Barros Conde. **Caixa de Ferramentas para uma atitude histórico-crítica na pesquisa-intervenção/Toolbox for a critical attitude in the intervention-research**. Revista Polis e Psique, v. 5, n. 2, p. 6-31, 2015.
- ROYSEN, Rebeca. **Ecovilas e a construção de uma cultura alternativa**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- SANTOS J. R., S. **Ecovilas e Comunidades Intencionais: ética e sustentabilidade no viver contemporâneo**. III Encontro da ANPPAS. **Brasília, Anais**, 2006.
- SANTOS, Marcelo Loures; BARBOSA, Willer Araujo; CAON, Kyvia Gregório. **Caminhos para a permacultura popular: experiência de formação do grupo sauípe-saúde integral em permacultura**. AMBIENTE & EDUCAÇÃO-Revista de Educação Ambiental, v. 17, n. 2, p. 117-132, 2013.
- SATTLER, Miguel Aloysio. **Habitações de baixo custo mais sustentáveis: A casa alvorada eo centro experimental de tecnologias habitacionais sustentáveis**. ANTAC, 2007.
- SCHUMACHER, Ernst Friedrich. **O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SILVA, Luis Fernando de Matheus. **Ilusão concreta, utopia possível: contraculturas espaciais e permacultura (uma mirada desde o cone sul)**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2013.
- SORRENTINO, M. **O melhor de ambos os mundos: pessoas comprometidas com as transformações socioambientais uma perspectiva latino-americana de educação ambiental**. In: Anais [da] Conferência Internacional de Educação Ambiental e Sustentabilidade: o melhor de ambos os mundos / organizado por Universidade de São Paulo, Serviço Social do Comércio. São Paulo: Sesc São Paulo, 2014.
- SPRADLEY, J. P. **Participant observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston Ed. 1980.
- STEINER, Rudolf. **Economia Viva - o mundo como organismo econômico único**. São Paulo: Antroposófica, 3a edição, 2006.
- THIOLLENT, Michel. **Notas para o debate sobre pesquisa-ação. Repensando a pesquisa participante**, v. 3, p. 82-103, 1999.
- _____, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas,

1997.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educação e pesquisa, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

VELASCO, Sírio Lopez. **Ética para o século XXI – Rumo ao Ecomunitarismo**. São Leopoldo/RS: Editora UNISINOS, 2003

VIANA, Nildo. **Kropotkin e o Darwinismo**. *Élisée-Revista de Geografia da UEG* (ISSN 2316-4360), v. 3, n. 2, p. 33-42, 2015.

WEZEL, Alexander et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice**. In: *Sustainable Agriculture Volume 2*. Springer, Dordrecht, 2011. p. 27-43.

Para acessar mais fotos, vídeos e materiais digitais relacionados ao livro, acesse os anexos por meio do *link* para pasta virtual: <https://goo.gl/VX-sX3e>.

